DEZEMBRO 2021 | NÚMERO 14

REVISTA HISTORIADOR

HISTÓRIA DO BRASIL E HISTÓRIA GERAL

ORGS. CARLOS AUGUSTO TROJANER
ISMAEL WOLF

Número 14 – Dezembro de 2021 –

HISTÓRIA DO BRASIL E HISTÓRIA GERAL

Foto da capa/edição – https://www.canva.com
Pintura de François-René Moreau retrata d. Pedro declarando a independência em meio aos populares.

Página da revista para maiores informações:

http://www.revistahistoriador.com.br

E-mail – editor@revistahistoriador.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Temos a honra de disponibilizar para a comunidade acadêmica mais uma edição da *Revista Historiador*. Neste n. 14 você encontrará artigos de História do Brasil e de História Geral, passando por temas como identidade nacional, questões epidêmicas e sanitárias, Guerra do Paraguai, música “cafona”, modal rodoviário brasileiro, abolição, espaços sacralizados, *I Moti del 1820* na Itália e educação patrimonial. Mais uma grande contribuição para o desenvolvimento e para a divulgação das pesquisas históricas no Brasil.

Boa leitura!

Carlos Augusto Rohr Trojaner

31 de dezembro de 2021.

Revista Historiador Número 14. Dezembro de 2021.
Disponível em http://www.revistahistoriador.com.br
ISSN - 2176-1116

"O ESTADO SANITARIO, EM GERAL, NÃO FOI BASTANTE SATISFACTORIO": ENTRE AVANÇOS E RETROCESSOS NA SAÚDE PÚBLICA PIAUIENSE (1889-1930)

Rakell Milena Osório Silva[1]

Joseanne Zingleara Soares Marinho[2]

RESUMO

O objetivo do trabalho foi discutir as iniciativas públicas de saúde no Piauí durante a Primeira República, a partir da problemática da proposição de uma cultura sanitarista que sofria restrições na aplicação das iniciativas governamentais. O Rio de Janeiro, mesmo sendo a capital do país, possuía péssimas condições de salubridade, enquanto o interior do país vivia em condições de abandono. Segundo Nádia Santos (2014), a transferência da capital do Piauí de Oeiras para Vila Nova do Poti, em 1852, mostrou que os interesses políticos e econômicos adquiriram preponderância, apesar das questões que envolviam as dimensões culturais de aquisição de civilização e modernização, que estavam vinculadas às condições de saúde. A Vila Nova do Poti, doravante Teresina, não possuía estrutura de capital moderna e as doenças se alastravam em demasia. No início da República, o governador Gabino Besouro afirmava que as condições de saúde se encontravam de forma satisfatória, porém a falta de profissionais e demais estruturas para atendimento colaboravam para o estado sanitário insatisfatório. A partir da década de 1920, tornou-se mais visível a preocupação com a salubridade da população piauiense com o funcionamento dos postos de saúde e delegacias de higiene no Piauí (MARINHO, 2018).

Palavras-Chave: História; Primeira República; Saúde Pública.

ABSTRACT

The objective of the work is to discuss public health initiatives in Piauí during the First Republic, based on the proposition of a sanitary culture that was restricted by the restrictions of government initiatives. Rio de Janeiro, even being a capital of the country, had terrible

---

[1] Graduanda de Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Bolsista PIBIC UESPI-CNPq 2021-2022. Membro do Grupo de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde no Piauí (Sana) e do Núcleo de Estudos em Estado, Poder e Política- NEEPP. E-mail: rakellosorio@gmail.com.

[2] Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História PROFHISTÓRIA e do Curso de Graduação em História da Universidade Estadual do Piauí – UESPI. E-mail: joseannemarinho@cchl.uespi.br.

health conditions, while the interior of the country lived in conditions of neglect. According to Nádia Santos (2014), the transfer of the capital of Piauí from Oeiras to Vila Nova do Poti, in 1852, showed that political and economic interests acquired preponderance, despite the issues involving the physical well-being of the population. Vila Nova do Poti, henceforth Teresina, did not have a modern capital structure and as diseases spread too much. At the beginning of the Republic, Governor Gabino Besouro stated that health conditions were in a satisfactory manner, but the lack of professionals and other structures for assistance contributed to the unsatisfactory sanitary state. From the 1920s onwards, the concern with the health of the population of Piauí with the operation of health posts and hygiene police stations in Piauí became more visible. (MARINHO, 2018).

Keywords: History; First Republic; Public health.

Com a Proclamação da República em 1889, a ideia de modernidade advinda da Europa, passou a fazer parte do contexto brasileiro e, para isso, foram necessárias mudanças reformadoras, principalmente no que diz respeito à saúde pública, que se encontrava em estado precário, até mesmo na capital do país. O Rio de Janeiro deveria servir como referência moderna para outras cidades, mas ao contrário disso, a cidade apresentava um quadro sanitário caótico, devido à presença de diversas doenças. (GUIDINI, 2012). Diante disso, várias medidas foram sendo tomadas já no início da década de 1890, visando o conforto, embelezamento, mas também, a salubridade das cidades.

Com o crescimento urbano, quando se verificaram os fluxos migratórios contínuos e a intensificação do processo de industrialização, ocorreram adversidades e deficiências no desenvolvimento para uma efetiva atuação em saúde pública. Isso atingiu a população de forma extensiva, como afirma Gilberto Hochman, em “Regulando os efeitos da interdependência: sobre as relações entre saúde pública e a construção do Estado”:

> Todo esse ordenamento constitucional e político se encontrava diante de um quadro sanitário catastrófico. As chamadas endemias rurais, como a ancilostomose, a malária e a doença de Chagas, grassavam pelo interior do país e mesmo na periferia dos centros urbanos, ao mesmo tempo em que se registrava a presença avassaladora das doenças infecto-contagiosas como a varíola, a tuberculose e as doenças venéreas. A presença da peste e da febre amarela só agravava esse quadro. (1993: 9).

Desse modo, foi possível notar que a restrição de mobilização governamental com a descentralização da saúde pública acarretou o aumento das doenças por todo o país, elevando o número de mortalidade, uma vez que os serviços de saúde se restringiam às

cidades mais desenvolvidas por serem mais atrativas para a entrada dos imigrantes. Enquanto isso, nas cidades do interior do país, principalmente das zonas rurais, esses serviços eram precários ou até mesmo inexistentes.

Os movimentos sanitaristas da Primeira República foram concebidos como uma das mais importantes iniciativas na construção do processo de nacionalidade, visando os cuidados individuais e coletivos. Mesmo com a dominação oligárquica, no final do século XIX, as epidemias passaram a ser tratadas como um mal público, havendo um processo lento e crescente de centralização e intervenção estatal, com a tímida criação de serviços visando melhorias na vida da população, principalmente no tempo de vida útil do trabalhador.

O sistema sanitário propunha uma política de cuidados com a saúde, primeiro de base privada e voluntária e, depois, compulsória e pública. Ainda no Brasil Império, surge essa ideia de cuidados preventivos com a polícia médica, com propostas de bem estar coletivo, prevenção de epidemias, organização dos cuidados médicos e estabelecimento da população sobre as situações de saúde e doença, seguindo os modelos europeus. (HOCHMAN, 1993).

Apesar da Constituição de 1891 já garantir a autonomia estadual e municipal nas esferas de saúde, com a intervenção através de pactos federativos e dos poderes das oligarquias estaduais, de acordo com Hochman (1993), o que se podia notar era que os problemas de saúde pública não eram convertidos em prioridade na agenda política do país até a década de 1910.

De acordo com Francisco Acurcio (1999, p.3), “Além das ações governamentais, o Brasil contava com a ajuda filantrópica desde o período colonial, das Santas Casas de Misericórdia, que também possuíam estruturas precárias e viviam de subsídios governamentais e da caridade da elite”. Tratava-se da opção mais viável para os setores pobres que não possuíam aportes financeiros, uma vez que as Santas Casas ensejavam proporcionar um bem estar social que suavizasse a miséria dos pobres.

Com essas condições que ameaçavam a ordem, a medicina social passou a ser utilizada como referência na transformação da vida das populações desfavorecidas, sendo relacionada ao conhecimento e poder. Com base Foucault (1979), principalmente no que diz respeito à medicalização da sociedade e os desafios para a construção da identidade, marcada pelas desigualdades, a intervenção sanitarista serviu como instrumento para a unificação do poder e da ordem nas cidades, o que significava potencialidade de ameaças aos costumes. Por isso, era necessário proporcionar visibilidade aos cuidados visando a higiene, em um contexto em que essa população era segregada e tratada de forma

desigual, sem disposição efetiva de serviços de saúde e residindo em locais com ausência de saneamento básico.

A desorganização das políticas públicas de saúde no início do período republicano era preocupante, estando associada, primeiramente, a tentativa de conter doenças coletivas, que aumentavam de forma rápida. Isso ocorria por conta de inúmeros fatores, dentre eles, a imigração crescente, contribuindo para a propagação de algumas doenças, como a febre amarela e a peste bubônica. Com isso, já em 1892, foram criados laboratórios de saúde pública na capital do país. Juntamente com a organização desses serviços, a fim de elevar essa questão sanitária em política para conter o adoecimento da população e evitar que as doenças saíssem dos centros urbanos para as regiões produtoras, incentivou-se uma política sanitarista nos portos marítimos, se baseando no ato de limpeza pública e na fiscalização de alimentos. (FIGUEIREDO, 2017).

Em outros centros populosos, como São Paulo, as áreas urbanas, principalmente cidades e portos, eram melhoradas sanitariamente por conta da economia nacional. Enquanto isso, no meio rural, as intervenções eram incipientes, sendo notadas normalmente quando as condições higiênicas interferiam na produção econômica. Desse modo, Cláudio Bertolli, em "História da saúde pública no Brasil", retrata esse contexto, revelando que:

> [...] renovaram o Serviço Sanitário paulista. Criado em 1892, em pouco tempo ele se tornou a mais sofisticada organização de prevenção e combate às enfermidades do país, servindo de modelo para os outros estados. A forte intervenção higienista em São Paulo a partir dos últimos anos do século XIX[...], só foi possível porque a rica oligarquia local decidiu destinar grandes verbas para a área da saúde pública. Foram as maiores quantias até hoje investidas na saúde, em relação ao total de recursos anuais aplicados por um estado brasileiro. Dispondo de equipamentos e funcionários especializados, o Serviço Sanitário pôde fiscalizar as ruas e as casas, estendendo a vigilância a praticamente tudo - fábricas, estábulos, hospitais, bares e cemitérios. Tomou-se obrigatória a notificação oficial dos casos de doenças infecto-contagiosas em pessoas residentes ou em trânsito pelo estado. Além disso, as autoridades paulistas determinaram que apenas os médicos diplomados (em faculdades de medicina, do Brasil e do exterior) poderiam tratar da saúde da população. A polícia foi convocada para localizar e punir os curadores e os curiosos que atendiam aos enfermos mais pobres, multando-os ou ameaçando-os de prisão (1986, p.17).

Desse modo, no final dos oitocentos, a criação dos serviços bacteriológicos, vacinogênicos e farmacêuticos, normalmente foram possíveis graças à rica oligarquia local, que destinou grandes verbas para a área de saúde pública. Enquanto isso, uma parcela da população acreditava que nada podia ser feito sobre as doenças, a não ser esperar o desaparecimento dos 'mestiços', ressaltando que as misturas de raça tornavam as pessoas "biologicamente inferiores", reafirmando os conceitos de eugenia fortemente defendidos na época, principalmente pela elite letrada. Já outra parcela da população, via o país como um "vasto hospital", que necessitava de intervenção governamental e, posteriormente, médicos

como Belisário Penna e Arthur Neiva buscaram alertar as autoridades para essa precária situação.

Durante o início do período republicano, as práticas populares predominavam sobre o ideário médico, sendo consideradas prejudiciais pela ciência, então passaram a ser proibidas, criando uma hierarquização de conhecimentos e poder dentro da sociedade, onde o Estado deveria estabelecer as políticas higienistas, passando a ter controle de regulação política na vida dos indivíduos. Nesse sentido, para Jurandir Costa (1992, p.8), "[...] o controle educativo-terapêutico instaurado pela higiene iniciou um modo de regulação política da vida dos indivíduos, que, até hoje, vem se mostrando eficiente."

Diante desse estado crítico, com uma crescente mortalidade da população e dos imigrantes que chegavam, o Brasil passou a ser visto de forma negativa, nesse início de república oligárquica, fazendo com que essas doenças dessem à capital a acepção de "túmulo dos estrangeiros". Em 1896, a lei n.º 432 tornava o serviço sanitário como programa de saúde municipal, onde deveria promover o saneamento de todas as regiões afetadas ou ameaçadas pelas epidemias.

Devido a essa situação, foi criada a Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP), em 1897, responsável por: dirigir os serviços sanitários dos portos marítimos e fluviais, por conta das epidemias que foram trazidas de outros países; fiscalizar o exercício da medicina e da farmácia, uma vez que as práticas populares de cura eram vistas pelas elites como deletérias e deveriam ser abolidas; estudar sobre as doenças infectocontagiosas, a fim de curar e fazer a profilaxia dos doentes; auxiliar aos estados mediante solicitação dos governos, uma vez que as cidades mais distantes da capital do país recebiam poucos subsídios para a saúde pública, que ainda era ignorada. (HOCHMAN, 1993).

O resultado dessa limitação foi a doença atingir os estados vizinhos, evidenciando a interrelação sanitária, o que reforçaria a argumentação de que somente a União teria condições para promover a uniformidade e a continuidade das ações sanitárias relativas à importação e à disseminação das doenças. Todavia, mesmo a DGSP com o plano sanitarista, ainda funcionava com dificuldades por conta dos limites de atuação do governo federal nos estados, voltando-se somente para a higiene dos portos, o controle das epidemias e o saneamento urbano na capital do país, enquanto boa parte das cidades mais afastadas dos centros populosos não eram tão contemplados.

O foco dos governantes estava voltado para São Paulo e o Rio de Janeiro, por serem cidades populosas e ponto de visitas, fora essas regiões, pouco ou nada foi realizado em benefício da saúde coletiva até o início do século XX. Imagens como a do personagem Jeca Tatu, criada por Monteiro Lobato, em sua obra Urupês, que contém catorze histórias baseadas no trabalhador rural paulista, serviram como representação do habitante do

ISSN - 2176-1116

interior do Brasil abandonado pelos poderes públicos, sendo que as suas enfermidades o impediam de fazer o Brasil progredir. (KORNDÖRFER, 2018).

De acordo com Chalhoub (2017), em seu livro “Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial”, durante o governo de Rodrigues Alves, o Rio de Janeiro foi alvo de reformas urbanistas e sanitárias, comandados pelo prefeito Pereira Passos e o diretor-geral do Departamento de Saúde Pública, Oswaldo Cruz. A intervenção das autoridades públicas sobre os cortiços seria legitimada através da higiene, difundida principalmente por médicos, que assumiram, explicitamente, o “desejo de fazer a civilização europeia nos trópicos”, e para isso, “ [...] era preciso intervir radicalmente na cidade para eliminar tais habitações coletivas e afastar do centro da capital as “classes perigosas” que nele residiam. Classes duplamente perigosas, porque propagavam a doença e desafiavam as políticas de controle social no meio urbano.”

Trata-se, portanto, de uma reflexão extremamente importante para compreendermos melhor os mecanismos de dominação formulados e implementados desde fins do período monárquico, cujos desdobramentos se fazem presentes até o tempo presente. Por outro lado, as tentativas encaminhadas pela administração pública no sentido de disciplinarizar e reprimir as habitações populares, revelam, segundo a análise de Chalhoub (2017), um quadro extremamente complexo, marcado, ao mesmo tempo, por posturas consensuais e divergentes em relação à ideologia da higiene, por alianças e confrontos, envolvendo administradores, higienistas, proprietários de cortiços, inquilinos e agentes imobiliários.

Mesmo com um incentivo tímido dos poderes públicos para organizar a saúde pública no país, as campanhas autoritárias eram vistas com medo e desconfiança pela população, juntamente com a insatisfação com os serviços públicos, acarretando um episódio de resistência a uma campanha de vacinação contra a varíola, conhecia como Revolta da Vacina, ocorrida em 1904, onde tornava a vacinação obrigatória para todos. Esse episódio transcorreu em um momento decisivo de transformações da sociedade brasileira. Esse período foi marcado por um governo que assumiu a responsabilidade de implantar a vacinação contra a varíola como caráter obrigatório no país, pretendendo conciliar os interesses da saúde pública com as leis constitucionais, uma vez que a estrutura administrativa de saúde era centralista, sendo assim ligada a um corpo médico geral proveniente da oligarquia de origem agrária que dominou a Primeira República. A varíola dominava a cidade do Rio de Janeiro e a campanha de vacinação em massa era alvo de debates pelos poderes públicos, visto que o governo de Rodrigues Alves tinha como foco adotar medidas cujo propósito era sanear por completo a capital e extinguir as endemias da capital. (SEVCENKO, 2018).

As novas estruturas de saúde pública vinham desde 1910, com um processo lento e contínuo de reformas na expansão do serviço de saneamento e profilaxia rural, em especial no combate de endemias rurais, mas também com objetivos voltados para educar a população e chamar a atenção da opinião pública. A exemplo, em 1918, foi realizada a criação da Liga Pró- Saneamento, que almejava a uniformização dos serviços, por meio da coordenação das ações de saúde em todo território nacional, com a criação de um Ministério da Saúde Pública, em 1918, com um código sanitário executado pela autoridade sanitária federal, voltado para a assistência aos pobres para diversas doenças. Apesar das vitórias obtidas com a inclusão do combate às endemias rurais dentre os objetos das políticas públicas formuladas pela União, a Liga Pró-Saneamento não obteve êxito em sua principal reivindicação, o Ministério da Saúde Pública (MSP) (HOCHMAN, 2002).

A reorganização dos serviços sanitários federais criou o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), considerado o precursor da nacionalização das políticas de saúde e saneamento no país, que marcou uma nova etapa de desenvolvimento de políticas de saúde pública e saneamento no Brasil, tendo como primeiro diretor o médico sanitarista Carlos Chagas, até então diretor do Instituto Oswaldo Cruz (IOC). O novo órgão foi encarregado da organização de um código sanitário, que seria organizado em três diretorias: a de Serviços Sanitários Terrestres na Capital Federal, a de Defesa Sanitária Marítima e Fluvial e a de Saneamento e Profilaxia Rural. (CABRAL, 2018).

O DNSP foi o resultado das demandas por maior centralização e uniformização dos serviços de saúde do governo federal, que trouxe para o campo de atuação do Estado novos objetos, como o combate à lepra e às doenças venéreas. Logo, para dar conta da expansão da atuação do governo federal, o DNSP planejava contar com uma grande e complexa estrutura, com serviços especializados, como as inspetorias, além de hospitais, lazaretos, estações de desinfecção, laboratórios, delegacias de saúde terrestres e marítimas. No entanto, em "A era do Saneamento", Gilberto Hochman aborda as bases políticas de saúde no Brasil, que continuavam deficientes. Sobre isso, revela que:

> A centralidade assumida pelas políticas de saúde pública e saneamento no Brasil da Primeira República se desembocou no processo de construção do Estado Nacional. Essas políticas são cruciais para o alargamento da presença do Estado na sociedade e território brasileiro. (1998: 241).

Com esse período de instabilidade política e atraso na saúde pública nas primeiras décadas do século XX, foi possível notar a mediação da medicina, que atuava no tratamento dos enfermos, além da medicina preventiva, que buscava medidas profiláticas para evitar o alastramento de endemias e epidemias. De acordo com Acurcio (1999, p.3), "Além das ações governamentais, o Brasil contava com a ajuda filantrópica desde o período colonial, das Santas Casas de Misericórdia, que também possuíam estruturas precárias e viviam de

subsídios governamentais e da caridade da elite". Tratava-se da opção mais viável para classes pobres que não possuíam aportes financeiros, uma vez que as Santas Casas tentavam proporcionar um bem estar social que pudesse minorar a miséria dos pobres.

A partir da década de 1920, segundo Figueiredo (2017), com a crise da saúde pública e os casos de gripe espanhola em ascensão, foi necessária a instalação de uma cultura sanitária bem mais organizada por todo o país. Isso ocorreu com a reestruturação do Departamento de Saúde Pública por Carlos Chagas, que introduziu a propaganda e a educação sanitária nas ações de rotina, além de criar um órgão especializado na luta contra a tuberculose, a lepra e outras doenças venéreas.

A reestruturação da saúde pública tinha como propósito ampliar os serviços de saneamento urbano e rural, a fim de promover melhorias nas condições de vida da população que não possuía salubridade, sendo importante para a luta e conscientização contra as doenças que assolavam o período. (GUIRDINI, 2012). Algumas medidas foram efetivadas pelo Estado, em sua maioria na capital, o Rio de Janeiro, enquanto estados do interior do Brasil não eram tão contemplados, como é o caso do Piauí.

As condições do Piauí não estavam satisfatórias muito antes da Proclamação da República, contribuindo para o aumento da insalubridade e, consequentemente, das doenças. Com a mudança da capital de Oeiras para Vila Nova do Poty, futura Teresina, em 1852 a situação problemática perdurou. No século XIX, o Presidente da Província do Piauí, José Antônio Saraiva, autorizou a mudança da capital para a Vila Nova do Poty e a construção da atual cidade de Teresina, motivado, dentre outras coisas, pelas possibilidades de implementação da navegação a vapor no rio Parnaíba (CHAVES, 1998).

O contingente populacional de Oeiras diminuiu enquanto o de Teresina aumentou, por conta de alguns serviços públicos serem transferidos para a nova capital, como a sede do governo da Província com todas as Repartições Públicas e a Assembleia Legislativa. Dentre as mudanças ocorridas a partir da nova condição, o Hospital de Caridade, que era responsável pelo cuidado daqueles que não possuíam outro lugar para se tratar, foi transferido para a nova capital, que como resultado acarretou conduções precárias para a enfermaria de Oeiras. (SANTOS, 2014).

Com o crescimento acelerado do comércio, visto como sinônimo de progresso, ocorreu o surgimento da periferia, que foi marcado pela pobreza e precarização de moradias, com carências ligadas ao saneamento básico, iluminação pública, água canalizada, entre outras questões, contribuindo para a deficiência higiênica da nova capital.

Com menos de meio século da mudança de capital, outras doenças puderam ser observadas, como demonstra Santos (2014): a varíola, tuberculose, febre amarela e malária, que já acometiam a população, principalmente os setores pobres. Teresina também

fora acometida pela sífilis, com surtos endêmicos frequentes no século XIX e XX, com transmissão demasiada no carnaval e as causas da doença estavam envoltas na falta de hábitos de higiene e má alimentação. Para o tratamento, além das Santas Casas de Misericórdia de Teresina e Parnaíba, que contavam com o pagamento de subvenções pelo governo do Estado, havia dezenove Delegacias de Saúde no estado, mas pela falta de médicos, só funcionavam adequadamente seis. Estas delegacias se localizavam em Oeiras, Parnaíba, Amarante, União, Vila do Livramento e Vila Nossa Senhora do Corrente, enquanto a maior parte do território, a população ficava sem assistência nenhuma ou era atendida precariamente, onde contemplava quase que somente, a capital Teresina, mesmo não funcionando adequadamente, servindo apenas de forma simbólica. (MARINHO, 2018).

Além disso, o órgão de saúde local era a Inspetoria de Higiene Pública, que também não atuava de forma regular, também pela falta de médicos, falta de organização administrativa e falta de verbas para investimento. (MARINHO, 2019). Com isso, é possível notar o início de uma preocupação do Estado no tratamento das doenças que assolavam o território e aos poucos a incorporação de uma medicina social de caráter preventivo, com o auxílio de médicos sanitaristas, a higienização das casas, das ruas e praças, além dos medicamentos distribuídos aos pobres, além da vacinação, tiveram relevância para o controle de epidemias de varíola. Essa preocupação fica evidente no Relatório Governamental enviado à Câmara Legislativa, pelo governador Gabino Besouro, onde ele afirmava que:

> Debaixo deste ponto de vista penso como o meu ilustrado antecessor, que este valioso preservativo da varíola deve ser obrigatório neste Estado, visto como, por maiores que sejão os meis persuasivos empregados com o fim de convencer a população dessa necessidade, pouco tenho conseguido. (RELATÓRIO GOVERNAMENTAL, 1890, p.45).

Na última década do século XIX, a meta dos governos estaduais do Piauí era institucionalizar a saúde pública, visando a salubridade em prol da saúde individual e coletiva. (SILVA, 2008). Com isso, a parceria entre governo federal, estados, municípios e associações privadas foi essencial para a medicalização da sociedade, a fim de implantar uma ideologia modernizadora no país, uma vez que a assistência sanitária se resumia às Santas Casas de Misericórdia de Teresina e Parnaíba, ao Asilo dos Alienados e ao hospital de Floriano. (ARAÚJO, 2012). As intervenções federais se davam em sua maioria através de pactos federativos e dos poderes das oligarquias estaduais. Aos poucos, com as políticas intervencionistas e sociais do governo federal, as políticas de saúde pública se constituíram e integraram os municípios piauienses, porém não de modo efetivo, apenas melhorias em hospitais já existentes.

A exemplo das precárias condições dos serviços, nos relatórios governamentais do Estado, no ano de 1890, o governador Gabino Besouro, reclamava da falta de profissionais médicos para exercer cargos de delegados e inspetores de higiene, havendo já cinco delegacias existentes no estado, só que pela falta de profissionais, esses serviços públicos estavam agindo de forma ineficiente, funcionando de forma regular apenas o da capital. (RELATÓRIO GOVERNAMENTAL, 1890). Além disso, a preocupação também girava em torno da limpeza pública das ruas e praças, uma vez que haviam visitas sanitárias por armazéns, quitandas e mercados públicos, a fim de manter a ordem e a salubridade, principalmente da capital.

A preocupação aumentava, uma vez que no ano de 1889, as condições sanitárias haviam sido consideradas ruins por todo o estado, tendo desenvolvido moléstias endêmicas como a malária, uma epidemia de sarampo propagada na capital, que depois se espalhou para as cidades e vilas do interior, juntando com o agravante da seca, aumentando ainda mais o número de mortos. Por conta disso, na capital, melhorias foram tomadas para preservar a saúde, como: a arborização de praças e ruas e o sistema de limpeza para o saneamento das praças, ruas e edifícios públicos e particulares, mas ainda assim, as verbas eram insuficientes e essas melhorias foram sendo colocadas em prática a longo prazo. Desse modo, as verbas serviam basicamente para o pagamento de servidores públicos, não alterando em quase nada a estrutura do estado. (MARINHO, 2018). No mandato do governador, Raimundo Arthur de Vasconcelos, em um relatório enviado à Câmara Legislativa, em 1897, ele criticava como o estado se encontrava:

> [...] Infelizmente, durante o meu governo, o estado sanitário, em geral, não foi bastante satisfactorio. [...] O serviço de hygiene, em todo o Estado, tem sido dirigido exclusivamente pelo inspector de saude que, além disso, acumula as funcções de medico da força estadoal, policia e Santa Casa [...]. (RELATÓRIO GOVERNAMENTAL, 1897, p.9).

Pode-se notar que, o serviço de higiene era de total responsabilidade do inspetor, não havendo profissionais específicos e nem departamentos adequados para cada função, sobrecarregando os funcionários e, sendo mal executado. A administração pública foi reorganizada a partir da criação da Diretoria de Saúde Pública, em 1898, não ocorrendo alterações nos serviços regulares de saúde, pela dificuldade na regularização de serviços e falta de profissionais qualificados que exercessem a função de delegados de higiene, fazendo com que não haja mudanças notáveis na saúde até o final do século XIX. A orientação para o melhor funcionamento da saúde pública nesses governos locais era focar na realização de ações sanitárias, cabendo à União apenas auxiliar, quando houvesse casos de urgências epidêmicas e condições para isso. (MARINHO, 2018).

ISSN - 2176-1116

Todavia, a capital piauiense, Teresina, apresentava sinais urbanos limitados, além do crescimento acelerado do comércio, sinônimo de progresso, mas também havia a segregação espacial com o surgimento das periferias, marcando a pobreza e as desigualdades com a precarização das moradias, carências ligadas diretamente ao saneamento básico, iluminação pública, água encanada, entre outras questões. Como abrigava uma significativa parte da elite nos centros urbanos, eram necessárias mudanças modernizadoras. Segundo Atanásio (2019: 9), para concretizar essas modificações, foi necessária à ação da polícia sanitária para preservar a salubridade dos locais públicos e privados, a fim de melhorar as condições de vida da população e diminuir as enfermidades.

Foucault (2008), em seu livro "Segurança, Território, População", aborda os mecanismos disciplinares a serviço do Estado, os mecanismos de vigilância e correção[3]. O autor descreve como a intervenção sanitária serviu de instrumento para a unificação do poder dos governantes e da elite e a implantação de uma ordem à cidade, onde ele afirma:

> [...] É o mecanismo disciplinar que se vai caracterizar pelo fato de que dentro do sistema binário do código aparece um terceiro personagem, que é o culpado, e ao mesmo tempo, fora, além do ato legislativo que cria a lei e do ato judicial que pune o culpado, aparece toda uma série de técnicas adjacentes, policiais, psicológicas, que são do domínio da vigilância, do diagnóstico, de eventual transformação dos indivíduos (2008, p.8).

As periferias passaram a ser palco de doenças, precariedade e regressão nos âmbitos social, cultural e econômico, era preciso criar serviços sanitários para fundamentar uma consciência nacional de saneamento como questão central. A partir da medicina social, a função do médico foi ampliada, passando a intervir sobre as condições de saúde da população, sendo que, antes, era responsável apenas no tratamento das enfermidades.

A partir do começo do século XX, algumas transformações contribuíram para o desenvolvimento local, dentre elas, o crescimento econômico por conta do extrativismo vegetal nas regiões mais áridas do Piauí, auxiliando as cidades do interior a se inserirem nesse fluxo populacional que abrigavam pessoas em busca de emprego. (QUEIROZ, 1984). Enquanto isso, a capital Teresina abrigava uma significativa parte da elite nos centros urbanos e, por isso, foram necessárias mudanças modernizadoras, dentre elas, segundo Atanásio (2019), cabe destacar: o fornecimento de água encanada em 1906, a instalação de linha telefônica em 1907, o início da construção da ponte João Luiz Ferreira, que liga Timon a Teresina, em 1915, fundação da Academia Piauiense de Letras em 1917, além de outras mudanças, como a ampliação, alargamento e construção de novas ruas durante toda a república oligárquica.

---

[3] Essa relação é pensada em função das relações de soberania sobre o território, o poder controla a vida da população, regula e disciplina os corpos. (FOUCAULT, 2008).

A partir da década de 1910, com as viagens feitas por Arthur Neiva e Belisário Penna por várias regiões do Brasil, incluindo o sul do Piauí, seus discursos científicos que retratavam o interior brasileiros como palco de doenças, precariedade e regressão nos âmbitos social, cultural e econômico, fomentaram a criação de serviços sanitários para criar uma consciência nacional de saneamento como questão central por todo o país, reverberando no estado piauiense. Segundo Rafaela Silva (2019), com isso, houve reformulações das medidas sanitárias no Piauí, através de instituições públicas que passaram a se preocupar com a prevenção de doenças e alastramento de epidemias, a partir de propagandas educativas, campanhas de vacinação contra a varíola e exames para prevenção e terapêutica das enfermidades.

Para desenvolver a cultura sanitária que estava se incorporando ao estado, foi necessária a aliança entre governo federal, estados e municípios e a relação entre saúde pública e assistência médica, começando uma fase que pode ser identificada como uma tentativa de medicalização teresinense[4]. Começaram a haver algumas iniciativas visando medidas de saneamento em Teresina e nas localidades rurais, para conter, principalmente, a malária e as verminoses. Foi incrementada a prática da instalação de comissões compostas por médicos, delegados de polícia e o presidente da Câmara Municipal, a fim de orientar a população sobre as regras de saúde, uma vez que todos esses serviços obedeciam às funções de polícia sanitária e medicina preventiva, normas de serviços oficiais de saúde pública.

Durante boa parte da Primeira República, a saúde pública no Piauí atuava com subsídios filantrópicos, direcionada para as ações sociais das cidades e seus problemas, uma vez que as verbas governamentais eram insuficientes. As Santas Casas de Misericórdia de Teresina e Parnaíba, o Asilo dos Alienados na capital e o Hospital Miguel Couto de Floriano, foram considerados um processo modernizador para o Piauí e serviam de forma assistencial às camadas mais pobres a fim de proporcionar um bem-estar social. (SANTANA, 2019).

Com a crescente participação do poder público, Teresina passou a contar com o primeiro Posto Sanitário da capital, chamado Clementino Fraga, instalado somente em 1921, que visava atender os indigentes e doentes pobres que necessitavam de atendimento, oferecendo um serviço de saúde baseado no mapeamento, tratamento e prevenção de doenças infectocontagiosas, com assistência médica de urgência. (MARINHO, 2019). O governador da época, João Luís Ferreira, retrata que:

---

[4] As políticas públicas sempre privilegiaram mais a capital, uma vez que Teresina precisava ser a referência em modernidade, mas ainda apresentava condições precárias de vida, com ineficiência na infraestrutura básica de abastecimento de água potável, postos de saúde sem aparelhamento necessário para o atendimento de doentes e sujeira predominante nas ruas da cidade. (SILVA, 2008).

ISSN - 2176-1116

> E' o primeiro passo do Piauhy – o ultimo dos retardatarios – na corrente da grande campanha do saneamento do Brasil, mas como sentencia um dos mais combativos capitães da cruzada benemérita – o simples facto de começar representa meio caminho andado e que nas collectividades como nos individuos – doente convencido de seu mal é doente meio curado [...]. (RELATÓRIO GOVERNAMENTAL, 1921, p. 40).

Desse modo, esse Posto de Saúde pública, mesmo localizado na capital, passou a ser imprescindível para quem não morava em Teresina, pois além dos serviços já mencionados, realizava vacinações e revacinações contra varíola e oferecia serviços de profilaxia para lepra, doenças venéreas e tuberculose e serviços domiciliários, com inspeções visando a fiscalização dos doentes que não buscavam tratamento. (SILVA, 2019).

Como a organização ainda estava em fase inicial, o estado priorizava outras atividades em detrimento da saúde e, dessa forma, a Diretoria de Saúde Pública, que tinha como foco regular e organizar as atividades e serviços sanitários, ainda atuava de forma ineficiente. (MARINHO, 2018). Nas palavras do governador João Luiz Ferreira:

> Continuamos no mesmo pé de atrazo, mantendo uma repartição de hygiene, meramente burocrática, ocupada apenas em fazer inspecções de saude nos funccionarios publicos, conceder licenças para abertura de pharmacias, registrar diplomas scientificos e em poucas outras attribuições sem relevância. (RELATÓRIO GOVERNAMENTAL, 1923, p. 12).

Assim como os Postos de Saúde, as Delegacias de Higiene, eram responsáveis pela fiscalização de ambientes públicos, notificação dos doentes, profilaxia preventiva e educação higiênica, também se encontravam de forma desorganizada e atuavam de maneira irregular. No mesmo Relatório Governamental de 1923, o governador do estado João Luiz Ferreira apontava que mesmo com algumas delegacias distribuídas nos municípios de Oeiras, Parnaíba, Amarante, União, Vila do Livramento e Vila Nossa Senhora do Corrente, pela falta de guardas sanitários e médicos qualificados, o serviço se restringia a capital com campanhas voltadas para as verminoses, como a malária e outras moléstias endêmicas. O mapeamento da cidade de Teresina era necessário para a melhor execução do serviço e maior facilidade de fiscalização, podendo assim, medicar os doentes em casa, enquanto os outros municípios continuavam com a assistência restrita ou sem assistência nenhuma.

Além da instalação desses serviços, outros se estabeleceram no estado, como: o Posto de Profilaxia de Lepra e Doenças Venéreas (1924), o Posto Moura Brasil (1928), o Dispensário de Moléstias Venéreas na Santa Casa de Misericórdia (1928), estes na capital Teresina e o Posto de Saúde em Parnaíba. Porém, o que se avaliava eram que essas iniciativas possuíam pouco alcance e reduzida eficácia no território, principalmente por conta do escasso financiamento para as medidas higiênicas. (MARINHO, 2019).

Conclui-se que durante esse início da Primeira República, o sistema de saúde público e a medicina sofreram avanços de forma lenta. Uma das mudanças mais significativas foi a complementação da medicina curativa, que visava atender os enfermos, principalmente quando as epidemias assolavam o território piauiense, com a medicina social de caráter preventivo, visando a profilaxia para evitar que as doenças acometessem os cidadãos. Além disso, houve a tímida descentralização de políticas públicas que se concentravam na capital Teresina e nas cidades próximas do rio Parnaíba, havendo uma maior preocupação com o espaço rural e as endemias. As Delegacias de Saúde, responsáveis por fiscalizar e atuar sobre o estado higiênico dos espaços públicos e privados e os Postos de Higiene mais propriamente encarregados da profilaxia, tratamento dos enfermos e vacinações começaram a ser implantados a partir da centralização do Estado republicano, buscando atender as necessidades da população de forma mais adequada, com profissionais suficientes e especializados para cada área.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

ACURCIO, Francisco. **Evolução histórica das políticas de saúde no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

ARAÚJO, Romão. **“Saúde, uma de nossas reais necessidades”:** o processo de institucionalização da saúde pública no Piauí (1910-1930). Dissertação (Mestrado)- Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2012.

ATANÁSIO, Francisco. O médico e os monstros: a atuação de José Cândido Ferraz em meio aos conflitos políticos e aos incêndios criminosos em Teresina na década de 1940. **Vozes, Pretérito & Devir** Ano VI, Vol. IX, Nº I (2019) Dossiê Temático.

BRASIL. Decreto-lei nº 432, de 18 de agosto de 1896**. Reorganiza o serviço sanitário do estado**. São Paulo, 1896.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril:** cortiços e epidemias na Corte imperial. 2ªº ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CABRAL, Dilma. Departamento Nacional de Saúde pública. Arquivo Nacional: Memória da Administração Pública Brasileira. São Paulo, 2018.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal Ltda, 1992.

FIGUEIREDO, Nadja. Políticas públicas de saúde: aportes para se pensar a trajetória histórica brasileira. **Revista Desafios** – v. 04, n. 01. Tocantins, 2017.

FILHO, Cláudio. **História da saúde pública no Brasil**. Editora Ática, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 1979.

FOUCAULT. **Segurança, Território, População**. 1° edição, São Paulo: Livraria Martins Fontes, Editoral LTDA, 2008.

GALVÃO, A. J. Administração dos Correrios. **O Piuahy**. Teresina, ano 1892, n. 66, p.2, 18 de agosto de 1892. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=816221&pesq=&pagfis=5. Acesso em: 15 jul 2021.

GUIDINI, Cristiane. **Abordagem histórica da evolução do sistema de saúde brasileiro:** conquistas e desafios. Monografia de conclusão de curso. Tio Hugo, 2012.

HOCHMAN, Gilberto. **A Era do Saneamento**: as bases da política de saúde no Brasil. 1° ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

HOCHMAN. A malária em foto: imagens de campanhas e ações no Brasil da primeira metade do século XX. **Revista Imagens**, vol. 9, 2002.

HOCHMAN. Regulando os efeitos da interdependência: sobre as relações entre saúde pública e a construção do Estado (Brasil 1910-1930). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 40-61, 1993.

KORNDÖRFER, Ana Paula. Jeca Tatu, um ilustre opilado: o movimento sanitarista e o combate à anciolostomíase na obra de Monteiro Lobato (Brasil, décadas de 1910-1920). **História: Debates e Tendências**. v. 18, n. 3, p. 436-448. Passo Fundo, 2018.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. As políticas públicas de gênero no Piauí: A saúde materno-infantil (1930-1945). **Vozes, Pretérito & Devir**. Ano VI, Vol. X Nº I. Teresina, 2019.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. **"Manter sadia a criança sã":** as políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1940. Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

PIAUHY. Governo 1890. **Relatório com que o Sr. 1° vice governador do estado do Piauhy Dr. Joaquim Nogueira Paranaguá entregou a respectiva administração ao Sr. Dr. Cabino Besouro no dia 23 de agosto de 1890**. Therezina: Typ. De Honorato Souza, 1890.

PIAUHY, Governo 1897. **Mensagem apresentada á Camara Legislativa pelo Dr. Raymundo Arthur de Vasconcelos no dia 1° de julho de 1897**. Therezina: Typ. Do Piauhy, 1897.

PIAUHY, Governo 1921. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Exm. Sr. Dr. João Luiz Ferreira Governador do Estado no dia 1º de junho de 1921.** Therezina: Typ. d'O Piauhy, 1921. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/. Acesso em: 21 abr 2021.

PIAUHY, Governo 1923. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Exm. Sr. Dr. João Luiz Ferreira Governador do Estado no dia 1º de junho de 1923.** Therezina: Typ. d'O Piauhy, 1923. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/. Acesso em: 21 abr 2021.

QUEIROZ, Teresinha. **A importância da borracha de Maniçoba na economia do Piauí:**1900-1920. Dissertação de Mestrado. Curitiba, 1984.

SANTANA, Márcia. Estado, caridade e filantropia: a Santa Casa e o Asilo dos Alienados na assistência médica em Teresina (1889-1909). **Revista da Associação Nacional de História- Seção Ceará**. Vol. X, n. 19, Fortaleza, 2019.

SANTOS, Nádia. Considerações acerca da saúde e da doença na transferência da capital do Piauí (1850). **Simpósio: História da Saúde e da Doença**, Teresina, 2014.

SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina:** mentes insanas em corpos rebeldes. 1° ed. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

SILVA, Ieda. A institucionalização da saúde pública no estado do Piauí, 1937-1945. **II Simpósio de História da UESPI/CCM. I Semana de História da UESPI/CCM.** Teresina, 2008.

SILVA, Rafaela. O Piauí na rota do discurso sanitarista nacional: os postos sanitários e a saúde pública local. **ANPUH-Brasil**. Recife, 2019.

HOMENS DE UMA MILÍCIA: A GUARDA NACIONAL PARANAENSE E A GUERRA DO PARAGUAI

Matheus Pelaquim Silva [1]

RESUMO

A Guerra do Paraguai mobilizou o Império brasileiro totalmente. Todas as forças militares foram convocadas desde o exército de primeira linha, até os Voluntários da Pátria. A Guarda Nacional, mais especificamente a paranaense, aparato militar utilizado no conflito, é o foco deste artigo; a intenção é trabalhar como se deu a formação da guarda na província do Paraná e quais as características dos homens que a compunham; tudo isso realizado a luz da obra de Jeanne Berrance de Castro "A Milícia Cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850", na qual será feita uma discussão sobre a transição do caráter popular da Guarda Nacional imperial para, posteriormente, ser composta por homens elitizados. Por fim, iremos dissertar sobre como ocorreu o recrutamento da milícia cidadã paranaense para a Guerra, além de pontuar quais foram suas funções no conflito.

Palavras-chave: Guerra do Paraguai; Guarda Nacional; Paraná.

ABSTRACT

The Paraguay's War mobilized the Brazilian Empire totally. All the military forces were called from the first line army, to the Homeland Volunteers, The National Guard, more specifically the one from Paraná, the military apparatus used in the conflict, is the focus of this discussion, the intention is to work how was the formation of the guard in the province of Paraná and what was the characteristic of the men who composed it; all this performed in the light of the work of Jeanne Berrance de Castro "A Milícia Cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850" ", where in it will be made a discussion about the transition of the popular character of the imperial National Guard, to later be composed by elitized men. Finally, we will dissertate on how the recruitment of the citizen militia of Paraná for the War took place, as well as punctuate its functions in the conflict.

Keywords: Paraguay's War; National Guard; Paraná.

---

[1] Graduando no curso de História da Universidade Estadual de Londrina – UEL.
E-mail: math.pelaquims@uel.br

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Guerra do Paraguai foi o maior e mais sangrento conflito da história da América Latina, envolveu países como Uruguai, Argentina, Paraguai e o Império Brasileiro, fora que "a Guerra aconteceu e colocou uma região inteira em polvorosa" (MENEZES, 1998, p. 161). Devida as proporções deste choque entre nações, o Governo do Brasil viu-se diante de uma complicada situação:

> Enquanto a Força Militar brasileira estava desprovida de efetivo, o Exército paraguaio contava com o adestramento de 30.000 homens de 16 a 50 anos em Cerro Léon, 17.000 recrutas em Encarnación, 10.000 em Humaitá, 4.000 homens em Assunção e 3.000 em Concepción, tendo o total de quase 70.000 soldados prontos para a guerra." (FERRER, 2004, p. 48).

Dessa forma, a mobilização de todo o país foi imensa. As forças militares foram convocadas para lutarem contra a ameaça paraguaia que, em 1864, havia invadido o território nacional pela província do Mato Grosso. Dentre as forças de primeira linha, a companhia dos voluntários da pátria criada em meio à guerra, tem, aqui, o destaque para a Guarda Nacional, mais especificamente a guarda da província do Paraná. Este enfoque se dá porque essa província não tinha a obrigação de enviar tropas da guarda rumo ao teatro de guerra, não estava citada no decreto que convocava os guardas nacionais de inúmeras províncias, entretanto, o presidente provincial da época, Augusto de Pádua Fleury, mobilizou por iniciativa própria os guardas nacionais e fez um árduo trabalho para que a província se envolvesse fortemente no conflito.

Essas questões são importantes, porque vamos aqui trabalhar, primeiramente, como a guarda surgiu nessa província, quais as influências políticas e econômicas que surtiram efeito nesse processo. Em seguida, iremos trabalhar as funções desses homens no teatro da guerra, seus recrutamentos a partir de números específicos encontrados nos documentos oficiais da época, não só em documentos da província, mas também em documentos do ministro da guerra, entre outros papéis delegados para os homens dessa força militar e seus feitos nos momentos mais tensos do conflito armado.

ARCABOUÇO TEÓRICO-METODOLÓGICO

No campo teórico-metodológico utilizaremos toda a obra da autora Jeanne Berrance de Castro intitulado "A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850", para clarear e dar um amplo suporte às leituras que serão realizadas acerca do assunto. A intenção é compreender as transformações sofridas pela guarda nacional, passando por uma fase em que predominava um caráter mais popular: "essa classe 'intermediária', ativa, produtiva, foi a

ISSN - 2176-1116

que arcou com a responsabilidade de trabalho de Guarda Nacional [...]" (CASTRO, 1977, p. 108), e os homens da elite se encontravam nas linhas de reserva, até adquirir uma forma consolidada, e mais elitizada, de confluência com os interesses da elite política imperial. Em seguida analisaremos como isso influenciou no caráter da guarda nacional paranaense, propondo analisar quais os paralelos possíveis entre a tese de Jeanne Berrance de Castro e o processo inicial de formação da guarda, em 1853, tentaremos entender se a lógica das transformações aplicável no sentido mais geral da guarda nacional imperial brasileira se faz possível no caso paranaense também, ou se nesta província houve um processo único.

ORIGEM E TRANSFORMAÇÃO DA GUARDA NACIONAL IMPERIAL

A guarda nacional surgiu num contexto conturbado. Foi o período da regência brasileira que ocorreu logo após a renúncia de D. Pedro I. "A Guarda Nacional, como corporação militar paramilitar, atuou como reforço do poder civil, tornando-se o sustentáculo do Governo instaurado com o 7 de abril" (CASTRO, 1977, p. 17). Ao considerar aqueles que deram prosseguimento no surgimento da Guarda - os liberais - a compreensão dos rumos que ela tomou em seus primeiros suspiros de vida se faz mais entendível; ainda sobre o contexto, Castro (1977) nos explica que havia um exagero no quesito nacionalismo, pois com um rei português indo embora, ficou o sentimento de uma "verdadeira independência", então a valorização local já veio no âmago da Guarda.

Outro ponto relevante é que a necessidade da criação de uma força auxiliar sempre foi mencionada, desde os tempos do Primeiro Império. A ideia era uma força cívica que se submetesse as autoridades locais, como juízes da paz, entre outros, uma força que pudesse abafar convulsões internas que pudessem ocorrer no interior das cidades das províncias, fazer rondas de manutenção e, logo em seguida, vemos que ela também foi útil contra revoltas famosas do período regencial, além de algumas revoltas que ocorriam no próprio exército. "A Lei de 1831, criando a Guarda Nacional, tornou-se a principal força auxiliar da Menoridade e elemento básico na manutenção da integridade nacional (CASTRO, 1977, p. 23), sendo assim, essa força atuava principalmente nas províncias e, especificamente, nos limites dos municípios, e fora de tais limites, atuava apenas em casos mais graves onde as forças de primeira linha necessitavam de um reforço. É importante citar que, em sua lei primária, a dissolução da força, se fosse de interesse ou por algum motivo necessário, estava prevista para ocorrer caso fosse realizada pelas mãos do governo imperial. Isso ressalta mais uma vez o interesse de ter a guarda totalmente submissa aos interesses da elite política.

Sobre o recrutamento e a caracterização prévia dos milicianos: “todos os cidadãos brasileiros, de idade variável de 21 a 60 anos e cidadãos filhos de família dispondo de rendas para serem eleitores eram qualificados guardas nacionais” (CASTRO, 1977, p. 24).

A autora pontua que uma das primeiras questões, que fizeram a guarda ter um caráter mais popular, foram as isenções. Logo no ano seguinte à criação da força militar, um conjunto de leis foi promulgado o qual dizia que ficar isento do serviço de guarda nacional ficou mais fácil quando se era da elite, sendo assim, aos poucos o trabalho foi recaindo nos ombros das classes mais baixas: “naquela sociedade de classes sociais bem marcadas e hierarquizadas, o peso do recrutamento recaía sobre as classes mais desfavorecidas” (CASTRO, 1977, p. 70). A própria seleção era voltada para que estes homens fora da elite fossem escolhidos para compor a milícia; as próprias listas de qualificação apresentavam apenas a situação do indivíduo, isso porque a lei de criação da guarda não era discriminatória, e como disse Castro (1977), foi a primeira corporação que permitiu pessoas pobres e não brancas a ascenderem socialmente. Entretanto, é um equívoco pensar que as classes mais abastadas não se faziam presente, nesse primeiro momento, na guarda nacional. A priori, ela se encontrava nas reservas da milícia e a prestação de serviço se limitava em casos extremos. Um ponto importante que marca essa fase da guarda nacional como uma força popular é a ascensão de povos de classes desprovidas de uma condição econômica alta para cargos de alta relevância dentro da milícia: “de um modo geral, não havia problema proporem-se artesões para os postos de oficiais [...]” (CASTRO, 1977. p. 115), pequenos comerciantes viam a chance de mudar de vida e ver o sonho de ser um grande homem mais de perto.

Todas essas características populares, sua subordinação a autoridades apenas municipais, uma descentralização no serviço e a atuação nos limites das cidades, começaram a incomodar os conservadores que adentraram no poder anos após a criação da guarda. Os motivos são diversos, mas eles desejavam um aparato militar mais organizado e com menos possibilidades de ascensão social. A ideia de pobres, e mais ainda negros, com mãos em armas era visto com receio por estes homens. Sendo assim, várias reformas foram ocorrendo até a consolidação da transformação da Guarda Nacional. Por volta do ano de 1836, especificamente na província de São Paulo, alterações marcantes ocorreram sob a guarda deste local, não haveria mais um sistema de eleição para os postos de oficiais, tudo isso seria de nomeação provincial. “A significação dessas alterações, modificadoras do caráter democrático da força cidadã, vai manifestar-se especialmente após a reforma de 1850 (CASTRO, 1977, p. 154). As condições para ser considerado um eleitor e um Guarda Nacional também mudaram, os critérios passaram a ser mais rigorosos, tudo pensando em tirar os pobres das armas. Selecionar homens baseando-se na renda mínima

mantinha o status quo desejado “a qualificação passou a ser feita quase exclusivamente em termos de prestígio pessoal, de perseguições particulares ou políticas” (CASTRO, 1977, p. 182).

Sendo assim, com essas alterações consolidadas em 1850, a Guarda Nacional se encontrava, naquele momento, numa situação de total submissão a província. Houve uma centralização de sua atividade, o que significava que não estava mais sujeita as dinâmicas internas e únicas dos municípios, além do mais, a participação das classes baixas foram limitadas; todas essas transformações lançaram a milícia como uma força militar com papel político, em que atenderia os interesses da elite política provincial e do próprio governo Imperial.

CARACTERÍSTICAS DA GUARDA PARANAENSE

Vamos aqui entender primeiramente como foi o nascimento dessa força militar na província paranaense, sempre levando em consideração que a emancipação da Província ocorreu só em 1853, e a Lei que consolidou totalmente a mudança profunda da Guarda Nacional no Império todo só foi promulgada no ano de 1850. Essa consideração é importante, pois vamos buscar descobrir qual foi o caráter social inicial da milícia paranaense, se ela seguiu os moldes gerais, montando uma força mais centralizada e com menos chances de ascensão social, ou se houve uma dinâmica própria para esta região.

Vemos, a princípio, que “geralmente os membros da guarda nacional, ou os guardas nacionais qualificados eram lavradores pobres, que prejudicavam a economia da agricultura servindo na guarnição da província, prática agravada no período da Guerra contra o Paraguai.” (BRITO, 2011, p. 32). Isso nos mostra que a guarda nacional paranaense seguiu o modelo da guarda popular nacional, na qual homens menos abastados compunham a força militar e possuíam uma chance de ascensão social. Nos documentos dos primeiros anos pós-emancipação não foram encontradas muitas informações acerca da organização da Guarda Nacional, mas de sua situação em 1853, o presidente da província Vasconcellos fala:

> A guarda nacional, exceptuando hum, ou outro município, acha-se por toda a parte do estado de desorganização o mais compieto, para o que tem concorrido, além das causas procedentes da defeituosa legislação antiga, o abalo e espectativa em que estão os animos desde que se publicarão a lei geral n 602 de 19 de setembro de 1850 e respectivos regulamentos, cuja execução tanto se retardou, relativamente á Curityba, que elevada á pouco á província, nada estava, ao tempo de sua instalação acabo do como convinha (1854, p. 27).

Vemos como o presidente demonstra a desorganização de uma força militar agrupada às pressas, mas principalmente vemos como ele diz que, por conta do tempo, Coritiba não

conseguiu seguir a Lei de 1850, que mudou todo o caráter da Guarda Nacional, além de que, no início, vemos como a função da Guarda no Paraná, aparentemente, segue a linha “antiga” de atender as necessidades dos municípios, limitando-se apenas a isso, com uma logística descentralizada. Números não são explicitados neste momento.

Podemos ver no documento da coleção de Leis e decretos do Paraná que “fica o governo autorizado a organizar uma companhia de força policial com um total de sessenta e sete praças, e soldo constante do plano junto” (PARANÁ, 1854, p. 11). Essa citação tem sua importância porque havia uma grande ligação entre a guarda nacional e a força policial, o próprio presidente da província Vasconcellos de 1854 afirmava que:

> A guarda policial he huma instituição absurda, porque sendo composta dos excluidos da guarda nacional, e consequentemente organisada com proletarios e com o rebotalho da população, visto que a regra fala de 200U de renda- abrange tudo, exige-se, entretanto, dela serviço incompatível com o estado pouco favorável de fortuna, que he o seo característico (1854, p. 30).

Podemos ver como o presidente Vasconcellos via e tratava tanto a guarda nacional como a policial, mesmo que já definimos que os homens que trabalhavam na Guarda eram pobres e lavradores, aparentemente, vemos que ainda há uma classe vista, pelo presidente, como socialmente inferior, pois seus integrantes são chamados de “excluídos da milícia”: os homens pobres da cidade, chamados de proletários. Mais uma vez podemos ver o funcionamento da Guarda Nacional nos moldes populares. Edilson Pereira Brito afirma que a:

> Guarda Nacional criava centenas de postos. Assim, cidadãos eleitores, pessoas simples no geral, recebiam patentes outorgadas pelo governo geral, cujo maior representante era o Imperador, D. Pedro II, transformando-os em tenentes, sargentos, alferes, cabos e furriéis (BRITO, 2018, p. 38).

PARTICIPAÇÃO NA GUERRA DO PARAGUAI

Neste tópico vamos explicar como foi a convocação e os números dos milicianos paranaenses rumo a Guerra do Paraguai, além de exemplificar as funções delegadas a eles e seus feitos no teatro da guerra.

Em dezembro de 1864, o Brasil ficava perplexo, porque as tropas paraguaias haviam sequestrado o “Marquês de Olinda” e, logo em seguida, já estavam adentrando em terras imperiais. Tais tropas invadiram a província do Mato Grosso e, apesar do espanto da população, o Governo não tardou para mandar reforços à província invadida. Além disso, uma árdua mobilização foi pensada e realizada para essa guerra, e é sobre essa primeira leva de convocação, especificando o caso paranaense, que iremos tratar agora.

Sabemos que a mobilização foi grande, se estendendo para praticamente todas as províncias do Brasil e convocando todos os segmentos militares; citamos aqui também a própria tática da companhia dos voluntários da Pátria, incentivando o alistamento de civis, apelando para o lado do nacionalismo e oferecendo grandes gratificações monetárias. “Por todo o país houve, de início, entusiasmo popular e voluntários se apresentaram para o campo de batalha. O mesmo ardor não foi demonstrado pela Guarda Nacional, milícia controlada pelas elites regionais” (DORATIOTO, 2002, p. 111).

A obra de Doratioto, “Maldita Guerra” (2002), é a obra referência no momento quando o assunto é Guerra do Paraguai, porém precisamos fazer duas ressalvas importantes para o contexto. A primeira é diz respeito ao “entusiasmo popular” o qual deve ser trabalhado com cuidado. Houve sim uma explosão de nacionalismo, mas muito disso foi incentivado com as próprias gratificações dos sistemas de recrutamento militar formuladas pelo governo, a exemplo dos Voluntários da Pátria já citados aqui, então, esse entusiasmo não veio do nada, podemos dizer assim que “para realizar esta convocação era necessário obter legitimação e apoio do povo brasileiro em participar deste embate junto às Tropas de Linha do Exército, já que esta Força era desqualificada pela sociedade” (FERRER, 2004, p. 61).

A segunda ressalva diz respeito a quem Doratioto coloca como comandante da Guarda Nacional, assim com o próprio Julio José Chiavenatto (1983) nos mostra que os fatores econômicos foram importantes nas decisões de início da guerra, adequamos sua tese geral para o contexto vigente, em que cada província teve suas particularidades e próprias motivações, no caso do Paraná o que levou a Província a mobilizar suas tropas da milícia e adentrar na guerra foram motivações econômicas além de que, em todo o Brasil, como reflexo da Lei de 1850, as elites assumiram os postos da milícia, mas devemos relembrar que, no nosso caso especifico - do Paraná - a realidade era outra e os homens que compunham a Guarda ainda eram pobres, de sua maioria lavradores, buscando ascensão social. Porém, o que nos é importante na fala é a questão da dificuldade “despertar” um sentimento nacionalista numa milícia, que muitas vezes passava dificuldade para exercer seu trabalho e, em alguns casos, tirava até do próprio bolso matérias de serviço. Essa questão se faz presente, pois as primeiras mobilizações mais árduas do Paraná vieram através da Guarda Nacional, a dificuldade estava na organização, mesmo assim foi um esforço demasiado, lembrando que no decreto que convocava as Guardas Nacionais à guerra o Paraná foi deixado de lado, porém Fleury, presidente da província na época, não aceitou e enviou tropas mesmo assim, segundo ele:

> Em execução do Decreto n.3.383 de 21 de Janeiro que chamou a serviço de corpos destacados 14.796 guardas nacionais, tendo o Paraná concorrer com 416, dividi este contingente, conforme o numero de praças de cada comando, e ordenei que com urgência se reunissem os conselhos de

ISSN - 2176-1116

> qualificação e de revista, para fazerem a designação, segundo as prescripções da Lei (FLEURY, 1865, p. 9).

Vemos a pressa para organizar e mobilizar as tropas para o envio ao conflito, além do mais, neste mesmo documento, o Presidente afirma que os guardas de sua província podiam fazer muito mais do que papéis de guarnição, e apresentavam capacidade de ajudar em conflitos diretos com o inimigo.

Além da contribuição física, muitos guardas nacionais também contribuíam para a guerra com doações, como vemos no relatório do ministro da Guerra do ano de 1864: Joaquim Dias Tavares, alferes da guarda nacional- ofereceu-se para instructor dos destacamentos da capital da província, renunciando os respectivos vencimentos em benefício das urgências do Estado" (1864, p. 199). Vemos que este homem da Guarda Nacional paranaense, não só ofereceu seu serviço como instrutor, mas também na parte monetária não recebeu benefícios destinados a ele. Essa prática foi muito difundida. No mais, mesmo com as dificuldades citadas, a mobilização ocorreu bem, a intenção de Fleury havia sido se concretizado, porém outros aspectos além do patriotismo foram marcantes:

> Todo esse procedimento não deixava de conter forte teor político, uma vez que a elite local utilizou a Guerra, desde o começo, para tentar impor a sua vontade, seja para angariar novos soldados, seja para retardar o envio dos praças (BRITO, 2018, p. 201).

Afirmamos que nos primeiros anos a contribuição da guarda cívica foi essencialmente de guarnição, nas fronteiras dos limites da própria província do Paraná, entretanto, com o passar do tempo, essa situação precisaria mudar, e vemos no próprio relatório do ministério da guerra:

> Além das incursões dos selvagens em algumas partes, como infelizmente acaba de acontecer no Paraná, não faltão occurrencias, em que a presença da força é indispensável. Os corpos de guarnição não são sufficientes para todo o serviço, para o qual não deixa a guarda nacional de ser chamada (MELLO, 1864, p. 4).

Entretanto, já vemos uma exceção a essa regra no tocante a defesa da província invadida do Mato Grosso, onde houve participação dos milicianos paranaenses, citado no relatório do ministro de guerra:

> Em data de 27 do Abril de 1865 seguio desta Corte para Santos, com direcção a Mato Grosso, o Corpo de artilharia do Amazonas, que em marcha reunio-se não só ao Corpo de guarnição do Paraná, que desta Província havia marchado com o mesmo destino, como ao de guarnição de S. Paulo, Companhia de Cavàllaria e Corpo de Voluntários Policiaes da mesma Província, perfazendo ao todo 568 praças sob o Commando do Coronel Manoel Pedro Drago (FERRAZ, 1866, p. 34).

AS NOVAS FUNÇÕES DA MILÍCIA NA GUERRA

Outro ponto que ressalta a importância da Guarda Nacional, não só no âmbito paranaense, mas em todo Brasil, se deu no ano de 1866, época tensa, quando se estava percebendo que o conflito iria durar mais do que havia se imaginado. Neste ano "ao findar de março, todo o Exército Brasileiro estava concentrado no Passo da Pátria, pronto para invadir o território paraguaio" (FORTES, 2001, p. 68). Vemos nas Atas do Conselho de Estado Pleno a seguinte passagem: "Julgava prudente na presente situação política do país evitar, tanto quanto fosse possível, o recrutamento, empregando-se de preferência para o mesmo fim os contingentes da Guarda Nacional (1866, p. 36), e no geral, no meio dessa discussão, a ideia estava sendo bem recebida

> O Conselheiro Pimenta Bueno responde afirmativamente ao primeiro quesito, porque entende que convém muito que o Governo por engajamento de voluntários, contingentes da guarda nacional, e por meio do recrutamento mande com brevidade novos reforços ao nosso exército no Paraguai. (1866, p. 37).

Logo, podemos ver que o trabalho da milícia não se daria apenas no sentido das guarnições, prática já muito exercida pela força militar em períodos muito anteriores à Guerra, eles iriam para o campo de batalha fora de território nacional. Até porque, o próprio documento mostra que o sentimento era de que a Guarda Nacional estava quase que em dívida para com os brasileiros, pois avaliava-se que ela podia fazer mais e que o Governo não tinha outra força além dela. Voltando para o caso Paranaense podemos entender que:

> Atuando até então primordialmente nos limites do município, era a primeira vez que a força enfrentaria uma peleja de tal monta, nas bordas do território nacional. Lavradores pobres teriam que se transformar, num piscar de olhos, em soldados. (BRITO, 2018, p. 203).

Por conta disso, discussões acerca da mobilidade e até dos benefícios que são dados à guarda cívica em comparação até mesmo com os voluntários da pátria, vemos no relatório do ministério da guerra:

> Na mesma lei devem-se mencionar os meios de se obter a força decretada para circumstancias extraordinárias, quer creando uma reserva e dando mobilidade aos corpos da guarda nacional, que tiverem de destacar, quer estabelecendo as vantagens para voluntários da pátria. (PARANAGUÁ, 1867, p. 10).

O ano de 1866, no contexto da guerra, nos leva a pensar alguns outros pontos sobre a participação da Guarda Nacional. Este ano é importante muito por conta dos objetivos da Tríplice Aliança neste período:

> De então em diante, as operações do 1º CEx brasileiro e de tropas argentinas e uruguaias de que participam as unidades das várias armas são dominadas pelo objetivo global de, rumo ao norte, atingir Humaitá, o poderoso baluarte paraguaio, por terreno ingrato, sem estradas, cheio de brejos e alagadiços, gerando cursos d'água afluentes do Rio Paraguai, que dificultam a progressão do atacante e favorecem a defesa dos locais. (FORTES, 2001, p. 73).

Vemos como a Aliança tinha um objetivo em comum, trabalhar arduamente para alcançar o forte, e é aqui que a Milícia Cidadã também exerce sua função. Visto isso, é de se pensar a partir de qual armamento estes soldados poderiam usufruir.

> Podemos perceber, consequentemente, que, apesar de toda a modernidade atribuída ao rifle na Guerra do Paraguai, o conjunto baioneta/coronha encontrou muito espaço tático vago para continuar sendo tão presente e decisivo quanto havia sido na batalha de Culloden (1746), mais de um século antes, durante a Guerra Jacobita, na Escócia. Por fim, um armamento comum a todos os oficiais do Exército, Guarda Nacional e Voluntários da Pátria, foi o revólver. (GONÇALVES, 2009, p. 60).

Mesmo tendo ressaltado todos os feitos da guarda, principalmente no tocante das falas dos presidentes da província que tem um intuito de valorizar os ocorridos para aflorar o patriotismo da população:

> A Guarda Nacional que após a Independência passou assumir a defesa do território brasileiro, com o maior número de efetivo e incentivo econômico, em detrimento do Exército profissional, não se mostrou capaz de enfrentar as Forças paraguaias, devido a essas manobras estratégicas, em que os comandantes militares do Paraguai utilizavam a combinação das Armas, para eliminar as tropas aliadas, estabelecendo assim, uma "nova" forma de guerrear, diferente das "guerras de guerrilhas" ou guerras irregulares, travadas no Prata.(FERRER, 2004, p. 67).

Podemos explicar essas dificuldades sofridas pela Guarda Nacional porque este era um conflito onde não havia forças regionais, contexto de combate em que a milícia estava acostumada, e como o próprio Ferrer afirma, eram forças de Estados nacionais organizados. Além do mais, 1866 foi um ano de batalhas marcantes, e de derrotados para o lado do Império brasileiro que mudaram o rumo das coisas:

> Em 1866 após o fim das batalhas no território meridional, tornou-se nítida a dificuldade de reunir no sul do País, homens à guerra. Sendo assim, o recrutamento forçado passou a atuar com toda sua violência e arbitrariedade entre os Sul- riograndenses, assim como em todo o País (FERRER, 2004, p. 127).

Um dos saldos marcantes destas derrotas foi a entrada de Caxias no comando das tropas brasileiras:

> Caxias assumiu o posto de comandante-em-chefe das forças brasileiras em 19 de novembro de 1866. O momento era difícil, pois o Exército aliado se encontrava desarticulado, sem ânimo, e o comandante brasileiro deveria

ISSN - 2176-1116

> substituir o clima de mal-estar, que Porto Alegre e Tamandaré criaram, pelo de cordialidade com Mitre. (DORATIOTO, 2002, p. 278).

Mesmo com essas dificuldades, seguimos para o ano de 1867, quando as tropas brasileiras já estavam a um tempo em território paraguaio, temos a fala do presidente da província Burlamaque que diz:

> O modo porque a guarda nacional tem-se sabido haver no cumprimento de seus deveros, na quadra difficil e tormentosa que atraveza o paiz, já dei-vos a conhecer, quando tratei dos numerosos contingentes, que, em diversas ocasiões, marcharam para o sul do império. Não tenho a este respeito senão palavras de louvor e agradecimento a brisosa guarda cívica do Paraná (1867, p. 15).

Tratando da fala do presidente, vemos como é clara a exaltação dos feitos fora do Paraná, da milícia de sua província, e vemos também o alargamento da área de atuação dos milicianos. Mesmo que não tivessem saído do território nacional, adentrando em solo inimigo, já temos um relato da realização de atividades que não fossem apenas a guarnição tão efetuada por esses guardas. É importante ressaltar essa necessidade de valorizar os "grandes feitos" do povo paranaense, já que era um contexto complicado visto as baixas nas já citadas batalhas trágicas, fazendo com que o recrutamento ficasse cada vez mais difícil, sendo imprescindível esta estratégia do apelo patriótico.

O terceiro ano de conflito entre a Tríplice Aliança e a República do Paraguai marca as batalhas travadas no território paraguaio, nas quais podemos ver a importância dada a guarda nacional: declara que as praças da Guarda Nacional, chamadas para destacamento de guerra, não devem ser empregadas em serviço policial" (Coleção Decisões do Governo Império do Brasil, 1867, p. 111), ou seja, a ideia era que os destacados para o teatro de guerra cumprissem apenas esta função. Temos um número significativo na Ata do Conselho de Estado quando se refere a participação de Conde d'Eu:

> "Sua Alteza o Sr. Conde d'Eu, à vista do Decreto nº 3.809, de 13 do corrente, publicado no Diário Oficial de ontem, chamando às armas oito mil Guardas Nacionais, acaba de manifestar novamente o desejo que tem de prestar serviços no teatro da guerra, e pede para isso a necessária permissão." (IGLÉSIAS, 1867, p. 89).

De acordo com o relatório do Ministério de Guerra, a província do Paraná enviou 89 guardas nacionais neste contexto caótico de conflito no ano de 1867. Entretanto, o alto número de convocados da ala da guarda nacional, (não somente na província do Paraná, mas do Império como um todo), a necessidade do apelo ao patriotismo a todo momento e a longa duração, levantaram inseguranças em relação a este cenário, como podemos ver nas Atas do conselho de Estado Pleno:

> As circunstâncias são, pois, ou me parecem, muito graves: o chamamento às armas de mais dez mil praças da Guarda Nacional, e conseqüente manifestação de Sua Alteza a revelam. E posso eu, permita-se-me repeti-lo, fundamentar, sem inteiro conhecimento dos fatos, segundo conselho negativo? O patriotismo brasileiro há de sem dúvida, coadjuvando os esforços do Governo de Vossa Majestade Imperial, fornecer todo o pessoal necessário ao exército para o desejado triunfo desta guerra nacional: os meios pecuniários também acreditam que nos não hão de faltar. Porém, seis meses ou um ano mais de Guerra, ou uma paz que não seja ditada dentro dos muros da conquistada Assunção, podem trazer-nos incalculáveis conseqüências. (1867, p. 91).

Este cenário fez com que uma proposta de paz entre a Tríplice Aliança e as forças de Solano Lopez surgisse "Ilmo e Exmo Sr., o Governo argentino ofereceu ao de Sua Majestade o Imperador um projeto de tratado definitivo de paz, que os aliados hão de celebrar com o Paraguai" (Souza, 1867, p. 15). Porém, sabemos que isto não se concretizou e a Guerra seguiu.

Prosseguindo para o ano de 1868, em contexto geral, este ano foi marcado pela tomada da fortaleza de Humaitá, onde o cerco havia se iniciado no ano anterior e com isso "a perspectiva do sítio total de Humaitá, por terra e água, levou Solano López a evacuar essa posição em março de 1868" (DORATIOTO, 1996, p. 60). Houve discussões sobre como deveria ser realizada esta tomada, de maneira mais lenta ou da forma mais rápida possível:

> Assim é que, Caxias optando pela tomada mais rápida o possível, ordenou, em 16 de julho de 1868, o bombardeio prévio com a artilharia dos 1º, 2º e 3º Corpos brasileiros e demais aliados, mais a artilharia da marinha, e o assalto às trincheiras de Humaitá com as forças do 3º Corpo de Exército, sob comando de Osório. (GONÇALVES, 2009, p. 39).

Essa tomada de assalto viria a se concluir dias depois, e a tomada da fortaleza tornou-se um marco memorável e muito importante para a história e os rumos que o conflito viria a tomar: "Humaitá só seria ocupada pelos aliados em 25 de julho de 1868, após seus últimos defensores evacuarem-na, seguindo para o Chaco, na margem direita do rio Paraguai" (GONÇALVES, 2009, p. 40).

Para pensarmos onde se encaixa os soldados da milícia cidadã paranaense, logo no início do relatório do Ministério da Guerra de 1868, destacamos a seguinte passagem de seu redator "Conciliar a economia, e a reducção do pessoal, com o bom desempenho dos trabalhos, foi o meu principal cuidado." (PARANAGUÁ, 1868, p. 2). Cremos ser de uma certa relevância esta fala do ministro, visto que fica evidente o problema em relação ao tempo de guerra e as economias colocadas à disposição do conflito, além do mais, outro aspecto digno de comentário é a preocupação do ministro de Paranaguá com a questão dos armamentos:

> Os arsenaes de guerra das províncias, nos limites das suas attribuições, vão preenchendo, como devem, as suas obrigações. A experiência da administração dos negócios da repartição da guerra me tem patenteado a necessidade de se reformarem quanto antes todos esses estabelecimentos, por onde se despendem avuitadas sommas.(1868, p. 15).

O relatório provincial do Paraná de 1868 diz que "a milícia cidadã não completou o seu contingente, mas contribui com 34 praças que marcharam durante a minha administração e foram unir-se aos bravos que defendem a honra do nosso paiz" (ARAUJO, 1868, p. 6), porém visto os dados do relatório de guerra, temos a soma de 165 guardas nacionais designados no período entre os anos de 1867 e 1868 provindos da província do Paraná; isto se da por conta das datas de publicação, já que o relatório paranaense foi redigido no mês dois de 1868 e o relatório do ministério da guerra é publicado no fim do ano. Ainda sobre o relatório provincial, o apelo ao patriotismo se mantém recorrente: "Confio que os briosos habitantes da província continuarão auxiliar-me no grande e patriótico empenho de reforçar nosso exército, dando assim provas de que o patriotismo é sentimento que jamais se extingue nos filhos do Paraná" (ARAUJO, 1868, p. 6).

A GUARDA NACIONAL PARANAENSE NO FIM DA GUERRA

Passamos para os últimos anos do conflito imperial contra a república do Paraguai, muito marcantes principalmente pela saída de Caxias do comando das forças aliadas, que ocorreu logo após a ocupação de Assunção pelas tropas brasileiras.

> Em 1º de janeiro de 1869, Assunção, deserta, foi ocupada pelas tropas brasileiras. Nesse mesmo mês, Caxias retirou-se do Paraguai, sem esperar ordens superiores [...] essa retirada, acrescida do cansaço da guerra por parte das forças brasileiras, sentimento aprofundado após os duros combates de dezembro do ano anterior, levaram à imobilização militar até meados de 1869. A partir de então, já com as forças imperiais sob o comando do conde d'Eu, foram retomadas as ações bélicas contra Solano López. (DORATIOTO, 2002, p. 383).

Podemos perceber que, num contexto geral, a situação era crítica com o desligamento efetivo do campo de batalha de um dos expoentes mais marcantes deste conflito do dia 17 de janeiro de 1869. Doratioto afirma que houve quem chegasse a duvidar desta situação, como o próprio imperador, mas Caxias não voltou atrás em sua decisão e o conde d'Eu assume o comando. "Em Assunção 2.748 homens, em Humaitá 1.588, no Rosário 2.044 e no Aguapeí 1.300 completavam o total de tropas nacionais na república" (TAUNAY, 1958, p. 13). Este era o quadro geral descrito por Taunay dentro do campo de batalha.

Tratando do nosso recorte, o presidente da província do Paraná, em seu relatório informou agilidade na organização dos contingentes e, em seguida, expondo o número de guardas nacionais paranaenses enviados à guerra "84 voluntarios que alistados no mesmo

município por esforços do respectivo commandante superior dirigiram ao theatro da guerra" (FONSECA, 1869, p. 8).

Vale ressaltar também que, já neste período, dentro do Paraná, na lei número 191 do mês de maio de 1869, bonificações por conta dos feitos em guerra já estavam sendo anunciadas: "Art. 1º Aos empregados provinciaes será contado em dobro, para a sua aposentadoria, todo o tempo em que estiverem fora de seus empregos, servindo a nação no theatro da guerra com o Paraguay" (1869, p. 15).

Por fim, no último ano do conflito que iria se encerrar com o assassinato de Solano Lopez, o ocorrido se deu em um último conflito:

> Em lº de março de 1870, a cavalaria e a infantaria brasileiras entraram em Cerro Corá e houve feroz luta contra duas ou três centenas de soldados paraguaios. Solano López tentou fugir a galope, mas era facilmente identificável — era o único homem gordo em um Exército de esqueletos 213 —, e na fuga foi alcançado e ferido mortalmente por um golpe de lança dado pelo cabo Francisco Lacerda, conhecido por Chico Diabo. (DORATIOTO, 2009, p. 451).

No Paraná, as vésperas do final da guerra, em seu relatório ministerial, o presidente Carvalho escreve uma saudação honrosa aos guardas nacionais de sua província, além de parabenizá-los pelos feitos em guerra, o serviço de guarnição e policial, o que nos releva a importância destas atividades em um contexto geral paranaense através do discurso do presidente:

> Não devo passar a outro assumpto, sem tributar á briosa guarda cívica do Paraná os louvores á que tem direito por seus esforços no constante desempenho de todo o serviço de guarnição e de policia, que desde o começo da guerra pesa sobre ella. Seria injustiça si o não fizesse; é ella aqui, como em todas as províncias, credora da gratidão nacional. (CARVALHO, 1870, p. 25).

Como vemos a exaltação dos feitos que não estão diretamente com o conflito é grande, a ponto de ser atribuída a milícia cidadã a criadora da gratidão nacional, e ele segue com a valorização do que foi conquistado no teatro da guerra:

> Esta instituição na quadra difficil, que temos atravessado, convenceu-nos das esperanças que nella se depositavam. A todos os sacrifícios se tem submetido com amor e zelo pela causa publica e nos fatos históricos desta luta gloriosa com o Paraguay muita paginas lhe pertencem para comemorar seus relecantes serviços, o valor e heroicidade de seus officiaes e soldados. (CARVALHO, 1870, p. 25).

Quando pensamos em números de soldados, o Paraná somava 93 soldados da guarda nacional ao serviço do ministério da guerra, de acordo com os números do relatório deste mesmo ministério.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, podemos observar que a Guarda Nacional brasileira surgiu em um contexto conturbado da regência e que veio influenciar seus padrões, entretanto, com o passar dos anos houve uma significativa transformação em sua composição para atender o interesse das elites, já que em seus momentos iniciais ela possuía um caráter mais popular e neste aspecto todo o trabalho da autora Jeane Berrance de Castro foi essencial.

O contexto da milícia civil paranaense é distinto das outras províncias, já que a comarca de Curitiba se emancipou de São Paulo tardiamente, apenas no ano de 1853, então a regra geral passada por Castro em sua obra, na qual a guarda nacional era de caráter mais popular e foi se elitizando até sua consolidação em 1851, no Paraná, não se corporifica, pois vemos que em sua maioria era composta por homens pobres, porém se comparada com a força policial, vemos que ela tem um *status* mais elevado.

No tocante a Guerra do Paraguai, a milícia cidadã recebeu funções que foram se alterando com o decorrer do conflito, que, em um primeiro momento, a ela apenas eram delegados os serviços de guarnição e, paulatinamente, foram mandados aos campos de batalha, não apenas em território brasileiro como no solo da República Paraguaia. Vale destacar que os relatórios provinciais exaltam os feitos da milícia civil paranaense, pois foram atribuídas a ela não só as obrigações de guerra, mas funções de outros segmentos, como da guarda policial.

FONTES:

ARAÚJO, José Feliciano Horta de. **Relatório apresentado à assembleia legislativa da província do Paraná.** Curitiba. 1868. Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/ Acesso em: 11 mar. 2021.

BURLAMAQUE, Polidoro. **Relatório apresentado à assembleia legislativa do Paraná.** Curitiba. 1867. Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/ Acesso em: 11 mar. 2021.

CAMAMÚ, Visconde. **Relatório da repartição dos negócios da guerra**. Rio de Janeiro. 1865. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/ Acesso em: 11 mar. 2021.

CARVALHO, Antonio Luiz Affonso de. **Relatório apresentado à assembleia legislativa do Paraná.** Curitiba. 1870. Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/ Acesso em: 11 mar. 2021.

Colleção das Leis da Província do Paraná. Curitiba. 1869. Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/ Acesso em: 11 mar. 2021.

FERRAZ, Angelo. **Relatório apresentado à assembleia geral legislativa na quarta sessão da décima segunda legislatura pelo ministro e secretario de estado dos negócios da guerra**. Rio de Janeiro. 1866. Disponível em: Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/ Acesso em: 11 mar. 2021.

FLEURY, André. **Relatório do presidente da Província do Paraná**. Curitiba. 1865. Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/ Acesso em: 11 mar. 2021.

FLEURY, André. **Relatório do presidente da Província do Paraná**. Curitiba. 1866. Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/ Acesso em: 11 mar. 2021.

FONSECA, Antonio Augusto. **Relatório com que o EXM. SR. Presidente da Província abriu a 2ª sessão da 8ª Legislatura da Assembleia legislativa do Paraná.**
IGLÉSIAS, Francisco. **Atas do Conselho de Estado:** Terceiro Conselho de Estado, 1865-1867.

Leis e Decretos Regulamentos e Deliberações do Governo da província do Paraná. Curitiba. 1854. Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/ Acesso em: 11 mar. 2021
.
MELLO, Antonio. **Relatório apresentado á assembléa geral legislativa na primeira sessão da decima segunda legislatura pelo ministro e secretario de estado dos negócios da guerra**. Rio de Janeiro. 1864.

PARANAGUÁ, João**. Relatório da repartição dos negócios de guerra**. Rio de Janeiro. 1867. Disponível em: Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/ Acesso em: 11 mar. 2021.

VASCONCELLOS, Zacarias. **Relatório do presidente da Província**. Curitiba. 1854. Disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/ Acesso em: 11 mar. 2021.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRITO, Edilson. **A serviço da pátria**: o recrutamento militar na Província do Paraná durante a Guerra do Paraguai (1865-1870).2011. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

BRITO, Edilson Pereira. **Os soldados da Guarda Nacional na Província do Paraná**: trabalho, recrutamento e cidadania, 1853-1888. 2018. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

CASTRO, Jeanne Berrance de**. A milícia cidadã**: a guarda nacional de 1831 a 1850. São Paulo. Nacional. 1977.

CHIAVENATO, Julio José**. Genocídio Americano**: a Guerra do Paraguai. Brasília. Brasiliense. 1979.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo. Companhia das Letras. 2002.

DORATIOTO, Francisco. **O conflito com o Paraguai**: a grande guerra do Brasil. São Paulo. Ática. 1996.
FERRER, Francisca. **O recrutamento militar na guerra do Paraguai:** Voluntariado e coerção.2004. Dissertação (Mestrado em História). PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre.

FORTES, Hugo Borges. **Canhões cruzados**: uma síntese da história da artilharia de costa brasileira. Rio de Janeiro. Biblioteca do exército. 2001.

GONÇALVES, Leandro José Clemente. **Tática do Exército brasileiro na Guerra do Paraguai de 1866 a 1868.** 2009. Dissertação (Mestrado em História) — Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2009.

MENEZES, Alfredo da Mota. **Guerra do Paraguai:** como construímos o conflito. São Paulo: Contexto; Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1998.

TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle Taunay, Visconde de. **Diário do exército**: 1869-1970: a Campanha da Cordilheira. São Paulo. Melhoramentos, 1958.

EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E CIVILIDADE:
A RELAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL E LEI DAS ESCOLAS DAS PRIMEIRAS LETRAS (1822-1889)

Francisco de Assis de Sousa Nascimento[1]
Joel Marcos Brasil de Sousa Batista[2]

RESUMO

O presente artigo visa compreender a construção de um sentimento de identidade-nacional no país pós-independente e a sua relação com direito do acesso ao ensino primário no período do Império Brasileiro (1822-1889), mediante a análise da Lei da Educação das Primeiras Letras de 1827, conforme a análise da grade curricular expressa na lei. Foi realizada a revisão historiográfica acerca dos impactos do Ato Adicional de 1834, referente ao processo de ensino, somado com a análise do recenseamento de 1872, visando entender, os resultados das políticas públicas do Estado Imperial referente à alfabetização. Foram analisadas as seguintes fontes: leis constitucionais e os decretos sancionados pelo Governo Imperial referente às políticas educacionais e o Censo de 1872. A pergunta norteadora da presente pesquisa: qual a relação da construção do sentimento de identidade nacional com a Lei das Escolas das Primeiras Letras de 1824? A metodologia foi de natureza hemerográfica, bibliográfica e qualitativa. A fundamentação teórica privilegiou as categorias da memória e história da educação, promovendo o diálogo com os seguintes autores: Gondra e Schueler (2008), Faria Filho (2003), Hobsbawm (1990), Mattos (1987), Saviani (2013) e Schwarcz (1998).

Palavras-chave: Identidade Nacional; Educação primária; Brasil Imperial.

---

[1] Professor Associado III da Universidade Federal do Piauí - UFPI, do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil - PPGHB/UFPI. Possui Doutorado em História Social pela Universidade Federal Fluminense - UFF, Mestrado em História do Brasil, pela UFPI, Especialização em Docência do Ensino Superior pela UESPI, Graduação em História pela UESPI, Graduação em Pedagogia pela UFPI e Graduação em Psicologia pela Uninassau - Teresina. Registro CRP 21/04623. Coordena o Curso de Licenciatura em História, do CEAD (Centro de Educação Aberta e a distância) e os Programas Stricto Sensu da Pró Reitoria de Ensino de Pós-Graduação - PRPG/UFPI. É Líder do Grupo de Pesquisa do CNPq "História Política, Teatro e Estética" Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: República, Educação, Psico-história, história militar, música, cultura, literatura, teatro, memória. G-mail: franciscoufpi@gmail.com. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/6305918928692600.

[2] Graduando no curso de Licenciatura Plena em História, pela Universidade Federal do Piauí, Campus Petrônio Portella, Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Cientifica (PIBIC) associado com o programa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico (CNPq). G-mail: joelmarcosbrasil@gmail.com. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/5235906662071695

ABSTRACT

This article aims to understand the construction of a sense of national identity in the post-independent country and its relationship with the right to access primary education during the Brazilian Empire (1822-1889), through the analysis of the Education Law of the First Letters of 1827, according to the analysis of the curriculum expressed in the law. A historiographical review will be made about the impacts of the Additional Act of 1834, referring to the teaching process, added to the analysis of the 1872 census, in order to understand the results of public policies of the Imperial State regarding literacy. The following sources were analyzed: constitutional laws and decrees sanctioned by the Imperial Government regarding educational policies and the 1872 Census. What is the relationship of the construction of the feeling of national identity with the Law on Schools of First Letters of 1824? The methodology was hemerographic, bibliographical and qualitative in nature. The theoretical foundation privileged the categories of memory and history of education, dialogue a promoting with the authors the following authors: Gondra and Schueler (2008), Faria Filho (2003), Hobsbawm (1990), Mattos (1987), Saviani (2013) and Schwarcz (1998)

Keywords: National Identity. Primary education. Imperial Brazil.

INTRODUÇÃO

O processo de independência política do Brasil foi "[...] realizada pelas categorias dominantes interessadas em assegurar a preservação da ordem estabelecida[...]" (COSTA, 2010, p.62), sob a liderança do príncipe herdeiro do trono português D. Pedro I, resultou na ausência de mudança significativa para a maioria da população. Entretanto, isso não significa que as elites encarregadas em construir o novo Estado-Nação, não tinham a preocupação de inseri-las e instruí-las — com limites — nesse Estado em formação, conforme seus interesses e projetos políticos.

Diante disso, percebe-se que a emancipação política do Brasil, não foi consequência de um sentimento nacionalista, dado que o "[...] nacionalismo brasileiro manifestava-se sobretudo sob a forma de um antiportuguesismo generalizado[...]" (COSTA, 2010, p.35). Nesse viés, conclui-se que era necessário após a conquista da emancipação política do Brasil, com a formação do Estado Imperial, fabricar seu conteúdo: "os brasileiros" (MATTOS, 2003, p.153).

Nesse contexto, salientar-se em concordância, com o historiador Ilmar Mattos (1987), os dirigentes do Estado Imperial objetivavam "[...] a manutenção de uma Ordem e a difusão de uma Civilização[...]" (MATTOS, 1987, p.281), contudo, para manter essa ordem e difundir

o seu ideal de civilização, a princípio, era necessário a “expansão para dentro” (MATTOS, 2014, p.37), ou seja, a construção do que seria a Nação brasileira, e seu conteúdo, os brasileiros. Portanto, é explícito a necessidade de o Estado Imperial após independência instruir a população, para a consolidação desse Estado Nacional que estava sendo construído, visto que para os dirigentes do Império, o processo de instrução pública “[...] possibilitaria arregimentar o povo para um projeto de país independente, criando também as condições para uma participação controlada na definição dos destinos do país[...]” (FARIA FILHO, 2000, p.137)

Nesse viés, vale apontar que a educação primária gratuita, custeada pelo Estado, era consagrado na lei como um direito dos cidadãos. Entretanto, visto que a Constituição estabelecia limites acerca do exercício de cidadania, definia também os limites do direito à educação escolar, apesar de estar expresso na Lei a todos os cidadãos. Diante do exposto, salienta-se o referido artigo visa fazer uma análise do projeto dos dirigentes do Estado Imperial, na construção de um sentimento de identidade-nacional relacionando-se com a proposta de educação primária gratuita, mediante a análise da carga curricular das disciplinas expressa na Lei das Escolas das Primeiras Letras (1827).

Ademais, será compreendido a relação em que o Ato Adicional de 1834 tem com a proposta de instrução pública do Estado Imperial sob a direção das elites dirigentes, os resultados referentes à taxa de alfabetização da população livre com base na compreensão do recenseamento de 1972 e se impactou negativamente na construção de um sentimento nacionalista.

Desse modo, vale destacar que será entendido o conceito de nacionalismo com base no conceito elaborado pelo historiador Eric Hobsbawn (1990), que define como “[...]uma entidade social apenas quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, o ‘Estado-nação’[...]” (HOBSBAWM, 1990, p.19), isto é, um sentimento é definido com a consolidação do Estado-nacional e a relação da população com esse Estado a que ela faz parte. Dado que para o historiador, é com a combinação do Estado com o nacionalismo, que é formado às nações.

Nesse meandro, vale salientar que o entendimento, de povo como uma Nação, segundo o historiador é mediante “[...] sua relação com um Estado recente ou com um Estado de passado recente[...]”, a “[...] existência de uma elite cultural longamente estabelecida[...]” e pela “[...] capacidade de conquista” (HOBSBAWN, 1990, p.49), este último será entendido no sentido de expansão ou autodefesa. Desse modo, percebe-se que o entendimento de “Nação brasileira” trabalhado não é no sentido de estar consolidada e aceita pela população e sim de estar sendo construída e formulada, pelas elites intelectuais que faziam parte da máquina burocrática do Estado Imperial.

Diante disso, vale destacar que as leis/decretos foram analisadas como documento, de acordo com a concepção do historiador Le Goff: "[...]os documentos não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder[...]". (LE GOFF, 1990, p.546). Desse modo, vale ressaltar que neste artigo, a compreensão das leis e decretos governamentais apontados, mediante a análise do lugar social que foram fabricadas e construídas.

IDENTIDADE-NACIONAL, PROJETO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA E EDUCAÇÃO PRIMÁRIA

Com a formação do Estado Nacional brasileiro causado pela emancipação política do Brasil em 1822, era necessário à geração que conduziu à independência, "[...] construísse um sentimento de pertencimento à comunidade nacional que unificasse uma população extremamente heterogênea[...]" (DOLHNIKOFF, 2020, p.69), para a consolidação da ordem social vigente e da própria integridade territorial do Estado recém-independente. Nesse contexto, entende-se que as elites dirigentes do Estado Imperial, tinham a missão de instruir a população heterogênea, por não possuir sentimento de pertencimento a uma comunidade imaginária, um "[...] sentimento que englobava o nativismo no sentido estrito, e também o patriotismo, o sentimento da *pólis,* o apreço a jovem nação[...]" (MATTOS, 2014, p.36), isto é, uma identidade do indivíduo unida com o coletivo por causa de uma "comunidade imaginaria".

Para o historiador Hobsbawm (1990), com a expansão dos ideais da Revolução Francesa, foi "desmantelado" os vínculos de lealdade automático da população com o Estado – a identificação da população como súditos do soberano do Estado, por meio dos vínculos religiosos e de hierarquia social – dado que as monarquias não possuíam como outrora, a garantia de lealdade da população, apenas pelo vínculo dinástico hereditário, mas por possuírem "[...] uma relação orgânica necessária com a nação, isto é, com os habitantes de seu território, identificados, de alguma forma, uma coletividade ou um 'povo'[...]" (HOBSBAWN, 1990, p.106).

O historiador Anderson (2008), nomeou de "nacionalismo oficial", a elaboração de um sentimento de identidade feito pelos Estados Monárquicos, uma: "[...] maneira de combinar a naturalização e a manutenção do poder dinástico [...]" (ANDERSON, 2008, p.131), especialmente devido à combinação de Estado Monárquico hereditário com a representação da Nação. Entretanto, esse sentimento de identidade com uma Nação/uma comunidade imaginária, afastava da ideia do monarca, governa por direito divino, e sim, por ser o representante e defensor dos anseios do Estado-Nação.

Estando em conformidade, com o historiador Mattos (2014), eram necessários os dirigentes do Estado forjarem uma “expansão para dentro”[3] (MATTOS, 2014, p.33) no sentido de difundir elementos unificadores, no intuito de formar e forjar um sentimento do que seria ser brasileiro, visto que o Estado Imperial definido como: o Império do Brasil, “[...] deixará de estar referido a uma concepção dinástica, assim como fora forçado a renúncia à pretensão de domínio ilimitado. Aos homens, que então, acalentava a ideia de possuir um Império[...]” (MATTOS, 2014, p.33-34), ou seja, com o advento dos ideais liberais constitucionais, foi quebrado aquele sentimento que atrelava a população a uma família dinástica reinante, ou, a um soberano, tornando necessário forjar um sentimento de pertencimento a um “corpo político” soberano, visando à própria integridade territorial desse Estado-Nação em construção, sendo que esse Império não era mais propriedade do Monarca, e sim, dos membros desse corpo político — os cidadãos — que fizeram parte do Império.

Todavia, esse corpo político que “[...] se desejava uno e indivisível contrastava vivamente com tamanha heterogeneidade: ‘física e civil’[...]” (MATTOS, 2003, p.156), sobretudo, devido à complexidade da sociedade, tanto os que faziam parte da chamada: “boa sociedade”,[4] quanto o “povo mais ou menos miúdo”[5] e os escravizados. Certamente, a liberdade desse corpo político, estava combinada com “[...] as hierarquizações que presidiam não só as relações entre aqueles três segmentos da sociedade, mas também no interior de cada um deles, atribuindo lugares e papéis e funções às pessoas e coisas ... que coexistiam[...]” (MATTOS, 2003, p.157). Percebe-se que o corpo político que estava sendo construído não relacionava em um sentimento de unidade ou igualdade civil, prevalecendo um ideal de “[...] um *sentimento aristocrático*[...]” (MATTOS, 2003, p.157).

Além disso, no Brasil antes da independência não existia um sentimento de identidade-nacional, de comunidade imaginária dos brasileiros, estando em conformidade com o historiador Carvalho (2008), por seu imenso território e as disparidades regionais tanto econômica e culturais, a identificação emotiva da população “[...] era com a província, o Brasil era uma construção política, um ato de vontade movido antes pela mente do que pelo coração” (CARVALHO, 2008, p.77).

Desse modo, é explícito que para impedir ou evitar, a eclosão de movimentos separatistas entre as províncias era imprescindível criar um sentimento de pertencimento da população das províncias com o próprio Estado, e, concomitantemente reproduzisse as

---

[3] Expansão para dentro, é uma expressão que designa “[...] a direção intelectual e moral exercida pelos saquaremas[...]”. (MATTOS, 2014, p.37)

[4] A “boa sociedade” era referente aos membros das famílias que detinham posses de terra e comerciantes que estavam à frente do Estado Imperial.

[5] O “Povo mais ou menos miúdo” é referente a população fruto da miscigenação, livre e sem posses.

hierarquias presentes nessa sociedade, com as definições dos papéis sociais dos específicos setores da sociedade. Assim, entende-se que o processo de instrução pública era fundamental para educar a população, visando a consolidação desses ideais de sociedade “civilizada”.

Segundo historiador Faria Filho (2000), o processo de instrução para os dirigentes do Estado, era importante por: “[...] possibilitar arregimentar o povo para um projeto de país independente, criando as condições para uma participação controlada na definição do destino do país [...]”, aliás, a educação tinha um intuito de ser um mecanismo de “[...] dotar o Estado de mecanismo de atuação sobre a população[...]” (FARIA FILHO, 2000, p.137). Nesse sentido, é evidente a importância da educação no sentido de construir um sentimento de pertencimento ao Estado, para controlar a população no propósito de evitar insurreições e formando seu caráter.

Na primeira constituição brasileira (1824), é evidente o projeto de instrução para a população, presente no artigo 179, inciso 32: “A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos” (BRASIL, 1824). Entretanto, é importante salientar que apesar de a educação primária ser um direito garantido pela Constituição Imperial, o acesso da população a mesma era limitado pela definição de quem era cidadão portador de direitos e quem não era. Sendo que, a Constituição Imperial, apesar de ter diretrizes de caráter liberal, trazia a legitimação da hierarquia entre os cidadãos, por meio dos “[...]critérios censitários para o exercício da cidadania, pela exclusão de direitos políticos aos escravos[...]” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p.29). Ademais, os escravizados por serem considerados propriedades de um “senhor”, eram excluídos da classificação de cidadão brasileiro. Além disso, a Carta Magna trazia a distinção de cidadania civil[6] e cidadania política[7].

Diante disso, vale ressaltar que, estando em conformidade com os historiadores Gondra e Schueler (2008), apesar de as hierarquias entre cidadãos serem definidas pela própria Constituição, o direito ao acesso gratuito da educação primária, era garantido aos cidadãos da sociedade brasileira, visto que a referência “[...]ao conjunto dos cidadãos, o artigo 179 não distinguia entre ativos e não-ativos, tendo, portanto, ambos, na condição de livres ou libertos, em princípio, o direito à instrução primária[...]” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p.33).

---

[6] Cidadania civil é referente a todos os homens e mulheres livres nascidos no Brasil – exceto os indígenas -, reconhecido pelo Estado que são portadores de direitos aos quais, era dever do Estado respeitar e proteger.

[7] Cidadania política está relacionado aos direitos políticos, da prática de ser eleitor ou elegível aos cargos públicos. Contudo, era concedido a uma minoria de homens, sendo necessário ter o comprovante de renda mínima pré-estabelecida.

ISSN - 2176-1116

A definição do componente "curricular" das escolas primárias, está presente na regulamentação da educação realizada no Decreto Imperial de 15 de outubro de 1827[8], estabelecendo a criação de escolas: "Em todas as cidades, villas e logares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias" (COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRAZIL, 1878, p.71).

Ademais, vale insinuar, que essa lei criava e regulamentava as instituições escolares primárias de todo o Império brasileiro, sobretudo, essa deliberação coordenava as carreiras, currículos e métodos aplicados pelos professores/mestres em todo o Estado, estabelecendo como dever de Estado a construção de escolas, que capacitassem os professores, a carga curricular das disciplinas, a instalação do "ensino mútuo"[9] e a divisão do ensino para meninos e meninas.

Para o historiador Faria Filho (2000), essa legislação propiciou um "[...] lento, mas paulatino, fortalecimento de uma perspectiva política-cultural para a construção da nação brasileira e do que via a instrução uma das principais estratégias civilizatórias do povo brasileiro[...]" (FARIA FILHO, 2000, p. 137), dado que o próprio caráter autoritário e excludente em que o Estado Nacional estava sendo construído pelos dirigentes do Império,[10] deixar explícito os limites referente a inclusão da população ao ensino, pois: "[...] ela seria positiva desde que não colocasse em risco as formas tradicionais de submetimento da maioria em jugo e à exploração da elite imperial[...]" (FARIA FILHO, 2003, p.173).

Ou seja, a educação seria importante para os dirigentes do Estado, enquanto legitima-se e sustenta-se a ordem vigente, não afetando e contrapondo a ordem social vigente instituída, visto que, na visão da elite brasileira, "[...] a escola para os pobres, mesmo se tratando de brancos e livres, não deveria ultrapassar o aprendizado das primeiras letras" (FARIA FILHO, 2000, p.136), por não fazerem parte da "boa sociedade". Diante desse exposto, serão analisadas as características gerais referentes à Lei das Escolas das Primeiras Letras (1827), a matéria curricular dos meninos e meninas, abrangendo a relação das disciplinas com o sentimento identitário.

---

[8] A lei de 15 de outubro de 1827, é considerado a Lei das Escolas das primeiras letras, por regulamentar os salários, carreiras, currículos e métodos instrutivos ao nível "nacional", além de estabelecer a criação de escolas primárias em todas as vilas, cidades ou lugares populosos, determinar os critérios para a formação de professores, a separação do ensino destinado aos meninos e meninas, o ensino religioso e a implementação de escolas de modelo do ensino mútuo. Link de acesso: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM.-15-10-1827.htm.

[9] O ensino mútuo foi proposto e difundido pelos ingleses Andrew Bell e Joseph Lancaster. O ensino era baseado "[...] no aproveitamento dos alunos mais adiantados como auxiliares do professor do ensino das classes mais numerosas[...]", sendo que os "[...] os alunos guindados à posição de monitores exercem funções docentes[...]" (SAVIANI, 2013, p.128).

[10] De acordo com Costa (2010), o governo da Nação após a independência política ficava sob a direção de um grupo formado por: "[...] fazendeiros, comerciantes, pessoas que ocupavam altos postos na administração e no governo[...]" (COSTA, 2010, p.50)

ISSN - 2176-1116

A Lei das Escolas das Primeiras Letras (1927), foi a primeira lei que regulou a criação e o processo de ensino em todas as províncias do Império. Esta lei estando em conformidade com Saviani (2013): "[...] não deixava de estar em sintonia com o espírito da época[...]", isto é, no sentido de expandir a escolarização nas regiões mais longínquas do Império, visando "[...] difundir as luzes, garantido, em todos os povoados, o acesso do rudimento do saber que a modernidade considerava indispensáveis para afastar da ignorância[...]"(SAVIANI, 2013,p.126), especialmente, porque as classes dirigentes temiam o povo pobre, estigmatizados de ignorantes e perigosos, pois na visão das classes dirigentes "[...] a ignorância é tida como a mãe de todas as revoltas, sejam contra a ordem política instituída, sejam o que é pior, contra a propriedade alheia[...]"(FARIA FILHO, 2003, p.178).

Segundo o historiador Mattos (1987), para as elites dirigentes do Estado Imperial, o processo de instrução tinha uma função fundamental, não apenas de formar e educar um povo para a vida na sociedade, mas "[...] reconhecer e reproduzir suas diferenças e hierarquias no seu próprio interior[...]" (MATTOS, 1987, p.259), isto é, enquanto pretendia formar cidadãos – com seus direitos e deveres a cumprir na sociedade – conservavam-se "[...]a distinção entre o 'povo mais ou menos miúdo' e a 'boa sociedade', entre aqueles que, no fundamental, deveriam ser súditos e os demais que deveriam tornar-se, num sentido, mais estrito cidadãos[...]"(MATTOS, 1987, p.274-275).

Portanto, é evidente que as políticas de Instrução Pública, encaminhadas pelas elites imperiais era uma forma de adequar a sociedade brasileira que pretendia construir, expandindo os seus ideais e valores de civilização, afastando-os do que consideravam como ignorância, ou seja, a barbárie. Entende-se que o componente curricular reservado a instrução primária presente no art. 4 da Lei das Escolas das Primeiras Letras:

> Os Professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de arithmetica, pratica de quebrados, decimaes o proporções, as noções mais geraes de geometria prática, a grammatica da língua nacional, e os princípios de moral christã e das doutrina da religião. catholica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a Historia do Brazil (COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRAZIL, 1877, p.72)

Nota-se, que o componente curricular das escolas elementares regulados pela Lei de 1827, propõe um ensino referentes às quatro operações básicas da "matemática", o ensino dos quadrados dos produtos notáveis, das proporções e as noções básicas da geometria prática; somado com ensino da língua portuguesa, o ensino da moral da religião católica e o incentivo à leitura dos meninos a Constituição Imperial e a história do Brasil. Em conformidade com Mattos (1987), o ensino das Escolas das Primeiras Letras não se resumia em ensinar a "ler, escrever e contar", "[...] como acontecera nas escolas das

Colônias [...]" (MATTOS, 1987, p.263), tratava-se de construir um sentimento de identidade-nacional, de pertencimento com o corpo político.

Primeiramente a ênfase no ensino da "grammatica da língua oficial", refere-se à preocupação de difundir a língua nacional, "[...] sua gramatica incluída de modo a superar as limitações de toda natureza imposta pelas falas regionais, [...]" (MATTOS, 1987, p.263). Porém, apesar que a língua não constituir o único "[...] critério para a existência de uma nação[...]" (HOBSBAWN, 1990, p.73), a mesma é um elemento explosivo "[...] qualquer nacionalismo ainda não identificado com o Estado[...]" (HOBSBAWN, 1990, p.116).

Certamente, em conformidade com Mattos (2014), a variedade dos dialetos linguísticos regionais estava vinculada com as disputas entre os projetos políticos concernido com as revoltas sucedidas em diferentes regiões do Império, sendo que "[...] deveriam ser contraposto o ensino de gramática da língua nacional[...]", visto que a língua nacional virou "[...] uma das marcas distintivas da Nação brasileira[...]" (MATTOS, 2014, p.33), isto é, o português com elementos próprios da sociedade brasileira, tornou-se um elemento distintivo da identidade cultural brasileira, com as demais Repúblicas da América Espanhola, que possuía o dialeto castelhano.

Ademais, a ênfase de "[...]preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brazil[...]" (BRAZIL, 1927) na Lei de 15 de outubro de 1827, evidenciar a preocupação na assimilação dos conhecimentos dos estudantes sobre a Constituição, ou seja, no conhecimento de seu papel como cidadão. Pois, a tarefa dos dirigentes do Estado Imperial tinha era "[...] fazer com que cada um dos componentes da boa sociedade – homens e mulheres, crianças e adultos – sentisse, agisse e pensasse, antes de tudo, como *brasileiros* – isto é membros de uma comunidade imaginada[...]" (MATTOS, 2003, p.165).

Outrossim, a preocupação referente a "leitura de História do Brasil", revela-se a preocupação central de criar uma versão oficial do passado[11] visando a unificação da "[...] população em uma História que exaltava o Estado, a ordem estabelecida e apresentava um elenco de heróis nacionais, que deveria encarnar os valores de brasilidade [...]" (DOLHNIKOFF, 2020, p.74).

Ademais, vale apontar a influência e prestígio que a Igreja Católica possuía no período Imperial, especialmente, devido ao Estado ter uma religião oficial,[12] isto implicava à Igreja uma relação privilegiada ao Estado "[...] cabendo-lhe, além do controle direto ou

---

[11] A preocupação das elites dirigentes e do próprio Imperador D. Pedro II, é criado em 1838, o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), para: "[...] fundar a história do Brasil tornando como modelo uma história de vultos e grandes personagens sempre exaltados tal qual heróis nacionais[...]" (SCHWARCTZ. 1998, p.127)

[12] O regalismo monárquico, subordinava a Igreja Católica ao Estado, ou seja, o Imperador era a maior autoridade da Igreja, visto que o próprio direito do Padroado e do Beneplácito, dava ao soberano o direito de validar ou não, as bulas papais promulgadas pelo Papado.

indireto de hospitais e orfanatos, de atos cívicos e dos ritos sociais, como batismos, casamentos e enterros, a responsabilidade pela instrução" (CECCHETTI; SANTOS, 2016, p.133). Acerca, da responsabilidade da instrução é perceptível nesse seguinte trecho, do art. 4 da Lei das Escolas das Primeiras Letras: "[...]e os princípios de moral christã e das doutrina da religião. catholica e apostotica romana, proporcionados á compreensão dos meninos[...]" (BRAZIL, 1927). A presença do ensino religioso na carga curricular dos estudantes no ensino primário, segundo Saviani (2013), devido à singularidade da "[...] nova nação que ainda admitia a Igreja Católica com religião oficial e estava empenhada em conciliar as novas ideias com a tradição[...]" (SAVIANI, 2013, p.126.128).

Portanto, a própria permanência da religião católica como religião de Estado,[13] estar associado com a permanência do Brasil, após a independência, ao regime monárquico, incorporada ao Estado, sendo que para a monarquia, a fé católica era um elemento de unidade para a população no Brasil pôs-independente, por não existir um sentimento formulado de identidade-nacional. Visto que a monarquia era considerada para as elites coloniais "[...] o único sistema capaz de assegurar a unidade no vasto território e impedir o fantasma da descentralização vivido pelas ex-colônias espanholas [...]" (SCHWARTCZ, 1998, p.18).

Ademais, estando de acordo com o historiador Eric Honsbawn (1990), os símbolos e rituais religiosos são cruciais para a formação dos Estados modernos, sobretudo pois as práticas, símbolos e rituais religiosos representarem sozinhos "[...] uma realidade palpável àquilo que de outro modo seria uma comunidade imaginaria[...]" (HOBSBAWN, 1990, p.86). Todavia, devido ao seu uso "[...] vasto e muito estreito[...]", os ícones sagrados, mas adequados aspectos protonacional[14] são aqueles símbolos sagrados adjuntos de "[...] rei ou imperador divino ou imbuído divindade cujo âmbito ou ação coincide com a futura nação[...]" (HOBSBAWN, 1990, p.87).

Diante disso, percebe-se a importância da religião católica para a formação dessa "união nacional", sobretudo, pela sua vinculação com o próprio soberano do Estado Monárquico, visto que "[...] como pessoa e mito o rei é sobretudo objeto ritual, uma imagem evidente de poder[...]" (SCHWARTCZ, 1998, p.30), dado que o regime monárquico por possui um caráter sagrado e simbólico, o imaginário do regime monárquico "[...] é permeando fortemente o catolicismo brasileiro[...]" (SCHWARTCZ, 1998, p.16).

---

[13] Segundo Costa (2010), com a Carta Constitucional de 1824, foi "[...] concedido ao catolicismo o status de religião de Estado, proibindo o culto público de outras religiões e concedendo à Igreja católica o direito de controlar os registros de nascimento, casamento e morte, bem como os cemitérios[...]" (COSTA, 2010, p.143)

[14] Protonacionalismo, é o nome de que o historiador Eric Hobsbawn (1990), nomeou as "[...] variantes do sentimento de vínculo coletivo já existente e podem operar potencialmente[...]" (HOBSBAWN, 1990, p.63), como elemento unificador na formação dos Estados-Nações.

Ademais, é evidente que a influência da moral e ética da religião católica, presente na carga curricular diferenciada do ensino elementar destinadas às meninas, presente no artigo 12.º da Lei das Escolas das Primeiras Letras (1827):

> As Mestras, além do declarado no art. 6.º, com exclusão das noções de geometria o limitando a instrucção ela arithmetica só às suas quatro operações, ensinarão tambem as prendas que servem à economia doméstica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquellas mulheres, que sendo brazileiras e de reconhecida honestidade, [...] (COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRAZIL, 1877, p.72)

Conforme este artigo da Lei Geral da Educação primária de 1827, percebe-se a diferenciação entre o ensino das meninas em comparação com o ensino dos meninos, visto que no artigo 6º dessa Lei, estabelece que os meninos aprenderão, "[...]às quatro operações de arithmetica, pratica de quebrados, decimaes a proporções, as noções mais geraes de geometria prática[...]", no artigo 12.º que é referente ao processo de instrução das mulheres, foi retirado os conhecimentos matemáticos as: noções mais gerais da geometria prática, das proporções decimais e da prática dos quadrados, para a inclusão de conhecimentos referentes aos saberes domésticos.

Em consideração ao exposto, vale advertir, em conformidade com Aranha (2012), a situação da maioria das mulheres no Império era "[...] dependência e inferioridade, com pequena possibilidade de instrução[...]", visto que o objetivo do ensino destinado às mulheres era o prepara ao "[...] exercício das 'funções maternais' que elas um dia vão exercer [...]" (ARANHA, 2012, p.391). Diante disso, é evidente que o ensino destinado às meninas, segundo Louro (2004), foi resultado de um discurso que tinha força naquela sociedade, salientava-se que a educação da mulher deveria "[...] recair sobre a formação moral, sobre a constituição do *caráter*, sendo suficientes, provavelmente, *doses pequenas* ou *doses menores* de instrução[...]" (LOURO, 2004, p.447). Para aquela sociedade o processo de ensino era "[...] justificado por seu destino de mãe[...]" (LOURO, 2004, p.446).

Além disso, é manifesto o ensino destinado ao sexo feminino a presença da força da moral religiosa cristã e patriarcal no ensino brasileiro, presente na instrução primária, especialmente, referente ao ensino das mulheres que as preparavam para sua função no espaço doméstico e familiar, reproduzindo os valores sociais e culturais dominantes.

O ATO ADICIONAL DE 1834 E O ENSINO

A priori, vale salientar que as mudanças causadas com a aprovação do Ato Adicional de 1834, estava em harmonia com os ideais liberais, atendendo "[...]às demandas descentralizadoras [...]", com a implantação de Assembleias Provinciais que "[...] foram

criadas com o maior grau de autonomia legislativa e executiva, contemplando os poderes locais[...]" (GONDRA; SCHUELER, 2008, p.34). Diante disso, é notório que o Ato Adicional, estabeleceu uma descentralização referente às políticas públicas destinadas administrações, manutenção de escolas primária, secundária e normais – formação de professores – estivessem a cargo das províncias, ficando ao governo central apenas o ensino superior, perceptível nesse seguinte trecho, da Lei nº16, de 12/08/1834, artigo 10º, inciso II:

> Compete às mesmas Assembleias, legislar .... Sobre instrucção publica e estabelecimentos proprios a promove-la, não comprehendendo as faculdades de Medicina, os Cursos Juridicos, Academias actualmente existentes e outros quaesquer estabelecimentos de instrucção que para o futuro forem creados por lei geral (COLLECÇAO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRAZIL, 1866, p.17).

Para os historiadores Gondra e Schueler (2008, p.35), o processo de descentralização na administração e gerenciamento do ensino público, ocasionado pelo Ato Adicional, "[...] tem sido interpretado pela historiografia da educação como um obstáculo ao desenvolvimento da educação escolar no Brasil Imperial[...]", devido os descompassos econômicos entre as Províncias, acarretando uma "[...] insuficiência nos recursos destinados ao ensino nos orçamentos provinciais; ou ainda em razão dos desinteresses das elites políticas provinciais[...]" (GONDRA; SCHUELLER, 2008, p.35), favorecendo formas heterogêneas no acesso ao ensino.

Entretanto, a maneira desigual e heterogênea que desenvolveu o processo de ensino das instituições primárias, "[...] não devem levar a acreditar que a descentralização política-administrativa possibilitada pelo Ato Adicional de 1834 acabou por impedir o desenvolvimento da instrução primária no Brasil imperial[...]", pois a despeito da fragilidade nos dados estáticos, à prova de que a "[...] instituição de estruturas administrativas dão-nos mostras de que em várias províncias do Império existiam significativas redes de escolas públicas, privadas ou domésticas[...]" (FARIA FILHO, 2000, p.138).

Contudo, em contraposição dessa linha historiográfica que responsabilizar o Ato Adicional de 1834, pela não realização políticas educacionais no século XIX, Saviani (2013), salientam que essa emenda parlamentar, "[...]apenas legalizou a omissão do poder central nessa matéria[...]"(SAVIANI, 2013, p.129), porém percebe-se por relatório dos Presidentes das Províncias e dos ministros do Império, uma preocupação acerca das carências do ensino, e as próprias Leis conhecidas como: Reforma Couto Ferraz (1854)[15] e a Reforma

[15] O Decreto n. 1.331/1854, mais conhecido como Reforma Couto Ferraz (1854), foi um foi marco referente a medidas centralizadoras na política educacional, especialmente ao ensino primário, apesar do regulamento esteja se referindo ao município da Corte, ela contém normas alusivas referente a jurisdição das províncias. Suas principais medidas referentes a educação primariam, foi a instauração do ensino simultâneo, a obrigatoriedade da matricula de crianças de 7 anos-14 anos nas

Leôncio Carvalho(1879),[16] confirma a preocupação com as políticas de ensino através das tentativas do Governo Imperial de centralizar e regular as políticas educacionais do Império, tendo os ministros como interpretação de que o dispositivo do Ato Adicional presente no artigo 10º inciso II, "[...] era de caráter concorrente e não privativo[...]" (SAVIANI, 2013, p.131), ou seja, essa partilha das atribuições referente a responsabilidade da manutenção das escolas primárias e secundárias nas províncias era de caráter concorrente, no sentido do Governo Central pode regular e intervir nas jurisdições referente a área educacional nas províncias.

Segundo Mattos (1987), apesar dos dirigentes do Império conceber o processo de instrução como algo que não poderia ter a ausência do Governo Imperial, porém, não era reivindicado o encaminhado do processo de instrução como "[...] um dever, e sim o monopólio da direção desse campo em particular[...]" (MATTOS, 1987, p.265). Visto que, essa a íntima relação que o processo de Instrução Pública e a construção do Estado Imperial, era uma "[...]faceta da constituição da classe senhorial, dos mecanismos que ela procurava forjar e pôr em movimento de modo a levar cabo a expansão necessária[...]" (MATTOS, 1987, p.274), no sentido, de difundir seus ideais de sociedade e civilidade, forjando o que seria o "povo brasileiro", nessa sociedade hierarquizada e desigual.

OS NÍVEIS DE ESCOLARIZAÇÃO E OS FATORES QUE FORMARAM O SENTIMENTO DE NACIONALIDADE

Segundo Chauloub (2011), analisando recenseamento[17] de 1872, acerca da estática intelectual da população do Império, concluir que da população livres, "[...] 1.563.078 habitantes sabiam ler e escrever (18,6%), 6.856.594 não sabiam (81,4%) [...]", decompondo os números entre os homens e mulheres, percebe-se que "[...] 76,5% dos homens eram analfabetos, enquanto as mulheres a cifra subiam para 86,5%[...]" (CHAULOUB, 2011,

---

escolas de primeiras letras, a criação do papel dos inspetores gerais que deveria avaliar os rendimentos do processo de ensino nas províncias.
Link de acesso: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146 publicacaooriginal-115292-pe.html

[16] O Decreto n. n. 7.247/1879, mais conhecido como Reforma Leôncio Carvalho (1879), referente as políticas da educação primariam, representa uma reafirmação da Reforma Couto Ferraz (1854), mantendo a obrigatoriedade do ensino elementar as crianças de 7-14 anos, somado com a tentativa de reforma o processo educacional com o fim da obrigatoriedade do ensino religioso, e adoção do método intuitivo. Contudo, devido aos conflitos entre as elites políticas e a Igreja Católica está reforma educacional não entrou em vigor. Link de acesso: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html

[17] O censo demográfico do Brasil de 1872 foi a primeira operação censitária realizada em território brasileiro oficialmente. Link de acesso: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf

ISSN - 2176-1116

p.44). Além disso, o historiador Carvalho (2008), fazendo a compreensão do ingresso nas escolas das crianças no ensino primário, concluiu: que “[...] somente 16,85% da população entre seis a 15 anos frequentava a escola[...]” (CARVALHO, 2008, p.80). Percebe-se, que os níveis de escolarização da população mesmo à que era considerada cidadã — que não era escrava-, tem nível muito baixo, em conformidade, com Carvalho (2008, p.79); “[...] havia um verdadeiro abismo[...]” referente ao nível da escolarização entre a elite política e o grosso da população.

Diante desses dados, pergunta-se porque apesar da necessidade do Estado Nacional em construir um sentimento de identidade-nacional, de formar o que deveria ser “povo brasileiro”, e uma das formas de atingir esse objetivo era através da escolarização, porque a escolarização primária da população, não alcançou índices maiores?

Primeiramente, vale salientar que apesar da carga curricular da instrução primária, não ser apenas “contar, ler e escrever” – dado estar incluído na carga "curricular" entendimento de História do Brasil, o ensino religioso, conhecimento geográficos e entendimentos gerais da álgebra e da geometria – porém o ensino que era em lei, tido como gratuito e reservado às massas incluía apenas a instrução do básico. Estando, de acordo com a análise do historiador Faria Filho (2000), pode-se afirmar, que para a elite brasileira que estava à frente da máquina burocrática do Estado Imperial, “[...] escola para pobres mesmo se tratando de brancos e livres, não deveria ultrapassar o aprendizado das primeiras letras[...]” (FARIA FILHO, 2000, p.136), ou seja, o Estado não tinha o intuito de incluí-las sucessivamente aos outros níveis de instrução: o secundário e o superior, esta última dominada pelos filhos das elites políticas e econômicas.

Além disso, nas próprias zonas urbanas que estavam desenvolvendo – sobretudo na capital do Império – em que possuía tinha a presença de um comércio interno, a defesa da escolarização primárias para as camadas populares – que eram considerados pela Constituição cidadãos – não poderia “[...] comprometer o tempo de trabalho, ou de que a escola deveria instruir nas artes mecânicas, [...]” (FARIA FILHO, 2003, p.173), que servisse como auxiliar para aplicar no trabalho cotidiano.

Entretanto, o processo de escolarização não resumia à “[...] ação do Estado, enquanto houve a participação de famílias e parcelas da população local, seja por meio da criação de escolas ou apoio de mestres e particulares[...]” (GONDRA, SCHUELER, 2008, p.38.39) sendo que para as elites dirigentes do Estado que estavam enraizadas nas Assembleias Provinciais, num país agrário, “[...] não favorecia a demanda por educação[...]” (ARANHA, 2012, p.378), especialmente, porque a predominância do trabalho no ambiente rural ser braçal e manual, não necessitava de especialização de mão-de-obra.

Entremente, as elites políticas, para os seus filhos, “[...] contratavam tutores particulares que preparavam os pupilos para a entrada em liceus[...]” (SCHWARCZ, 1998, p.119), por não ser obrigatório a entrada no nível primário, para o ingresso no nível secundário e superior. Segundo Schwarcz (1998), “[...] a falta de instrução era uma grande realidade para a maior parte do país, onde não parecia haver interesses provinciais no aumento no número de cidadãos esclarecidos” (SCHWARCZ, 1998, p.155).

Portanto, percebe-se que se para as elites dirigentes do Estado Imperial, o processo de instrução era uma necessidade para “formar” e “educar”, mediante a formação de um sentimento nacional para o povo, as elites provinciais não tinham essa mesma preocupação. Todavia, o baixo índice de alfabetização no Império impediu a formação de um sentimento de identidade-nacional?

Segundo Hobsbawm (2020, p.220), “[...] o analfabetismo não se constitui em um obstáculo à consciência política, mas não há de fato qualquer prova de que o nacionalismo do tipo moderno fosse uma poderosa força de massa exceto em países transformados pela revolução dupla[...]”, ou seja, no sentido de que alfabetização não é um obstáculo nos Estados-nações consolidados, porém o Brasil, estava nesse recorte temporal – 1822–1872 – o Estado-Nação estava sendo construído, problematiza a questão.

Contudo, segundo Schwarcz (1998) para formular um sentimento de pertencimento local, pode ser conduzido através da instrução através de material simbólico, alegorias e mitos cívicos, visto que a “[...] criação de símbolos, no que lhe concerne, não é gratuita e arbitrária; não se faz no vazio social [....]” (SCHWARCZ, 1998, p.20). Deste modo, vale salientar que foi com o Segundo Reinado (1840-1889), segundo Schwarcz (1998, p.22), “[...]momento fundador de um modelo de nacionalidade[...]”, especialmente pelo destaque do Governo imperial em forja símbolos nacionais, como: “[...] hinos, medalhas, monumentos, dísticos e brasões [...]”, que remetiam a identidade da pátria brasileira.

Além disso, conforme insinuar Hobsbawm (1990), a consciência nacional é desenvolvida de maneira desigual “[...] entre os grupos e regiões sociais do país[...]” sendo que para esse autor, “[...] as massas populares – trabalhadores, empregados, camponeses – são os últimos a serem afetados[...]” (HOBSBAWM, 1990, p.21), principalmente, pela raiz forte na tradição religiosa, “[...] o teste de nacionalidade ainda era a religião[...]” (HOBSBAWM, 1990, p.220), no sentido de que para as massas a identificação com uma comunidade imaginária estava relacionado com os símbolos do sagrados do que propriamente com os símbolos cívicos, do Estado-Nação.

Para o historiador Carvalho (2008), um dos fatores que contribuiu como fator de recepção de uma identidade brasileira, foi: “[...] a guerra contra o Paraguai[...]” (CARVALHO, 2008, p.78), devido ao entusiasmo e união da população em defender a pátria, contra a

invasão do exército estrangeiro, sendo reproduzido, segundo o historiador, o hino nacional, retratação da imagem do Imperador como defensor da Nação, a construção dos heróis de guerras e a exaltação do “[...] amor à pátria e da necessidade de a defender, se necessário com o sacrifício da própria vida[...]” (CARVALHO, 2008, p.79). Desse modo, percebe-se que a guerra devida ao apelo à luta contra o estrangeiro e invasor, criou um sentimento de proteção ao Estado, não em nome do Imperador, mas por ser considerado “algo seu”, no sentido de defender algo que lhe pertence.

Contudo, referente aos três pré-requisitos para a construção do povo com uma nação, segundo Hobsbawm (1990, p.49), “[...] associação histórica com um Estado existente[...]”, de fato ocorreu devido a consolidação do território nacional. O segundo critério, defendido pelo autor “[...] a existência de uma elite longamente estabelecida, que possuísse vernáculo administrativo e literária escrito[...]”, é percebe-se que devido à unificação dos dialetos da população através de um português unificador genuinamente brasileiro, estabelecidos pelos dirigentes do Estado Imperial. O terceiro critério a “[...] capacidade da conquista[...]” (HOBSBAWM, 1990, p.49), foi confirmado com a preservação da unidade territorial e a vitória na Guerra contra o Paraguai. Portanto, percebe-se que a consolidação do Estado brasileiro como um Estado-Nação, foi resultado de outros fatores, que não foram limitadas ou restritas pelo baixo grau de instrução da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente, que o Estado Imperial brasileiro, visando conservar a Ordem e difundir seu ideal de civilização, precisava formar o conteúdo da Nação que estava sendo construída, de quem seriam os brasileiros. Visto que, segundo Mattos (1987), manter a “Ordem” e difundir a “civilização” não significava apenas reprimir as insurreições e rebeliões ou copiar as instituições políticas, administrativa vigentes nos reinos europeus, significava, na verdade, preservar as relações escravistas, a monarquia, a unidade territorial do Império, sobretudo “[...] no fundo e no essencial, reproduzir os três ‘mundos’ do Império do Brasil, a hierarquia entre eles[...]”, somado com “[...] a formação do espírito de Associação, a formação do Povo [...]” (MATTOS, 1987, p.282). Sendo que, essa preservação da ordem e a difusão do ideal de civilização, necessitava-se na construção de um sentimento de identidade, mas que reproduzisse simultaneamente as hierarquias sociais vigentes.

Diante disso, percebe-se que o processo de instrução primária, foi idealizada pela Elite Imperial, para difundir esse ideal de Nação Civilizada, “[...] produzindo identidades, e laços de interdependência sociais, integrando os brasileiros, o povo, [...]” (GONDRA; SCHUELER, p.30), do mesmo modo, que tinha a função de preservar as hierarquias

estabelecidas, forjando “[...] cidadãos e mantinha-se a distinção entre o “povo mais ou menos miúdo” e a ‘boa sociedade’ entre aqueles que no fundamental deveriam ser súditos e os demais que deveriam tornar-se num sentido estrito, cidadãos” (MATTOS, 1987, p.276.277), isto é, a escolarização primária gratuita era reservada ao “povo mais ou menos miúdo”, visando construir um sentimento de nacionalidade e saberes necessários em simultâneo, legitimação a hierarquia em relação com os membros da “boa sociedade”.

Todavia, devido um conjunto de fatores mencionados, percebe-se que a inserção da população – o povo mais ou menos miúdo – no processo ensino, restringiu-se ao município da Corte, enquanto ausência de instrução “[...] era a realidade na maior parte do país [...]” (SCHWARCZ, 1998 p.155). Entretanto, a ausência de um programa de educação primária ao nível nacional, não prejudicou com a consolidação de um sentimento de pertencimento da população com o Estado.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas:** reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia de Letras, 2008.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia**: Geral e Brasil. São Paulo: Moderna, 2012.

BRASIL. **Constituição política do Império do Brazil.** Rio de Janeiro, 1824. Link de acesso: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm

__________________. **Recenseamento do Brazil em 1872**. Editor: Typ. G. Leuzinger, Rio de Janeiro. Link de acesso: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRAZIL DE 1827. **Lei de 15 de outubro de 1827.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878. Link de acesso: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRAZIL DE 1834. **Lei de 12 de agosto de 1834**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866. Link de acesso: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim16.htm.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRAZIL DE 1854. **Decreto N.º 1.331 – de 17 de fevereiro de 1954**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1854. Link de acesso: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146 publicacaooriginal-115292-pe.html

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPERIO DO BRAZIL DE 1879; **O Decreto N.º 7.247 de 19 de abril de 1879**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1879. Link de acesso: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html.
CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política Imperial. Teatro das Sombras: a política imperial. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

______________. **Cidadania no Brasil**: Um longo caminho. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CECCHETTI, Élcio; SANTOS, Ademir Valdir dos**.** O Ensino Religioso na escola brasileira: alianças e disputas históricas**. Acta Scientiarum**, Maringá, v. 38, n. 2, p. 131-141, abril/jun, 2016

CHALHOUB, Sidney. **População e sociedade.** In: BOSI, Alfredo; Carvalho, José Murilo de (Org). A construção nacional: 1830-1889. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.p.37-82.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 9 ed. São Paulo: UNESP, 2010.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Educação do povo e autoritarismo das elites:** instrução pública e cultura política no século XIX. In: MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Claudia; GONDRA, José Gonçalves (ORG). Educação no Brasil: história, cultura e política. Bragança Paulista (São Paulo): EDUSP, 2003.p.171-182.

_______. **Instrução elementar no século XIX**. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. 2 ed. Belo Horizonte: Autentica, 2000.

DOLHNIKOFF, Miriam. **História do Brasil Império**. São Paulo: Contexto, 2020.

GONDRA, José Golçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

HOBSBAWM Eric J. **O nacionalismo**. In: _______. A era das Revoluções ,1789-1848. 45º ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020. p. 213-233.

_______ **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Tradução: Maria Celia Parole, Anna Maria Quintino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
LOURO, Guacira Lopes. **Mulheres na sala de aula**. In: PRIORE, Mary Del (ORG). História das mulheres no Brasil. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004.p.443-481.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **Tempos de civilização**: A construção do Império na boa sociedade. In: In: MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Claudia; GONDRA, José Gonçalves (ORG). Educação no Brasil: história, cultura e política. Bragança Paulista (São Paulo): EDUSP, 2003.p.147-170.

________. **O tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC, 1987.

________. **Pensar um Império**. In: GESTEIRA, Heloisa M; CAROLINO, Luís Miguel; MARINHO, Pedro (ORG). Formas do Império: ciência, tecnológica e política em Portugal e no Brasil, séculos XVI ao XIX. São Paulo: Paz e Terra, 2014.p.17-46.

SAVIANI, Dermeval. **Histórias das ideias da pedagogia no Brasil**. 4 ed. Campinas (SP): Autores Associados, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador:** D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

À DIREITA DO RIO MADEIRA: A EPIDEMIA DE MALÁRIA QUE PERCORREU OS TRILHOS DA FERROVIA MADEIRA-MAMORÉ

Bruno Soares Damaceno[1]

Marcos Antônio Caixeta Rassi[2]

RESUMO

O presente trabalho pretende analisar a ocupação histórica do homem às margens dos rios Madeira e Mamoré, no atual estado de Rondônia. Por meio de estudo bibliográfico temos como objetivo deste artigo contextualizar o processo histórico que leva o homem a se relacionar com a natureza e a modificá-la de acordo com seus interesses e objetivos mercantilistas e narrar os impactos que a natureza tem no ambiente que o homem constrói para si. Para isso iniciamos a contextualização histórica relatando os avanços técnico-científicos alcançados pela Revolução Industrial que fez com que o homem mudasse o entendimento que ele tinha do mundo natural, possibilitando à humanidade modificar a natureza como nunca antes. Nessa perspectiva, concluímos que o objetivo deste artigo foi alcançado, visto que conseguimos demonstrar o impacto que a natureza e as epidemias causam sobre os processos socioeconômicos do homem e também estabelecer uma correlação entre o processo explorador e o ambiente em que esse processo ocorre.

Palavras-chaves: Epidemia, malária, ferrovia, Brasil.

ABSTRACT

The present paper intends to analyze the historical occupation at the riverside of the Madeira and Mamoré rivers for the construction of a railway, in the current state of Rondônia and how this occupation was affected by the malaria epidemic.Through a bibliographic study, the aim of this article is to contextualize the historic process that leads man to develop a relationship with nature and modify it accordingly with its mercantilist interests and goals. For this, we start by reporting the technical-scientific advances achieved by the Industrial Revolution that made man change his understanding of the natural world, which made it possible to humanity modify nature like never before. Then we demonstrate the impact that the malaria pandemic caused in the undertaking of the construction of the railway and the reason that led to its construction in the confines of the Amazon rainforest

Keywords: Epidemic, malaria, railroad, Brazil.

---

[1] Graduando do curso de História pelo Centro Universitário de Patos de Minas - UNIPAM e mestrando em História pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU - E-mail: brunodamaceno@live.com

[2] Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), professor do Centro Universitário de Patos de Minas –UNIPAM- E-mail: rassi@unipam.edu.br

INTRODUÇÃO

> "Milhares de chineses, de portugueses, bolivianos, barbadianos, italianos, árabes, gregos, vindos a troco de libra. Tudo quanto era nariz e pele diferente andou por aqui deitando com uma febrinha na boca da noite para amanhecer no nunca mais."
>
> Mário de Andrade (2015, p.158)

Ao alvorecer do século XVIII começaram a surgir contornos diferentes no horizonte da Inglaterra, eram as chaminés, os complexos industriais e a fumaça que se avultava indicando que a Revolução Industrial se iniciava. Impulsionado pelas descobertas científicas, o homem mudou o entendimento que ele tinha do mundo natural, possibilitando à humanidade modificar a natureza como nunca antes. Cortando essa paisagem, podia ser visto um rastro de fumaça a 48km/h. Era a Maria-fumaça, uma locomotiva de passageiros movida a vapor chamada "Rocket, de George Stephenson." Fazia parte da "Liverpool and Manchester Railway, com 56 quilômetros e servida por locomotivas, também desenhadas por Stephenson." (GRANT, 2017, p. 222), tornando-se a primeira ferrovia comercial do mundo, inaugurada em 1830, na Grã-Bretanha. (HARARI, 2017, p. 291).

Em 1850, apenas 20 anos depois da inauguração da primeira ferrovia comercial, os países do ocidente já eram cruzados por quase 40 mil quilômetros de ferrovias. Além do transporte de passageiros, as ferrovias serviam para escoar os bens produzidos em escala cada vez maior, de modo mais rápido e confiável. (HARARI, 2017).

Um segundo elemento responsável pela modificação de outra paisagem no século XIX, era a exploração do látex. E a mudança dessa vez foi na selva amazônica brasileira.

O desenvolvimento, exploração e utilização da borracha na indústria também estiveram diretamente ligadas ao avanço dos conhecimentos científicos daquele século. Desde o século XVIII o látex – seiva esbranquiçada, retirada da seringueira, uma árvore originária da bacia amazônica, extraída se fazendo veios no tronco das árvores - era utilizado em fábricas da França e da Inglaterra. Químicos franceses, em 1763, descobriram como dissolver o látex com terebintina e éter e em 1770 um inglês criou a borracha para apagar grafite. Nessa época a borracha também era utilizada na fabricação de seringas e galochas.

Mas, foi com o desenvolvimento de uma nova técnica de tratamento da matéria prima que a borracha elevou seu patamar no mercado internacional. Quando em 1839, Charles Goodyear, um inventor norte americano, criou o método de vulcanização da borracha - processo que consiste na mistura da borracha com enxofre em temperaturas e pressão diferentes, causando alterações na elasticidade, na resistência e no uso que poderia ser destinada a ela. (NAKAGAWA, 2007).

O Brasil era, naquele momento, o principal exportador do látex para as indústrias em crescente expansão na Europa e nos Estados Unidos. Para aumentar ainda mais a produção do país, em 1903, o governo brasileiro negocia com a Bolívia a aquisição oficial do estado do Acre e sua anexação ao território nacional, em troca foram pagos 2 milhões de Libras Esterlinas e se assumiu o compromisso da construção da ferrovia para escoar a produção da borracha boliviana, fazendo-a alcançar uma saída para o atlântico. (COHEN, 2005).

A ferrovia se fazia necessária uma vez que, o transporte, feito através dos rios Madeira e Mamoré era impossível devido a um trecho inavegável com mais de 20 cachoeiras (imagem 1) que impossibilitava a descida do rio e fazia, com quem se aventurava por ali, perder na tentativa, além da produção, também a vida. (FERREIRA, 2005).
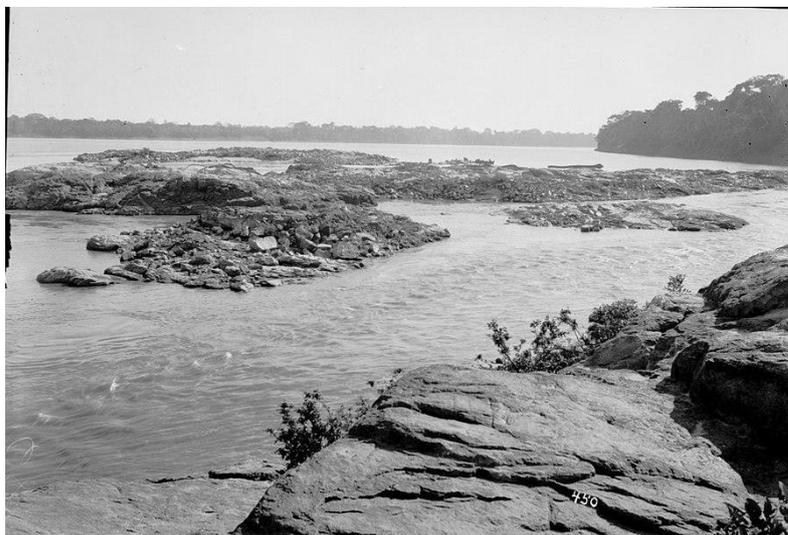
Imagem 1 - Vista Parcial do Rio Madeira em Época de Seca a partir de Santo Antonio - 548, Acervo do Museu Paulista da USP. Foto de Dana Merrill. Fonte: Wikipédia.

E é assim que esses dois elementos, tão característicos deste período, se encontram na selva brasileira para transformar profundamente, pela primeira vez, uma natureza intocável: a ferrovia a serviço do látex. O que o ser humano tão acostumado a moldar o meio ambiente não esperava, era que, a natureza revidasse a essa transformação.

Diante disso, o presente trabalho, pretende analisar a ocupação histórica do homem às margens dos rios Madeira e Mamoré, no atual estado de Rondônia, e sua íntima ligação com a história ambiental tendo em perspectiva as forças naturais que o homem desperta ao interferir em um ecossistema intocável. Trata-se, como se depreende, de um trabalho de pesquisa bibliográfica combinada com apoio web gráfico.

Isto posto, temos como objetivo deste artigo contextualizar o processo histórico que leva o homem a se relacionar com a natureza e a modificá-la de acordo com seus interesses e objetivos mercantilistas e narrar os impactos que a natureza tem no ambiente que o homem constrói para si, uma vez que, na maioria das vezes, estudamos apenas o que o homem faz com a natureza e quase nunca o contrário. E podemos também colocar como objetivo a publicização de uma parte da história do Brasil pouco difundida em nosso país e ao mesmo tempo tão atual.

A FERROVIA

A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFM-M) nasceu de um sonho e chegou ao fim em uma triste realidade.

O território hoje ocupado pela Bolívia pertencia ao Império Inca e após a conquista dos espanhóis passou a fazer parte da região administrativa do Vice-Reino do Peru, após a declaração de independência em 1809 e dezesseis anos de guerra é instalada a república por Simon Bolívar, a Bolívia então se torna um estado autônomo, porém isolado no centro da América do Sul sem saída para o mar, em um momento que o comércio global se dava por meio marítimo.

Para contornar esse problema, o governo boliviano aprovou um projeto do norte-americano George Earl Church (1835-1910) para tornar os trechos entre Madeira e Mamoré navegável, para tanto Church criou a *National Bolivian Navigation Company*. Porém, ao buscar investimento estrangeiro que financiasse o projeto de canalização e vendo o dispendioso gasto que isso traria, Church não conseguiu atrair financiamento, tendo o projeto original modificado para a construção de uma ferrovia que contornasse as margens dos rios. (LOPES, 2018).

Por ser a construção em solo brasileiro, Church teve que negociar com o Império que concedeu a permissão em troca de algumas exigências, “entre elas a organização de uma companhia que deveria denominar-se Madeira and Mamoré Railway” e também que “a ferrovia deveria ligar a vila de Santo Antônio do Rio Madeira, no estado do Amazonas, à localidade de Guajará-Mirim, no estado do Mato Grosso, na fronteira do Brasil com a Bolívia.” (FERREIRA, 2005, p.75).

A primeira tentativa de construção aconteceu em 1872, e pela falta de infraestrutura e de salubridade “dez meses depois, sem assentar um único trilho, a empresa rescindiu o contrato e pediu indenização na justiça por danos materiais.” (COHEN, 2005, p. 31).

Logo em seguida, em 1873 foi contratada a empreiteira americana *Dorsay & Caldwell* que também abandonou o local após a morte de um de seus responsáveis e o contrato com a inglesa *Reed Bros. & Company*, não chegou a sair do papel, uma vez que a construtora abriu mão do serviço.

> Em 1877, com apoio de d. Pedro II, Church contratou a P.& T. Collins. Dezoito meses depois, ela tinha assentado apenas 6 quilômetros de trilhos. O trajeto foi inaugurado em 4 de julho de 1879 com passeio inédito da locomotiva Baldwin, mas ela saltou dos trilhos, causando um grave acidente. No mesmo ano, a construtora suspendeu a obra, pelos mesmos motivos de seus antecessores, e voltou falida para os Estados Unidos. (COHEN, 2005, p. 31).

Em 1881, mais precisamente no dia 10 de setembro, o governo imperial brasileiro emite um decreto em que cancelava a concessão da construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré.

A chegada do século XX trouxe tensão na relação entre Brasil e Bolívia, isso porque, nos anos 1880 um grande afluxo de brasileiros, fugindo da seca no Nordeste e visando os grandes lucros da atividade seringueira, formaram assentamentos em um terreno da Amazônia legalmente boliviano. O imbróglio diplomático só foi resolvido em 1903, com a assinatura do Tratado de Petrópolis no dia 17 de novembro, que em um de seus acordos previa a construção da ferrovia sob a responsabilidade do governo brasileiro. Abrindo edital de concorrência pública para a construção da obra em 12 de maio de 1905.

Com o comando de Percival Farquhar, empresário norte americano, a EFM-M (Estrada de Ferro Madeira-Mamoré) teve sua obra executada e concluída entre 1907 e 1912 com extensão de 366 quilômetros.

> No curso das obras, decidiu-se pela mudança do ponto inicial da ferrovia, de Santo Antônio, no estado do Mato Grosso, para Porto Velho, no Amazonas, distante sete quilômetros um do outro. Farquhar fundou a Madeira-Mamoré Railway Company, com a finalidade de adquirir a concessão e concluir a ferrovia. Posteriormente, a concessionária obteve o arrendamento da estrada de ferro por 60 anos e a concessão para exploração comercial de grandes extensões de terras em territórios brasileiro e boliviano adjacentes à construção. (LOPES, 2018, p. 50).

Porém de pouco uso a ferrovia teve a seu propósito original, ao ser inaugurada o ciclo de ouro da borracha havia entrado em decadência e as exportações brasileiras e bolivianas do látex estava em franca diminuição devido à concorrência de plantações asiáticas, plantações essas que surgiram quando sementes da *Hevea brasiliensis* foram roubadas do Brasil, e levadas para a Inglaterra para Malásia dando origens a grandes plantações.

À DIREITA DO RIO MADEIRA

Um lugar paradisíaco em meio à floresta tropical brasileira, oportunidade de fazer fortuna e aproveitar as riquezas inimagináveis da selva intocável, assim era anunciado o trabalho para atrair homens de todo o mundo para assentar os mancos da nova ferrovia no Brasil. O sonho do Eldorado sempre pairou o imaginário popular em relação ao Novo Mundo colonizado pelos europeus. Dessa vez não seria diferente. Porém, a realidade do que se encontrava era algo bem diferente.

O ser humano tão acostumado a ocupar espaços na terra encontrou na selva brasileira um inimigo poderoso. O que a Amazônia ofereceu em troca da ocupação que se insinuava à margem dos seus rios foram doenças, insalubridade, calor, medo, cansaço e cobrou um preço caro a seus invasores; muitos pagaram a intromissão com a própria vida. "Nós, nos Estados Unidos, nos entusiasmamos com as florestas luxuriantes dos trópicos, mas, quando nelas nos enredamos e verificamos que não conseguimos alongar a vista por mais de três metros em qualquer direção, nosso entusiasmo logo arrefece" (CRAIG, 1947, p. 214), foi assim que Sr. Charles J. Hayden, um inspetor da *Great Northern Rail, descreveu* sua impressão no acampamento em que estava baseado.

No período de 10 anos, entre 1872 e 1881, quatro expedições foram responsáveis por construir a Madeira & Mamoré Railway Company, todas a cargo do Americano Coronel Church. Porém nenhuma levada a bons termos. No final de todo esse tempo apenas sete quilômetros de trilhos haviam sido concluídos. (FERREIRA, 2005).

Imagem 2- Trabalhadores em Obras no Leito de Drenagem ao Longo da Futura Ferrovia - 1019, Acervo do Museu Paulista da USP. Foto de Dana Merrill. Fonte: Wikipédia.

Todas as expedições haviam sido abandonadas pelos mesmos motivos: a insalubridade do ambiente (imagem 2), as condições extremas da floresta, os poucos recursos que chegavam até lá e principalmente as doenças tropicais contraídas pelos trabalhadores. Segundo Craig (1947, p. 55) ao abandonar a construção e pedir o cancelamento do contrato a empresa *Public Works Construction Company* alegou que fazia isso uma vez que a zona era um antro de podridão onde seus homens morriam qual moscas, que o traçado cortava uma região agreste em que se alternavam pântanos e terrenos de formação rochosa, e que mesmo dispondo-se de todo o dinheiro do mundo e de metade de sua população, seria impossível construir a estrada.

O avanço dos trilhos era lento. A floresta amazônica formava um paredão intransponível, cada polegada de mata aberta era um trabalho hercúleo. Craig (1947, p. 194) relata que “Não raro, árvores imensas: com o tronco já inteiramente decepado, mantinham-se ainda eretas, presa a ramaria, pela compacta rede de trepadeiras e cipós, aos gigantes que a cercavam” (imagem 3). Outro funcionário que narrou as dificuldades do trabalho em meio à mata foi o engenheiro Hayden, em seus relatos ele disse o seguinte:

> Tivemos que nadar cerca de 4 km para trabalhar no terreno mais ingrato possível, atravessando seis ravinas, todas com mais de 30 m de profundidade. Nossa linha seguia, depois, o leito de um ribeirão, rumo a um emaranhado compacto de cipós e mato de toda espécie. A atmosfera estava quente e pesada. Trabalhamos o dia todo com lama pelos canos de nossas botas (FERREIRA, 2005, p. 116).

Imagem 3 - Trabalhadores ao Pé de uma Castanheira, Acervo do Museu Paulista da USP. Foto de Dana Merrill. Fonte: Wikipédia

Além dos relatos dos trabalhadores e das empresas, como demonstrado acima, atestando as dificuldades e o ambiente degradante que a mata equatorial brasileira

impunha, temos também relatos de médicos que frequentaram a região durante a construção da ferrovia. Dr. Belt relata o seguinte: “Tenho praticado continuamente por 16 anos nos países tropicais, e sem hesitar desejo mostrar que a região a ser atravessada pela Madeira-Mamoré Railway é a mais doentia do mundo” (FERREIRA, 2005, p. 230).

Como se não bastasse as dificuldades da floresta, fora dela as coisas também não eram melhores. Oswaldo Cruz (1910, p. 11) relata assim a vila de Santo Antônio, um dos pontos de apoio e de moradia dos trabalhadores da EFM-M:

> A vila não tem esgotos, nem água canalizada, nem iluminação de qualquer natureza. O lixo e todos os produtos da vida vegetativa são atirados ás ruas, se merecem este nome vielas esburacadas que cortam a infeliz povoação. Encontram-se colinas de lixo apoiadas ás paredes das habitações. Grandes buracos no centro do povoado recebem as águas das chuvas e da cheia do rio e transformam-se em pântanos perigosos, donde se levantam aluviões de anaphenas que espalham a morte por todo o povoado. Não há matadouro. O gado é abatido em plena rua, á carabina e as porções não aproveitadas: cabeça, vísceras, couro, cascos, etc., são abandonadas no próprio local em que foi a rês sacrificada, jazendo num lago de sangue. Tudo apodrece junto ás habitações e o fétido que se desprende é indescritível. Sobre os organismos que vivem em tal meio o impaludismo faz as maiores devastações que se conhecem. A população infantil não existe e as poucas crianças que se vêm têm vida por tempo muito curto. Não se conhecem entre os habitantes de Santo Antonio pessoas nascidas no local: essas morrem todas. Sem o mínimo exagero, pode se afirmar que toda a população de Santo Antonio está infectada pelo impaludismo.

A duras penas, os que lá iam trabalhar, descobriram que o paraíso que ambicionavam não passava de uma ilusão e de uma história manipulada para atraí-los até o inferno verde. Após meses, dias e horas de jornadas de trabalho extenuantes os trabalhadores se retiravam da frente de trabalho, os que tinham sorte saíam com vida, os miseráveis ficariam eternamente sepultados às margens do seu algoz.

Podemos perceber que o ambiente encontrado era desconhecido e se mostrou extremamente dificultoso de se desbravar. Além dos desafios impostos pela mata, ainda pesava o fato de ser um local longe de centros urbanos de então e de difícil acesso. Isso acarretava a falta de suprimentos básicos, como alimentos e remédios.

A MALÁRIA

A lenda diz que a cada dormente[3] colocado na Estrada de Ferro Madeira-Mamoré uma vida humana era perdida entre os trabalhadores que lá se encontravam. A floresta não iria se deixar vencer tão fácil, para dificultar a entrada do homem em seu

[3] “Peça colocada transversalmente à via, e onde se assentam e fixam os trilhos das ferrovias”

santuário intocado ela lançou mão de artifícios mortais: “o impaludismo, a febre hemoglobinúrica, o beri-beri, a disenteria, a ancilostomíase, a pneumonia, além de outras entidades mórbidas de menor frequência" (CRUZ, 1910, p. 14).
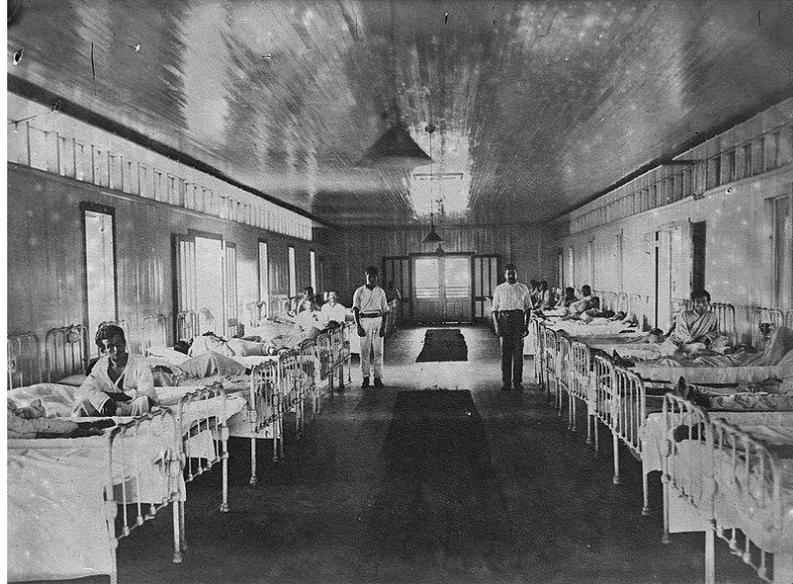
Imagem 4 - Vista Interior de Enfermaria do Hospital Candelária, entre Santo Antonio e Porto Velho, Acervo do Museu Paulista da USP. Foto de Dana Merrill. Fonte: Wikipédia.

Das doenças contraídas pelos homens na selva tropical, a malária “não matava em grande escala”, mas, segundo Ferreira (2005, p. 272), ela era a que mais “inutilizava de maneira assustadora” os trabalhadores que lá se encontravam (imagem 4).

A malária, também chamada de impaludismo, se inscreveu na História desde a antiguidade clássica e foi a motivadora de vários marcos na história da humanidade. Hipócrates foi quem primeiro relacionou as febres intermitentes com o meio ambiente de regiões pantanosas. Os romanos tornaram-se especialistas em drenar pântanos para se livrarem da doença que eles chamavam de *mal’ ária* (ar ruim) por acreditarem que ela era contraída ao respirar o ar de ambientes insalubres. (AMARAL, 2015).

Figuras históricas importantes morreram devido ao mal da febre intermitente, que possivelmente foram decorrentes da malária: Santo Agostinho, falecido em 597 a.C., o poeta italiano, Dante Alighieri que morreu em 1321 d.C., o imperador do sacro império Romano Germânico Carlos V, os papas Sixtos V e Urbano VII.

> Acredita-se que Alexandre o grande morreu de malária no auge de seu poder. O general macedônio que conquistou quase todo o mundo conhecido de sua época contraiu a febre maligna quando partia com seu exército, no início de junho de 323 a.C., para mais uma campanha, e morreu aos 33 anos de idade. (FRANÇA, 2008, p. 1272).

Após anos assombrando a Europa, Ásia e África, a malária desembarca na América junto com a colonização dos europeus e posteriormente com a chegada dos escravos africanos.

A Malária é uma doença infecciosa, produzida por protozoários do gênero *Plasmodium*, e se caracteriza por acessos intermitentes de febre, calafrios, cefaléia e sudorese." (BRASIL, 2006, p. 22) É transmitida pela picada da fêmea do mosquito *Anopheles*, que por sua vez, tem como criadouros "locais de águas limpas de baixa correnteza e sombreadas" (*Idem*, p. 22).

A junção entre floresta e rio forneceu condições perfeitas para a endemia se instalar. "Era sabido que, uma pessoa depois de uma estada de um mês em Porto Velho, contraia um ataque de malária" (FERREIRA, 2005, p. 232). Durante o período da cheia (Novembro a Abril) o Rio Madeira elevava seu nível a 14 metros acima do normal, no período da seca, quando o rio retrocedia deixando parte das águas "depositadas nas depressões dos terrenos, onde se formam, então, pântanos que se estendem por quilômetros de extensão e permitem a criação em massa das anophelinas que se vão infectar nos impaludados crônicos que habitam a região e vão disseminar extensa e intensamente a malária." (CRUZ, 1910, p. 9).

Os dados da disseminação da malária entre os operários são assustadores, em 1910 chegavam a 506 homens em média por mês, fazendo um total de 6.090 neste ano. Deste total, 4.585 deram entrada no Hospital da Candelária[4] com malária (FERREIRA, 2005). No ano seguinte, foram recrutados mais 5.664 pessoas, das quais 4.968 foram acometidas pela mesma doença (COHEN, 2005, p. 49).

Tendo as febres intermitentes como a grande vilã das interrupções da frente de trabalho, a ferrovia só conseguia avançar sobre a floresta "à custa da substituição permanente dos trabalhadores [...] que vinham substituir os que, tendo chegado um, ou dois, ou mais meses antes, já se encontravam mortos ou completamente inutilizados" (FERREIRA, 2005, p. 283). Pelos dados oficiais, morreram nestes dois anos 69 pessoas vitimadas pelo impaludismo, porém existem discordâncias quanto ao número de mortes, de acordo com Ferreira (2005, p. 302), somada todas as enfermidades acometidas no local, "o total provável de mortos de 6.208."

Em seu relatório, Oswaldo Cruz (1910, p. 58), após sugerir uma série de medidas profiláticas para conter tal epidemia, conclui o seguinte: "A procrastinação das medidas será um crime de lesa-humanidade permitindo maiores sacrifícios que os de hoje:

[4] Hospital criado para atender os trabalhadores da Ferrovia, funcionou entre os anos de 1908 e 1911, virou referência no tratamento de doenças tropicais.

uma vida e, talvez 10 inutilizadas por dia e de lesa-pátria porque transformará em zona inabitável um dos mais ricos sítios do mundo."

Na mesma época da construção da Madeira-Mamoré, um outro grande empreendimento, também cortando uma outra região de mata inóspita, estava sendo levada adiante. Era o canal do Panamá que, de modo idêntico à construção no Brasil, sofreu com a malária. O término da obra do canal só foi possível após o controle das endemias de malária e febre amarela realizado pelo médico William Gorgas. (UJVARI, 2003). Da mesma forma ocorreu com a Madeira-Mamoré tendo sua construção chegado ao fim após ter reduzido o número de mortos "devido à melhoria das condições sanitárias da região, e dos melhores recursos de profilaxia das doenças." (FERREIRA, 2005, p. 302).

A MALÁRIA E A FERROVIA HOJE

Desde que o homem passou a conviver em grandes grupos e entre animais domésticos, as doenças começaram a fazer parte da vida comunitária. As epidemias tornaram-se frequentes durante o percurso histórico da humanidade (HARARI, 2017). Peste bubônica, varíola, sarampo, gripe espanhola, poliomielite, foram algumas das epidemias que mataram de dezenas a milhares de pessoas em uma região restrita ou no mundo todo.

Para muitas dessas doenças que, por séculos, assolaram a humanidade, foram encontradas curas ou vacinas para evitá-las, o que fez com que, muitas delas, sejam consideradas erradicadas[5]. Engana-se quem pensa que epidemias são pontuais. Nem sempre as epidemias da era moderna ganham os meios de comunicação de massa. A malária é um exemplo disso. Ainda hoje ela continua provocando morte em grande escala em todo o mundo.

> Mais de 40% da população mundial vive em áreas endêmicas, compreendendo 105 países, afetando desproporcionalmente os pobres, onde a morbidade e mortalidade são maiores, pelo difícil acesso ao tratamento efetivo. Não se sabe os números exatos, mas há uma estimativa de 300 a 500 milhões de casos e 1,5 a 2,7 milhões de mortes por ano, decorrentes da Malária. (MALÁRIA, USP)

A maioria desses casos ocorre em países e regiões pobres, sendo, por isso, pouco notificados. "No Brasil, a região endêmica para a Malária é a Amazônia Legal, compreendendo os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins." (MALÁRIA, USP).

---

[5] Erradicação é a redução a zero da prevalência de doenças infecciosas na população global de hospedeiros.

Muito além do transporte da borracha, a Madeira-Mamoré carregou consigo a modernidade a uma região agreste, a ocupação de uma região do país há muito abandonada e os ensinamentos da importância do combate às pestilências que assolavam o interior do Brasil.

Imagem 5 - Estrada de Ferro Madeira Mamoré em Porto Velho em dezembro de 2020, após obras. Foto: Rede Amazônica.

Idealizada sua construção no Brasil Império, inaugurada no Brasil República, desativada no Brasil da ditadura militar, a ferrovia que percorreu, além dos trilhos assentados na mata tropical, também a história do Brasil, encontra-se hoje tombada como Patrimônio Cultural Brasileiro pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (imagem 5).

A ferrovia também se inscreveu na cultura popular por meio da minissérie Mad Maria da Rede Globo baseada no livro de mesmo nome de autoria de Marcio Souza. A saga que mostra a construção da ferrovia Madeira-Mamoré foi levada ao ar entre janeiro e março de 2005, com 35 capítulos escritos por Benedito Ruy Barbosa com direção de núcleo de Ricardo Waddington. As possibilidades de atrair visitantes quando da exibição da minissérie fez o Estado de Rondônia investir R$ 500 mil na revitalização de 8 km de trilhos e restauro de uma das locomotivas para serem usadas nas gravações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pudemos perceber que desde que nossos ancestrais saíram das savanas africanas e se espalharam pelo mundo que o homem começou a interferir e modificar o ambiente em que ele vivia. Com o advento da revolução científica e da revolução industrial essa interferência passou a ser mais efetiva e rápida. Com as novas descobertas científicas o homem conseguiu conhecer e vencer a maioria das doenças que assolavam a humanidade até então.

Com o investimento do capital expandiu e acrescentou novas necessidades de exploração e consumo ao mercado, isso fez crescer a exploração do látex brasileiro e a necessidade de meios de transporte mais eficientes para escoar essa produção valiosa para a economia daquele período. A instalação de uma ferrovia na margem direita do Rio Madeira surgiu dessa necessidade. Porém ela não passou ilesa de sofrer as duras condições impostas pela floresta amazônica.

Neste artigo, por meio de pesquisa bibliográfica disponível e pertinente ao tema, propusemo-nos a narrar uma parte da história do Brasil pouco trabalhada em escolas e que hoje se encontra esquecida e envolta por mato no abandono da floresta, mas de grande apelo para a atualidade: meio ambiente e epidemias de doenças mortais.

Nessa perspectiva, entendemos que o objetivo deste artigo foi alcançado, visto que conseguimos demonstrar o impacto que a natureza e as epidemias causam sobre os processos socioeconômicos do homem e também estabelecer uma correlação entre o processo explorador e o ambiente em que esse processo ocorre.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Edna Ferreira. **Malária:** Aspectos históricos e utilização da artemisinina em seu tratamento. 2015, 34 f. – Universidade São João del-Rei, São João Del-Rei, 2015.

ANDRADE, Mário de. **O turista aprendiz**. edição de texto apurado, anotada e acrescida de documentos por Telê Ancona Lopez, Tatiana Longo Figueiredo ; Leandro Raniero Fernandes, colaborador. – Brasília, DF : Iphan, 2015.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais:** meio ambiente. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/meioambiente.pdf>. Acesso em: 20 de abr. 2020.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Ações contra a malária:** manual para profissionais de saúde na atenção básica. Brasília, DF: Editora do Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Ações de controle de endemias:** malária: manual para agentes comunitários de saúde e agentes de controle de endemias. Brasilia, DF: Secretaria de Plíticas de Saúde, Fundação Nacional de Saúde, 2002.

COHEN, Marleine. **Uma saga amazônica:** através da minissérie Mad Maria. São Paulo, SP: Globo, 2005.

CRAIG, Neville B., **Estrada de ferro madeira –mamoré:** história trágica de uma expedição. São Paulo, SP: Brasiliana, 1947.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A ferrovia do diabo**. São Paulo, SP: Melhoramentos, 2005.

FRANÇA, Tanos, C. C., SANTOS, Marta G. dos, FIGUEROA-VILLAR, José D. Malária: aspectos históricos e quimioterapia. **Química nova.** Rio de Janeiro, vol. 31, n. 5, 2008

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens:** uma breve história da humanidade. Porto Alegre, RS: L&PM, 2017.

LOPES, Evandro da Rocha. **Imagens da madeira-mamoré:** proposta de um centro de documentação e referência. 2018, 102 f. (Tese em mestrado profissional em bens culturais e projetos sociais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2018.

NAKAGAWA, Marcelo. Quem nunca fracassou que levante a mão. **Revista PEGN**, 2017. Disponível em <https://revistapegn.globo.com/Colunistas/noticia/2017/01/quem-nunca-fracassou-que-levante-mao.html>. Acesso em: 20 de abr. 2021.

UJVARI, Stefan Cunha. ***A História e Suas Epidemias*** - A Convivência do Homem com os Microorganismos. São Paulo, SP: Senac SP, 2003.

MALÁRIA. **USP**, 2013. Disponível em: < http://www2.fm.usp.br/pfh/mostrahp.php?origem=pfh&xcod=Malaria>. Acesso em 20 de abr. 2020.

Minissérie Mad Maria reanima Porto Velho. Estadão, São Paulo, 04, Dez, 2004 Disponível em <https://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,minisserie-mad-maria-reanima-porto-velho,20041204p6841>. Acesso em: 20 de abr. 2021

IMORAIS E INDECENTES: ODAIR JOSÉ E AGNALDO TIMÓTEO E A SUBVERSÃO DA MORAL E DOS BONS COSTUMES PELA MÚSICA CAFONA

Matheus Bomfim e Silva[1]

RESUMO

Durante a década de 1970 no Brasil muitos artistas fizeram sucesso cantando baladas românticas, como Odair José e Agnaldo Timóteo, e foram taxados de "cafonas" pela mídia e pelos pesquisadores da música brasileira, acusados de fazerem uma música alheia às questões sociais e políticas do país. Em contraste com a recém formada MPB, que tinha o objetivo de ser uma arte engajada e questionadora do regime militar. Entretanto, com base na análise das letras e leitura de bibliografia sobre o período citado e a ditadura militar, percebemos que tanto Odair e Agnaldo questionaram a moralidade vigente e deram protagonismo a grupos marginalizados, como a prostituta e os homossexuais. Odair José teve canções censuradas por irem contra a moral e bons costumes defendidos pelo regime e setores da sociedade e Agnaldo Timóteo compôs uma trilogia de canções sobre os sentimentos dos homossexuais. O seguinte trabalho mostra que mesmo cantando sobre esses temas importantes e sofrendo censura, esses artistas sofreram preconceito por parte de grupos intelectuais e em consequência foram pouco discutidos na nossa historiografia sobre música e censura durante o regime militar pós golpe de 1964.

Palavras-chaves: Música; Brega; Moral.

ABSTRACT

During the 1970s in Brazil, many artists were successful singing romantic ballads, such as Odair José and Agnaldo Timóteo, and were labeled "cheesy" by the media and by brazilian music researchers, accused of making music alien to the social and political issues of parents. In contrast to the newly formed MPB, which had the objective of being an engaged and questioning art of the military regime. However, based on the analysis of the letters and bibliography reading about the mentioned period and the military dictatorship, we realize that both Odair and Agnaldo questioned the prevailing morality and gave prominence to marginalized groups, such as prostitutes and homosexuals. Odair José had songs censored for going against the morals and good customs defended by the regime and sectors of society and Agnaldo Timóteo composed a trilogy of songs about the feelings of homosexuals. The following work shows that even singing about these important themes and

[1] Graduando em História pela Universidade Federal do Ceará, membro do Grupo de Estudos História e Documento: reflexões sobre fontes históricas, matheusbonfimce1998@gmail.com

suffering censorship, these artists suffered prejudice from intellectual groups and, consequently, they were little discussed in our historiography on music and censorship during the military regime after the 1964 coup.

Keywords: Music; Brega; Morality

INTRODUÇÃO

Quando artistas como Odair José, Waldick Soriano, Agnaldo Timóteo, entre outros, surgiram no cenário musical brasileiro, eles foram chamados de *cafonas*, termo divulgado pelo jornalista e compositor Carlos Imperial[2] na década de 1970. A partir dos anos 1980 o termo brega passou a ser utilizado (ARAÚJO, 2002, p.20). De acordo com o dicionário Michaelis, brega significa "[...] aquele que não tem maneiras elegantes ou revela pouco refinamento e mau gosto; cafona"[3]. Assim, fica claro o teor pejorativo no emprego do termo e o modo com o qual tal adjetivo serviu para desmerecer esses artistas.

Na década de 1960, foi criado o Centro de Cultura Popular da União Nacional dos Estudantes (CPC/UNE), com o objetivo de participar dos debates políticos, discutir nacionalismo e valorização do povo por meio da arte. De acordo com Vinícius Rodrigues Alves de Souza (SOUZA, 200?), nesse período o universo acadêmico era guiado por uma ideário nacional-popular e esses acadêmicos viam a necessidade de uma vanguarda intelectual para se chegar à revolução e ajudar o povo, sendo este visto como alienado e sem competência para resolver seus conflitos internos. Para tal grupo, a arte era a base da ação política e qualquer tipo de arte desvinculada dessa militância era vista como alienada. Deste modo, para o grupo, artistas cujo trabalho não estivesse dentro da visão defendida não se adequam ao projeto de arte engajada.

Além disso, de acordo com Paulo Cesar de Araújo (ARAÚJO, 2006, p.196), até 1965 a música popular brasileira do meio universitário era chamada genericamente de bossa nova, em razão da fama de João Gilberto. Todavia, em decorrência do sucesso de Roberto Carlos, a partir de 1965, o ambiente musical começou a se determinar como MPB, Música Popular Brasileira, sigla que surgiu como uma bandeira nacionalista que lutava

---

[2] Carlos Imperial foi um dos responsáveis pela consolidação do rock no Brasil e responsável por revelar Roberto Carlos. AS HISTÓRIAS de Carlos Imperial. *In*: IMMUB. IMMUB, 24 nov. 2020. Disponível em: https://immub.org/noticias/as-historias-de-carlos-imperial. Acesso em: 30 nov. 2021.

[3] MICHAELIS moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos. Disponível em:<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>. Acesso em: 30 de maio de 2021.

contra a invasão da música estrangeira no Brasil enquanto, ao mesmo tempo, intencionava nortear a produção da chamada "música de protesto".

Fora dessa discussão estavam artistas como Odair José e Agnaldo Timóteo, cantando baladas românticas, sem questionar o regime militar e não se enquadrando, portanto, na chamada MPB, consumida majoritariamente pelas elites. A despeito disto, com altas vendagens, suas produções musicais faziam bastante sucesso entre grande parte da população brasileira, em especial entre as classes mais baixas (ARAÚJO, 2015, p.15-32).

Acreditamos que essa situação com o CPC e a MPB não foram determinantes, mas ajudaram no apagamento desses artistas da nossa historiografia. Tal assunção leva em consideração que a bibliografia sobre música popular pouco discutiu o repertório cafona, considerando os grandes pesquisadores do tema, como José Ramos Tinhorão, Zuza Homem de Melo, Ruy Castro, Hermínio Bello de Carvalho, entre outros (ARAÚJO, 2015, p.22). Quando citados, o são de forma negativa, como no livro História & Música, em que o autor classifica a produção desses artistas de simplória e tosca (NAPOLITANO,2002, p.71). Na maioria das vezes, quando se fala em música na ditadura, apenas a chamada MPB é lembrada, como a única vertente que questionou o governo, por ser politizada, engajada e com renovações na estética musical.

Todavia, com base na análise das letras de algumas das músicas dos artistas “cafonas”, como por exemplo "*Eu vou morar com ela"* (1970), Odair José questionou o valor moral do casamento e, em outra oportunidade, cantou uma declaração de amor a uma prostituta em "*Eu vou tirar você desse lugar"* (1972). Agnaldo Timóteo, por sua vez, escreveu canções falando sobre relações homossexuais, como é o caso de "*Galeria do Amor"* (1975). Percebemos que esses cantores narravam sua visão do cotidiano, contestaram os valores morais defendidos pelo governo e parte da sociedade e, em alguns casos, chegaram a sofrer censura por tocarem em assuntos sensíveis para o período.

Agnaldo Timóteo apesar de na mídia possuir uma imagem de “másculo e bravo” (ARAÚJO, 2015, p.142) fez músicas com temática homossexual, enquanto Odair José, sem nenhuma formação acadêmica, fez letras ácidas que colocavam em xeque a moral vigente.

Este trabalho tem por objeto a análise de parte da obra destes dois artistas em especial, contextualizando-a junto ao panorama político e social de sua produção. Analisaremos algumas letras compostas por eles e um caso de censura sofrido por Odair José. Reforça-se que a análise deste trabalho não tratará do caráter musical, em uma perspectiva da teoria musical, dos artistas e de suas obras.

O TERROR DAS EMPREGADAS

Odair José de Araújo nasceu em Morrinhos, em 1948, e desde criança teve interesse pela música. Ouvia de Neil Sedaka à Tonico e Tinoco. Quando estava perto de completar os 18 anos, decidiu ir para o Rio de Janeiro tentar contrato com uma grande gravadora. Infelizmente, não foi fácil como esperava. Teve que morar na rua e tocar na noite do Rio, onde teve contato com prostitutas e pessoas das mais diversas camadas sociais, até que conseguiu contrato com a CBS[4]. Essa vivência nas ruas influenciou bastante nas suas composições, como veremos a seguir.

Em 1971, Odair lança seu segundo disco[5] pela CBS, o LP intitulado *Meu Grande Amor*, uma das faixas se chama *Vou Morar Com Ela:*

> O meu amor
> Foi aumentando
> Cresceu demais
> E uma hora por dia
> Já não resolve mais[...]
> Não suporto mais viver longe dela
> Não aguento mais, eu vou morar com ela[...]
> Minha família pensa até que eu enlouqueci
> Que eu enlouqueci
> Mas agora eu sei
> Que mais nada adianta
> Estou muito na dela
> E por mais que me esforce
> Eu não vivo sem ela[...] (JOSÉ, PINTO, 1971)

A letra conta a história de um rapaz com sua amada e que decide ir morar com ela a todo custo. À primeira vista o teor da letra pode parecer simples, mas se nos atentarmos aos detalhes e ao contexto brasileiro da época, vemos que Odair vai contra um valor da sociedade: o casamento. Em nenhum momento da composição o artista fala em formar família, em se casar, seguir o "padrão", o esperado, ele apenas quer morar com a amada e

---

[4] Columbia Records, gravadora americana, que no Brasil usava a CBS como distribuidora. COLUMBIA RECORDS. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Columbia_Records&oldid=60584591>. Acesso em: 6 mar. 2021.
[5] O primeiro disco foi o LP intitulado Odair José, de 1970.

viver seu amor em paz. Lembremo-nos que antes do Golpe Civil-Militar houve a “Marcha pela Família, com Deus pela Liberdade”, em que grupos religiosos defendiam os valores cristãos e a família como base de uma sociedade decente.

Por mais que o Brasil passasse por um regime autoritário, as mudanças comportamentais chegaram, em parte por influência da cultura hippie, a música dos Beatles e todo o movimento de contracultura (SETEMY, p. 177). Porém, não foi dessa vez que Odair foi alvo da censura moral, como será mostrado mais à frente.

O ano de 1972 seria aquele em que Odair estouraria nas paradas de sucesso e teria seu primeiro contato com a censura. Nesse ano, Odair lança um compacto simples com a música "*Eu vou tirar você desse lugar"*, canção que antes mesmo de ser lançada já teria causado desentendimento dentro da CBS, visto que o produtor responsável não achou a temática boa. Argumentava que se tratava de uma música de mau gosto, deixando explícito, assim, que a questão da moralidade não partia apenas do governo militar, mas também de vários setores da sociedade. É razoável considerar que "*Eu vou tirar você desse lugar"* seja a canção mais conhecida de Odair José. Ela conta a história de um homem que se apaixona por uma prostituta:

Olha, a primeira vez que eu estive aqui
Foi só pra me distrair
Eu vim em busca do amor
Olha, foi então que eu lhe conheci
Naquela noite fria, em seus braços
Meus problemas esqueci
Olha, a segunda vez que eu estive aqui
Já não foi pra distrair
Eu senti saudades de você
Olha, eu precisei do seu carinho[...]
Eu vou tirar você desse lugar
Eu vou levar você pra ficar comigo
E não me interessa o que os outros vão pensar[...]
Eu quero que você não pense em nada triste
Pois quando o amor existe
Não existe tempo pra sofrer[...] (JOSÉ, 1973)

A cultura latino-americana é bastante influenciada pelo cristianismo, o que ajudou a associar a figura feminina ao pecado e à tentação, em razão da figura de Eva e sua posição

como responsável por fazer Adão comer o fruto proibido. Foi, portanto, construída uma imagem da mulher como um perigo para o homem. Em decorrência disso, criou-se no imaginário dois tipos de mulheres: a mulher submissa ao homem, como a mãe, a dona de casa, figura sagrada como Maria, a mãe de Jesus, e a mulher insubordinada, que não está sob o julgo masculino (MEIS).

A partir desta lógica, a prostituta se enquadraria na segunda categoria: uma mulher que vende o corpo para satisfazer os desejos masculinos. Destaca-se, entretanto, que a natureza da atividade da prostituta cria, inevitavelmente, uma relação dúbia, além de contraditória. Ao mesmo tempo que é julgada, seu serviço é perenemente contratado, conforme tal atividade passa a constituir o meio de subsistência daqueles que a exercem. Como é de conhecimento geral, formou-se uma figura marginalizada na nossa sociedade - a "puta" -, a mulher que não "se dá valor". Sendo ainda o sexo um tabu, algo restrito ao casamento, a prostituição subverte tal paradigma moral, vez que o transforma em mercadoria e quebra essa "regra social".

No Brasil, a prostituição não é criminalizada, apesar da repressão por parte da polícia. Sabemos, contudo, que as prostitutas não estão isentas de pena em nossa sociedade. O preconceito e a consequente marginalização são fardos diariamente imputados. Odair José teve contato direto com prostitutas, já que quando saiu de Morrinhos, Goiás, para o Rio de Janeiro, em busca de contrato com uma grande gravadora, teve que morar na rua, já que ao sair de casa levou consigo dinheiro suficiente para apenas uma semana de hotel, como ele narra em várias entrevistas.

Depois de um tempo, começou a tocar nos "inferninhos" e em casas noturnas, onde conheceu prostitutas e pessoas de várias classes sociais[6]. Odair afirma que estava viajando com outros músicos no período que a canção foi lançada e foi pego de surpresa por ela ter estourado sem divulgação por parte da gravadora. Afirma ainda que não participou de nenhuma peça de divulgação e que com essa música vendeu mais discos do que se tinha vitrolas no país[7]. Contudo, o que podemos afirmar com certeza é que a música ficou em primeiro lugar nas paradas de rádio do Rio de Janeiro, na segunda semana de maio de 1972 (CAVALCANTI, 2015, p.56).

Essa canção, que narra a relação de um homem com uma prostituta, se tornou a canção de ninar do filho de Nara Leão (ARAÚJO, p.149), outro exemplo da força que a música teve naquele ano de 1972. Em resumo, a letra narra a história de um homem que vai a um bordel, para se divertir, ter prazer, representado na frase "só pra me distrair", mas que,

---

[6] ODAIR JOSÉ – DE MORADOR DE RUA AO CONTRATO COM A CBS | 50 ANOS DE CARREIRA | PARTE 1. Disponível em: https://youtu.be/tshg8vhIZE4. Acesso em: 20 de maio de 2021.
[7] ODAIR JOSÉ | MUSIC THUNDER VISION. Disponível em: https://youtu.be/6JRdNBWZN4o. Acesso em: 20 de maio de 2021.

ao invés de apenas se distrair, o personagem acaba se apaixonado pela prostituta e volta lá mais uma vez movido por essa paixão, declarando-se para a mulher, afirmando que não consegue mais tirá-la da cabeça e que está disposto a tirar ela "desse lugar", é interessante notar que palavras como "bordel", "prostíbulo" ou "cabaré" nunca são citadas na canção. Talvez tenha sido uma escolha do autor para não ser polêmico, talvez tenha sido simplesmente uma escolha poética.

O eu lírico afirma que sabe que sua amada tem medo de que seu passado vá sempre a perseguir, mas pondera que não se importa com a opinião alheia, com o preconceito, já que no final das contas o que importa é o amor entre os dois. Hoje, a música pode parecer boba, mas cantar tais versos durante a vigília moral da ditadura era muito subversivo. Odair vai contra os preconceitos da sociedade e coloca a prostituta como uma figura central, uma mulher que merece respeito e tem todo o direito de amar e ser amada, como qualquer outra.

Com o grande sucesso, Odair é chamado pelo governo para prestar explicações acerca da letra. O refrão chamou atenção dos militares, que acharam se tratar de uma crítica velada ao governo. Devemos lembrar que o governo de Emílio Médici (1969-1974) foi um período de muito ufanismo, por conta do "milagre econômico" e foi criado o slogan "Brasil: ame-o ou deixe-o". Levando isso em conta, podemos entender que o interesse dos militares pelo refrão não era infundado.

Entretanto, Odair explicou que não estava falando da situação política do país, mas sim contando a história de um homem que se apaixonou por uma prostituta e quer tirar ela da prostituição. Foi aí que ouviu um "piorou" e por causa disso suas músicas passariam a ser submetidas, a partir de então, a uma censura prévia[8], não poderia lançar nenhuma canção sem aprovação da censura, mostrando que o governo o enxergava como um subversivo.

Lembremos que naquele contexto se tinha discussões sobre as ameaças à juventude, sobre liberdade, e começaram os choques com os preceitos religiosos sobre os modelos de família. Por mais que no Brasil da década de 1970 a juventude tenha sofrido repressão pelo Regime Militar, houve quebras de regras de sexualidade, padrões de relacionamento e da própria lógica do casamento, todas essas mudanças influenciadas pela contracultura. Para o Regime isso era uma ameaça à Segurança Nacional (DUARTE, 2017 p.49-50), pois uma das formas pelas quais os militares acreditavam que os comunistas dariam um golpe seria aliciando a juventude. A exemplo disso, em 1969, foi instaurada a disciplina de Educação, Moral e Cívica nas escolas e no ensino superior (DUARTE, 2017,

---

[8] ODAIR JOSÉ - A CENSURA, A PÍLULA E O FILHO DE JOSÉ E MARIA | 50 ANOS DE CARREIRA | PARTE 3. Disponível em: https://youtu.be/LCxYytKyevU. Acesso em: 20 de maio de 2021.

p.47). A censura foi um instrumento político legalizado e usado como forma de legitimação com relação à sociedade civil, reforçado pelo regime, visando a manutenção dos valores cristãos (SETEMY, 2018).

No início da década de 1960, antes do Golpe, comportamentos diferentes da norma já eram discutidos, especialmente na imprensa, como igualdade entre os sexos, liberdade sexual em decorrência do uso da pílula anticoncepcional, divórcio, etc. No Brasil, mesmo sob a égide da Ditadura Militar, houve influência da contracultura que discutia e pregava essa quebra de padrões, na esteira do cinema de Godard, das músicas dos Beatles e de Bob Dylan. Essas formas de arte, como a música e a moda, eram armas de resistência e se tornaram alvos de perseguição por serem encaradas como contestação à ordem estabelecida (SETEMY, 2018).

A exemplo disso, o presidente Médici expediu o Decreto-Lei n° 1.077, que proibia a circulação de publicações que iam contra a moral e os bons costumes, conforme o qual as obras estrangeiras deveriam ser submetidas a análise, sendo necessária liberação da Polícia Federal (SETEMY, 2008). Ademais, vale salientar que anteriormente ao Golpe de 1964 já existia censura no nosso país. Desde 1889, tal matéria já se constituiu como assunto de polícia e assim permaneceu por muito tempo (LUCENA, 2017, p.60), mostrando que mesmo antes dos militares os governos já se preocupavam com as diversões públicas e como isso poderia ser usado para manter o controle sobre a população.

O modelo de conduta defendido pelo regime militar era propagado por diversos meios de comunicação, bem como as instituições que seriam a base da sociedade brasileira, como a Escola, Igreja e Forças Armadas. A censura se mostrou uma prática do governo, com apoio de setores da sociedade, (LUCENA, 2017, p.61). Evidencia-se, portanto, que a censura a questões polêmicas envolvendo a moralidade não partia apenas do governo, mas da própria população e o Estado usava disso para fazer valer sua autoridade.

Corroborando o argumento referente ao preconceito sofrido por esses artistas podemos citar o evento Phono 73, que foi organizado pela gravadora Phonogram em 1973. O evento aconteceu em São Paulo, e a gravadora decidiu chamar seu elenco para quatro dias de show. Entre os nomes estavam Chico Buarque, Gilberto Gil, Elis Regina, Gal Costa, Caetano Veloso, entre outros (ARAÚJO, 2015, p.202).

Caetano Veloso decide convidar Odair José para fazer um dueto, os dois apresentariam "*Vou tirar você desse lugar*", Caetano na voz e Odair no violão. Porém, assim que Odair subiu ao palco recebeu uma enorme vaia do público universitário ali presente. Em resposta, Caetano sai do palco enfurecido, mas Odair permanece e sem se importar com a atitude do público começar a tocar e cantar "*Uma vida só (Pare de tomar a pílula)*," canção

Revista Historiador Número 14. Dezembro de 2021.
Disponível em http://www.revistahistoriador.com.br
ISSN - 2176-1116

que tinha sido proibida de ser reproduzida na rádio e cantada em shows pelo Regime Militar (ARAÚJO, 2015, p.202-205). Com esse ato, consciente ou não, o Terror das Empregadas[9] mostrou que não se importava com o que aquele público universitário achava dele e que não tinha medo do que o Regime poderia fazer a ele por ir contra um veto que sofreu.

Em 1974, Odair teria outro problema com a censura do Regime. Naquele ano, tentou lançar a canção "*A primeira noite de um homem*", música que narra a experiência da primeira transa de um rapaz. Pela temática certamente era um assunto transgressor para a época. No início de março a letra foi enviada para o DCDP (Divisão de Censura e Diversões Públicas), e foi vetada (CAVALCANTI, 2015).

11211

A PRIMEIRA NOITE

De: Odair José

A PRIMEIRA NOITE DE UM HOMEM
É UMA NOITE TÃO CONFUSA
É UMA NOITE TÃO ESTRANHA
ELE NÃO SABE O QUE FAZER
ELE TEM MEDO DE QUERER
ELE MORRE DE VERGONHA .

NA PRIMEIRA NOITE DE UM HOMEM
É PRECISO QUE A MULHER
TENHA BASTANTE PACIÊNCIA
ELE NÃO SABE COMO É
ELE NEM SABE O QUE QUER
É A PRIMEIRA EXPERIÊNCIA.

TANTO TEMPO ELE FICA ESPERANDO
NA ESPERANÇA DE SABER
E QUANDO CHEGA A HORA
O HOMEM SE APAVORA
E NEM SABE O QUE FAZER,
NOITE DE DESEJOS, NOITE DE MIL BEIJOS
MOMENTOS QUE EU TAMBÉM VIVI
A PRIMEIRA NOITE, MEU PRIMEIRO AMOR
EU NUNCA ESQUECI.

FOI COM VOCÊ MEU BEM
QUE TUDO ISSO EU APRENDI
MEU DESEJO ERA TANTO
QUE EU NEM SABIA
POR ONDE COMEÇAR
O MEU CORPO ESQUENTAVA
EU TREMIA
NÃO CONSEGUIA NEM FALAR
NOITE DE DESEJOS, NOITE DE MIL BEIJOS
MOMENTOS QUE EU TAMBÉM VIVI
A PRIMEIRA NOITE, MEU PRIMEIRO AMOR
EU NUNCA ESQUECI.

VETADO

Fonte: Arquivo Nacional Base de dados: Letras Musicais. Referência: PH.0.TXT.5893 *apud* "Ame, assuma e consuma": Canções, Censura e Crônicas Sociais no Brasil de Odair José (1972-1979)

Transcrição da letra:

A primeira noite de um homem
É uma noite tão confusa
É uma noite tão estranha
Ele não sabe o que fazer

[9] Odair José teve vários apelidos durante a carreira, como o Terror das Empregadas e o Bob Dylan da Central do Brasil. ARAÚJO, Paulo Cesar de. Eu não sou cachorro, não: música popular cafona e ditadura militar. 9. ed. Rio de Janeiro. Editora Record. 2015. p.38.

Ele tem medo de querer

Ele morre de vergonha

Na primeira noite de um homem

É preciso que a mulher

Tenha bastante paciência

Ele não sabe como é

Ele nem sabe o que quer

É a primeira experiência

Tanto tempo ele fica esperando

Na esperança de saber

E quando chega a hora

O homem se apavora

E nem sabe o que fazer

Noite de desejos, noite de mil beijos

Momentos que eu também vivi

A primeira noite, meu primeiro amor

Eu nunca esqueci

*** Foi com você meu bem

Que tudo isso eu aprendi

Meu desejo era tanto

Que eu nem sabia

Por onde começar

O meu corpo esquentava

Eu tremia

Não conseguia nem falar

[...]

A música foi classificada como imprópria para o público jovem. Seria uma má influência por tratar de um assunto tão delicado de maneira explícita, como podemos ver no documento da DCDP:

M. J. - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIVISÃO DE CENSURA DE DIVERSÕES PÚBLICAS

TÍTULO: A PRIMEIRA NOITE
ESPÉCIE: LETRAMUSICAL
CLASSIFICAÇÃO : NÃO LIBERAÇÃO

PARECER 4678/74

A presente letra musical trata de um assunto totalmente inconveniente para um público menor. O autor descreve suas experiências de uma primeira noite de amor, expressando com detalhes as emoções por que passa e todo o condicionamento físico experimentado.

Como a música é de índole popularesca e seria consumida por público jovem, principalmente, torna-se ainda mais contra-indicada sua liberação.

Portanto, sugerimos seja não liberada, pois o modo pelo qual o assunto é exposto, torna a letra musical moralmente imprópria para público jovem.

Fonte: Arquivo Nacional Base de dados: Letras Musicais. Referência: PH.0.TXT.5893 *apud* "Ame, assuma e consuma": Canções, Censura e Crônicas Sociais no Brasil de Odair José (1972-1979)

Apesar do veto, Odair alterou o nome da música para *Noite de Desejos*, fez alterações na letra e conseguiu a aprovação e ela saiu no LP Lembranças, no mesmo ano:

A primeira vez que eu te amei
Eu sinceramente não pensei
Ficasse tão apaixonado
Eu não queria me prender
Eu só tentava esquecer
Um romance do passado
E foi então que aconteceu
Mais uma vez o amor nasceu
Eu tinha medo e não queria
Mas meu desejo foi maior
E eu que andava sempre só
Fiz de você minha alegria [...]

Noites de desejos, noites de mil beijos
Momentos que eu também vivi
Foi naquela noite a primeira vez
E eu nunca esqueci
Foi com você, meu bem
Que tanta coisa eu aprendi
Meu desejo era tanto
Que eu nem sabia
Nem mesmo o que falar
O meu corpo esquentava
Eu tremia
De tanto me guardar [...] (JOSÉ, 1974)

Como o documento mostra, existe por parte da censura uma ânsia de pretensamente proteger a juventude de um conteúdo que pode corrompê-la. Para os militares, uma das formas de uma invasão comunista acontecer seria por meio da dissolução da Família e da Moral e dos Bons Costumes, o que teoricamente justificaria a Guerra Interna (BRITO). Por isso se justificaria o veto à letra pois ela vai contra os padrões de moralidade defendidos pelo Regime.

Com esses exemplos, percebemos que Odair José foi um verdadeiro *artintelectual* (SILVA, 2017, p.115), embora tenha ficado conhecido por ser um músico cafona e, a partir da década de 1980, de brega, termo este que se tornou popular em razão do sucesso do LP "Brega chique, chique brega", lançado em 1984 (ARAÚJO, 2015, p.377). Apesar disto, indiscutivelmente questionou a moralidade vigente, deu voz a um grupo marginalizado, usando o amor como fio condutor dessas discussões.

SENHOR, EU SOU UM PECADOR

Durante o regime militar a homossexualidade também foi um assunto que incomodava o governo. A exemplo disso temos um documento que mostra o descontentamento do diretor do Serviço Nacional de Informação (SNI), do Rio de Janeiro, acerca do programa de Flávio Cavalcanti, da TV Tupi, por ter mostrado um “travesti”, e que aquilo não deveria ser exibido para o grande público. O Estado perseguiu esses homossexuais por serem considerados uma quebra do padrão heteronormativo, mas, até entre os movimentos de esquerda existia preconceito (CABRAL, 2015).

ISSN - 2176-1116

Apesar desse ambiente de repressão e vigilância moral, Agnaldo Timóteo escreveu canções retratando relações homoafetivas, a solidão e dilemas desse grupo marginalizado. Nas músicas A Galeria do Amor (1975), Perdido Na Noite (1976) e Eu Pecador (1977), podemos observar essas crônicas sobre amor e desejos proibidos, como veremos a seguir.

Em 1975, Agnaldo lança o LP intitulado "A Galeria do Amor", nome da primeira faixa do álbum. Originalmente o nome seria Galeria Alaska, fazendo referência a um famoso ambiente LGBT no Rio de Janeiro, mas o departamento de marketing da gravadora achou melhor alterar o nome para evitar complicações com a censura e com o próprio público, pois Agnaldo possuía uma imagem de "machão" (ARAÚJO, 2015, p. 141-142). A EMI-Odeon tentou recusar a composição, mas Agnaldo rebateu: Gente, isso é uma realidade. Você sai à noite pra passear, chega na Galeria Alaska e encontra centenas de pessoas se paquerando. Isso é um fato real. É preciso falar disso. São milhões de pessoas que vivem dessa maneira: homens com homens, mulheres com mulheres. Não se pode mais fugir dessa realidade hoje no mundo (ARAÚJO, 2015, p.142).[10]

E assim a balada foi lançada, com a seguinte letra:

Numa noite de insônia saí
Procurando emoções diferentes
E depois de algum tempo parei
Curioso por certo ambiente
Onde muitos tentavam encontrar
O amor numa troca de olhar
Na galeria do amor é assim
Muita gente a procura de gente
A galeria do amor é assim
Um lugar de emoções diferentes
Onde a gente que é gente
Se entende
Onde pode se amar livremente
Numa noite de insônia saí
E encontrei o lugar que buscava

[10] Entrevista que Agnaldo Timóteo cedeu ao historiador e jornalista Paulo Cesar de Araújo. ARAÚJO, Paulo Cesar de. Eu não sou cachorro, não: música popular cafona e ditadura militar. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

A galeria do amor me acolheu
Bem melhor do eu mesmo esperava
Hoje eu tenho pra onde fugir
Quando a insônia se apossa de mim [...] (TIMÓTEO, 1975)

Nos anos 1950, em Copacabana, surgiram as primeiras boates e “inferninhos” e com isso o bairro foi ganhando vários espaços de prostituição sendo um dos mais procurados justamente a Galeria Alaska, lugar inaugurado em 1951. Inicialmente era um lugar de comércio, onde também residiam pessoas de classe média (CARDOSO, MACHADO, 2015).

Por volta de 1958 a mídia começa a representar o lugar como um espaço de marginalidade, que era um lugar para "pervertidos" e “delinquentes”. Nos anos 1960 começaram ali os espetáculos protagonizados por travestis, e por conta disso e do público do ambiente a Galeria começou a incomodar os moradores da região. Neste contexto, o ambiente passou a ser bastante vigiado pela força policial (CARDOSO, MACHADO, 2015).

Foi nesse lugar onde Agnaldo Timóteo tirou sua inspiração para a música, afirmando que aquilo descrito na canção é real (ARAÚJO, 2015, p.142). Como vemos na letra, o eu lírico começa afirmando que estava andando pela noite e procurando por emoções diferentes, este diferente já remete a algo não comum, no caso uma relação heteronormativa, e continua contando que ficou curioso por certo ambiente, ambiente no qual as pessoas procuram por emoções diferentes, mais uma vez fazendo uma quebra do que seria a “normalidade”.

Outro trecho interessante é quando a personagem canta “Onde a gente que é gente se entende”, já que o termo entendido possui conotação homossexual[11]. Então, mesmo que de maneira sútil, Agnaldo deixa pistas do teor da música. A letra descreve a Galeria como um lugar de liberdade, onde se pode amar sem medo de ser julgado e que ali a pessoa pode ser quem ela quer.

Em 1976, Agnaldo Timóteo lança o LP Perdido na Noite, e com a música que leva o título do disco mais uma vez faz referência às desventuras da vida noturna:

Estou perdido na noite de muitos
Sempre a procura da mesma ilusão
Estou perdido na noite sozinho

[11] CONHEÇA ALGUMAS GÍRIAS DOS GAYS. EXTRA, Rio de Janeiro, 10 de junho de 2007. Diário de S. Paulo. Disponível em: https://extra.globo.com/noticias/brasil/conheca-algumas-girias-dos-gays-688350.html. Acesso em: 30 de maio de 2021.

ISSN - 2176-1116

Pelos caminhos sombrio eu vou
Estou perdido como tantos perdidos [...]
Somos amantes do amor liberdade
Somos amados por isso também
E se buscamos uma cara-metade
Como metade nos buscam também
Estou perdido
Estamos perdidos
Mas a esperança ainda é real [...] (TIMÓTEO, 1976)

Mais uma vez Agnaldo nos mostra um personagem solitário, que procura por um amor na vida noturna, mas que não é o único, "Estou perdido como tantos perdidos", mais uma vez falando dos excluídos, no caso, os homossexuais, e continua falando que esse grupo é amante da liberdade e que apesar de todas as dificuldades a esperança persiste.

No ano seguinte, 1977, Agnaldo lança o LP *Eu pecador*, e mais uma vez a faixa título fala da questão da homossexualidade, dessa vez fazendo referência a religião cristã:

Senhor, eu sou um pecador
E venho confessar porque pequei
Senhor, foi tudo por amor
Foi tudo por loucura
Mas eu gostei
Senhor, não pude suportar
A estranha sensação de experimentar
Um amor por Vós não concebido
Um amor proibido pela Vossa lei [...]
Senhor, depois de se provar
É difícil parar
De se amar com perigo
Senhor, imploro o seu perdão
Pois pequei por amor
Sem saber que era errado
Senhor, eu sou um pecador
Sou um frequentador

Da esquina do pecado (TIMÓTEO, 1977)

Como fica entendido pela letra, o eu lírico está fazendo uma espécie de prece, pedindo perdão a Deus, afirmando que cometeu um grave pecado, pecado este ligado a um amor proibido. Para a moralidade cristã vigente à época, a homossexualidade não era permitida. Muito embora nosso personagem se sinta culpado e peça desculpas pela quebra da lei divina, continua seu relato afirmando ter gostado e que é difícil deixar o amor proibido depois de o ter experimentado.

Essas três baladas, todas composições de Agnaldo Timóteo e que deram nome aos seus respectivos LP 's, formam a trilogia da noite (ARAÚJO, 2015, p.144), e com elas vemos que ainda que fosse um período de repressão, o artista taxado de cafona tocou em um assunto polêmico e falou de um grupo marginalizado, narrando suas angústias e seu sentimento de solidão.

No início da década de 70 começaram a surgir os primeiros protestos por direitos dos homossexuais, influenciados pela revolta de Stonewall. Não seria diferente no caso do nosso país, vários grupos se inspiraram no ocorrido nos Estados Unidos, mas por conta da repressão do Estado não era viável organizar conflitos diretos. Em razão disso, a questão passou a ser trazida por meio de jornais, como O Lampião da Esquina, que começaram a fazer divulgação de questões sociais e sexuais relacionadas a esses grupos (BELIN, 2020, p.10-11). Vale ressaltar que aconteciam patrulhas por meio das rondas policiais nos ambientes ligados a esses grupos, sendo alvos de suas “batidas” os gays, lésbicas e travestis, que não só eram presos em razão tão somente de sua sexualidade, bem como sofriam torturas mais agressivas por parte da repressão[12].

Com isso posto, percebemos que as composições de Agnaldo Timóteo estavam em sintonia com as questões sociais envolvendo os grupos de homossexuais durante o regime militar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos no decorrer do trabalho, artistas que foram chamados de “cafona” pela mídia e setores acadêmicos com teor de desdém escreveram canções questionando a moralidade vigente no período da Ditadura Militar, a exemplo de Odair José, colocando em

---

[12] PUFF, Jefferson. LGBTs sofriam torturas mais agressivas, diz CNV. BBC Brasil. Rio de Janeiro. 10 de dezembro de 2014. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141210_gays_perseguicao_ditadura_rb. Acesso em: 8 de agosto de 2021.

cheque o casamento, falando de sexo e desejos, além de colocar nos holofotes a figura marginalizada da prostituta, mostrando que ela merece ser amada e não "interessa o que os outros vão pensar", demonstrando não apenas sua pouca reverência à moral comum, como também, de certo modo, convidando outros a questioná-la e viver conforme sua própria felicidade.

Muito embora não tenha sido o único a falar de tais assuntos, veio a sofrer exclusão na nossa historiografia, fato que ganha ainda mais relevância dado o eco de sua obra mesmo durante um período de tamanha fiscalização moral. A temática da homoafetividade, no caso de Agnaldo Timóteo, também foi trazida ao cotidiano da sociedade comum. Conforme suas letras narram a solidão, os dilemas e a busca de liberdade por esse grupo também estigmatizado, os homossexuais, em um regime que defendia um padrão heteronormativo como uma questão de segurança pública e de interesse do Estado.

Não bastassem os vetos e a fiscalização por parte do Estado, tais iniciativas sofreram represálias por parte da elite intelectual, seja por fazerem fama entre as camadas sociais mais baixas, seja por não seguirem o modelo do que deveria ser o padrão da MPB, com suas canções engajadas de protesto.

E apesar do sucesso, com altas vendagens de disco e dos casos de censura, como dito anteriormente, esses artistas ainda são poucos pesquisados na nossa historiografia sobre música brasileira, além de trabalhos que tratem esses artistas como sem importância para a nossa história e como alienados e adesistas ao governo militar. Contudo, com os exemplos supracitados neste trabalho vemos que tais nomes são uma fonte importante para a produção cultural brasileira na década de 1970.

FONTES:

A GALERIA do Amor. [Compositor e intérprete]: Agnaldo Timóteo. Não informado: ODEON, 1975. LP.

CAVALCANTI, Ivan Luis Lima. "Ame, assuma e consuma": canções, censura, e crônicas sociais no Brasil de Odair José (1972-1979). 2015. 141 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/8089. Acesso em: 30 maio 2021.

COLUMBIA RECORDS. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Columbia_Records&oldid=60584591>. Acesso em: 30 de maio de 2021.

EU pecador. [Compositor e intérprete]: Agnaldo Timóteo. Não informado: Odeon, 1977. LP.

EU vou morar com ela. Compositor: Odair José; Rossini Pinto. Intérprete: Odair José. Rio de Janeiro: CBS, 1971. LP.

MICHAELIS moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos. Disponível em:<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>. Acesso em: 30 de maio de 2021.

NOITE de Desejos. [Compositor e intérprete]: Odair José. Rio de Janeiro: Polydor, 1974. LP.

ODAIR JOSÉ - A CENSURA , A PÍLULA E O FILHO DE JOSÉ E MARIA | 50 ANOS DE CARREIRA | PARTE 3. Rio de Janeiro: Não informado, 2020. Digital, Colorido. Disponível em: https://youtu.be/LCxYytKyevU. Acesso em: 30 maio 2021.

ODAIR JOSÉ | MUSIC THUNDER VISION. Direção de Luís Thunderbird. Roteiro: Luís Thunderbird. São Paulo: Music Thunder Vision, 2019. Digital, color. Disponível em: https://youtu.be/6JRdNBWZN4o. Acesso em: 30 maio 2021.

ODAIR JOSÉ – DE MORADOR DE RUA AO CONTRATO COM A CBS | 50 ANOS DE CARREIRA | PARTE 1. Rio de Janeiro: Não Informado, 2020. Digital, color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=tshg8vhIZE4. Acesso em: 30 maio 2021.

PERDIDO na Noite. [Compositor e intérprete]: Agnaldo Timóteo. Não informado: Odeon, 1976. LP.

PUFF, Jefferson. LGBTs sofriam torturas mais agressivas, diz CNV. BBC Brasil. Rio de Janeiro. 10 de dezembro de 2014. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141210_gays_perseguicao_ditadura_rb. Acesso em: 8 de agosto de 2021.

Vou tirar você desse lugar. [Compositor e intérprete]: Odair José. Rio de Janeiro: CBS, 1973. Compacto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Paulo Cesar de. **Eu não sou cachorro, não**: música popular cafona e ditadura militar. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

ARAÚJO, Paulo Cesar de. **Roberto Carlos em detalhes**. Rio de Janeiro: Planeta, 2006. 504 p. ISBN 8576652255.

BELIN, Matheus de Oliveira**. História da homossexualidade no Brasil: abusos, perseguições, repressões e o avanço do movimento LGBT+**. Orientador: Ricardo Neumann. 2020. 21 p. TCC (Licenciatura em História) - Universidade do Sul de Santa Catarina, não informado, 2020. Disponível em: https://www.riuni.unisul.br/handle/12345/12406. Acesso em: 8 ago. 2021.

BRITO, Antonio Mauricio Freitas. A subversão pelo sexo: representações anticomunistas durante a ditadura no brasil. **Varia História**, Salvador, v. 36, n. 72, p. 859-888, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/vh/a/5sYvKBJ35jH3JGGFyQyBNFx/?lang=pt. Acesso em: 30 maio 2021.

CABRAL, Jacqueline Ribeiro. ARQUIVOS DA REPRESSÃO: representações sociais da diversidade sexual e de gênero na ditadura militar. In: SEMINÁRIO DE SABERES ARQUIVÍSTICOS, 8., 2017, João Pessoa. **Anais [...] .** [S.L.]: Não Informado, 2017. p. 79-91. Disponível em: http://www.ufpb.br/evento/index.php/viii/sesa/paper/view/4614/2779. Acesso em: 30 maio de 2021.

CARDOSO, Silvia Oliveira; MACHADO, Heitor Leal. "A Galeria do Amor": idade, corpo e emoções na música de agnaldo timóteo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIêNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 18., 2015, Rio de Janeiro. **Anais [...] .** Rio de Janeiro: Não Informado, 2015. p. 1-15. Disponível em: https://www.semanticscholar.org/paper/“A-Galeria-do-Amor”%3A-Cidade%2C-corpo-e-emoções-na-de-Cardoso-Machado/a9bb37a2a7524fffcf1cc04a398eae5c77466143. Acesso em: 30 maio de 2021.

CARLA DE MEIS, M. D. **PROSTITUIÇÃO, MARGINALIDADE E CIDADANIA**. Disponível em: http://www.psicopatologiafundamental.org.br/uploads/files/ii_congresso_internacional/mesas_redondas/ii_con._prostituicao.pdf. Acesso em: 30 de maio de 2021

CAVALCANTI, Ivan Luis Lima. **Ame, assuma e consuma, censura e crônicas sociais no Brasil de Odair José (1972-1979)**. 2015. 141f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/8089?mode=full&locale=pt_BR. Acesso em: 20 de junho de 2021.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. EM REGIME DE COLABORAÇÃO: segurança nacional e gênero em cartas à censura no brasil dos anos 1970. In: DUARTE, Ana Rita Fonteles; SILVA, Jailson Pereira da; LUCAS, Meize Regina de Lucena. **Dizer é poder**: escritos sobre a censura e o comportamento autoritário (1964-1985). Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017. p. 33-56.

LUCAS, Meize Regina de Lucena. USOS DO PASSADO: entre a censura e a representação no cinema brasileiro. In: DUARTE, Ana Rita Fonteles; SILVA, Jailson Pereira da; LUCAS, Meize Regina de Lucena. **Dizer é poder**: escritos sobre a censura e o comportamento autoritário (1964-1985). Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017. p. 57-76.

NAPOLITANO, Marcos. **HISTÓRIA & Música:** História cultural da música popular**.** 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. 120 p.

SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. Vigilantes da moral e dos bons costumes: as condições sociais e culturais para a estruturação política da censura durante a ditadura militar. ***Topoi*. Revista de História**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 37, p. 171-197, jan./abr. 2018. Disponível em: <www.revistatopoi.org>.

SILVA, Jailson Pereira da. Dizeres sobre música e política no Brasil pós-64: o jardim da política e a arte em tempos de liberdade. In: DUARTE, Ana Rita Fonteles; SILVA, Jailson Pereira da; LUCAS, Meize Regina de Lucena. **Dizer é poder**: escritos sobre a censura e o comportamento autoritário (1964-1985). Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017. p. 111-123.

Revista Historiador Número 14. Dezembro de 2021.
Disponível em http://www.revistahistoriador.com.br
ISSN - 2176-1116

A IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO MODAL RODOVIÁRIO NO BRASIL

Kátia Pontes[1]
Luciana Baldoino[2]

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discutir a implantação e consolidação do modal rodoviário no Brasil na primeira metade do século XX. Se, no século XIX o Brasil foi envolvido pelo capital britânico e suas estruturações ferroviárias, no pós-guerra, ascende o capital norte americano promovendo uma inversão nos projetos de infraestrutura: abriu-se caminho para a ampliação das rodovias. Desta forma, visou-se a implantação de uma política rodoviária-automobilística com o objetivo de fortalecer o transporte rodoviário. O resultado dessa política foi a consolidação do modal rodoviário como, hegemonicamente, o principal modal de transporte do Brasil até os dias atuais.

Palavras-chave: Política rodoviária-automobilística; Século XX; Brasil; EUA.

ABSTRACT

This article aims to discuss the implementation and consolidation of road and automobile policy in Brazil in the first half of the 20th century. If, in the 19th century, Brazil was involved by British capital and its railway structures, in the post-war period, North American capital ascends, promoting an investment in infrastructure projects: it opens the way for the expansion of highways. Thus, the aim was to implement a road-automobile policy with the objective of strengthening road transport. The result of this policy was the consolidation of the road modal as, hegemonically, the main transport modal in Brazil to this day.

Keywords: Road and automotive policy; 20th Century; Brazil; USA.

[1] Professora do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas (DFCH) da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. E- mail (kvpontesuesc@gmail.com).
[2] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Estadual Santa Cruz - UESC. E-mail (lmsbaldoino@outlook.com). Este artigo resulta da pesquisa realizada na graduação e durante a pós-graduação desta discente, com a participação e sob orientação da Prof. Dra. Kátia Vinhático Pontes.

Partindo da imbricação entre transporte e capitalismo, proposta por Karl Marx, se, no século XIX a economia mundial foi envolvida pelo capital britânico e suas estruturações ferroviárias (PONTES, 2018), no século XX, ascendeu o capital norte-americano, promovendo uma inversão nos projetos de infraestrutura: abriu-se caminho para a ampliação das rodovias e, posteriormente, para os automóveis (BALDOINO, 2019).

De acordo com Vladimir Lênin, “o século XX foi o ponto de viragem do velho capitalismo para o novo, da dominação do capital em geral para a dominação do capital financeiro”, o que significou a substituição deste velho capitalismo, onde imperava a livre-concorrência e a Inglaterra, por um novo, dominado pelo monopólio e os EUA (LENIN, 2011 p. 159). Para ele, esse processo se iniciou com a crise de 1873, quando a Inglaterra sofreu uma interrupção em sua prosperidade industrial.

Nesta perspectiva, Hobsbawm ressaltou que diferentemente de outros países como a Alemanha e os EUA, a Inglaterra, “apegando-se com unhas e dentes ao livre comércio”, não recorreu às taxas aduaneiras para proteção de sua agricultura e indústria (HOBSBAWM, 2000, p.120). Além disto, não aderiu aos trustes, cartéis e sindicatos, comuns na Alemanha e nos EUA, durante a década de 1880, medidas característica da chamada concentração econômica sistemática da Alemanha e dos EUA, que segundo ele “avançaram a passos agigantados” (HOBSBAWM, 2000, p.79).

Hobsbawm deu ênfase a duas consequências da crise de 1873, designada por ele de Grande Depressão: o fim do monopólio britânico no mundo subdesenvolvido e o início de uma competição entre potências industrial e economicamente avançadas, que resultariam na instauração de um novo período de guerras mundiais. Osvaldo Coggiola, em consonância com Hobsbawm, afirma que os efeitos da Grande Depressão de 1873 na economia inglesa, que até então ocupava o “centro indiscutido no capitalismo mundial”, favoreceram a expansão industrial da Alemanha e dos EUA (COGGIOLA, 2009, p.71).

Com a ascensão de novos ramos industriais e fontes de energia como a eletricidade, petróleo, turbinas e motor a explosão, os EUA potencializaram seu mercado de consumo doméstico e deram início a um processo de produção em massa, que tinha na classe trabalhadora seu principal público de consumo (COGGIOLA, 2009).

Em 1914, o norte-americano Henry Ford, desenvolveu um modelo de produção industrial em massa, baseado na linha de produção, fabricação de baixo custo e acumulação de capital, que ficou conhecido como fordismo. Ford adaptou a técnica elaborada por Frederick Taylor, e a introduziu em sua indústria automobilística, a Ford Motor Company proporcionando uma expansão mundial, no consumo do tão desejado meio de transporte: o automóvel.

Em relação à nova posição adquirida pelos EUA, pós-Primeira Guerra Mundial, José

Jobson Arruda ressalta que: “os Estados Unidos assumiram a hegemonia econômica em escala planetária, passando de país devedor a potência credora no mercado internacional” (ARRUDA, 2005, p.13). Com a nova conjuntura internacional, o Brasil passou por um período de transição no poder, quando os EUA assumiram a posição financeira antes ocupada pela Inglaterra.

Analisando a relação entre os EUA e o Brasil, Moniz Bandeira (2007) apresentou os impactos da soberania estadunidense na economia e infraestrutura brasileira, demonstrando que após a disputa entre os EUA e a Inglaterra, que envolvia principalmente os meios de comunicação e de transporte, a Inglaterra e suas estruturas ferroviárias rivalizaram com o padrão rodoviário-automobilístico dos EUA. Assim, após a Primeira Guerra Mundial, os EUA assumiram a posição de primazia que antes pertencia à Inglaterra, consolidando sua influência rodoviária no Brasil.

Segundo Garcia (2002), em 1913, 75% dos automóveis importados pelo Brasil provinha da Inglaterra, França e Alemanha, ao passo que em 1928, a Ford, empresa norte-americana, “possuía uma rede de setecentas agências e mais de duas mil mecânicas autorizadas por todo o Brasil” (GARCIA, 2002, p.48).

Sofrendo de forma direta esse impacto, o Brasil, que no século XIX tinha nas ferrovias seu principal investimento do setor de transporte, na primeira metade do século XX, passa a ter as estradas/rodovias como ocupantes deste lugar. Essa mudança estava em consonância com a influência dos EUA, que apresentava ao mundo o asfalto e os pneus como sinônimo de progresso. Além de estabelecer os esquemas econômicos, os EUA passaram a difundir um estilo de vida, o *American Way of Life* que era exportado para todo o mundo através do cinema, da televisão, da propaganda, da música, dos investimentos e etc (LIMONCIC, 1997).

Para Dilma Paula (PAULA, 2010), o ideário rodoviarista no Brasil, teve início durante as duas primeiras décadas do século XX, onde se buscou um consenso em prol de estabelecer o modal rodoviário como hegemônico, em disputa com o ferroviário. Para o fortalecimento desse ideário, ela aponta a participação de diferentes “aparelhos” em defesa da opção rodoviária: revistas, jornais, associações diversas que agregavam engenheiros, políticos, economistas, legisladores, empresários e etc.

Na década de 1920, iniciava-se o progressivo avanço estatal sobre o planejamento de transportes (FERRARI, 1981), e uma forte campanha em prol das rodovias tomava forma. O pensamento rodoviário começava a ganhar força e expandir-se por todo o país. Difundido como prático, eficaz e econômico, o que viria a tornar-se o principal setor de transportes do Brasil, ganhava apoio do governo e dos segmentos privados.

> A partir de 1º de maio de 1920, quando se inicia o governo de Washington Luiz à frente do estado, são feitas diversas obras rodoviárias: São Paulo a Campinas, já com padrões técnicos adequados; São Paulo a Cotia e São

> Roque; São Paulo a Itu via Cabreúva; São Paulo a Mogi das Cruzes e Jacareí e logo após o importante trecho de Campinas a Ribeirão Preto. Em 1926, Washington Luiz assumiu a presidência da República, construiu uma nova rodovia entre Rio e Petrópolis, com pavimentação em concreto asfáltico, e concluiu a Rio-São Paulo, com pavimentação asfáltica da Serra das Araras (PEREIRA, 2014, P.88).

Adquirindo a alcunha de pai das estradas, o presidente Washington Luiz em 1926 declarou sua preferência pelas rodovias e a necessidade de aberturas de estradas para todos os horários do dia, e todos os dias do ano (TELLES, 1993). A lógica rodoviarista difundia a associação entre construções de boas estradas para um governo de sucesso. Desta forma, gradativamente, as rodovias tornavam-se hegemônicas em relação aos investimentos em modais de transportes.

Assim, 1926 tornou-se o ano precursor da política rodoviária brasileira e em 1927 foi criado o Fundo Especial para a Construção e Conservação de Estradas de Rodagem. Segundo Telles, neste período foram construídas as antigas Rio-São Paulo e Rio- Petrópolis, inauguradas em agosto de 1928, trechos iniciais dos grandes troncos ligando todo o Oeste-Sul com todo Norte-Este do Brasil (TELLES, 1993).

A abundância de materiais destinados à construção rodoviária, provenientes dapotência hegemônica que se transformou os Estados Unidos, favorecia essa modalidade (MARTINS, 1985), assim como financiamentos e políticas voltadas para o setor. As rodovias eram apresentadas como parte de um processo civilizatório e de integração nacional, além de necessária para que o país pudesse obter um parque industrial automobilístico rentável e satisfatório.

Com a crise de 29, a economia brasileira agroexportadora primária que já vinha apresentando problemas, teve o seu fim. Com o Crack da Bolsa de Nova York e os grandes impactos causados na economia do país tornaram-se perceptíveis os limites do liberalismo. Desta forma, a partir de 1930, após destituir o Presidente Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes, Getúlio Vargas promoveu uma política nacionalista que impulsionaria a industrialização e o surgimento do Estado desenvolvimentista nas décadas posteriores.

O Estado passou a assumir o papel principal na economia executando uma política de industrialização e deixando para trás um mercado autorregulável. Quanto ao setor de transportes pode-se afirmar que as mudanças realizadas na política econômica, tiveram grande influência em seu planejamento. Já em 1934, foi criado o Plano Geral Nacional de Viação, primeiro projeto nacional para os transportes que apesar de em sua essência apresentar um esquema multimodal já demonstrava predileção pelo modelo rodoviário.

Em 1937, ano do golpe de Estado que assegurou a continuidade do poder à Vargas, foi criado o órgão que viria a ser um dos principais impulsionadores do modal rodoviário: o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. Logo após sua criação, o DNER

apresentou um Plano de Viação:
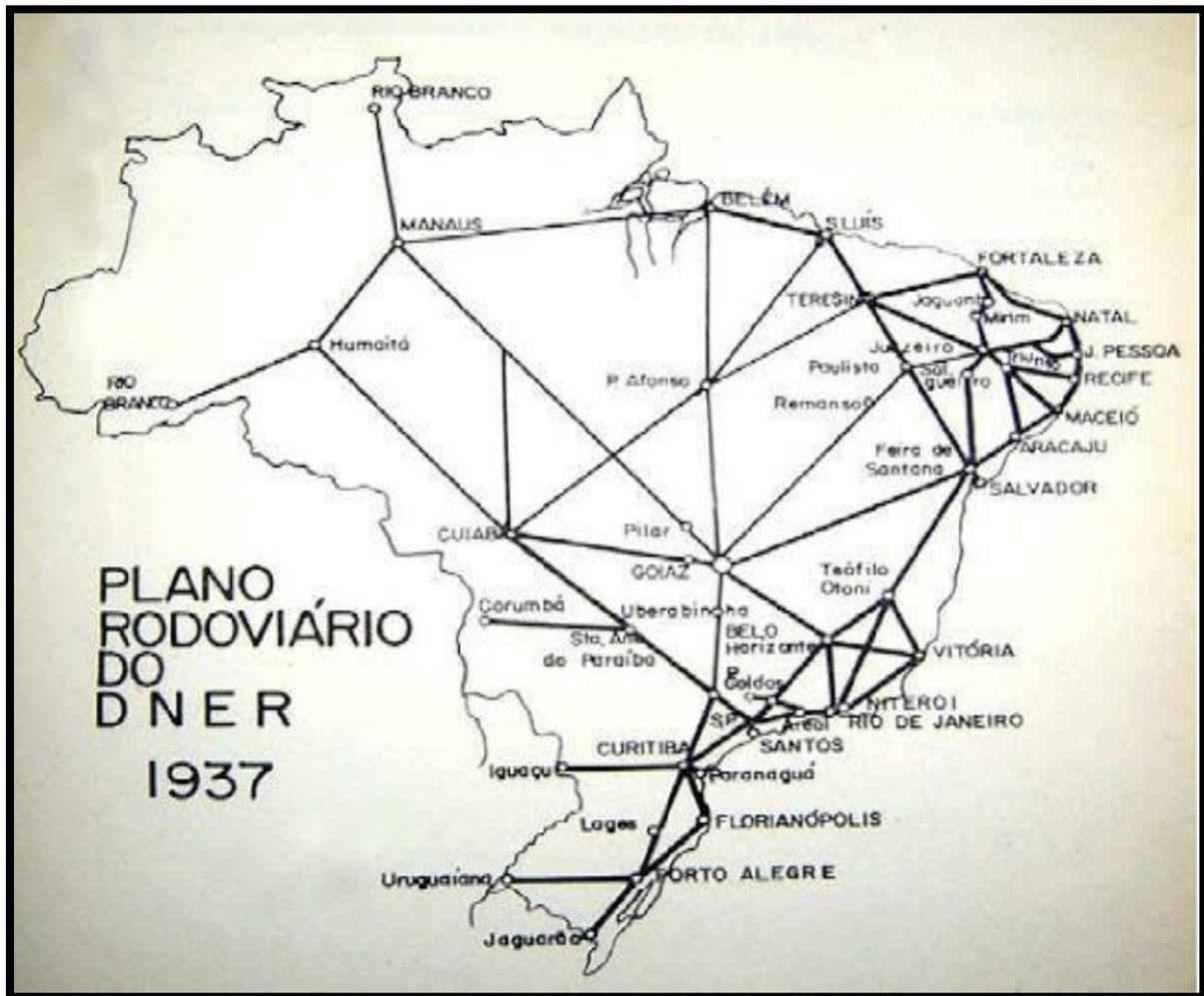
Figura 1 – Plano Rodoviário do DNER, 1937. Fonte: SANDOVAL, 2021.

Segundo Maurício Policarpo e Rita Souza “o Plano estabelecia um maior número de nós viários e um traçado mais voltado para o interior diante da estratégia da transferência da capital, cuja influência direta deriva do Plano Schnoor-1927” (POLICARPO; SOUZA, 2019, p.12). Também foram “estabelecidos os conceitos básicos de categorias de estradas e definiram-se as atribuições de cada um dos escalões governamentais intervenientes na construção e conservação de rodovias” (BRASIL, 2014). Todavia, apesar do Ministério de Viação e Obras Públicas alegar que o transporte rodoviário não prejudicaria o ferroviário, o DNER acentuava a política rodoviária em detrimento à ferroviária.

Ainda sob o Estado Novo, em 1944, foi criado o Plano Rodoviário Nacional - PRN. Este plano foi o primeiro aprovado pelo Governo Federal, elaborado por uma comissão composta pelo Ministro da Viação e Obras Públicas, sob a presidência do Diretor do DNER. O PRN tinha como objetivo instituir:

I S S N - 2 1 7 6 - 1 1 1 6

> (...) os princípios gerais da política administrativa rodoviária, relativamente ao financiamento, execução e fiscalização das construções e conservação das linhas do Plano Nacional; indicar as linhas que devem ter prioridade na construção desse Plano e as condições de prioridade; instituir a classificação das estradas de rodagem e fixar as normas e especificações técnicas que devem caracterizar as estradas, segundo a classe a que se subordinem (BRASIL, 1944).

Figura *2*: Plano Rodoviário Nacional, 1944. Fonte: MARQUES, 2017.

O Plano Rodoviário Nacional “era constituído de 27 linhas, sendo seis rodovias longitudinais procurando a orientação geral norte-sul, quinze transversais, sensivelmente no sentido Leste-Oeste, e seis ligações entre pontos importantes de duas ou mais rodovias” (MARQUES, 2017, p.62). Tinha como pretensão ligar o país no sentido norte-sul e dividi-lo em outras direções estabelecendo sobre o território uma rede de vias de comunicação eficaz. Para o financiamento das construções, conservação e reparo das rodovias apresentadas no PRN foi criado, pelo Decreto-Lei nº 8.463 de 29/12/45, o Fundo RodoviárioNacional – FRN. A constituição do FRN foi estabelecida pela vinculação ao orçamento do DNER com a arrecadação do Imposto Único Federal sobre combustíveis e lubrificantes líquidos minerais, importados e produzidos no país, criado pelo Decreto-Lei nº 2.615, de 21/09/1940.

O ano de 1945 foi marcante para o rodoviarismo brasileiro. A Segunda Guerra Mundial iniciada em 1939 chegava ao fim, assim como o Estado Novo. O fim da Guerra consolidou o poder dos EUA, em relação à Inglaterra, aumentando consideravelmente a importação brasileira dos materiais estadunidenses para a construção rodoviária, e o enfraquecimento dos materiais rodantes ingleses, o que agravava a crise do parque ferroviário nacional.

Em nível nacional, a deposição de Getúlio Vargas, também modificaria o cenário rodoviário: este teve sua autonomia expandida. No curto governo de José Linhares (1945-1946), sucessor de Vargas, o DNER passou por uma reestruturação, dirigida pelo novo Ministro do MVOP, o engenheiro Maurício Joppert. Utilizando o mesmo Decreto da criação do FRN, o Departamento Nacional de Estradas, em 1945, foi reorganizado e transformado em autarquia. Em função do FRN, o DNER passava a ter autonomia administrativa e financeira, o que alavancava as medidas rodoviárias, dando-lhe uma notável vantagem em detrimento das ferroviárias. Para Ferrari (1981) a era rodoviária tem sua consolidação em 1946.

Com a posse do Presidente, Eurico Gaspar Dutra, em 1946, o rodoviarismo garantiria um novo aliado: o Plano SALTE. Apresentado pelo presidente Dutra, em 1948, e aprovado após dois anos de tramitação, pela Lei nº 1.102, de 18 de maio de 1950, o Plano SALTE apresentava as iniciais dos quatro principais impasses que o governo Dutra se propunha a resolver: saúde, alimentação, transporte e energia.

> As medidas adotadas entre 1937 e 1945 alavancaram o desenvolvimento do setor rodoviário em todo o território brasileiro, ao final da década de 40. Apoiado ao Plano SALTE, que se propunha, segundo Barros (1949), "a executar, dentro de cinco anos, obedecendo a um racional critério de prioridade, o programa estabelecido no Plano Geral de Viação Nacional, utilizando para isso os recursos da receita ordinária do país, os fundos de natureza especial existentes e a parte de operações de crédito", o transporte rodoviário tomou impulso notável, com um aumento de 400% no movimento interestadual de carga transportada no período entre 1948 e 1953 (MARQUES, 2017, p. 18).

Para Jorge Natal (1991), apesar do surto rodoviário ter tido início na década de 20 e em 30 já alcançar o título de predileto no setor de infraestrutura, é na década de 40 que a política rodoviária se torna decisiva em relação à ferroviária. Após a intervenção estatal na economia, e a criação e desenvolvimento de órgãos rodoviários como consequência, iniciou-se um ciclo expansionista para o rodoviarismo. Desta forma, Natal aponta que em nível de Estado, o rodoviarismo e o automobilismo, caminhavam a passos largos em termos de planejamento de âmbito nacional.

ISSN - 2176-1116

O fordismo foi o grande impulsionador do automobilismo. Posto em prática por Henry Ford, era um modelo de produção industrial em massa, baseado na linha de produção, fabricação de baixo custo e acumulação de capital.

> O fordismo nasce como uma forma de, nos marcos do capitalismo, ampliar o consumo, no sentido de que a produção em massa não se destinava às rainhas, mas às operárias das fábricas, ao mesmo tempo em que garantia ao capitalista o controle absoluto sobre a força de trabalho (LIMONCIC, 1997, p. 56).

Após sua implantação, os EUA foi o seu difusor, através da criação de um padrão de consumo, pelo *American Way of Life*, onde o automóvel tornou-se um elemento de distinção social além de ser responsável pela transformação da indústria automobilística, ocupando o papel de principal exportador de veículos para o mundo.

Fruto de um projeto de modernidade, a indústria automobilística se tornou o principal exemplo a ser seguido para reprodução do estilo de vida americano no Brasil,

> O projeto de modernidade, denominado fordista, que embasava a implantação e consolidação da indústria automobilística no Brasil, a construção de um modo de vida em que, pelo menos para uma parte da população, o automóvel acabou por ocupar um lugar central em seu projeto societário (LIMONCIC, 1997, p.15).

Os anos 50 iniciava-se com o rodoviarismo impulsionado por medidas estatais, estabelecidas na década anterior. Em consequência de sua consolidação como principal modal de transporte, o setor rodoviário tinha como principal aliado o automobilismo. Essa parceria, rodoviarismo-automobilismo se dava pela imprescindibilidade de um ao outro, ou seja, rodovias eram construídas para serem utilizadas pelos automóveis e estes precisavam de boas estradas para trafegar.

> Entre 1945 e 1952, a média anual das importações de produtos ligados à indústria automobilística foi de U$ 142 milhões, contra US$ 107 milhões para o trigo e US$ 115 milhões para petróleo e derivados. Em 1952, a importação de produtos automobilísticos equivaleu a 14,06% de todas as importações brasileiras e, entre 1945 e 1948, os veículos e acessórios cresceram de 2% para 11,4% do total das importações. (LIMONCIC, 1997, p.141).

Com a bandeira da industrialização automobilística erguida a partir de 1950, o apoio dos EUA teve grande relevância no processo da consolidação do setor rodoviário- automobilístico, através de sua assistência técnica e econômica, que ofereciam a possibilidade de financiamento a programas de desenvolvimentos.

> Na década de 1940 foram criadas diversas comissões, como a Cook, em 1942, a Abbink, em 1948, ambas com recursos americanos e do governo brasileiro, e o plano SALTE, pelo governo Dutra. Em seu segundo mandato,

> Vargas, mais uma vez com o apoio americano, criaria a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) (LIMONCIC, 1997, p.66).

A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos – CMBEU foi instalada em 1951, após uma proposta do governo brasileiro aos EUA em 1950, apoiada pelo *Act of International Development*, do Governo Truman. A Comissão era formada por técnicos e funcionários públicos brasileiros e técnicos norte-americanos.

A CMBEU atuou de forma bastante relevante no setor dos transportes, já que os planos elaborados posteriormente à sua criação partiam de propostas realizadas na Comissão.

> Essa equipe elaborou, entre 1951 e 1953, um diagnóstico da economia brasileira que apontava o seu 'estrangulamento', enfatizando a necessidade de investimentos na área de infraestrutura – por exemplo, o parque de geração de energia elétrica e de transportes – como saída para a disseminação e dinamização da indústria. Em vista disso, a Comissão apresentou 41 projetos de financiamento (visando duas instituições: o Banco Mundial e o Eximbank), da ordem de 387 milhões de dólares, que seriam investidos especialmente em transporte e energia elétrica, setores que viabilizariam a industrialização (PAULA, 2010, p. 151).

Uma das estratégias para impulsionar o parque automobilístico no país, foi o incentivoao mercado de autopeças. Durante a Segunda Guerra Mundial, a indústria brasileira de autopeças experimentou um crescimento considerável, devido às dificuldades nas importações. Porém, com o fim da guerra e o retorno da liberdade cambial para importações, a indústria brasileira sofreu um retrocesso. Com as dificuldades impostas pelo pós-guerra, foi criada em 1951 a Associação Profissional da Indústria de Peças para Automóveis e Similares, que tinha como objetivo principal fortalecer e construir bases sólidas para a indústria automobilística nacional (LIMONCIC, 1997).

Em 1952, outra medida expunha a predileção brasileira ao rodoviarismo- automobilismo, o Plano Nacional de Estímulo à Produção da Indústria de Autopeças e à Implantação Gradativa da Indústria Automobilística. Para realizar esta implantação, o plano tinha três principais objetivos: o primeiro buscava consolidar a indústria de autopeças e acessórios já existentes e o estímulo à produção de insumos; o segundo pretendia desenvolver a indústria de tratores e caminhões e o terceiro e último implantar a indústria deautomóveis.

Em relação ao desenvolvimento da política de industrialização iniciada com Getúlio Vargas, o ano de 1955 foi decisivo. Com o suicídio deste, assumiu a presidência Café Filho, e foi durante seu período como presidente que foi aprovada a Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito – SUMOC.

> A industrialização se consolida, portanto, a partir de 1955, dentro de uma explícita estratégia estatal de privilégios aos investimentos estrangeiros que

> foram canalizados através da Instrução 113 da SUMOC, que isentava do pagamento de taxas de importação de produtos desenvolvidos com alta tecnologia a empresas estrangeiras – leiam-se máquinas e automóveis. Esta ação estatal teria propiciado as condições necessárias ao incremento da produção do setor privado, além de fazer com que o Estado arcasse com os investimentos relativos à expansão energética e de transportes (NUNES, 2011, p.27).

Personagem influente na implantação da indústria automobilística foi o almirante e engenheiro Lúcio Martins Meira. Com a posse de Vargas, em 1951, ele foi nomeado subchefe do Gabinete Militar, e em agosto do mesmo ano assumiu a função de representante da Marinha na Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI) da Presidência da República. A CDI tinha como uma de suas subcomissões a de Jeeps, Tratores, Caminhões e Automóveis, criada em 1952, na qual Lúcio Meira era o coordenador. Meira foi o responsável por ser o “homem de ligação entre a burocracia estatal e os empresários ligados ao setor de autopeças” (LIMONCIC, 1997, p. 83).

Defensor da política rodoviária, Lúcio Meira, alegava que a implantação do modal rodoviário seria muito menos custosa do que a do ferroviário. Além disto, também deixou explícita a sua defesa pelo investimento privado no setor, já que afirmava que nenhum outro setor de transportes poderia unificar tão bem esforços públicos e privados, como o rodoviário, pois neste “são capitais individuais que adquirem o material rodante, ou seja, os automóveis e os caminhões, ao invés de uma única empresa ou o Estado, este acaba por se responsabilizar apenas pelas obras de infraestrutura” (LIMONCIC, 1997, p. 99).

Com sua campanha em prol do rodoviarismo-automobilismo, Lúcio Meira, desenvolveu afinidades com Juscelino Kubistchek que após assumir a Presidência da República em 1956 após uma campanha marcada pela promessa de um projeto desenvolvimentista nomeou Lúcio Meira para Ministro do Ministério da Viação e Obras Públicas, o que deixava claro a sua intenção de impulsionar o rodoviarismo e indústria automobilística.

Apesar de ter sua construção iniciada nos 30 a indústria automobilística só viria a se consolidar no governo JK, que tinha no Plano de Metas como indicadores de sucesso o automóvel e as rodovias integradoras nacionais. O Plano tinha como foco o setor de transportes e visava principalmente expandir e melhorar a malha rodoviária. Destacam-se as metas 8 e 9, referentes à pavimentação e construção de rodovias, diferentemente das metas 6 e 7 que tinham como objetivo o reaparelhamento e construção das ferrovias, que não obtiveram sucesso em sua realização.

Reforçando a política rodoviária-automobilística, em 1956, foi criado o Grupo Executivo da Indústria Automobilística Brasileira – GEIA, que havia sido fruto da Comissão Executiva da Indústria de Material Automobilístico – CEIMA, do governo Vargas. O GEIA tinha como principal função a implantação e consolidação da indústria automobilística brasileira, através

da centralização de estudos e decisões sobre a mesma. Presidido por Lúcio Meira, o GEIA, foi o órgão responsável por impulsionar o pacto automobilístico e alicerçar o governo JK como responsável pela indústria automobilística do país.

O GEIA impulsionou consideravelmente a participação da indústria automobilística na renda gerada pela indústria de transformação. Antes de sua criação, em 1955, a participação esteve abaixo dos 3%, já em 1958, com 2 anos de sua atuação, a participação alcançou 8%, um acréscimo de 5% em 3 anos, mantendo-se por volta de 10% entre 1959 e 1961. A indústria automobilística tinha como uma de suas principais defesas a aplicação de
capital,

> (...) a instalação da indústria automobilística era fundamental para mover inúmeras outras indústrias consideradas como de base pelo Plano (Metas 25, da borracha, 19, da Siderurgia, 21, dos metais não-ferrosos), assim como outros setores da economia. (...) Assim, para além destas metas, todas do setor de indústrias de base, do qual fazia parte a indústria automobilística, esta indústria também teve efeitos diretos ou indiretos sobre a Meta 4, produção de petróleo, 5, refinamento de petróleo, sobre todas as metas relativas a transportes, inibindo-as, como as ferrovias, ou estimulando-as, como as rodovias, sobre a engenharia de transportes, além de ter fortalecido o mercado nacional de máquinas de todos os tipos: prensas, tornos, gabaritos, motores elétricos, pontes rolantes etc. (LIMONCIC, 1997, p.111).

Além disso, a indústria automobilística viria dinamizar toda a economia do país e ser o marco da industrialização brasileira. Com o governo JK, já não havia dúvidas da hegemonia do modal rodoviário, que com sua dualidade entre Estado e empresariado, demonstrariam o poder da influência estadunidense sobre o Brasil e da consolidação de uma nova política econômica: o desenvolvimentismo.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, José Robson. “A crise do capitalismo liberal”. In REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (orgs.). **O século XX. O tempo das crises: revoluções, fascismos e guerras.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. v.2.pp. 11-34.

BALDOINO, Luciana Maria Santiago. **A Estrada Ilhéus-Itabuna e o escoamento do cacau: o rodoviarismo no Sul da Bahia e a concorrência com a Estrada de Ferro Ilhéus-Conquista (1920-1935).** Ilhéus: UESC (trabalho de conclusão de curso), 2019.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Decreto nº 24.497, de 29 de junho de 1934.** Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24497-29-junho-1934-526330-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 05 jul. 2020.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Decreto nº 15.093, de 20 de março de 1944.** Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-15093-20-marco-1944-460172-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 05 jul. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA. (org.). **Transportes no Brasil: síntese histórica.** 2014. Disponível em: https://antigo.infraestrutura.gov.br/conteudo/136-transportes-no-brasil-sintese-historica.html. Acesso em: 10 maio 2020.

COGGIOLA, Osvaldo. **As grandes depressões (1873- 1896 e 1929-1939): fundamentos econômicos, consequências geopolíticas e lições para o presente.** São Paulo, Alameda, 2009.

FERRARI, Mivaldo Messias. **A expansão do sistema rodoviário e o declínio das ferrovias no Estado de São Paulo.** São Paulo, 1981. Tese (Doutoramento em História) – Universidade de São Paulo.

GARCIA, Eugênio Vargas. **"Estados Unidos e Grã-Bretanha no Brasil: transição de poder nos entreguerras"**. Contexto int. [online]. 2002, vol.24, n.1, pp.41-71. ISSN 0102-8529. https://doi.org/10.1590/S0102-85292002000100001.

HOBSBAWM, Eric J. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo etapa superior do capitalismo**. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2011.

LIMONCIC, Flávio. **A civilização do automóvel: a instalação da indústria automobilística no Brasil e a via brasileira para uma improvável modernidade fordista, 1956-1961**. Rio de Janeiro, 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MARQUES, Bráulio Paes. **Avaliação do impacto dos contratos de desempenho na vida útil dos pavimentos das rodovias federais brasileiras.** Monografia de Projeto Final, Publicação GPF002/17, Departamento de Engenharia Civil e Ambiental, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2017.

MARTINS, Margareth Guimarães. **Caminho da Agonia: a Estrada de Ferro Central do Brasil - 1908-1940.** Rio de Janeiro, 1985. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto de V. **Presença dos Estados Unidos no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

NATAL, Jorge Luis Alves. **Transporte, ocupação do espaço e desenvolvimento capitalista no Brasil: história e perspectivas**. Campinas, SP: 1991. Tese (Doutorado), UNICAMP.

NUNES, Ivanil. Acumulação de capitais e sistemas de transportes terrestres no Brasil. In: GOULARTI FILHO, Alcides; QUEIROZ, Paulo R. C. (orgs.). **Transportes e formação regional: contribuições à história dos transportes no Brasil**. Dourados: Editora UFGD, 2011. p.30.

PAULA, Dilma Andrade de. **Fim de linha: a extinção de ramais da Estrada de Ferro Leopoldina, 1955-1974.** (Tese de Doutorado): Niterói: UFF. Programa de Pós-Graduação em História. Niterói, 2000.

PAULA, Dilma Andrade de. **Estado, sociedade civil e hegemonia do rodoviarismo no Brasil**. In: Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 142-156, jul, 2010.

PEREIRA, Vicente de Britto. **Transportes: história, crises e caminhos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.p.88.

POLICARPO, Mauricio Aquilante; SOUZA, Rita de Cássia Martins de. "**Logística de transportes e modernização do território: a importância dos planos viários nacionais para a efetivação geoestratégica da mesorregião do triângulo mineiro/alto Paranaíba".** *Caminhos de Geografia*, [S.L.], v. 20, n. 69, p. 1-19, 27 maio 2019. EDUFU. http://dx.doi.org/10.14393/rcg206940494.

PONTES, Kátia Vinhático. **O binômio porto-ferrovia: o escoamento da produção cacaueira no sul da Bahia (1920-1947).** Tese (Doutorado): Niterói: UFF. Programa de Pós-Graduação em História. Niterói, 2018.

SANDOVAL, Marco Antônio Leite. **Breve Histórico Sobre a Evolução do Planejamento Nacional de Transportes**. 2012. Disponível em:https://transportadormineiro.files.wordpress.com/2012/09/historico-do-planejamento-de- transportes.pdf. Acesso em: 05 jul. 2021.

TELLES, Pedro Carlos da Silva. **História da Engenharia no Brasil - século XX**. Rio de Janeiro: Clavero Editoração, 1993.

PESQUISA QUALITATIVA NA CONTRIBUIÇÃO PARA ANÁLISE HISTÓRICA: JORNAIS DO SÉCULO XIX E A ABOLIÇÃO NO CEARÁ

André Victor da Silva Oliveira[1]

RESUMO

O presente artigo visa discutir sobre a análise documental e as possibilidades do rigor metodológico da pesquisa qualitativa. Diante dos avanços significativos das práticas analíticas, busca aprimorar e desempenhar o fazer científico, ao entender que uma metodologia eficaz à sua problemática, possibilita resultados mais densos, proporcionando novas margens interpretativas, técnicas e conceituais. Considera que a abordagem qualitativa da pesquisa em fontes documentais impressas, se torna um percurso analítico expressivo, a fim de garantir a validade e a solidez de outras interpretações, geralmente silenciadas nas leituras majoritariamente estatísticas. Diante de tais direcionamentos, aborda a análise documental da abolição e pós-abolição do Ceará, em jornais do século XIX, com o intuito de exemplificar a prática desta investigação por meio da pesquisa qualitativa.

Palavras-chave: Pesquisa qualitativa; Jornais; Abolição.

ABSTRACT

The present work aims to discuss about the documentary analysis and the possibilities of the methodological rigor of qualitative research. In view of the experimental advances in analytical practices, it seeks to improve and advance scientific practice, when it understands that an effective methodology to its problem, enables denser results, providing new interpretive, technical and conceptual margins. It considers that the qualitative approach of research in documentary sources, becomes an expressive analytical path, in order to guarantee the validity and solidity of other interpretations, generally silenced in the mostly statistical readings. In the face of such directions, it addresses the documentary analysis of the abolition and post-abolition of Ceará, in newspapers of the XIX century, in order to exemplify the practice of this investigation through qualitative research.

Keywords: Qualitative research; Newspaper; Abolition.

---

[1] Mestrando Interdisciplinar em Humanidades (MIH), Licenciatura plena em História (IH) e Bacharelado em Humanidades (IHL) pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab). Artigo elaborado no âmbito da disciplina Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Humanidades (POSIH), sob orientação do Prof. Dr. Edson Holanda Lima Barboza. E-mail: andrevictorsilva5@gmail.com.

ISSN - 2176-1116

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ao longo do tempo houve mudanças significativas na pesquisa das ciências humanas. Percebeu-se uma necessidade de adentrar novos espaços e formular novas interpretações a partir da pluralização dos agentes científicos. O protagonismo e a diversificação das visões que se inserem nos locais hegemônicos, buscam a ciência e a partir das novas pesquisas ressignificar resultados que não compreendiam e ainda não compreendem determinadas realidades. Dessa forma, de modo geral, a metodologia qualitativa pode contribuir para novas possibilidades de pesquisa, pois:

> [...] implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível e, após este tirocínio, o autor interpreta e traduz em um texto, zelosamente escrito, com perspicácia e competência científicas, os significados patentes ou ocultos do seu objeto de pesquisa. (CHIZZOTTI, 2003, p. 221)

O rigor da pesquisa qualitativa depende da formação e escolhas do pesquisador da área de ciências humanas, - sendo ele o fio condutor do andamento da pesquisa - e nada tem a ver com uma exteriorização metodológica de passos e regras de como conduzir uma investigação científica consistente: “É estupidez pensar que o rigor seja um procedimento exclusivo dos filósofos lógicos e dos cientistas matemáticos e geômetras. O rigor, a rigor, é um comportamento atitudinal de quem faz qualquer coisa com arte.” (GALEFFI, 2009, p. 44). Tal percepção pode abrir caminhos para o diálogo entre o saber científico e o fazer artístico, o que nos possibilita interpretar a função do rigor na ciência e a sua importância mediante a execução analítica e na qualidade das pesquisas. Sendo este rigor, não uma forma engessada e rígida para a pesquisa, mas um compromisso com a qualidade dos processos que envolvem seus resultados. Ao mesmo tempo que, permite pautar subjetividades ou processos não hegemônicos, em geral inviabilizados por dados estatísticos, supostamente mais objetivos ou verdadeiros.

Sendo assim, diante das diversas formas em fazer pesquisa qualitativa, destacamos a investigação em documentos como fonte de possibilidades interpretativas aos objetivos de uma análise social. Para tanto, seguiremos com as devidas problematizações: qual a importância do rigor metodológico na pesquisa qualitativa? E como este rigor auxilia a pesquisa documental para uma análise coerente do problema? Então, a partir destas indagações iniciais buscaremos refletir a importância do fazer científico, atrelado às demandas das ciências humanas e o seu desenvolvimento metodológico auxiliado pelo método qualitativo. Bem como, entender a sua proeminência ao debate da ação pesquisadora e os meios para se atingir as devidas conclusões.

Mesmo com um arcabouço de conceitos e técnicas, a pesquisa qualitativa não é limitada, seu processo de análise é sistemático e compreensivo, mas não rígido; o acompanhamento dos dados inclui uma atividade reflexiva, que pode ser segmentada ou subdividida, mas que devem manter conexão com o todo; tendo como uma das principais ferramentas intelectuais a comparação e o resultado da análise com um tipo de síntese em seu mais alto nível (TESCH, 1990). São essas algumas possibilidades que abarcam as iniciativas de um processo elaborado de análise, que podem ser ferramentas de discussão e aplicação à pesquisa documental e aos seus desdobramentos investigativos, que vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 2008).

Temos como objetivo para este artigo evidenciar a importância da análise documental com o rigor da pesquisa qualitativa ao fazer científico. Assim, buscamos reconhecer a análise qualitativa como fator essencial à compreensão de fatos sociais a partir de novas interpretações, baseadas no rigor da análise investigativa de jornais do século XIX como exemplo de pesquisa qualitativa com o uso de documentos sobre a abolição e pós-abolição no Ceará.

O título “Ceará terra da luz” não foi por acaso, foi-se designado em alusão ao contexto emancipatório da província ao se tornar a primeira do Brasil a conceder a “liberdade total” de seus escravizados em 25 de março de 1884. Fator este, que antecipou em quatro anos o que mais tarde se propusera a Lei Área no país em 13 de maio de 1888. É nesse contexto, que o presente estudo buscou adentrar na investigação dos processos abolicionistas da província por meio de jornais de grande circulação na capital e no interior. Materiais estes, de influência considerável para a obtenção de informações e na formação de opinião das elites e da população letrada cearense.

Os avanços tecnológicos do século XIX foram significativos para o auxílio da implementação da imprensa no Ceará. A instalação da primeira tipografia da província, a *Typographia Nacional*, com materiais enviados diretamente de Pernambuco para a sua inauguração, configurou-se para o início do movimento jornalístico cearense. Do prelo saiu o jornal *O Diário do Governo do Ceará*, em 01 de abril de 1824, sob a redação do Padre Ignacio Loyola de Albuquerque Mello (OLIVEIRA, 1900), consagrando-se, entre muitas controvérsias, o primeiro jornal produzido no Ceará.

Em meados dos oitocentos, a imprensa seguia em um amplo processo de crescimento e aceitação no circuito elitista da capital e do interior cearense. Entrando em cena, periódicos relevantes para a composição política do Ceará, tornando-se um incremento para a divulgação de seus interesses partidários e consequentemente em atos de oposição ao governo adversário. Além do embate ideológico e a busca pela

disseminação de ideias "civilizatórias" que remetiam ao progresso, a exemplo, temos o abolicionismo que entrava em ascensão aos debates políticos de conservadores e liberais nas assembleias legislativas cearenses. A propagação de ideias abolicionistas, veio ao passo da frequente "modernização" urbana que oferecia o aperfeiçoamento dos sistemas de transporte e regularização dos serviços dos Correios, em virtude do crescimento das linhas férreas e da implantação da rede de telegrafia, permitindo a expansão da imprensa e de suas ideias a população letrada do Império (BARBOSA, 2010).

Como amostra de uma pesquisa qualitativa, em relação às possibilidades investigativas da análise documental, trazemos os jornais editados pela imprensa cearense no contexto do processo abolicionista na província no final do século XIX, especificamente nos anos de 1883 a 1888. A escolha destes se deu por tais instrumentos servirem como um dos principais meios de divulgação da campanha abolicionista e dos principais acontecimentos sociais de interesse da sociedade cearense (MARTINS, 2014). Tratamos de investigar os jornais *Constituição*[2] que se autodeclara conservador e o *Gazeta do Norte*[3] com ideais liberais para fins de entender os discursos sobre a abolição a partir de seus interesses e bases ideológicas.

A imprensa do século XIX acabou sendo uma fonte investigativa, na medida que se torna um instrumento de poder e um material analítico dos eventos socioculturais, de contestação ou manutenção dos regimes e atos políticos referentes à abolição. A investigação em torno desta, se torna necessária, visto que, segundo as contribuições de Carlos Caxilé (2009), existe uma exaltação de grande parte de trabalhos e matérias que abordam a temática da abolição no Ceará, com um pressuposto básico de caráter político-positivista, com características elitistas e biográficas, onde se percebe um constante enaltecimento dos valores humanitários das sociedades libertadoras e dos abolicionistas. Sendo este, o pressuposto que promove certa classe política em detrimento de um período escravocrata já em declínio, mas que resistia à fatores regionais oriundos de influências políticas, do então monopólio latifundiário.

---

[2] Jornal *Constituição* (CE) 1863-1889. Entre combates políticos e ramificações partidárias, cria-se em Fortaleza mais um periódico. O jornal *Constituição*, órgão do partido conservador, em 24 de setembro de 1863. Chefiado pelo Barão da Ibiapaba, Joaquim da Cunha Freire, incialmente teve sua redação e direção sob os comandos de Domingos Jaguaribe, futuro Visconde de Jaguaribe. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=235334&pesq=&pagfis=1>. Acesso em: 15 de novembro de 2021.

[3] Jornal *Gazeta do Norte* (CE) 1880-1890. É na leva de intelectuais políticos que entra em cena o jornal *Gazeta do Norte* (órgão liberal), em 8 de junho 1880, fundado por Tomás Pompeu de Sousa Brasil, filho de pai de mesmo nome e líder da facção liberal no Ceará. Que logo após o falecimento do chefe do partido, houve o rompimento das lideranças e a desfiliação com o jornal *Cearense* (1846) (FERNANDES, 2004). Disponível em:<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103950 &pesq=&pagfis=1>. Acesso em: 15 de novembro de 2021.

Neste sentido, nossa pesquisa está sendo orientada pelas seguintes problemáticas: quais os contrastes oriundos dos processos abolicionistas na província do Ceará? Quais condições o ex-escravizado encontrava-se em meio aos novos parâmetros sociais e políticos da província? Quais os efeitos do não amparo social e político a estes sujeitos?

É através desses questionamentos iniciais de caráter gerador que pretendemos investigar como são reportadas as notícias dos processos de abolição e pós-abolição na província do Ceará nos periódicos de 1883 a 1888. De forma secundária entender os trâmites políticos e econômicos, identificar características de libertação ou manutenção da escravização, além da relação de cada veículo de imprensa escolhido sobre determinada temática. Para isso recorremos a uma abordagem qualitativa (MINAYO, 2001) e uma perspectiva de análise da micro-história a partir das contribuições metodológicas de Carlo Ginzburg (1989), com o propósito de utilizar métodos específicos, reduzindo a escala de observação dos objetos da pesquisa, no intuito de possibilitar reflexões em outros campos, na medida em que se aplica a reconstrução de fenômenos sociais.

Esta problemática não se coloca tratando do domínio de uma forma exata de pensar, construir ou socializar conhecimentos, ou caminhos que nos levem até uma suposta verdade absoluta, mas sobre uma inserção no debate e na defesa de possibilidades investigativas e analíticas de métodos que nos auxiliem para a consciência científica, a fim de construir os caminhos da pesquisa, em seus mais variados termos técnicos, éticos, estéticos e políticos (MACEDO, 2009), diante das diversas formas que abarcam as produções das ciências humanas e os desafios metodológicos que as contemplam para o seu êxito.

A PESQUISA QUALITATIVA E OS DOCUMENTOS HISTÓRICOS

Ao longo do tempo, os modos de se fazer pesquisa foram se diversificando para dar conta aos novos questionamentos surgidos e não respondidos a partir de tradições científicas majoritariamente eurocêntricas e elitistas, possibilitando a busca por novos caminhos e perspectivas a fim de dar voz a novos agentes sociais. Com isso, outras abordagens científicas e consequentemente seus métodos, foram adquirindo novas perspectivas e funcionalidades em torno de seus mecanismos. Foi o que aconteceu com a pesquisa qualitativa e a sua evolução histórica, “marcada por rupturas mais que por progressão cumulativa, abriga tensões teóricas subjacentes que cada vez mais a distanciam de teorias, práticas e estratégias únicas de pesquisa”. (CHIZZOTTI, 2003, p. 223)

A pesquisa qualitativa permitiu o diálogo com novas epistemologias e percursos investigativos, trazendo possibilidades teórico-metodológicas que abrangem as

necessidades subjetivas do pesquisador. Nessa perspectiva Chizzotti (2003) reflete esse novo contexto em que a pesquisa adquiriu ao passar dos anos:

> Cresce, porém, a consciência e o compromisso de que a pesquisa é uma prática válida e necessária na construção solidária da vida social, e os pesquisadores que optaram pela pesquisa qualitativa, ao se decidirem pela descoberta de novas vias investigativas, não pretenderam, nem pretendem furtar-se ao rigor e à objetividade, mas reconhecem que a experiência humana não pode ser confinada aos métodos nomotéticos de analisá-la e descrevê-la. (CHIZZOTTI, 2003, p. 232)

Assim, o exercício de conciliar as subjetividades que compõem a experiência humana, inclusive do próprio pesquisador, com a objetividade e validação de interpretações decorrente da análise de fontes, consiste em um dos principais desafios para trabalhar com a perspectiva qualitativa. Ao tentarmos projetar nossas experiências na pesquisa, também devemos levar em conta os diversos aspectos que rodeiam toda a construção da realidade específica. Todavia, a pesquisa qualitativa qualificada possui seu rigor metodológico, visto que, deve analisar o indivíduo, a sociedade, a espécie e a temporalidade, apontando e delineando perspectivas de construção ou ressignificação das comunidades epistemológicas (GALEFFI, 2009).

O rigor metodológico da pesquisa qualitativa se faz necessário à medida que ao aplicá-lo buscamos resultados robustos para tornar válida ou conhecida sua utilidade individual, social e/ou ecológica. De nada adianta produzir pesquisa qualitativa sem que seus “efeitos possam trazer modificações expressivas em seu meio de atuação.” (GALEFFI, 2009, p. 37). Sendo assim, busca-se aprimorar e desempenhar o fazer científico, ao entender que a pesquisa arraigada a uma metodologia eficaz à sua problemática, ocasiona e possibilita resultados mais amplos ou inclusivos, acarretando novas margens de formações conceituais, metodológicas e técnicas.

> O que se coloca aqui é uma questão de alteridade filosófica, epistemológica, histórica, sociotécnica e formacional em termos da construção do conhecimento acadêmico e científico, ou seja, a maneira com que as pesquisas qualitativas reinventam e repolitizam a ciência, a construção e a relação com o conhecimento, inclusive o conhecimento eleito como formativo. (MACEDO, 2009, p. 78)

É equivocado dizer que para fazer ciência tem que haver redução da subjetividade, pois a pesquisa qualitativa possibilita adentrar a diversos campos investigativos amparada pela interdisciplinaridade como forma apta da ciência de obter resultados, no caso da análise de fontes históricas em geral, incluindo os jornais, o diálogo entre as disciplinas de história e antropologia tem proporcionado interpretações inovadoras, construindo pontes entre subjetividade e objetividade no processo de construção do conhecimento. Isto não

reduz a eficácia investigativa, muito menos deslegitima a prática do pesquisador, pois para além de uma ação que visa problemáticas de aspectos formativos pessoais, a pesquisa social das ciências humanas transcorre para a análise qualitativa e também quantitativa, conforme o objeto de estudo, o método utilizado e o conceito que se tem do que é fazer uma ciência (PIMENTA, 2013).

Diante desse panorama podemos aplicar na análise documental atributos que formalizam e compreendem os fatos para além da escrita histórica. Visto que, o documento permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social, política e cultural (CELLARD, 2008) a uma realidade diferente da nossa. O rigor qualitativo se aplica da mesma forma à pesquisa de arquivo, com um percurso metodológico e disciplina expressivos, a fim de garantir a validade e a solidez das interpretações e conclusões. Todavia, “a flexibilidade também é rigor: o exame minucioso de alguns documentos ou base de arquivos abre, às vezes, inúmeros caminhos de pesquisa e leva a formulação de interpretações novas, ou mesmo a modificação de alguns dos pressupostos iniciais.” (CELLARD, 2008, p. 298)

Cabe a pesquisa documental desenvolver possibilidades que viabilizem resultados e promovam reflexões. No vasto campo de experiências, métodos e análises, buscar a interdisciplinaridade corresponde a uma necessidade das ciências humanas, usando das suas ciências/disciplinas, a favor de uma interpretação mais crítica e fiel diante dos conglomerados processos interpretativos que auxiliam na busca de respostas ao problema. Visando uma interpretação mais crítica e legítima, a pesquisa documental deverá seguir orientações que auxiliam na análise e fornece uma série de desconstruções: 1) o contexto: o exame do contexto social global, no qual foi produzido o documento; 2) o autor ou os autores: as motivações que levaram a escrever tal documento; 3) a autenticidade e confiabilidade no texto; 4) a natureza do texto; 5) os conceitos-chave e a lógica interna do texto; 6) e pôr fim a análise: que deve juntar as análises preliminares reunindo com os achados das investigações (CELLARD, 2008).

É nesse campo de possibilidades que adquirimos experiência com a pesquisa, atribuindo o rigor metodológico nas análises factuais, com interpretações baseadas ao que nos propõe a pesquisa qualitativa e suas diversas possibilidades de interpretação, análises e hipóteses. Sendo esta última, função norteadora, que estabelece uma direção mais definida para a pesquisa (BARROS, 2008). O aparato qualitativo, nos fornece uma infinidade de viabilidades, cabendo ao pesquisador escolher os melhores caminhos para o desenvolver das análises, sendo estes caminhos, o que geralmente pautará os possíveis resultados ao seu percurso de formação científica (BACHELARD, 2005).

ISSN - 2176-1116

ABOLIÇÃO E PÓS-ABOLIÇÃO NO CEARÁ: SUJEITOS, FONTES DE PESQUISA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como uma das formas de pesquisa qualitativa, a análise documental é entendida como uma série de operações, visando adentrar no estudo e na análise de diversos documentos em prol da investigação dos fatos e acontecimentos que rodeiam o objeto da pesquisa, que envolvem circunstâncias sociais, econômicas e ecológicas relacionadas a questões pertinentes, caracterizando uma melhor compreensão das hipóteses e dos resultados. Análise esta, constituída pelas etapas de escolha de documentos e que vai para além do estudo destes materiais, estabelecendo procedimentos metodológicos que serão seguidos na investigação, na qual destacamos: a caracterização de documento, a codificação, os registros, a categorização e a análise crítica social (LÜDKE; ANDRÉ, 1986).

Como exemplificação de análise documental, trazemos uma experiência investigativa a fim de evidenciar um dos propósitos deste artigo, que é mostrar a importância da pesquisa qualitativa e o seu rigor metodológico na análise documental. Em nossa análise, trazemos o processo de abolição e pós-abolição no Ceará, com o recorte temporal de 1883 a 1888, com o objetivo de investigar nos jornais de circulação da época como se reportavam as notícias sobre este período abolicionista na província. De forma secundária pretendemos: entender a partir dos veículos de imprensa os trâmites políticos e econômicos que permeavam a realidade cearense em detrimento da não efetivação da liberdade plena dos escravizados; identificar características de manutenção da escravização em localidades do Ceará, mesmo após abolição de 1884; problematizar como a imprensa cearense reportava ou denunciava as notícias relacionadas ao processo abolicionista ou o não cumprimento deste. Ou seja, tem-se o interesse em adentrar nesse contexto histórico, visando buscar novas interpretações que problematizam o enredo disseminado, que retrata a abolição como ato heroico e humanitário, "um presente dos brancos para os negros".

A referida análise propõe uma perspectiva de abordagem qualitativa (MINAYO, 2001), analítica e metodológica a partir da perspectiva da micro-história, embargada fortemente nas pesquisas do historiador Carlo Ginzburg (1989). Tendo um viés compreensivo de acordo com os procedimentos técnicos associados a uma pesquisa bibliográfica e de fontes, a fim de obter informações sobre o objeto de estudo e os fenômenos que os contemplam. A escolha metodológica gera-se em virtude da problemática levantada e das hipóteses a serem comprovadas. É uma chamada a ingressar em novas

perspectivas por meio da aproximação entre teoria e prática da pesquisa, tomando como base a vivência de grupos marginalizados e oprimidos por condutas socialmente impostas.

Tal abordagem possibilita reflexões em outros campos, na medida em que se aplica ao estudo de trajetórias individuais ou grupais e permite, por meio de micro-análises, a reconstrução de fenômenos sociais. Segundo Ginzburg (1989), nestes casos estamos diante do chamado “paradigma indiciário”, ou seja, da proposta de criação de um método interpretativo no qual detalhes aparentemente marginais e irrelevantes são formas essenciais de acesso a uma determinada realidade; são tais detalhes que podem dar a chave para redes de significados sociais e psicológicos mais profundos, inacessíveis por outros métodos.

A pesquisa também dialoga com a análise trazida por E.P. Thompson (1987) a partir do ponto de vista de uma “história vista de baixo”. Na sua concepção a história deve ser contada, não somente levando em consideração os “grandes fatos” da história oficial e seus “heróis”, mas, sobretudo pela observação dos fatos ocorridos com pessoas que fazem parte da massa esquecida. Então, seguimos apresentando os ex-escravizados como os principais sujeitos em torno desta empreitada, na qual buscou-se analisar também, os agentes que compõem os espaços de poder que determinam o futuro dos recém libertos na província cearense.

O presente estudo focou em fontes importantes, que abordam o Ceará na década de 1880, mais especificamente no recorte da pesquisa que vai de 1883 a 1888. Recorrendo ao acervo de jornais da Biblioteca Nacional disponíveis para consulta na internet através do projeto Hemeroteca Digital[4]. Utilizamos fontes jornalísticas de ideologias liberal e conservadora, a fim de comparar suas abordagens em torno dos processos de contradição do período emancipatório, sendo elas: denúncias; anúncios de escravizados; leis que dificultam o acesso do ex-escravizado na sociedade; perseguição policial e etc.

Para a realização desta pesquisa, primeiramente foi feita uma revisão bibliográfica contemplando as perspectivas de análise crítica ao período que corresponde este estudo, bem como os agentes e as categorias de foco, confluindo com a produção regional de pesquisas do pós-abolição no Ceará e no Brasil. Este apanhado teórico se tornou importante na medida que auxiliou a fomentação de novas indagações, ideias e problematizações.

A análise documental foi toda reportada em fichas, relatórios e banco de dados na perspectiva de criar um acervo dos acontecimentos relevantes para a pesquisa, divulgados nos jornais *Constituição* e *Gazeta do Norte*. Tendo o recolhimento destas informações, imprescindíveis para o enfoque de questionamentos e nas formulações de ideias no

---

[4] Site Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional: Disponível em: <https://www.bn.gov.br/bndigital-hemeroteca-digital>. Acesso em: 15 de novembro de 2021.

processo do desenvolvimento investigativo. Entendemos que a interpretação dos dados na pesquisa qualitativa para que tenham valor científico, devem reunir certas condições: a coerência, a consistência, a originalidade e a objetivação. Fatores estes significativos que devem estar presentes no trabalho do pesquisador que pretende apresentar contribuições científicas às ciências humanas (TRIVIÑOS, 1987).

De acordo com Tesch (1990), o acompanhamento dos dados inclui uma atividade reflexiva, que resulta num conjunto de notas de análises que guiam o processo. Possibilitando fazer registros das diversas ações em torno da investigação e constituindo importante contribuição para o desenvolvimento conceitual. Assim, os dados obtidos são segmentados, isto é, subdivididos em unidades relevantes e significativas a pesquisa, mas que devem manter conexão com o todo, pois, a finalidade da análise não é simplesmente descrevê-los, mas promover algum tipo de explicação e sentido à proposta analítica, na medida em que dados tidos como não significantes possuem particularidades empregadas, como pistas que permitem reconstruir trocas e adotar transformações, que poderão fazer sentido na medida que se avança a jornada da pesquisa (GINZBURG, 1989).

Exemplificando o que a pesquisa se propõe, destaca-se um dos principais atos que contradizem o período emancipatório no Ceará: o caso da cidade de Milagres. Se tornando uma das mais importantes ocorrências contraditórias ao período abolicionista, como podemos observar em periódicos como o jornal *Gazeta do Norte*[5] (Órgão Liberal), que traz relatos sobre a manutenção da escravidão, em 1886, dois anos após a aclamada abolição provincial de 1884, contabilizando 200 escravizados em cativeiro, mantidos por lideranças locais e fazendeiros, por meio de acordos com o juiz local, a fim de manterem as posses do trabalho forçado, sem o pagamento de impostos e a permissão da província. Em 1888, notícia similar, também foi reportada no jornal *Constituição*[6] (Órgão Conservador), registrando proprietários que se negaram a libertar seus escravizados na região do cariri cearense.

A imprensa da segunda metade do século XIX no Ceará se tornou fonte investigativa em detrimento da sua composição política. Em sua grande maioria eram representados interesses partidários ao colocarem em suas páginas aspectos ideológicos oriundos de determinado grupo político. Ao tratar os escritos jornalísticos como "verdade", grande parte da população letrada cearense buscava esses meios para se informar sobre questões importantes que rodeavam os grandes acontecimentos da província. Acabava-se moldando e persuadindo os (e)leitores dos periódicos na medida em que tais ideais representavam o poderio de uma elite consolidada ou em busca de ascensão, dirigindo-se ao seu público

---

[5] *Gazeta do Norte* - "Milagres". Fortaleza. Edição nº 261, 18 de novembro de 1886. p. 1.
[6] *Constituição* - "Transcrição (Do Jornal do Commercio). Ceará. Milagres". Fortaleza. Edição nº 2, 04 de janeiro de 1888. p. 3.

fatos que beneficiassem suas ações político-partidárias. Cabe analisar os aspectos particulares de cada periódico como indícios para a formação do pensamento sociocultural que emerge sobre o Ceará e prossegue em forma de propaganda desta “elite intelectual”.

Destaca-se também outros marcos significativos à pesquisa do período abolicionista, como uma matéria do *Gazeta do Norte*[7] no ano de 1888, trazendo uma experiência na cidade de Ipu-CE, quando um escravizado fugido da província do Maranhão foi preso por meio de um “capitão do campo” que o estava perseguindo. Ao prendê-lo a população se revoltou seguindo-os e pondo em liberdade o escravizado. A alegria por este fato foi tanta que a multidão percorreu as ruas, conduzindo o cativo entre aclamações e música. Além de fatos concretos, há hipóteses que são levantadas a medida em que notícias como a do ano de 1888 do jornal *Constituição*[8] traz ao leitor, a prisão de onze pessoas embarcadas clandestinamente no Rio Grande do Norte pelas autoridades locais, por acharem que os demais sujeitos possam ser escravizados fugidos de outras províncias, a caminho do Ceará ou para algumas vilas do território vizinho, locais onde a liberdade cativa já era concedida em 1883. Além desses achados, inúmeros exemplos são constatados à medida em que desbrava e analisa os documentos do século XIX em suas mais variadas edições.

Diante dessa realidade constatada nos periódicos, tais materiais foram investigados na perspectiva de uma análise crítica aos documentos oficiais e jornalísticos, sendo estes, porta-vozes da comunicação e poderio das grandes elites cearenses. Buscamos uma leitura minuciosa dos elementos documentais que legitimavam a visão daqueles pertencentes à oligarquia cearense – principais agentes que resistiam a emancipação escrava – a fim de problematizar esse discurso, pautando uma investigação “vista de baixo” (THOMPSON, 1987), a fim de focar no indivíduo em cativeiro, liberto e/ou preso nas mais diversas ocorrências, advindas em contexto emancipatório. Por isso, visamos introduzir-se em um embarque epistemológico que vise aspectos decolonais ao entorno da análise crítica, reforçando um diálogo problematizador entre os diversos projetos políticos da sociedade em estudo (GROSFOGUEL, 2009).

Outra questão que se deve evidenciar são os documentos históricos que cristalizam e imortalizam as elites e os discursos não condizentes com a realidade. Pois, erguidas de exuberância estética, molduras elegantes e organização textual diferenciada, as edições especiais da imprensa no 25 de março de 1884 - marco da abolição da província do Ceará - carimbam esta data ao “feito” dos seus: políticos e abolicionistas que assumem a autoria da abolição, promovida unicamente por suas “cruzadas” na província cearense. Adotando e divulgando essa concepção nos mais variados escritos de suas gazetas parabenizando a

[7] *Gazeta do Norte* - “Notícias”. Fortaleza. Edição nº 86, 18 de abril de 1888. p. 1.
[8] *Constituição* - “Noticiário”. Fortaleza. Edição nº 1, 01 de janeiro de 1888. p. 2.

província e a gama política de correligionários do abolicionismo pela "generosidade" de tal ato.

ANNO XXI CONSTITUIÇÃO NUM. 33

ORGÃO CONSERVADOR

HONRA E GLORIA AO DIA 25 DE MARÇO

NUMERO AVULSO 100 RS. FORTALEZA—TERÇA-FEIRA 25 DE MARÇO DE 1884. DO DIA ANTERIOR 200 RS

GLORIA IN EXCELSIS!

O CEARÁ É LIVRE!

CONSTITUIÇÃO

PROVINCIA DO CEARÁ

GAZETA DO NORTE

ORGAM LIBERAL

ANNO IV FORTALEZA—TERÇA-FEIRA, 25 DE MARÇO DE 1884 N. 64

EDICÇÃO ESPECIAL

Em homenagem á libertação da provincia

25 DE MARÇO

JAZ POR TERRA A ESCRAVIDÃO!

O Ceará, a cidadella inexpugnavel dos fortes da liberdade, transforma-se hoje n'um tabernaculo de luz e amor.

Jaz por terra a escravidão!

Sublime golpe de Jarnac!

O que hontem não passava de uma concepção de espiritos enfebrecidos na insania das visões, é hoje um grandioso acontecimento, nú, visivel e palpavel; o que hontem se conservava no estado vago e abstracto de uma these philosophica, é hoje uma immensa realidade, plastica, concreta e positiva, fixa como um dogma, nitida e pura como o raiar de uma aurora.

O campo maldicto, de que nos falla a legenda arabe, já nos prometto —região uberrima—fecunda messe de louros, selva virente de palmas.

O dia de hoje é santo no kalendario da humanidade; e é para os seculos o que são as construcções cyclopicas para a architectura.

Elle grava um mundo e uma epocha na memoria dos povos, que mantém no culto acendrado da historia,—biblia polyplotta da consciencia universal,—a religião sagrada da liberdade, *alma mater* do progresso das nações, rainha inamolgavel do seculo, conquistadora invencivel do futuro.

O Ceará não está hoje 'numa certa e determinada circumscripção territorial; o Ceará está no coração de todos os que tem o profundo sentimento da liberdade, na sua mais larga applicação, na sua mais ampla synthese, no mais olympico da sua apotheose social.

Jaz por terra a escravidão!

A espada do fogo do archanjo do exterminio é o labaro impolluto das legiões aguerridas do bem; e as trombetas apocalypticas da imprensa, ha pouco trovejando as choleras do direito, no Josaphat da opinião, cantão agora mesmo as alvoradas eternas da justiça.

Jaz por terra a escravidão!

Todo o pensamento humano hoje volta-se para o Ceará e assiste ao mais sublime dos espectaculos—a augusta maternidade da civilisação fraternal.

Macbeth, ao matar Ducano, diz que não bastava o oceano para lhe lavar as mãos; não basta o sol para illuminar sequer com uma restea de luz a condensação de trevas da existencia de um só escravo,—trevas—que os miseraveis negreiros, como aquelles reis de Lamenais, buscão para ser o estenographo cego de suas opiniões.

O dia de hoje tem a força e a magia de um mytho, é a camena dos novos epos da liberdade, é um hymno perennal de grandeza e aspiração.

Quer nas grandes luctas pela justiça, quer nas extremas pelejas pela liberdade, o Ceará sempre soube cumprir o seu dever; e para provar os seus feitos valorosos, como o herõe de Lerne, traz suspensa dos hombros a pelle enorme do monstro que abatera, convertida na tunica inconsutil de redemptôr.

Jaz por terra a escravidão!

E o Ceará—de pé—poderá talvez cahir; mas levantar-se-há com mais força e pujança, porque beberá n'esta terra os alentos vivificadores dos Antheus, a seiva fecundante dos Spartachus.

Jaz por terra a escravidão!

Ceará!

Do alto da pyramide dos seculos a humanidade inteira vos contempla!

JULIO CEZAR.

Capas do Jornal *Constituição*[9] e da *Gazeta do Norte* em 25/03/1884[10]

Então, por meio destes e de outros dados encontrados nos jornais, podemos perceber que a segunda metade do século XIX no Ceará se torna um período percussor e ao mesmo tempo contraditório. Pois, se constata vários interesses políticos em meio a uma realidade escrava já em declínio, a fim de se beneficiarem em torno de uma "ação heroica e humanitária". Portanto, a partir da análise dos jornais, percebe-se como os órgãos de comunicação em estudo se tornam relevantes para a construção de ideais sócio-políticos. Fator este, que se evidencia na divulgação dos efeitos abolicionistas fortemente colaborado pela imprensa (*Gazeta do Norte*), além da pouca contestação da manutenção do regime escravocrata em plena aura libertadora (*Constituição*). Exemplos como na cidade de

[9] *Constituição* – "Honra e glória ao dia 25 de março". Fortaleza. Edição nº 33, 25 de março de 1884. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=235334&pagfis=4519. Acesso em: 10 de outubro de 2021.

[10] *Gazeta do Norte* – "Em homenagem a libertação da província". Fortaleza. Edição nº 64, 25 de março de 1884. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103950&pasta=ano%20188&pesq=&pagfis=3598. Acesso em: 10 de outubro de 2021.

Milagres-CE, reforçam a ineficácia das leis, além da corrupção e o monopólio nas mãos de lideranças locais, em desrespeito ao indivíduo escravizado e o seu direto à liberdade. Isso só reflete as contradições dos processos abolicionistas e como o ex-escravizado se encontrava marginalizado sem nenhum tipo de amparo no pós-abolição (RODRIGUES, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O compromisso com o rigor qualitativo da pesquisa documental nos proporciona abarcar possibilidades abrangentes e interpretações preciosas. Cabe ao pesquisador usar das artimanhas científicas em prol da benfeitoria de sua investigação analítica. Ao longo do tempo, percebe-se mudanças significativas aos modos de se fazer pesquisa, longe dos moldes positivistas, temos nas áreas das humanidades um arcabouço metodológico e analítico que nos possibilita entregar resultados subjetivos e ao mesmo tempo racionais e coerentes com o fazer científico renovado.

A proposta dessa discussão girou em torno das alternativas que a pesquisa qualitativa pode oferecer. Sendo variadas, as interpretações e visões que auxiliadas ao rigor metodológico, da teoria e da ação, obtém resultados mais densos e satisfatórios ao que provavelmente se propõe a pesquisa. Os anseios e a prática, nos oferecem experiências pela busca do espírito científico, em que a análise documental da abolição e pós-abolição do Ceará, é um desafio muito importante, que requer compromisso com a pesquisa e os seus resultados para a sociedade, visando problematizar e desmistificar o que se propagou na “história oficial”, a partir das novas demandas sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900**. Rio de Janeiro: Mauad, 2010.

BARROS, José D’Assunção. As hipóteses nas Ciências Humanas: considerações sobre a natureza, funções e usos das hipóteses. Sísifo. **Revista de Ciências da Educação**, 07. 2008. p. 151-162.

CAXILÉ, Carlos Rafael Vieira. Abolição do Ceará. In: HOLANDA, Cristina Rodrigues. (org.) **Negros no Ceará, história, memória e etnicidade**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2009. p.181-198.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295-317.

CHIZZOTTI, Antonio. **A pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais:** evolução e desafios. vol. 16, num. 2, 2003. p. 221-236.

FERNANDES, Ana Carla Sabino. **A imprensa em pauta: entre as contendas e paixões partidárias dos jornais Cearense, Pedro II e Constituição na segunda metade do século XIX**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2004.

GALEFFI, Dante Augusto. O rigor nas pesquisas qualitativas: uma abordagem fenomenológica em chave transdisciplinar. In: MACEDO, Roberto Sidnei; GALEFFI, Dante; PIMENTEL, Álamo. **Um rigor outro sobre a questão da qualidade na pesquisa qualitativa**: educação e ciências antropossociais. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 13-64.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Tradução: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

LÛDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. E.D.A. **A pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU. 1986.

MACEDO, Roberto Sidnei. Outras luzes: um rigor intercrítico para uma etnopesquisa política. In: MACEDO, Roberto Sidnei; GALEFFI, Dante; PIMENTEL, Álamo. **Um rigor outro sobre a questão da qualidade na pesquisa qualitativa**: educação e ciências antropossociais. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 75-126.

MARTINS, Paulo Henrique de Sousa. Processo de abolição no Ceará: história, memórias e ensino. **Revista Historiar**, Vol. 06, N. 11. 2014. p. 06-25.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, João Baptista Perdigão de. A Imprensa no Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: Typographia Studart, 1900.

PIMENTA, Carlos. **Interdisciplinaridade nas Ciências Sociais** (Manual). 1.ª ed. V. Nova de Famalicão: Húmus. 2013.

PIMENTEL, Álamo. **Um rigor outro sobre a qualidade na pesquisa qualitativa**: educação e ciências humanas. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 13-73.

RODRIGUES, Marcio Toledo. A construção de pensamento racial e a luta dos ex-escravizados pelo acesso à cidadania no pós-abolição à luz dos recentes debates historiográficos. **Revista Historiador**, nº 13, 2020, p. 72-96.

TESCH, Renata. **Qualitative research**: analysis, tipes and software tools. New York: The Falmers Press, 1990.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA: INTERSECÇÕES EM SALA DE AULA

José Luiz Xavier Filho[1]

Karina Moreira Ribeiro da Silva Melo

RESUMO

A escola não é uma instituição engessada, parada no tempo. É um espaço que foi sendo constituído e continua passando por diversos processos de mudança. Obviamente essas mudanças não ocorreram de maneira homogênea em todas as escolas, tendo em vista as diferentes formas de recepção e apropriação de metodologias por docentes e discentes. Nesse sentido, o(a) professor(a) também pode e deve estimular a pesquisa dos estudantes nos diferentes meios de comunicação, auxiliando-os a filtrar e selecionar informações e a construir respostas ou conceitos sobre determinados temas históricos. Dito isto, buscou-se neste trabalho refletir sobre dois temas fundamentais e que estão intimamente ligados, Educação Patrimonial e Ensino de História, porque compõem e permeiam a questão da educação na escola brasileira: a memória, a história, a diversidade e a pluralidade cultural local em tempos de globalização. Ao mesmo tempo, sugerimos práticas e formas de aplicação de metodologias de educação patrimonial para incentivar docentes e discentes a pensar criticamente sobre os sentidos da preservação e valorização do riquíssimo patrimônio cultural brasileiro.

Palavras-chave: Educação Patrimonial; Ensino de História; Sala de Aula.

ABSTRACT

The school is not a plastered institution, stuck in time. It is a space that has been created and continues to undergo different processes of change. Obviously, these changes did not occur homogeneously in all schools, given the different forms of reception and appropriation of methodologies by teachers and students. In this sense, the teacher can and should also

[1] Mestrando em Culturas Africanas, da Diáspora, e dos Povos Indígenas (UPE), professor de História do quadro efetivo da rede municipal de ensino do município da Lagoa dos Gatos - PE, ID Lattes: http://lattes.cnpq.br/4762429040202808, e-mail: jlxfilho@hotmail.com .
O presente artigo foi escrito para a disciplina de Patrimônio Cultural, ministrada pela Professora Karina Moreira Ribeiro da Silva Melo, professora adjunta no curso de História da UPE Multicampi e no Mestrado Profissional em Culturas Afro-brasileiras, da Diáspora e dos Povos Indígenas/PROCADI. E-mail: karina.melo@upe.br .

encourage students to research different media, helping them to filter and select information and build answers or concepts on certain historical topics. That said, this work sought to reflect on two fundamental themes that are closely linked, Heritage Education and History Teaching, because they compose and permeate the issue of education in Brazilian schools: memory, history, diversity and cultural plurality local in times of globalization. At the same time, we suggest practices and ways of applying heritage education methodologies to encourage teachers and students to think critically about the meanings of preserving and valuing Brazil's rich cultural heritage.

Keywords: Heritage Education; History teaching; Classroom.

INTRODUÇÃO

Muito tem se discutido sobre as possibilidades de renovação do ensino de História, seja nas escolas ou universidades. Um dos grandes desafios é como transmitir as mudanças historiográficas, a incorporação e inovação no uso das fontes, a realização de projetos e atividades que levem o ensino básico e das licenciaturas a aplicarem no seu cotidiano os princípios que constituem a construção do conhecimento histórico.

A História não é um conhecimento congelado, pelo contrário, ganha dinamismo à medida que docentes e discentes repensam os temas e os objetos. Por outro lado, embora com pontos de intersecção, ela diferencia-se da literatura, da memória ou da crônica. É importante destacar que, embora História e memória sejam formas de acessar o passado e tenham elementos em comum, tratam-se de campos distintos na medida em que a primeira tem um compromisso com a crítica das fontes, do conhecimento produzido, utiliza os métodos de investigação e comprovação que procuram garantir a produção de um saber científico.

Um dos historiadores mais importantes do século XX, Marc Bloch, escreveu sua última obra em resposta a uma pergunta de seu filho. Eis o início do seu livro:

> "Papai, então me explica para que serve a história". Assim um garoto, de quem gosto muito, interrogava há poucos anos um pai historiador. [...] Não imagino, para um escritor, elogio mais belo do que saber falar, no mesmo tom, aos doutos e aos escolares. Mas simplicidade tão apurada é privilégio de alguns raros eleitos. Pelo menos conservarei aqui de bom grado essa pergunta como epígrafe, pergunta de uma criança cuja sede de saber eu talvez não tenha, naquele momento, conseguido satisfazer muito bem. Alguns, provavelmente, julgarão sua formulação ingênua. Parece-me, ao contrário, mais que pertinente. O problema que ela coloca, com a incisiva objetividade dessa idade implacável, não é nada menos do que o da legitimidade da história (BLOCH, 2001, p. 4).

Como se vê, parece uma tarefa bastante ousada e difícil, até mesmo para um dos maiores historiadores da contemporaneidade, explicar às crianças/adolescentes qual é a função da História. E a afirmação do autor, de ter como ponto de partida de sua obra a pergunta formulada por uma criança, parece oportuna para refletirmos sobre as possibilidades de abordagens históricas com os jovens na escola.

Sendo assim, os currículos escolares e o próprio trabalho em sala de aula têm procurado acompanhar o desenvolvimento dos estudos históricos nas universidades. A velha História de fatos e nomes já vem sendo substituída pela História Social e História Cultural, os estudos das mentalidades e representações estão sendo incorporados, pessoas comuns já são reconhecidas como sujeitos históricos, o cotidiano está presente nas aulas e o etnocentrismo vem sendo abandonado em favor de uma visão mais pluralista.

A escola é uma instituição destinada a formar cidadãos, e não apenas a fornecer informações e teorias. A escola é um lugar importante de aprendizado e de sociabilidade das crianças e dos adolescentes. Assim, ela deve ser capaz de oferecer uma base cultural comum a todos os alunos e alunas. Na escola os estudantes formam suas identidades no âmbito individual e coletivo e estabelecem relações com diferentes grupos sociais.

Por tudo isso o processo de ensino e aprendizagem deve, necessariamente, incluir diversas possibilidades pedagógicas que estimulem um olhar mais abrangente sobre a diversidade cultural humana. Logo, o presente artigo tem como objetivo oferecer subsídios conceituais, procedimentais e atitudinais para os interessados em desenvolver, em sua prática docente cotidiana com alunos(as) do Ensino Fundamental dos Anos Finais, projetos e metodologias voltados à Educação Patrimonial. Adotamos uma estratégia na escrita deste artigo, de ser em uma única sessão, para deixar o texto mais fluido e objetivo.

NOVAS ABORDAGENS NO ENSINO DE HISTÓRIA: INCLUSÃO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

O ensino de História nas escolas de Ensino Fundamental não pode se limitar a uma mera submissão ao conhecimento produzido pelos historiadores. Nas escolas, alunos(as) e professores(as) geralmente dialogam com os conhecimentos eruditos da História, produzem e (re)produzem conhecimentos históricos. Os docentes, então, não são meros reprodutores de conhecimentos produzidos por pensadores que se encontram fora do ambiente escolar. A velha noção de divisão do trabalho entre os que pensam e os que executam o pensado não se enquadra nesse caso.

Dito isto, os professores e professoras, então, cumprem um significativo papel de (re)produzir conhecimentos eruditos importantes para a sociedade, ao mesmo tempo, são pensadores(as) que produzem conhecimentos no espaço escolar. Por isso mesmo, ainda

tem sido recorrente a valorização de uma qualificada formação e uma vez bem formados(as) serão para desempenhar as inúmeras tarefas que lhe são atribuídas. Contudo, o ambiente escolar apresenta-se desafiador ao docente para a abrangência de novos conhecimentos face ao que se demanda da própria sociedade representada pelos(as) alunos(as) para ampliação e/ou aquisição de novas aprendizagens.

Nessa base do contexto vivenciado pelos estudantes, o(a) professor(a) desafia, e pode se propor com novas possibilidades para que se redirecionem, ampliem-se ou desenvolvam novos enfoques sobre o conhecimento, como o que se constitui o foco desse artigo. De forma dialógica, o docente se propõe a novas aprendizagens dos discentes que exigem formação com orientações especiais para atuações individuais e coletivas. Nesse processo, os alunos e as alunas são envolvidos a buscar, a selecionar informações, a construir hipóteses e a tomar decisões reorganizando e dando sentido e significado ao conhecimento. É importante que sejam incentivados(as) e orientados(as) a refletir criticamente sobre o que lhes é apresentado e a transcender, isto é, ir além das informações obtidas, distinguindo os dados mais importantes dos secundários, buscando relacionar o aprendido com outras informações e situações.

Rüssen (2006) afirma que o aprendizado da História não deve se limitar à aquisição do conhecimento histórico como uma série de fatos objetivos. Para além dessa perspectiva, o conhecimento histórico deve atuar como regra nos arranjos mentais tornando-se, de forma dinâmica, parte integrante da vida do sujeito. Em outras palavras, o conhecimento histórico não significa simplesmente o acúmulo de uma quantidade de informações relacionadas a fatos do passado.

Na perspectiva da consciência histórica, o conhecimento histórico deve servir como uma ferramenta de orientação temporal que levaria a uma leitura do mundo no presente e embasaria uma avaliação quanto às perspectivas de futuro alicerçadas nas experiências humanas do passado. Desse modo, aqueles que desenvolveram a consciência histórica não conheceriam apenas o passado, mas utilizariam esse conhecimento como meio para auxiliar a compreensão do presente e/ou “antecipar”, no plano mental, o futuro em forma de previsão pertinente (MEDEIROS, 2006; BARCA, 2006).

Não obstante as dificuldades do dia a dia nas escolas, as narrativas históricas estão presentes por toda a parte e o sujeito historicamente letrado não se limita apenas a somar um novo conhecimento à quantidade de outros tantos que já possui. O letramento em História possibilita ao sujeito estabelecer uma interação mental durante as leituras das narrativas históricas com o conhecimento histórico já acumulado, estabelecendo, assim, uma orientação temporal e permitindo a construção de novos significados. É importante ressaltar que o indivíduo pode utilizar-se de seus conhecimentos históricos para melhor

compreender o mundo em que vive e não apenas nas situações em que as narrativas históricas são evidentes.

É sob essa perspectiva que nos debruçamos, sobre a relevância da abordagem do nosso objeto de estudo: a inclusão da Educação Patrimonial nas aulas de História. Tendo a consciência de que as novas abordagens de ensinar História, dando ênfase a Educação Patrimonial, podem ser construídas em sala de aula, através e inclusive, a partir das narrativas de alunos(as) e professores(as), não se atendo apenas ao uso, quase que exclusivo, do livro didático da disciplina.

Por outro lado, as mudanças exigem novas possibilidades que se tornam inseridas no cotidiano dos estudantes do Ensino Fundamental dos Anos Finais. Neste sentido, busca-se na escola o conhecimento sobre Educação Patrimonial por serem questionadas até por docentes ao desconhecerem o conhecimento, não somente como responsáveis, por falta mesmo de formação atualizada. É o que se espera no cotidiano escolar.

A História e outras tantas disciplinas escolares têm, nas últimas décadas, feito parte do cotidiano de milhares de alunos(as) e professores(as) de tal forma, que acabamos por achar natural essa organização curricular e essa maneira de "ser da escola". Existem as "matérias" e os respectivos docentes encarregados de ministrá-las, obedecendo a determinada carga horária no decorrer de um tempo específico chamado "ano letivo".

Os educadores e educadoras, por sua vez, identificam-se por grupos e *status* no interior da escola, como os que lecionam as disciplinas científicas ou se integram entre os da área de humanas, lembrando ainda outra divisão identitária entre os docentes: os especialistas das disciplinas e os polivalentes das séries iniciais do ensino fundamental. A História e as demais disciplinas fazem parte de um sistema educacional que, embora se redefina constantemente, mantém especificidades no processo de constituição de saberes ou de determinados conhecimentos, que é chamado de conhecimento escolar. Nesse sentido, compactuamos com as afirmações de Circe Maria Fernandes Bittencourt (2009), quando ela nos diz que:

> Em decorrência da concepção de escola como lugar de produção de conhecimento, as disciplinas escolares devem ser analisadas como parte integrante da *cultura escolar*, para que se possam entender as relações estabelecidas com o exterior, com a cultura geral da sociedade. Conteúdos e métodos, nessa perspectiva, não podem ser entendidos separadamente, e os conteúdos escolares não são vulgarizações ou meras adaptações de um conhecimento produzido em "outro lugar", mesmo que tenham relações com esses outros saberes ou ciências de referência. A seleção dos conteúdos escolares, por conseguinte, depende essencialmente de finalidades específicas e assim não decorre apenas dos objetivos das ciências de referência, mas de um complexo sistema de valores e de interesses próprios da escola e do papel por ela desempenhado na sociedade letrada e moderna (grifo da autora) (BITTENCOURT, 2009, p. 39).

A escola, é importante salientar, integra um conjunto de objetivos determinados pela sociedade articula-se com eles, contribuindo para os diferentes processos econômicos e políticos, como o desenvolvimento industrial, comercial e tecnológico, a formação de uma sociedade consumista, de políticas democráticas ou não. Sendo assim,

> [...] por intermédio da concepção de disciplina escolar podemos identificar o papel do professor em sua elaboração e prática efetiva. Cabe então indagar sobre a ação e o poder dele nesse processo, uma vez que há vários sujeitos na constituição da disciplina escolar, [...] o papel do professor na constituição das disciplinas merece destaque. Sua ação nessa direção tem sido muito analisada, sendo ele o sujeito principal dos estudos sobre *currículo real*, ou seja, o que efetivamente acontece nas escolas e se pratica nas salas de aula. O professor é quem transforma o *saber a ser ensinado* em *saber apreendido*, ação fundamental no processo de produção do conhecimento. Conteúdos, métodos e avaliação constroem-se nesse cotidiano e nas relações entre professores e alunos. Efetivamente, no ofício do professor um saber específico é constituído, e a ação docente não se identifica apenas com a de um técnico ou a de um "reprodutor" de um saber produzido externamente (grifo da autora) (IDEM, 2009, p. 50).

Entretanto, atualmente o que se procura na educação contemporânea é uma prática docente distanciada o mais possível da imagem do "professor enciclopédia", detentor do saber, buscando a construção de um "professor-consultor", que contribui para a construção do conhecimento de seus estudantes em sala de aula. Compactuamos com Snyders (1995), quando ele nos diz:

> É na sala de aula que se realiza um espetáculo cheio de vida e sobressaltos. Cada aula é única. Nesse espetáculo, a relação pedagógica é, por essência, plural; uma relação em que o professor fornece a matéria para raciocinar, ensina a raciocinar, mas, acima de tudo, ensina que é possível raciocinar (SNYDERS, 1995, p. 109).

Nesse sentido, o docente de História ajuda o estudante a adquirir as ferramentas de trabalho necessárias para aprender a pensar historicamente, pois ele é o responsável por ensinar o estudante como captar e valorizar a diversidade das fontes e dos pontos de vista históricos, levando-o a reconstruir, por adução, o percurso da narrativa histórica. Conforme afirma Schmidt (2010, p. 34), "ao professor cabe ensinar ao aluno como levantar problemas, procurando transformar, em cada aula de história, temas e problemáticas em narrativas históricas".

Para atingir esse objetivo, nada melhor que a educação patrimonial, que abre um leque de interessantes possibilidades para a construção das identidades e memórias coletivas e de noções que envolvem a cidadania, como os direitos humanos e os valores da alteridade, da ética, da solidariedade. Além disso, a educação patrimonial tem o papel de conscientizar nossos aprendizes da responsabilidade de cada um pelo bem geral, no lugar

onde vive e na sociedade como um todo. Dentro disso, Figueira e Miranda (2012) afirmam que:

> O ensino de História cumpre especial papel na discussão, na realização de atividades e na proposição de projetos voltados para a educação patrimonial. Como componente curricular, deve proporcionar situações didáticas que permitam aos aprendizes conhecer os bens culturais, a fim de poderem compreender e valorizar aquilo que é comum a determinado grupo social. Nesse sentido, é de fundamental importância que a área de História desenvolva na escola propostas interdisciplinares e ações pedagógicas voltadas para a construção do conceito de patrimônio cultural (FIGUEIRA; MIRANDA, 2012, p. 8).

Destarte, nossa riqueza patrimonial está relacionada a todas as áreas do conhecimento. Assim, o estímulo ao desejo de conhecer e de compreender, o desenvolvimento de ações para valorizar e preservar nossos bens culturais e o incentivo a sentimentos de pertencimento a um lugar compõem movimentos essenciais que podem ser trabalhados pela área de História e estendidos a todas as outras áreas de conhecimento que forma o currículo escolar. Em suas múltiplas possibilidades, o trabalho com o patrimônio cultural deve ser contemplado como parte do projeto político-pedagógico da escola. Assim também nos aponta Schmidt ao dizer que

> [...] no tocante ao fazer histórico e ao fazer histórico e ao fazer pedagógico, um dos desafios do historiador é realizar a função didática da História, adequando o conhecimento histórico aos diferentes ambientes de aprendizagem, tais como a sala de aula, o museu e o arquivo. Neste sentido, é importante diferenciar como esta adequação vem sendo pensada a partir do conceito de "transposição didática", bem como da perspectiva orientada pela função didática da História, baseada principalmente na cognição histórica situada (SCHMIDT, 2010, p. 35).

Diante disto, a educação patrimonial possibilita ao aluno e a aluna perceber que o patrimônio cultural faz parte de sua própria história. Pois tal percepção lhe propicia a oportunidade de conhecer e vivenciar os costumes e as culturas locais, construindo laços de afetividade e de solidariedade com as pessoas e o lugar onde vive. Porque o acesso ao conhecimento e às vivências relacionadas às diversas manifestações culturais ajuda o(a) professor(a) a explorar a percepção e o entendimento sobre o que vem a ser patrimônio cultural como prática social.

Elucidamos importantes fontes de pesquisa das quais achamos pertinentes citar aqui para que possam ajudar aos leitores e leitoras nessa trajetória e acompanhar as transformações e as permanências que envolvem as noções relativas ao patrimônio. Uma delas é *A alegoria do patrimônio* (2001), da historiadora Françoise Choay, com enfoque na questão patrimonial francesa. *O patrimônio em processo* (2009), da pesquisadora brasileira Maria Cecília Londres Fonseca, é um estudo que percorre a história das políticas públicas relacionadas ao patrimônio no Brasil. As instigantes reflexões do historiador francês Jacques

Le Goff, em seu livro *História e Memória* (2003), enfocando o monumento como documento, a relação monumento-documento e o papel do historiador no trabalho de sua análise e interpretação.

Outros textos relacionados à educação patrimonial, que nos serviram e servem como aportes teóricos constantes como *Memória e ensino de História* (2001), de Ricardo Oriá, e *Cultura imaterial e patrimônio nacional* (2007), de Martha Abreu, servirão de base para os(as) leitores(as)/pesquisadores(as), discentes e docentes iniciarem os estudos acerca da prática da educação patrimonial.

Com isto, acreditamos ser de fundamental importância que a área de História desenvolva na escola propostas interdisciplinares e ações pedagógicas voltadas para a construção conceitual de patrimônio cultural. Logo, o ensino de História deve estimular questionamentos como o que é, como é formado, para que serve e que valor tem o patrimônio cultural. É necessário que, na abordagem escolar, ele seja considerado uma prática social e que, a partir daí, desenvolvam-se atividades que levem os alunos a compreender a importância da sua valorização e preservação.

Por isso, uma das principais finalidades da aprendizagem em História é a formação da consciência histórica. Esse pressuposto põe em relevo o fato de que o ensino de história deve ter por objetivo a formação de uma consciência histórica que supere formas tradicionais e exemplares da consciência histórica, responsáveis pela consolidação de narrativas baseadas em organizações lineares do tempo, bem como as visões de que a História é a mestra da vida.

Entretanto, ao mesmo tempo, busca-se também evitar a formação de consciências críticas pautadas em narrativas que rompem com qualquer possibilidade de rever o passado. O objetivo é "uma consciência crítico-genética, cuja relação presente-passado seja fundamentada em narrativas mais complexas" (SCHMIDT, 2010: 69), que se prestem a uma orientação temporal para a vida presente, baseadas em alguns princípios, como liberdade, democracia e direitos humanos, fundamentos numa formação para a cidadania.

Todavia, ressaltamos que são diversas as atividades, as sequências didáticas e os projetos que podem sim ser executados na área da educação patrimonial. Um importante ponto que apontamos aqui neste trabalho, e que pode ser explorado junto aos alunos e as alunas, é a diversidade de fontes, nas quais pode se basear para obter um estudo sobre nosso patrimônio cultural: exame e análises de documentos escritos e não escritos (fotos, objetos, indumentárias etc.)[2]. Tais manifestações devem ser tratadas como evidências

---

[2] Importante salientar que apontamos e citamos tais práticas mediante a nossa realidade regional e localidade da escola. Práticas pedagógicas essas que são exitosas no espaço escolar da Escola Municipal Cordeiro Filho, com turmas de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental dos Anos Finais, localizada no município da Lagoa dos Gatos, Pernambuco. Não é nossa intenção impor ou tornar

investigadas que ajudam a conhecer, compreender e valorizar o nosso patrimônio cultural e, com isso, a realizar importantes descobertas sobre nossa identidade individual e coletiva.

A metodologia da educação patrimonial compreende um conjunto de práticas e experiências voltadas à percepção, ao conhecimento, à apropriação, à compreensão, ao reconhecimento, à valorização e à preservação dos diversos bens, tangíveis e intangíveis, de nosso patrimônio cultural. Sua principal proposta é orientar a organização de atividades e estudos interdisciplinares a fim de suplantar a fragmentação dos conteúdos nos currículos escolares e transdisciplinares. Para tanto, é necessário propor e realizar projetos de trabalho nos quais o aluno e a aluna sejam estimulados a fazer uma leitura crítica da realidade e, consequentemente, tornarem-se capazes de propor soluções para a resolução de problemas, proporcionando-lhes a experiência da relação direta com os bens e as manifestações culturais.

A educação patrimonial envolve os conceitos, os procedimentos, os métodos e as técnicas da área da História. Sua perspectiva deve se pautar na análise direta dos bens materiais e imateriais de modo que torne o discente apto a compreender as múltiplas relações entre passado e presente, entre memória e história. As ações pedagógicas devem focar os mais diversos bens culturais, e nisso a criatividade do professor e da professora tem papel preponderante, uma vez que cabe a eles(as) escolher os procedimentos mais adequados a facilitar a percepção e o entendimento do estudante sobre o patrimônio cultural.

Sendo assim, abrimos espaço neste ponto, para esclarecer e explicitar a metodologia que nos norteia como docentes em sala de aula e que nos serve como aporte teórico. Utilizamos a metodologia da educação patrimonial, de Maria de Lourdes Horta (2009), como um processo permanente e sistemático, que pode ser aplicado a qualquer evidência material ou imaterial, aos bens tangíveis e intangíveis, seja no exame direto de um único objetivo, seja na análise de um conjunto de bens culturais: uma paisagem, um sítio, um parque, uma área de proteção ambiental, uma manifestação da cultura, processo de trabalho artesanal ou industrial, saberes e fazeres da cultura popular e quaisquer outras expressões decorrentes da relação trabalho humano e/ou ambiente.

Segunda a autora, a abordagem da evidência material ou imaterial escolhida deve ser feita de forma direta, como fonte primária de conhecimento individual e coletivo. Ela divide em quatro etapas essa metodologia, sendo elas:

> 1. Observação: consiste na identificação dos objetos, saberes e rituais próprios do lugar onde se desenvolve a atividade, bem como a percepção e caracterização de suas respectivas funções e seus significados. O objetivo

---

como regra, mas deixar como um norte e um apoio pedagógico, tendo em vista que pode ser adaptável para diferentes realidades.

> dessa etapa é que se alcance a percepção visual e simbólica da evidência investigada, por meio do processo de coleta de entrevistas e de relatos de memória direcionados pelos procedimentos da história oral.
> 2. Registro: trata-se do registro dos bens observados, por meio de desenho, descrição verbal ou escrita, gráficos, fotografias, vídeos, maquetes e plantas arquitetônicas, etc. O objetivo é mensurar ou estabelecer o valor patrimonial desses bens para a comunidade.
> 3. Exploração: consiste no desenvolvimento da capacidade de análise, de julgamento crítico e de interpretação das evidências investigadas no bem patrimonial. Essa etapa implica a realização de procedimentos de análise do problema, levantamento de hipóteses, discussões e pesquisas em bibliotecas e outros acervos.
> 4. Apropriação do bem cultural: nessa etapa, espera-se que os educandos e/ou a população envolvam-se efetiva e afetivamente como os bens culturais, participando de forma criativa de "releituras" desse patrimônio e expressando-as de diferentes formas: textos, músicas, danças, pinturas, dramatizações, fotografias, vídeos, etc. (HORTA, GRUMBERG; MONTEIRO, 2009, p. 11).

Vale ressaltar que as experiências de aplicação dessa metodologia da educação patrimonial e de outras práticas educativas relacionadas ao conhecimento, à valorização e à compreensão dos sentidos de preservação dos bens tangíveis e intangíveis de nosso patrimônio cultural intensificaram-se nos currículos escolares a partir dos anos 1990 (Idem, 2009), principalmente em função das prescrições dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1998), das abordagens da temática nos livros didáticos de História e da ênfase ao trabalho interdisciplinar com os temas transversais.

Nessa linha de pensamento, o trabalho com a memória e o patrimônio cultural na escola pode ser realizado de diversas maneiras. Pela nossa experiência, recomendamos que os docentes (atuais e futuros) de diferentes áreas se reúnam para discutir e planejar sequências de ações didáticas e projetos educativos voltados ao patrimônio cultural e natural da escola. Reforçamos que é de fundamental importância que essas ações envolvam alunos(as) e demais membros da comunidade escolar, como funcionários(as), pais/mães e/ou responsáveis, e moradores(as) do bairro. Frisamos que o trabalho com os temas transversais, especialmente Meio Ambiente e Pluralidade Cultural, previsto nos PCNs, favorecem esse estudo integrado.

À vista disso, quanto à escolha temática patrimonial que será desenvolvida como projeto de trabalho na escola, é recomendável que o(a) professor(a) leve em consideração as manifestações culturais e os lugares da memória que cercam os estudantes, porque dessa maneira, eles poderão reconhecer no objeto de estudo escolhido suas identidades individual e coletiva. Portanto,

> [...] é importante que também o professor tenha apreço pelo tipo de bem cultural que pretende trabalhar com seus alunos; com isso, poderá potencializar ainda mais sua motivação para reunir material de informação para o preparo das aulas, e assim, transmitir a eles seu entusiasmo com a pesquisa (FIGUEIRA; MIRANDA, 2012, p. 84).

Sugerimos também que as escolhas temáticas variem de acordo com o ciclo escolar a que se destinam, e que contemplem diferentes tipos de bens patrimoniais. Assim, ao longo do término do Ensino Fundamental dos Anos Finais, os estudantes terão se aproximado de diferentes conteúdos e conceitos relacionados à temática da educação patrimonial.

Deixamos aqui como exemplos, o que já foi realizado em nossa aula de História, ao escolher um lugar de memória do bairro ou cidade, convém indagar aos alunos e as alunas, na fase de identificação do bem patrimonial:

- Como ele é preservado?
- O que é preservado?
- Por que razões é preservado?
- Quem o preserva?

Feito isto, convém também classificar, com os discentes, o bem patrimonial que se escolheu estudar:

- Trata-se de um bem cultural material (construções, monumentos, igrejas, terreiros, feiras, fábricas, objetos, etc.)?
- Trata-se de um bem cultural imaterial (canções, danças, festas, técnicas de artesanato, modos de falar, rezas, culinária, etc.)?
- Trata-se de um bem natural (meio ambiente, paisagem, etc.)?

Com esses exemplos de questionamentos e classificações contribuirá sobremaneira para que, com os seus estudantes, os professores e professoras:

- Providenciem os materiais informativos;
- Decidam quais procedimentos serão necessários para coletar dados, organizar e registrar descobertas;
- Definam os conceitos que ainda deverão ser construídos e planejem as etapas subsequentes do trabalho.

Evidentemente, e frisamos isso, algumas atividades com patrimônio cultural costumam ser diferentes das que são desenvolvidas em sala de aula e, por isso, apresentam obstáculos a serem enfrentados. Tais adversidades, porém, podem ser superadas pelos educandos mediante as orientações do docente, baseadas em seu bom senso e em suas estratégias de comunicação com seus alunos e alunas. Assim, como por exemplo, também em um trabalho de campo, caberá ao(a) professor(a) orientar seus estudantes sobre a conduta que devem adotar, o que devem e o que não devem fazer etc.

> Para que os alunos se sintam estimulados a participar das atividades com os bens patrimoniais, o professor precisa trabalhar com os conhecimentos prévios dos alunos sobre o assunto em estudo, permitindo assim que façam conexões com seu universo cultural, estabeleçam relações entre saberes e desenvolvam sentimentos de afinidade com o objeto de estudo e sintam prazer em fazer descobertas (FIGUEIRA; MIRANDA, 2012, p. 86).

Dentro dessa mesma perspectiva, a museóloga Maria de Lourdes Parreira Horta (2009) afirma que:

> A educação patrimonial consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações que despertem nos alunos o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida pessoal e coletiva (HORTA, GRUMBERG; MONTEIRO, 2009, p. 8).

Dito isto, acentuamos que antes de iniciar uma atividade relacionada a um tema do patrimônio cultural, é necessário definir quais são os objetivos e resultados pretendidos. Se a atividade planejada for um projeto de trabalho, sugerimos que poderá culminar em um produto final que sintetize ou represente o processo de execução. Caberá também ao docente, definir quais são os conceitos, as habilidades e os conhecimentos a serem desenvolvidos com a atividade. Reforçamos que, nessa etapa inicial, portanto, o(a) professor(a) deve ser também um pesquisador, parafraseando Paulo Freire (1996, p. 32): não existe ensino sem pesquisa nem pesquisa sem ensino.

Nesse sentido, os livros didáticos de História são de grande utilidade, pois propõem procedimentos importantes no trabalho de coleta de informações em pesquisa de campo, citamos como exemplos:

- roteiro de observação;
- entrevistas;
- construção de uma linha de tempo;
- leitura de representações imagéticas, como fotografias, obras de arte e pinturas;
- exame de um texto literário como fonte de informação, etc.

Com esse suporte didático, acessível nas escolas de todo o país, o docente poderá encontrar material de apoio e adaptá-lo de acordo com as necessidades impostas pela atividade que ele escolheu realizar com seus alunos. O trabalho de campo impõe a adoção de diversos procedimentos, e sua escolha dependa da especificidade da temática ou evidência escolhida. Cada objeto, cada lugar de memória, cada manifestação cultural carrega diferentes significados e diversas representações.

Enfatizamos que tais propostas acima citadas e as próximas etapas que compartilharemos a seguir, nos serviram e servem diante do nosso público e o espaço

ISSN - 2176-1116

escolar ao qual foram aplicadas, podendo ter diferentes resultados em ambientes diferentes, mas que sirvam como um possível modelo. Dito isto, para a realização do estudo, é necessário encaminhar os alunos e alunas a um processo composto pelas seguintes etapas:

- percepção do objeto em estudo;
- análise desse objeto: o que é, para que serve, como foi utilizado, qual sua função atual;
- interpretação das informações coletadas e analisadas;
- registro, releitura ou representação do objeto em estudo, em que o estudante possa exteriorizar as descobertas feitas.

As atividades com patrimônio cultural ou natural podem e devem proporcionar o desenvolvimento da criatividade de professores(as) e de alunos(as), dando-lhes a oportunidade de conhecer diferentes modos de viver, gostos, tradições, etc. de nosso país. Por meio dessas atividades, o docente poderá estabelecer conexões entre saberes de diferentes áreas do conhecimento, tornar suas aulas mais interessantes, realizar debates sobre temas atuais e, sobretudo, levar os alunos a se posicionar criticamente sobre problemas sociais e culturais, movimento importantíssimo para que se tornem capazes de interferir em sua realidade e realizar escolhas solidárias, éticas e de respeito às pessoas e ao lugar onde vivem.

Cabe também ao(a) professor(a) escolher a atividade ou temática mais adequada para o trabalho em cada ano dos ciclos escolares. Em discussão com seus pares de trabalho, o docente que está coordenando ou propondo o trabalho deve:

- determinar um cronograma das etapas da atividade, sequência didática ou projeto;
- definir o nível de aprofundamento das tarefas planejadas;
- delimitar recortes temporais e espaciais do estudo a ser realizado.

Elucidamos que ao longo da execução de uma atividade, sequência didática ou projeto, o professor ou a professora deve ainda prever momentos e situações em que os estudantes tenham a oportunidade de compartilhar seus sentimentos e descobertas com a classe, expressando-se, ouvindo os colegas, trocando opiniões e defendendo posições. São diversas as atividades, as sequências didáticas e os projetos que podem ser executados na área da educação patrimonial. Sendo assim, estamos de acordo quando Cristina Figueira e Lílian Miranda nos dizem que,

> [...] um importante ponto a ser explorado com os alunos é a diversidade de fontes, nas quais pode se basear para obter um estudo sobre nosso

ISSN - 2176-1116

> patrimônio cultural: exame e análise de documentos escritos e não escritos (fotos, objetos, indumentárias, etc.); visita a lugares de memória (museus, arquivos, praças, monumentos, construções, igrejas, terreiros, etc.); observação de diferentes modos de viver (brincadeiras, culinária, canções, linguajares, artesanatos, etc.). Tais manifestações devem ser tratadas como evidências investigadas que ajudam a conhecer, compreender e valorizar o nosso patrimônio cultural e, com isso, a realizar importantes descobertas sobre nossa identidade individual e coletiva (FIGUEIRA; MIRANDA, 2012, p. 89).

Completamos a citação apontando que existe outra questão importante, que é a contextualização do objeto de estudo no tempo e no espaço, admitindo-o como fonte primária de conhecimento. Conclui-se que, as atividades planejadas de maneira interdisciplinar devem envolver também a percepção e a análise das mudanças e das permanências, das diferenças, semelhanças e transformações pelas quais o objeto de estudo passa ao longo do tempo.

Sendo assim, a realização de atividades em educação patrimonial, como os exemplos que foram mencionados, certamente tornará os estudantes mais atentos aos temas estudados e, possivelmente, desejosos de mais informações, com maior aptidão para formar uma opinião mais embasada e crítica acerca das temáticas ligadas ao patrimônio cultural, natural, antropológico, etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente a construção da identidade tornou-se aspecto central dos objetivos e da missão do ensino de História. Para tanto, é preciso conhecer e identificar o patrimônio cultural que nos faz sermos um povo diverso. Logo, o ensino de História leva em consideração que tanto os docentes como os discentes fazem parte de um coletivo e de um tempo social.

Simultaneamente, compreende que o passado, objeto de estudo da História, um dia já foi o presente e o futuro de alguém, que vivemos em uma sociedade que é como é porque pessoas que viveram antes de nós tomaram determinadas decisões que contribuíram para construir o que somos e o que não somos.

Apesar de não podermos mudar o passado, ao interpretá-lo e narrá-lo à luz de nossas lutas individuais e coletivas, podemos levantar questões sobre o presente e pensar o futuro a partir dos princípios da liberdade, democracia e cidadania. Logo, as atividades com patrimônio cultural ou natural podem e devem proporcionar o desenvolvimento da criatividade de docentes e discentes, dando-lhes a oportunidade de conhecer diferentes modos de viver, gostos, tradições, etc. de nosso país.

O principal objetivo da Educação Patrimonial é promover um novo olhar sobre o patrimônio cultural local, nacional e global. Esse novo olhar deve despertar nos alunos e nas alunas a curiosidade e o interesse em conhecer a diversidade dos bens culturais.

Acreditamos que dessa forma e por meio desse exercício em sala de aula, os professores e professoras poderão estabelecer conexões entre saberes de diferentes áreas do conhecimento, tornar as aulas mais interessantes, realizar debates sobre temas atuais e, sobretudo, levar os alunos a se posicionar criticamente sobre problemas sociais e culturais, movimento importantíssimo para que se tornem capazes de interferir em sua realidade e realizar escolhas solidárias, éticas e de respeito às pessoas e ao lugar onde vivem.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha. Cultura imaterial e patrimônio histórico nacional. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Org.). **Cultura política e leituras do passado:** historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Faperj, 2007.

BARCA, Isabel. Literacia e consciência histórica. **Educar,** Especial, p. 93-112. Editora UFPR. Curitiba, 2006.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação da Liberdade/Ed. da Unesp, 2001.

FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis; MIRANDA, Lílian Lisboa. **Educação patrimonial no ensino de História nos anos finais do ensino fundamental:** conceitos e práticas. São Paulo: Edições SM, 2012.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/Iphan, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** São Paulo, Paz e Terra, 1996.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUMBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico da educação patrimonial**. 4. ed. Brasília: Iphan/Museu Imperial, 2009.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão et al. 5. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003.

MEDEIROS, Daniel Hortêncio de. Manuais didáticos e a formação da consciência histórica. **Educar,** Especial, p. 73-92. Editora UFPR. Curitiba, 2006.

ORIÁ, Ricardo. Memória e ensino de História. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). **O Saber histórico na sala de aula**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

RÜSSEN, Jörn. Didática da história: passado, presente e perspectiva a partir do caso alemão. **Práxis Educativa**. v. 1, n. 2, p. 7-16, Ponta Grossa, PR. jul.-dez. 2006.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2009.

SNYDERS, Georges. **Feliz na Universidade**. Estudo a partir de algumas biografias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

Revista Historiador Número 14. Dezembro de 2021.
Disponível em http://www.revistahistoriador.com.br
ISSN - 2176-1116

"PROTOMÁRTIRES DO BRASIL": UMA HISTÓRIA DE USOS DO PASSADO PELO PRESENTE EM ESPAÇOS SACRALIZADOS

Miquéias de Medeiros Bezerra[1]

RESUMO

Neste artigo, tenciona-se análise da problemática dos usos do passado pelo presente, mais detidamente, o uso mitológico. Para tal fim, debruça-se sobre os espaços sacralizados devotados aos Protomártires do Brasil, mais especificamente, o Santuário de Uruaçu, centro de função religiosa, criado pela Arquidiocese de Natal em São Gonçalo do Amarante, município do Rio Grande do Norte. Visa-se investigar os elementos recapturados e agenciados pela referida arquidiocese, seus fiéis e colaboradores com vista à composição do espaço e da mitologia dos protomártires, para criação de uma narrativa dentro da qual os fiéis pudessem habitar e encontrar sentido, significado e direção.

Palavras-chave: Protomártires do Brasil; espaços sacralizados; usos do passado.

ABSTRACT

In this article, we intend to analyze the problematic of the uses of the past for the present, more in detail, the mythological use. To this end, it focuses on the sacred spaces devoted to the Protomártires of Brazil, more specifically, the Santuário de Uruaçu, a center of religious function, created by the Archdiocese of Natal in São Gonçalo do Amarante, municipality of Rio Grande do Norte. The aim is to investigate the elements recaptured and managed by the aforementioned archdiocese, its faithful and collaborators with a view to composing the space and mythology of the proto-martyrs, in order to create a narrative within which the faithful could inhabit and find meaning and direction.

Keywords: Protomartyrs of Brazil; sacred spaces; past uses.

[1] Licenciado (2015), bacharelando e mestrando (em História & Espaços pelo Programa de Pós-Graduação em História - PPGH-UFRN) na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: miqueias.medeiros@yahoo.com.br. Artigo elaborado no âmbito do mestrado, sob a orientação do prof. dr. Magno Francisco de Jesus Santos, no ano de 2021.

INTRODUÇÃO

O tema desse artigo tenciona os usos do passado pelo presente, as formas nas quais os fatos históricos foram pintados, envelopados e apresentados ao público no presente. As capturas e recapturas que o presente faz constantemente do passado, um passado não estático, mas que é movido, volvido e revolvido pelo presente. Este que, por sua vez, lança sobre aquele novos olhares, produzindo novas leituras e significados, novas cores e sombreados.

Com isso em mente, nosso objetivo foi discutir os elementos que foram agenciados pela Arquidiocese de Natal, colaboradores e fiéis, sobretudo entre 1988 e 2017, para a elaboração e utilização dos três espaços sagrados, concernentes aos Protomártires do Brasil,[2] edificados no Rio Grande do Norte, especialmente o Santuário de Uruaçu. A partir desse recorte temporal e do livro *Protomártires do Brasil*, escrito pelo postulador monsenhor Pereira, buscamos olhar para os eventos sob a ótica dos usos do passado pelo presente, tendo como hipótese a criação de um processo de mitificação do pretérito pelo hodierno.[3]

Para tal fim, no nosso itinerário teórico-metodológico, valemo-nos da abordagem de Michel de Certeau da história como mito, (2013, p. 38-44) no sentido de uma história imanente, com suas personagens históricas, que permite os indivíduos se reconhecerem, se inserirem e se situarem em um conjunto social, habitarem um espaço cognitivo e simbólico no qual encontram sentido, direção e significado para a vida. E, posto que o conceito de história como mito se relacione fortemente com o de narrativa, porquanto um mito ser, mormente, uma história,[4] faz-se importante expormos que compreendemos narrativa como uma composição articulada complexa. Entendemos que ela consiste em uma elaboração que constrói os fatos e suas interpretações, sendo, geralmente, caracterizada por descrever um percurso no tempo, especificamente para o caso dos Protomártires do Brasil. Para esse caso, pensamo-la como montada no manuseio de vários elementos, tais como: um tempo, datas, uma cronologia (não necessariamente linear), um espaço, personagens (atores, sujeitos, protagonistas, antagonistas, heróis, anti-heróis e vilões), enredo, narradores e uma

---

[2] Expressão que faz referência à tese de que os Mártires de Cunhaú e Uruaçu, no Rio Grande do Norte, foram o primeiro grupo de pessoas nascidas no Brasil (mesmo antes de sua existência enquanto tal) a serem martirizadas nesse solo.
[3] Para uma discussão mais ampla a respeito das questões discutidas nesse artigo, *vide*: BEZERRA, Miquéias de Medeiros. **“Revolvendo as cinzas do passado”:** a construção do espaço sacroprofânico nos santuários aos Protomártires do Brasil, pela Arquidiocese de Natal/RN (1988-2017). 2021. 151 f. Dissertação (Mestrado em História & Espaço) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2021.
[4] No caso dos Protomártires, defendemos a hipótese de que mito e história (ou elementos de um passado humano real, com personagens históricos, imanentes, e não transcendentes, como no caso dos mitos gregos) não se excluem mutuamente, mas se retroalimentam na construção da narrativa mitológica deles.

trama. Seu principal objetivo é o de criar sentido para eventos passados, visando um determinado grupo de pessoas no presente, através de sequências meticulosamente ordenadas. O objetivo é criar uma história significativa. Para esse entendimento de narrativa, utilizamos o pensamento e contribuições do historiador francês Antoine Prost. (2014, p. 211-233).

O presente escrito foi dividido em quatro partes. Na primeira e segunda parte, pretendeu-se uma apresentação mais apropriada do objeto e problemáticas analisadas nesse artigo. Na terceira parte, realizamos um exame de um dos mais importantes documentos usados na elaboração dos Protomártires. E na quarta e última parte, discutimos um pouco das reverberações dessa fonte na formulação do Santuário de Uruaçu e da personagem São Mateus Moreira.

SANTUÁRIOS CATÓLICOS E ESPACIALIDADES (RE)TRAÇADAS COM SANGUE

Os seres humanos inventam até deuses, deuses dentro de deuses, panteões, e depois os matam, os alijam ao esquecimento, os ostracizam, os extinguem. Mistura-se o sagrado com o profano, o profano com o sagrado. (ELIADE, 1992). São *homo religiosus*. Assim, um imbricado amalgamado sacroprofânico (MARCHI, 2005) ganha formas e vem à existência para experiências, em uma fisicalidade palpável ou em um imaginário intangível e etéreo. Ambos, no entanto, mostrando-se experienciáveis aos sentidos humanos, podendo nos atravessar, sendo a experiência “o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca”. (BONDÍA, 2002, p. 21).

Os seres humanos fazem, desfazem, refazem e vão sendo feitos; formam e vão sendo formados, por si, pelas experiências ou pelos deuses que fazem e trazem a existência. Eles criam, inventam, fabricam, produzem, cultivam. São *homo faber*. Em grupos ou sozinhos, humildes ou arrogantemente investidos de si, eles constroem e nomeiam, definem e delineiam, se colocam no centro e até se fazem deuses; e desconstroem e renomeiam. Significam, simbolizam, dão utilidade e função; usam, abusam e relegam outras coisas à obsolescência de um tempo vão. Pois, “os homens são seres de ação: eles agem sobre si mesmos, sobre os outros, sobre as coisas da Terra”. (PINCHEMEL, 1994, p. 40).

Desde pequenos objetos a grandes espaços, santuários e estádios, lá as digitais humanas deixam as marcas de suas feituras, seu nome, seu sangue. Mesmo o sagrado, espaço divino, foi um dia sacralizado, divinizado, deificado, devotado; marcado por nossas mãos e impresso em traços, retraços, tintas e pinceladas com nossas impressões, e depois usados e abusados. As espacialidades carregam marcas que indicam sua feitura. Marcas dos traços de cimento, areia e água usados na construção física dos espaços cimentados e argamassados: o alicerce, as paredes, o piso, os monumentos. Marcas simbólicas nos

traços e pinceladas de cenas de martírio, à medida que vão sendo imaginadas mediante acionamento de mídias ou tecnologias de memória: um poema; uma iconografia; uma peça teatral; uma missa.[5] Marcas do humano, do sangue que corre nas veias, outrora derramado e deixado na construção levantada, seja pelos seus edificadores de 1645 seja pelos edificadores da década de 2000,[6] em um espaço constituído por um conjunto de fixos e fluxos, no qual:

> Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam. (SANTOS, 2009, p. 38).

Uma demonstração do fazer espacialidades e da historicidade dos espaços,[7] bem como dos usos do passado pelo presente no espaço sacralizado, pode ser percebido no trato com os designados (promovidos mediante esforços da Arquidiocese de Natal/RN) Mártires[8] de Cunhaú e Uruaçu, principalmente no que concerne aos espaços sagrados criados e devotados a eles, esses que também são aventados como “Protomártires do Brasil”.[9] Mais especificamente, a saber, tangente aos três santuários, centros de função

---

[5] Grosso modo, conhecimentos e dispositivos, de caráter público ou privado, oficial ou informal, que se constituem enquanto suportes exteriores ao indivíduo e que são investidos de memória com vista a funcionarem como difusores, emuladores ou disparadores de memórias. Podem ser plástico/escultural, imagético/iconográfico, ritual/comemorativo, escrito/literário, sonoro, artístico. É uma adaptação do conceito de tecnologia social da memória (MUSEU DA PESSOA, 2009). São mídias que abarcam inclusive os locais: “Assim como os objetos de uma coleção, também os locais são ‘mediadores entre o passado e o presente’; também podemos dizer: são *mídias da memória*; apontam para um passado invisível e preservam o contato com ele”. (ASSMANN, 2011, p. 352. Grifo nosso).

[6] Referência antecipada ao objeto de reflexão histórica alvo desse artigo que será apresentado mais à frente.

[7] Ver, a esse respeito, importante discussão feita pelo professor e historiador Renato Amado Peixoto no artigo Zona de confluxo: a investigação da historicidade do espaço por meio do exame do afastamento da História em relação à Geografia. **Revista Porto**, v. 1, n. 1, p. 111-126, 2011. O artigo foi republicado em 2019 na segunda edição do livro *Cartografias Imaginárias*, de autoria de Peixoto, sob o título Zona de confluxo: a História dos Espaços no horizonte da aproximação da História com a Geografia e a Cartografia, como primeiro capítulo do livro.

[8] A designação “Mártires” foi grafada com inicial maiúscula em razão da oficialização realizada pela Igreja Católica Apostólica Romana, ao torná-los santos veneráveis mediante canonização realizada no ano de 2017.

[9] De acordo com dom Heitor de Araújo Sales, em prefácio à obra *Protomártires do Brasil: Cunhaú e Uruaçu – RN* (do monsenhor Francisco de Assis Pereira), a expressão “Protomártires” fora cunhada pelo arcebispo dom José Saraiva Martins (“Protomártires da grande e nobre Igreja que vive no Brasil”), prefeito da Congregação das Causas dos Santos, em saudação dirigida ao santo padre João Paulo II, pela ocasião da solenidade de promulgação do decreto *Super Martyrio*, em 21 de setembro de 1997. Foi sintetizada, então, pelo monsenhor Francisco de Assis Pereira (junto a dom Heitor de Araújo Sales), postulador da Causa de Beatificação dos Mártires de Cunhaú e Uruaçu em seu livro acima citado. A expressão faz referência à tese de que os Mártires de Cunhaú e Uruaçu foram o primeiro grupo de pessoas nascidas no Brasil (antes mesmo desse existir enquanto tal) a serem martirizadas nesse solo.

religiosa oficiais, idealizados e criados, mediante empreendimento da Arquidiocese de Natal, em Canguaretama, São Gonçalo do Amarante e Natal, Rio Grande do Norte, em alusão aos eventos conflituosos ocorridos naquelas antigas localidades no ano de 1645.

O conflito (envolvendo portugueses, holandeses e indígenas, imiscuído por elementos políticos, econômicos e religiosos) em Cunhaú, ocorreu no dia 16 de julho de 1645, e em Uruaçu no dia 3 de outubro do mesmo ano, ambos no contexto do designado período de domínio holandês (1630-1654) na América portuguesa.[10] Especificamente na capitania do Rio Grande,[11] o período de administração holandesa abarcou os anos de 1633 a 1654. Esse contexto histórico referente aos promovidos Mártires funciona, atualmente, como elemento de atração e irradiação histórica (além da ênfase em aspectos religiosos) nos santuários a eles devotados, em especial de uma memória, uma "lembrança presente das coisas passadas", (AGOSTINHO, 1997, p. 349) aventada, que justifica os espaços histórica e religiosamente.

O episódio foi lido, interpretado, registrado, repetido e irradiado por alguns cronistas da época (GARRO, 1645; SANTIAGO, 1675; JESUS, 1679) e, posteriormente, por vários estudiosos, letrados e intelectuais (GALANTI, 1911; LYRA, 1915, 1920; POMBO, 1922; MELO, 1937; CASCUDO, 1949, 1955) com tons de martírio, morte em razão da fé, "livremente aceita" pelo fiel cristão vinculado ao catolicismo, bem como em razão do amor à pátria. Assim, a Arquidiocese de Natal também o fez, sobretudo, a partir de 1988, na ocasião em que dom Alair Vilar Fernandes de Melo (1916-1999)[12] tomou posse como arcebispo metropolitano de Natal, esboçando desejo, já em seu discurso de posse, pela beatificação dos designados Mártires. (ANDRADE, 2006, p. 3). Dando prosseguimento a

---

[10] Algumas obras de referência que podem vir a ser consultadas a respeito desse contexto são: ABREU, Capistrano de. Guerras flamengas. In:______. **Capítulo de história colonial (1500-1800)**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. 226 p. p. 83-106; ANDRADE, Manuel Correia de et. al. (Orgs.). **Tempo dos flamengos e outros tempos**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1999; BOOGAART, Ernst van Den et al. Marcos Galindo (Org.). **Viver e morrer no Brasil holandês**. Recife: Massangana, 2005; MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos**: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. 4. ed. Recife: Instituto Ricardo Brennand; Topbooks, 2001; SCHALKWIJK, Frans Leonard. **Igreja e Estado no Brasil Holandês (1630-1654)**. São Paulo: Cultura Cristã, 2004. 448 p.; VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654**. Lisboa: Typografhia de Castro Irmão, 1872. 420 p.

[11] O estado do Rio Grande do Norte foi designado pela nomenclatura "capitania do Rio Grande" até meados do século XVIII. Segundo Pedro Puntoni (2002), a partir de 1737 se tornou recorrente o adjetivo "do Norte", para diferenciá-la da capitania do Rio Grande de São Pedro, posteriormente, Rio Grande do Sul. De acordo com Rubenilson Teixeira (2003), com o tratado de Madrid, em 1750, oficializou-se o acréscimo da expressão "do Norte".

[12] Nascido em Natal, foi ordenado padre no dia 19 de novembro de 1939, e nomeado bispo em 25 de março de 1970, pelo Papa Paulo VI. Recebeu a ordenação episcopal, no dia 17 de maio de 1970, das mãos de Dom Eugênio de Araújo Sales. Em 15 de maio de 1988, tomou posse como 3° Arcebispo de Natal. Dom Alair veio da diocese de Amargoso, na Bahia. Foi durante o seu governo que Natal sediou o XII Congresso Eucarístico Nacional, em 1991, que contou com a presença do papa João Paulo II, no seu encerramento. Dom Alair Vilar renunciou à Arquidiocese em 1993. (Fonte: sítio da Arquidiocese de Natal).

esse anelo, o monsenhor Francisco de Assis Pereira (1935-2011)[13] foi destacado para iniciar uma pesquisa histórica sobre o episódio, logo sendo designado, em 1989, como postulador da Causa de Beatificação dos Mártires de Cunhaú e Uruaçu, (ANDRADE, 2006, p. 3) tendo sua pesquisa chancelada em 1994 pelo parecer de comissão histórica constituída pela Arquidiocese de Natal/RN[14] e formada por José Antônio Gonçalves de Melo (1916-2002),[15] Olavo de Medeiros Filho (1934-2005)[16] e Jeanne Fonseca Leite Nesi (1951-).[17]

A partir do início desse processo, templos e santuários foram reformados, bem como outros criados; estátuas e monumentos foram construídos e erguidos; livros, poemas, orações, imagens, telas, cartazes e estandartes foram confeccionados e divulgados; peças teatrais populares foram produzidas e encenadas; peregrinações e romarias começaram a ocorrer com maior frequência e volume de pessoas aos locais (santuários) supracitados. Homenagens foram realizadas e feriado estadual (Lei nº 8.913/2006) foi pleiteado junto ao governo. O empreendimento foi investido de força suficiente, "revolvendo as cinzas do

---

[13] Nascido em Santa Cruz/RN, foi ordenado sacerdote em 13 de abril de 1958. Em Roma, Itália, fez doutorado em Filosofia e em Teologia. Na Arquidiocese de Natal, desempenhou várias funções, entre elas pároco das Paróquias de Nossa Senhora Aparecida, em Neópolis, da Sagrada Família, nas Rocas, e de São João Batista, em Lagoa Seca, todas na capital; coordenador da cúria metropolitana, nos governos de Dom Alair Vilar e Dom Heitor Sales; Vigário Geral, no governo de Dom Heitor; Vigário Episcopal para o Clero; Coordenador Arquidiocesano de Pastoral; diretor do Curso de Teologia do Seminário de São Pedro; coordenador do arquivo; Postulador das causas de beatificação e canonização dos Mártires de Cunhaú e Uruaçu; de beatificação de Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira (Arquidiocese de Olinda e Recife), do Padre Ibiapina (Diocese de Guarabira – PB) e da reabilitação do Padre Cícero. Ele escreveu e publicou dois livros, sendo um sobre a história os Protomártires do Brasil e outro sobre o Beato Mateus Moreira, patrono dos Ministros da Eucaristia. Monsenhor Assis foi também professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. (Fonte: sítio da Arquidiocese de Natal).

[14] Decreto de 20 julho de 1993, do Excelentíssimo e Reverendíssimo Dom Alair Vilar Fernandes de Melo, Arcebispo Metropolitano de Natal. (PEREIRA, 1999. p. 125).

[15] Graduado em direito (1937) pela Faculdade de Direito do Recife. Primo de Gilberto Freyre, ajudou-o com algumas contribuições como indicações de caminhos de pesquisa em *Casa grande & Senzala*. Com domínio da língua holandesa, dedicou-se aos estudos da história desses povos flamengos, sobretudo, quando da estadia deles na América portuguesa. Fundou o Instituto Brasil-Holanda (1940). Foi sócio efetivo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Dirigiu de 1941 a 1950 o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (hoje Fundação Joaquim Nabuco) e foi professor na Universidade do Recife (hoje Universidade Federal de Pernambuco) até 1977. (Fonte: sítio da Fundação Joaquim Nabuco).

[16] Funcionário, por concurso, do Banco do Brasil (1952-1982), pertenceu aos Institutos Históricos e Geográficos do Rio Grande do Norte e do Espírito Santo, ao Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, ao Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), à Sociedade Cearense de Geografia e História, ao Colégio Brasileiro de Genealogia, à Academia Norte Rio-Grandense de Letras, e ao Conselho-Diretor das Fundações José Augusto e Helio Galvão, de Natal. Foi eleito sócio correspondente do IHGB em 29 de julho de 1987. (Fonte: sítio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).

[17] Arquiteta, estudiosa da história potiguar, sócia do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, era, à época do parecer da comissão de história, superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico, no Rio Grande do Norte. (Fonte: sítio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico, no Rio Grande do Norte.).

passado”,[18] de modo a elaborar narrativa, construir espaços sagrados e incrementar templos já existentes, dando-lhes notória visibilidade e dizibilidade, promovendo, assim, uma intensa divulgação. Formaram-se, portanto, a partir de forças do presente, de uma espécie de tempo agora, por narradores vinculados, sobretudo, ao catolicismo e a Arquidiocese de Natal. Não só religiosos passaram, então, a se interessar pelos locais, mas também turistas, comerciantes, estudantes, professores, pesquisadores e lideranças políticas.

DO “FRIO TUMULO DA INDIFERENÇA E DO OLVIDO”

Todo esse esforço, pensamos, adveio muito em razão de se querer lidar com um reclame antigo, qual seja:

> Um esquecimento imperdoavel envolve a memória dos martires de Uruassú e Cunhaú.
> Quando se fala tanto na conquista holandêsa, glorificando-se figuras proeminentes da invasão, e se chega a lamentar que a nossa nacionalidade não haja sido plasmada pelos flamengos, que transformaram as terras potiguares em campos de ruinas e de morte, os heróis da campanha libertadora continuam encerrados no frio tumulo da indiferença e do olvido. (MELO, 1937, p. 9).[19]

Com essas palavras, em abril de 1937, de São José de Mipibú/RN, já lançando mão do uso da designação “mártires”, o padre Paulo Herôncio de Melo teceu os dois primeiros parágrafos do preâmbulo de sua obra *Os Holandeses no Rio Grande*. Naquela ocasião, deixou expresso seu intuito de “assoprar um pouco da poeira que cobre a lembrança daqueles que foram realmente martires da patria e da Igreja e que se tornaram merecedores do culto dos pósteros”, (MELO, 1937, p. 9-10) assim como o de prestar “a homenagem do meu respeito e da minha veneração à memória de tão brava gente”. (MELO, 1937, p. 10).

Essa mesma obra do padre Herôncio de Melo, posteriormente, fora apreciada como um trabalho que “originou o esforço rumo à beatificação e canonização dos mártires de Cunhaú e Uruaçu”, (PEIXOTO, 2014, p. 7; 2015, p. 36) e isso “por ter estabelecido um padrão de apreciação dos acontecimentos de 1645 nos engenhos Cunhaú e Uruaçu [sic]”. (PEIXOTO, 2015, p. 36). Esses processos de beatificação e canonização foram fundamentais para justificação dos esforços à restauração, construção e incrementos dos espaços devotados aos Mártires,[20] bem como na elaboração de uma maneira de vê-los e

[18] Expressão do padre José Maria Lustosa Cabral, no prefácio Duas palavras, da primeira edição (1937) da obra do padre Paulo Herôncio de Melo, *Os holandeses no Rio Grande*, texto de grande influxo no empreendimento rumo à beatificação e canonização dos Protomártires do Brasil.
[19] Mantivemos a grafia de época, coetânea a fonte nas citações diretas, tanto nessa quanto nas demais, no prosseguimento do artigo.
[20] Ao todo, foram considerados trinta Mártires para a beatificação e canonização, a saber: mortos em Cunhaú, (1) Padre André do Soveral e (2) Domingos Carvalho; Mortos em Uruaçu, (3) Padre Ambrósio Francisco Ferro; (4) Antônio Vilela, o Moço; (5) José do Porto; (6) Francisco de Bastos; (7)

dizê-los, de “figuras, imagens, que permitem ver e falar de forma diferenciada” (ALBUQUERQUE Jr, 2013, p. 43) a respeito dos acontecimentos em Cunhaú e Uruaçu através dos santuários, por exemplo. Espaços que aludem a eventos antigos que foram relembrados, rememorados, revolvidos, recriados, repetidos de maneiras diferentes ao longo de séculos, sendo assim “o mesmo, mas de outra maneira”, (SCHOPENHAUER apud PEIXOTO, 2020, p. 253) em “uma leitura da história enquanto legitimação do presente” (GUIMARÃES, 1988, p. 17) nas muitas faces e usos de um acontecido.

Desde então, o Santuário dos Mártires (em Natal/RN, inaugurado em 2009),[21] a Capela Nossa Senhora das Candeias, no antigo Engenho Cunhaú (em Canguaretama/RN, construída provavelmente no final do século XVI, reconstruída nos anos 1980 e reinaugurada em 1986)[22] e o Santuário de Uruaçu (em São Gonçalo do Amarante/RN, complexo religioso construído nos anos 2000) têm se apresentado e mostrado como recentes e promissores espaços sacralizados alvos de processões, peregrinações e romarias,[23] sobretudo, no que diz respeito a esse último citado.[24] Considerando o conjunto

---

Diogo Pereira; (8) João Lostão Navarro; (9) Antônio Vilela Cid; (10) Estevão Machado de Miranda; (11) Vicente de Souza Pereira; (12) Francisco Mendes Pereira; (13) João da Silveira; (14) Simão Correia; (15) Antônio Barracho; (16) Mateus Moreira; (17) João Martins; (18) Manuel Rodrigues Moura; (19) a esposa de Manuel Rodrigues Moura; (20) uma filha de Antônio Vilela, o Moço; (21) uma filha de Francisco Dias, o Moço; (22) primeiro jovem companheiro de João Martins; (23) segundo jovem companheiro de João Martins; (24) terceiro jovem companheiro de João Martins; (25) quarto jovem companheiro de João Martins; (26) quinto jovem companheiro de João Martins; (27) sexto jovem companheiro de João Martins; (28) sétimo jovem companheiro de João Martins; (29) primeira filha de Estevão Machado de Miranda; (30) segunda filha de Estevão Machado de Miranda. Todos foram beatificados e canonizados.

[21] Construído, mormente, sob a intenção de atrair devotos para os Mártires, em razão de os outros santuários se localizarem distantes da cidade de Natal, esta mais populosa em relação a São Gonçalo do Amarante e Canguaretama, portanto, capaz de oferecer maior quantidade de fiéis em potencial para os Mártires.

[22] Tombada como ruína pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1964. Reconstruída nos anos 80 pela Fundação José Augusto (FJA) e reinaugurada em 15 de fevereiro de 1986, com cerimônia na própria capela. As atividades regulares em devoção aos Mártires, fora do tempo da festa, ocorrem em um espaço construído nas proximidades da Capela Nossa Senhora das Candeias, denominado de Santuário Chama de Amor, construído nos anos 2000, na RN 269, no trecho entre Canguaretama e Pedro Velho. Duas das razões para isso são: (1) o fato de que a capela de Nossa Senhora das Candeias é bem pequena e (2) está localizada em uma propriedade privada. O território da capela envolve uma complexa administração entre uma fazenda/engenho privado, o IPHAN e a Arquidiocese de Natal.

[23] A peregrinação (termo derivado dos vocábulos *peregrinus*, *peregre*) pode ser entendida como “(…) uma marcha ritual em que, partindo de uma periferia mais ou menos distante, se entra temporariamente num centro ou foco de concentração do sagrado, para depois retornar ao mesmo ponto de partida, confortado pela participação em virtude do sagrado”. (BALBINOT, 1998, p. 80 apud SANTOS; NUNES, 2005, p. 100). A romaria (termo derivado dos vocábulos *romerus*, *romerius*, que era usado para designar os peregrinos que iam a Roma, a partir do século VI, em razão do domínio mulçumano na Terra Santa (BALBINOT, 1998, p. 80 apud SANTOS; NUNES, 2005, p. 101; ROSENDAHL, 2012, p. 20) pode ser conceituada como “o momento da festa, da visita ao santo padroeiro, ou particular. Os devotos veneram os santos como ‘amigo’, o santo atende aos pedidos que lhes são feitos, o que coloca os cristãos na obrigação de cumprir as promessas feitas. Nessa concepção, romaria aparece ligada à ideia de veneração aos santos (veneração com forte intimidade entre o devoto e o santo) e à prática de cumprimento da promessa (ex-voto ou desobriga)”. (SANTOS; NUNES, 2005, p. 100). “As manifestações cardinais da romaria conservam identidade:

dos três santuários, a principal celebração tem ocorrido no dia 3 de outubro, com peregrinações e romaria ao santuário de São Gonçalo do Amarante. "Esse santuário foi criado após a beatificação (2000) e é um dos espaços devocionais do estado com maior crescimento, principalmente após a canonização dos Mártires celebrada em 2017". (SANTOS, 2018, p. 116).

Nesse local, em Uruaçu, fora direcionada homenagem de veneração à memória (dos já chamados Mártires à época), em 3 de outubro de 1932, com a inauguração de um cruzeiro, erguido mediante esforço de um professor chamado Luís Soares, à época chefe da Associação dos Escoteiros do Alecrim, Natal/RN.[25] Desde 1929, com a visita de Mário de Andrade (1893-1945) às ruínas da capela do engenho Cunhaú, com incentivos à lembrança dos Mártires pelo bispo de Natal/RN Dom Marcolino Esmeraldo de Souza Dantas (1888-1967),[26] e a realização de algumas peregrinações à capela de Nossa Senhora das Candeias (Cunhaú), até 1988, muitas foram as manifestações da memória, movidas principalmente

---

promessa, o culto comunitário e teoricamente oficial da missa e da procissão, o intercâmbio e a comunicação, a feira em volta do santuário, o canto, a dança durante o caminhar de ida e volta e o encontro e congraçamento entre famílias". (SANCHIS, 1979, p. 251 apud SANTOS; NUNES, 2005, p. 101).

[24] A saber, há ainda outros três espaços no Rio Grande do Norte que foram nomeados com vista a homenagear a memória dos Mártires, quais sejam: paróquia do Santo André de Soveral – Emaús, Parnamirim (RN); paróquia de São Mateus Moreira – Cidade Verde, Parnamirim (RN) e a paróquia do Santo Ambrósio Francisco Ferro – Planalto, Natal (RN).

[25] Luiz Correa Soares de Araújo nasceu em Assú/RN, em 18 de janeiro de 1888, e faleceu em 13 de agosto de 1967, em Natal/RN. Filho de Pedro Soares de Araújo, açuense e neto de portugueses, e de D. Ana Senhorinha, de Serra Negra do Norte, cursou o ensino primário na escola particular de dona Nila Câmara, em Assu. Após cursar Humanidades no Atheneu norte rio-grandense, diplomou-se pela Escola Normal de Natal, em 1910, sendo, na ocasião da formatura, o orador da turma. Viveu boa parte de sua vida em Natal, no bairro do Alecrim. Nesse bairro, foi Diretor do Grupo Escolar Frei Miguelinho, a partir de 1917, e fundador do Grupo de Escoteiros do Alecrim, em 1919. Escreveu frequentemente no periódico *A República*, divulgando e dialogando a respeito de suas ideias, e trabalhou na direção da revista *Pedagogium*, publicação da Associação de Professores do Rio Grande do Norte (APRN). Em 1945, Luís Soares participou ativamente da organização e instalação da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Natal, que mais tarde integraria a Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Em 1950, ele foi eleito para a Câmara de Vereadores de Natal, na qual foi posto como vice-presidente. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico de Natal, da Academia Potiguar de Letras e do Conselho Estadual de Educação e Cultura do Rio Grande do Norte. Mais detalhes biográficos sobre Luiz Correa Soares de Araújo podem ser encontrados em: LIMA, Douglas Albert de Souza. Luís Soares Correia de Araújo: traços de uma biografia. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, jul., 2011; OLIVEIRA, Luiz Antônio de. **O martírio encenado**: memória, narrativa e teatralização do passado no litoral sul do Rio Grande do Norte. 2003. 153f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/727>. Acesso em: 8 nov. 2018. p. 68, 90 e 155; PEREIRA, Francisco de Assis. **Protomártires do Brasil**: Cunhaú e Uruaçu – RN. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1999. p. 114. PINTO, Amanda Thaise Emerenciano. **A presença do professor Luiz Correia Soares de Araújo no Grupo Escolar Frei Miguelinho (1912-1967)**. 2015. 92f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

[26] Primeiro arcebispo de Natal, atuou no governo da diocese e posterior arquidiocese (pela bula *Arduum Onus*, do Papa Pio XII, a diocese de Natal foi elevada à Arquidiocese de Natal em 1952) durante 38 anos, de 1929 a 1967, sendo esse o maior tempo de governo arquidiocesano de um arcebispo já experimentado pela Arquidiocese de Natal. (Fonte: sítio da Arquidiocese de Natal).

por autoridades religiosas e religiosos de vulto, para não se permitir a deslembrança, o esquecimento, tido como imperdoável, envolver a memória dos Mártires. Desse modo, de alguma maneira os mortos permaneceram vivos nos belos e encantadores, misteriosos e sombrios e labirínticos e pormenorizados movimentos das reminiscências humanas. Mas a partir de 1988, contudo, esforços realmente claros começaram a ser empreendidos por autoridades religiosas da Arquidiocese de Natal, com vista à beatificação e canonização dos Mártires.

Dessa feita, ao visitarmos atualmente, no dia 3 de outubro, as proximidades do local do incidente em Uruaçu, certamente, não encontraremos apenas uma tímida e solitária cruz vazia a ermo, banhada pela chuva, rachada pelo sol, percutida pelo vento, marcada pela "voragem do tempo", (ABREU, 1998, p. 61) pelos dentes de Cronos, (HESÍODO, 2010, p. 43) "este todo-poderoso decorador de ruínas". (MICHELET apud CERTEAU, 2013, p. XV). Certamente, não encontraremos apenas um pequeno grupo de pessoas interessadas em homenagear os Mártires empoeirados na memória ou distantes, lá no fundo, no frio túmulo do olvido.

Certamente, encontraremos uma imponente construção erigida aos Mártires, agora, já beatificados e canonizados. Uma construção que, quiçá, faça alusão à cerca ou "casa bem fortificada e cercada de estacas", feita de madeira de carnaúba,[27] construída para abrigar os moradores locais contra as investidas dos holandeses e seus aliados, como contam os cronistas de época. Encontrar-nos-emos com uma quantidade significativa de pessoas, curiosos, romeiros expressando devoção, os quais não parecem tomar conhecimento de um "Deus está morto", (NIETZSCHE, 2012) um Deus "afugentado", (HEIDEGGER apud BRÜSEKE, 2005, p. 16) de uma religião como "ilusão coletiva", (FREUD, 1974) de uma religião como "ópio do povo", (MARX, 2010) de um "desencantamento do mundo", (WEBER, 2013) de uma desnarratização ou demitologização, um mundo incréus, "uma era secular", (TAYLOR, 2010) completamente dessacralizada e secularizada.[28] Lá veremos motos, carros, ônibus, vendedores ambulantes, barraquinhas de vendas de lanche; uma capela, algumas edificações de um lado e um monumento permanente aos Mártires do outro. Veremos temporalidades e espacialidades construídas

---

[27] Diário de Viagem à Paraíba e ao Rio Grande, de 1645, do Alto e Secreto Conselheiro holandês Adriaen van Bullestraten. (PEREIRA, 1999. p. 25-26).

[28] Ressalto que todos esses autores citados pensavam o sagrado e a religião de maneiras diferentes, por vezes divergentes, além de pensarem esses conceitos em contextos diversos. Meu uso deles aqui é, portanto, retórico, no sentido de criar e acionar uma ironia no texto, tencionando apontar para ideia de um sagrado "fora de moda". Uma pesquisa e discussão a respeito do mundo estar ficando mais religioso foi levada a cabo pelo *Pew Reasearch Center*, com pesquisa divulgada pelo *The Washington Post*, intitulada *The word is expected to become more religious – not less*.

por seres humanos que criam, fazem, praticam, significam; usam e abusam. Encontrar-nos-emos com uma hierópolis[29] que, é claro, nem sempre esteve ali e não surgiu *ex nihilo.*[30]

Esses espaços imanentes são feitura humana. E, ao percebê-los no tempo, na historicidade que é tão cara ao historiador munido de suas fontes históricas, vê-se e reflete-se a respeito deles enquanto espacialidades metamorfoseadas e metamorfoseantes, usadas e usáveis, repletas de complexas narrativas e deambulações, passos, traços e impressões humanas, passíveis às tintas e penas do triunfo e do tormento.

"NÃO COM A PENA DO TORMENTO, SENÃO COM A TINTA DO TRIUNFO": UM CRONISTA COETÂNEO

Um forte argumento, que foi elaborado com vista à construção dos Protomártires do Brasil, diz respeito ao que o postulador da causa chamou de "fama de martírio", que por sua vez fora perpetrada durante os séculos XVII a XX. Esse argumento foi criado e desenvolvido pelo monsenhor Francisco de Assis Pereira, e apresentado ao público geral no sexto capítulo do seu livro *Protomátires do Brasil*: Cunháu e Uruaçu – RN, publicado pela primeira vez no ano de 1999. Intitulado "Fama de martírio e de santidade dos servos de Deus", esse sexto capítulo fora dedicado a ideia de que perdurou "desde os tempos do martírio até os nossos dias, uma constante e não-interrompida corrente de veneração à sua memória". Como contribuidores para manutenção dessa corrente, o postulador elenca três cronistas portugueses do século XVII, a saber: Lopo Curado Garro, Frei Rafael de Jesus e Diogo Lopes Santiago. Para os séculos XVIII a XX, lista Dom Domingos Loureto Couto, Francisco Adolfo Varnhagen, Raphael Galanti, Tavares de Lyra, Rocha Pombo, Câmara Cascudo e Paulo Herôncio de Melo, dentre outros. Em razão do espaço limitado desse artigo, discutiremos apenas um cronista coevo: Lopo Curado Garro.

Boa parte da narrativa e das imagens que aparecem difundidas, atualmente, nos santuários aos Protomártires do Brasil, parecem advir, mormente, de um documento escrito chamado *Breve, verdadeira e autêntica relação das últimas tiranias e crueldades, que os pérfidos holandeses usaram com os moradores do Rio Grande* (chamado de Relação de Lopo Curado Garro, pelo monsenhor Francisco de Assis Pereira, postulador da causa dos Mártires). De acordo com a data registrada no final do documento, ele foi redigido em 23 de

---

[29] Para uma discussão concernente a esse conceito, *vide*: ROSENDAHL, Zeny. **Hierópolis**: o sagrado e o urbano. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. 112 p. (Série Geografia Cultural). ______. **Espaço e religião**: uma abordagem geográfica. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2002 [original 1996]. 92 p. (Série Geografia Cultural). ______. **Primeiro a obrigação, depois a devoção**: estratégias espaciais da Igreja Católica no Brasil de 1500 a 2005. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. 196 p.

[30] Expressão latina que significa "a partir do nada"; "é o conceito de objetos materiais sendo criados sem a utilização de matéria pré-existente". In: WALTON, John H. **O mundo perdido de Adão e Eva**: o debate sobre a origem da humanidade e a leitura de Gênesis. 1. ed. Viçosa, MG: Ultimato, 2016. p. 31 e 228.

outubro de 1645, vinte dias após o conflito em Uruaçu e pouco mais que três meses após o conflito em Cunhaú, sendo considerado, portanto, uma fonte de época, um testemunho coetâneo. Esse documento parece nortear a apreciação dos conflitos em Cunhaú e Uruaçu e, por conseguinte, a sua apresentação espacial nos espaços sagrados de Cunhaú e Uruaçu. Ele parece ter exercido uma influência considerável nas formas de ver e dizer concernentes aos conflitos em Cunhaú e Uruaçu. Informações e elementos advindos dessa carta reverberam até os dias de hoje nos santuários, espaços sacralizados e dedicados aos Protomártires do Brasil, razão pela qual a carta é uma fonte tão importante para o entendimento da visão portuguesa sobre os incidentes naquelas localidades do Rio Grande. Essa fonte também atravessou todas as narrativas historiográficas a respeito dos acontecimentos supracitados, de modo que é possível perceber suas reverberações, especialmente, em relação aos eventos em Uruaçu.

O monsenhor Francisco de Assis Pereira, autor da pesquisa histórica que justificou o episódio como Martírio perante a Igreja Católica Apostólica Romana e seus fiéis, o mesmo religioso que redigiu o *Positio*, documento apresentado aos oficiais da Igreja em Roma responsáveis pela beatificação e canonização (a Congregação das Causas dos Santos), e que foi o postulador da causa do martírio em função da beatificação e canonização, pôde manusear esse documento por várias vezes. Citando-o em seus escritos, apreciou a fonte como sendo “o documento mais antigo sobre os acontecimentos que estamos analisando”, (PEREIRA, 1999, p. 37, 107) em alusão aos eventos conflituosos em Uruaçu.

Esse documento deu origem, inspirando, os outros três principais textos que são usados como fontes históricas coetâneas para justificar o martírio.[31] Essas três fontes são as que foram usadas para fundamentar a argumentação em favor do martírio, sobretudo, no capítulo cinco, intitulado “O massacre de Uruaçu à luz dos critérios da igreja sobre o martírio”, do livro do monsenhor Pereira (*Protomártires do Brasil:* Cunhaú e Uruaçu – RN). Essa seção do livro tencionava, a saber:

> Provar, através da análise minuciosa dos fatos, dos personagens e das situações históricas, que o massacre de vários moradores no porto de Uruaçu, a 3 de outubro de 1645, se caracteriza como autêntico martírio no sentido cristão. (PEREIRA, 1999, p. 37, 89).

---

[31] “[...] a fonte portuguesa mais antiga, a Relação de Lopo Curado Garro, que deu origem às outras versões dos cronistas.” (PEREIRA, 1999, p. 29). Os outros cronistas e fontes são, a saber: SALVADOR, Frei Manuel Calado do. **O valeroso lucideno e o triunfo da liberdade**. Lisboa: Officina de Domingos Carneiro, 1668. 356 p. Disponível em: <http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/18144>. Acesso em: 21 nov. 2018. Nessa fonte, o texto *Breve, verdadeira e autêntica relação das últimas tiranias e crueldades, que os pérfidos holandeses usaram com os moradores do Rio Grande* aparece transcrito; JESUS, Frei Rafael de. **Castrioto lusitano**. Paris: J. P. Aillaud, 1844 (original 1679). 608 p. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/179485>. Acesso em: 21 nov. 2018. SANTIAGO, Diogo Lopes. **História da guerra de Pernambuco**. Recife: FUNDARPE, 1984 [original 1675]. 596 p. (Coleção Pernambucana).

Nesse capítulo, Pereira cita literalmente trechos da fonte (como em uma espécie de história do tipo tesoura e cola)[32] para provar as três condições que a Igreja Católica exigia para que se caracterizasse um verdadeiro martírio no sentido teológico-canônico defendido por ela, qual seja: (1) morte violenta; (2) *in odium fidei* (por ódio à fé); (3) livremente aceita pelo fiel. Nele, o monsenhor dedicava quatorze páginas, das dezessete de todo o capítulo, para citações diretas da fonte, ao que definia como "demonstração histórica do martírio", (PEREIRA, 1999, p. 89) "a exata compreensão dos fatos", (PEREIRA, 1999, p. 90) sem realizar, de fato, nenhuma análise crítica propriamente histórica da fonte, visando perscrutar os pressupostos de elaboração dela. Sua compreensão parecia ser a de que a fonte histórica carregava em si o fato histórico já pronto e acabado, exatamente como aconteceu, de maneira límpida, transparente, neutra ou imparcial, de modo que citar diretamente o conteúdo da fonte provava objetivamente a completude do fato por ela narrado. Desse modo, a Relação de Lopo Curado Garro fora usada, amiúde, para construir o argumento do martírio.

Entretanto, é preciso arguir o documento para entender o seu processo de escrita. Esse documento, que originou os outros três, foi escrito por Lopo Curado Garro. Garro era um capitão de guerra português que escreveu "aos dois Mestres de Campo, e Governadores da Liberdade de Pernambuco, João Fernandes Vieira, e André Vidal de Negreiros". (GARRO, 1668, p. 126). Esses dois mestres de campo foram dois dos principais líderes da chamada (também pelo monsenhor Pereira em seu livro aqui abordado) (PEREIRA, 1999, p. 13, 19) Insurreição Pernambucana (1645-1654), movimento através do qual se pretendia a expulsão dos holandeses das terras do que hoje é conhecido como Nordeste do Brasil. Por isso, foram chamados por Garro, em seu texto, de governadores da liberdade de Pernambuco. O monsenhor Pereira se refere a eles como "governadores de guerra", comandantes das "forças patrióticas" que "comandavam as operações" de insurreição contra o domínio holandês. (PEREIRA, 1999, p. 19, 90).

> João Fernandes Vieira era chamado o "governador da liberdade e o defensor da fé", "tão bom cristão como valente soldado". *A guerra era considerada uma empresa da liberdade em defesa da Pátria e da fé católica*. O entusiasmo com que todos abraçavam a nobre causa era expresso através do mote, várias vezes repetido: "Viva a fé de Cristo, a liberdade, vitória, vitória. (PEREIRA, 1999, p. 90. Grifo nosso).

O documento de Garro se propunha a ser uma carta, como queria o próprio autor, (GARRO, 1668, p. 130) e pensamos que ela oferece indícios de que foi escrita também com o objetivo de enaltecer, incentivar e encorajar os portugueses e seus aliados no contexto dos combates que objetivavam a expulsão dos holandeses e seus aliados. Garro narrou

[32] "visão da história como mera compilação de fatos" (CARR, 1978, p.26).

cenas com "*impressionante realismo e fortes tintas*" (PEREIRA, 1999, p. 30. Grifo nosso) porque não estava isento da posição que ocupava como capitão de guerra, de para quem estava escrevendo (dois mestres de campo que fariam as informações chegar aos seus soldados) e das circunstâncias de guerra nas quais estava atuando. Ele manuseou a pena e a tinta imprimindo ênfases, criando imagens, através de palavras e frases a fim de alcançar o seu objetivo.

A carta indiciava o esforço de incentivar os mestres de campo e demais soldados, criando imagens do triunfo português e da derrota dos inimigos. Como se percebe, já desde o título do documento, aos inimigos dos portugueses foram destinados adjetivos como tiranos, cruéis e pérfidos. Diante do "que fizeram os tiranos Flamengos, acompanhados de bárbaros Tapuias, e Pitiguares",

> escureça todas quantas têm sucedido no mundo em tempo dos Imperadores Romanos antigos; memória que haverá enquanto durar o dito; pois o sangue derramado de tantos inocentes, clama aos Céus justiça, e aos Príncipes da terra favor, a tomar vingança de tais tiranos. (GARRO, 1668, p. 126).

Desleais, traidores, covardes, "com a tirania e deshumanidade, que em seus corações habita", "os Flamengos despiram nus aos ditos moradores [de Uruaçu], e os mandaram pôr de joelhos (o que eles receberam com muita paciência, e os olhos em Deus) e logo chamaram aos Brasilianos para os matar", "fazendo nos corpos desses mártires tais anatomias, que são incríveis". Os "ditos Flamengos, os ajudaram a matar, assim arrancando os olhos a uns, e tirando as línguas a outros, e cortando as partes vergonhosas, e metendo-lhes nas bocas". Os batavos "deixaram os corpos postos ao Sol, e sobre a terra, e sem sepultura nenhuma, e os membros tão divididos em partes, que não se conhecia quais eram os de cada um dos mártires", negando o "lamentar com suspiros, e lágrimas seus desaventurados dias" às "pobres viúvas", "as fizeram calar, ora com ruins palavras, ora com pés, e mãos, dando-lhes de bofetadas, e coices, e ameaçando-as, que as haviam de matar se choravam [sic]". "Julguem agora Vossas Senhorias o que fariam as pobres viúvas?", perguntou o capitão Lopo Curado Garro em sua carta aos dois mestres de campo. "[...] O sangue derramado de tantos inocentes, clama aos Céus justiça, e aos Príncipes da terra favor, a tomar vingança de tais tiranos". Pois "[...] mais vale passar por todos os tormentos da morte, que viver morrendo entre o nome de tal gente". "A Mateus Moreira o abriram por as costas, e lhe tiraram também o coração, e as últimas palavras, estando neste martírio, que disse, foram louvar a Deus, dizendo: *Louvado seja o Santíssimo Sacramento*". (GARRO, 1668, p. 126-130).

A ideia de martírio e de Mártires já aparecia aventada por Garro em sua carta, bem como também a ideia de defesa da pátria e da fé católica. Em um tempo, espaço e

circunstâncias históricas nas quais não se costumava separar Estados e religião, o capitão Garro fez uso de elementos e doutrinas da fé católica a fim de incentivar à luta contra os invasores flamengos e os nativos indígenas aliados, demonstrando que tinha conhecimento dos conceitos e mediadores que as pessoas para quem estava se dirigindo manejavam para enxergar, ler e atuar no mundo. Para tal fim, lançou mão de "impressionante realismo e fortes tintas", "em cores bem vivas", (PEREIRA, 1999, p. 108) com "tinta do triunfo", (JESUS *apud* PEREIRA, 1999, p. 108) triunfo da morte, se necessário, como martírio; triunfo do heroísmo em razão do afeto à pátria, tencionando incentivar um veemente engajamento dos mestres de campo e soldados em uma batalha candente contra os inimigos.

Sendo assim, a fonte não se mostrava transparente, límpida e neutra.[33] O conteúdo, a forma, o estilo da carta dão fortes indícios da intenção do documento em criar heróis e Mártires exemplares. Com isso, não se está negando categoricamente os conflitos, as mortes, nem a existência, na complexa empiria da vida, no "horizonte de experiência na ordem temporal" (DOOYEWEERD, 2018. p. 60) das personagens históricas canonizadas, mas apenas se afirmando que a análise crítica das fontes deveria ser realizada, se se pretendia uma abordagem histórica, como havia sinalizado o monsenhor Pereira. O documento não foi escrito por alguém isento, mas por um capitão que, de acordo com o conteúdo, forma e estilo de sua carta, deu a entender que muito conhecia a respeito de guerra e da fé católica, de como relacioná-las e usar as palavras para aumentar o ânimo e efervescência de soldados em batalha, narrando com tenacidade a animosidade entre as partes conflitantes, através de frases devidamente elaboradas em uma espécie de libelo contra os holandeses e indígenas aliados.

Heróis da pátria e da fé foram, então, propostos, como uma forma de uso do passado em um presente, sendo esse presente o momento do enfrentamento dos holandeses. E, para o postulador Pereira, essa é uma "memória que haverá enquanto durar o dito", (GARRO, 1668, p. 126) em uma espécie de "corrente de veneração à sua memória", (PEREIRA, 1999, p. 107) enquanto ele for repetido, revolvido, recapturado (nas peregrinações, romarias, missas, rezas atualmente), assim como foi enfatizada a ideia de martírio pelo capitão Lopo Curado Garro, ao repetir treze vezes as palavras "mártir" e "martírio" em sua carta. Certos tons dessa carta reverberam, hoje, nos santuários dedicados aos Protomártires. Analisemos, portanto, o caso do Santuário de Uruaçu.

[33] E isso não consiste em um grande problema para o historiador, uma vez que este está justamente interessado no emaranhado do fazer e desfazer humano no tempo e no espaço.

A "TINTA DO TRIUNFO": O SANTUÁRIO DE URUAÇU E MATEUS MOREIRA

No Santuário de Uruaçu, há uma personagem histórica e religiosa que aparece destacada, dita, vista, revolvida e usada de maneiras significativamente diferenciadas em relação aos demais declarados Mártires referentes a Uruaçu.[34] Isso pode vir a ser percebido, genericamente (em um primeiro momento), sobretudo, no dia 3 de outubro, quando das peregrinações, romarias, celebrações e expressões devocionais de petição, gratidão e louvor aos Mártires se intensificam substancialmente, tornando-se facilmente visíveis, para qualquer pessoa que visite o Santuário de Uruaçu, a presença representada de Mateus Moreira[35] no espaço. Ele é um sujeito histórico e religioso para o qual é direcionada grande atenção e veneração, não somente nos atos e gestos litúrgicos e cúlticos realizados pelos fiéis, mas também em várias falas de oficiais da Igreja Católica.

A Mateus Moreira foi reservado papel preponderante nas celebrações de devoção aos Mártires. A ele foram dedicadas várias imagens (tanto pintadas quanto esculpidas) que ficam espalhadas pelo espaço do complexo religioso do Santuário de Uruaçu (no santuário, na capela, no monumento, no *hall* da administração). Os ex-votos são colocados pelos fiéis e ficam expostos em uma imagem sua, esculpida, na capela ao lado do santuário. A ele são dedicados um Terço de São Mateus Moreira e lugar de honra nas músicas, poesias, litanias, rezas e na liturgia das missas realizadas durante o dia (3 de outubro), na capela. A ele se reza, através de seu terço, a fim de que ele interceda pela graça que é necessária para se viver a fé católica no mundo.

Diante disso, podemos refletir e questionar: como essa personagem foi aventada, dita, vista e revolvida por representantes da Igreja Católica Apostólica Romana, ao ponto de a ela ser reservado papel preponderante dentre os demais Protomártires do Brasil? Como ela foi engendrada ao ponto de sua representação poder vir a ser analisada como um fato histórico à parte, uma vez que os fiéis parecem usá-la como símbolo heroico e mitológico, e não somente como um fato frio, seco, vazio e meramente histórico?[36]

Para refletir a esse respeito, começamos aludindo que ao nome de Mateus Moreira foram guardadas palavras de honra no discurso (essa poderosa mídia criadora de imagens) do papa João Paulo II, em sua visita a Natal, na ocasião do encerramento do XII Congresso Eucarístico Nacional, em 1991. Na manhã do dia 13 de outubro, através de sua homilia, o papa fez alusão a Mateus Moreira, dizendo:

---

[34] Para averiguar a quantidade e a identificação de cada um dos Mártires de Uruaçu e Cunhaú, *vide* nota de rodapé 20.
[35] Chamado também de Matias Moreira na fonte coetânea: SANTIAGO, Diogo Lopes. **História da guerra de Pernambuco**. Recife: FUNDARPE, 1984 [original 1675]. 596 p. (Coleção Pernambucana).
[36] Pensamos, aqui, que podemos tanto reconhecer um fato histórico qualquer, como qualquer outro, e também reconhecer o fato histórico que, porventura, tenha se tornado mito, ou tenha sido mitificado.

> É uma circunstância feliz que o Congresso esteja sendo realizado aqui em Natal. Precisamente aqui, em 1645 um homem simples, profundamente religioso, Matias Moreira, deu, com seus companheiros na região conhecida por Cunhaú e Uruaçu [sic], um belo testemunho que lembra o dos mártires da Igreja. Quando insultado e ferido pelos hereges por sua recusa em renegar a fé na Eucaristia e a fidelidade à Igreja do Papa, exclamou, quando lhe abriram o peito para arrancar-lhe o coração: 'Louvado seja o Santíssimo Sacramento!'. Irmãos e irmãs, esta magnífica profissão de fé, regou com sangue generoso a terra onde o Brasil inteiro veio reafirmar sua devoção na presença real de Cristo na Eucaristia.[37]

Ora, esse foi o trecho de uma fala proferida, em um evento de escala nacional, por aquele que, naquele momento, representava a Igreja Católica Apostólica Romana em seu posto hierárquico máximo: ele era o papa. Suas assertivas, apesar de não serem proferidas em um discurso *ex cathedra*,[38] tiveram, pensamos, uma força e impacto diferenciado nos fiéis. Dessa maneira, então, delineou publicamente alguns contornos da imagem de Mateus Moreira como sendo um homem simples, um leigo, decerto, mas também alguém comum, do povo, como qualquer outra pessoa, sem nenhum título especial ou algum outro grande distintivo. Contorna-o também como profundamente religioso, crente, voltado para o divino, ao ponto de considerar a sua própria vida como algo ao qual não deveria se apegar, mas ser capaz de entregá-la em razão de sua fé e fidelidade à Eucaristia e à Igreja do Papa. Mesmo frente a pessoas identificadas como hereges, portanto, inimigas, e com ferimentos que para nós são impressionantes, ele não negava sua fé. Não obstante, a declarava e regava com sangue a terra, de acordo com a apreciação papal. Certamente, manejando informações legadas pelos cronistas coetâneos, essa era uma imagem forte de um homem simples que estava sendo pintada pelo maior representante da igreja naquele momento, publicamente naquele evento.

Nessa alusão a Mateus Moreira, antes mesmo dos propostos Mártires terem sido beatificados e canonizados, o Papa João Paulo II fez referência ao rol de mártires da Igreja a qual estava vinculado. Nessa referência, colocou Mateus Moreira, em tom de equivalência,

---

[37] PAULO II, João. Homilia para o encerramento do XII Congresso Eucarístico Nacional de Natal. In: Palavra do Santo Padre ao Brasil. São Paulo, 1991. p. 18. (PEREIRA, 1999. p. 118).

[38] Expressão latina geralmente traduzida como "do alto da cadeira" ou "como catedrático". No contexto da hierarquia da Igreja Católica Apostólica Romana, diz de quando o papa fala no exercício oficial de seu cargo, definindo questões de fé e moral. Conhecido como o dogma da infalibilidade papal, foi definido no Concílio Vaticano I, sob os auspícios do para Pio IX: "Nós, aderindo fielmente à tradição recebida desde o começo da fé cristã, com vista à glória do divino Salvador, à exaltação da religião católica e a segurança do povo cristão (com aprovação do sagrado concílio), ensinamos e definimos como dogma divinamente revelado que o romano pontífice, quando fala *ex cathedra* (isto é, quando cumprindo o ofício de pastor e mestre de todos os cristãos, em sua suprema autoridade apostólica, define uma doutrina concernente à fé e aos costumes para que seja admitida pela Igreja Universal), pela divina assistência que lhe foi prometida pelo bem-aventurado Pedro, é dotado daquela infalibilidade com que o divino Redentor quis que sua Igreja – definindo uma doutrina concernente à fé e aos costumes – estivesse equipada." (Concílio Vaticano I, sessão IV, capítulo 4 *apud* FERREIRA; MYATT, 2007, p. 97-98; MATOS, 2005, p. 44-45).

em lugar de semelhante prestígio para os fiéis e a Igreja, elevando, assim, a importância dessa figura histórica e religiosa a um patamar imediatamente diferenciado em relação às outras vinte e nove personagens que viriam a ser beatificadas e canonizadas alguns anos depois. Com essa fala, o Papa sinaliza publicamente, ainda, importante apoio político à causa dos Mártires, que tramitava na Congregação das Causas dos Santos, no Vaticano.

Outro importante representante da Igreja, o monsenhor Francisco de Assis Pereira, que além de postulador da causa dos Mártires, era vigário geral da Arquidiocese de Natal,[39] também comentou, quase dez anos mais tarde, em 1999, de maneira enfática que "a descrição de sua morte [de Mateus Moreira] é o ponto mais expressivo de toda a narrativa de Uruaçu e constitui um dos mais belos testemunhos de fé na Eucaristia, confessada na hora do martírio". (PEREIRA, 1999, p. 35). Dessa feita, corroborou para os traços da imagem do considerado simples e profundamente religioso Mateus Moreira, que intencionalmente estava sendo delineado com tintas de triunfo como o clímax da narrativa de Uruaçu.

Assim, também, antes do monsenhor Pereira e do Papa João Paulo II, o padre Paulo Herôncio de Melo, em seu conhecido livro, *Os holandeses no Rio Grande*, na primeira edição em 1937, já havia grifado com letras maiúsculas a designada fala de Mateus Moreira nos atos de sua morte, em um capítulo (cap. XV) dedicado aos "Heróis e mártires" da pátria e da fé nos episódios em Cunhaú e Uruaçu. Com exceção dos títulos dos capítulos desse livro, essas são as únicas palavras que foram todas redigidas com letras maiúsculas. São as únicas palavras que receberam tal ênfase, considerando toda a extensão do livro. (MELO, 1937, p. 78). Para alcançar seus leitores e objetivos,[40] padre Herôncio de Melo escreveu uma peça literária, uma obra artística que, supomos, fosse mais eficiente em alcançar e marcar mais fortemente o "imaginário católico norte-rio-grandense" (PEIXOTO, 2014, p. 47) e o dos demais interessados em seus temas, o que talvez não fosse tão eficaz através de um tratado político ou de um texto analítico detalhado. Porque, pensamos, "a história [como gênero literário] faz o que nenhum teorema pode fazer. Pode não ser 'como a vida real' em um sentido superficial, mas coloca diante de nós uma imagem do que a realidade pode bem ser". (LEWIS, 2018, p. 49-50). Nesse livro, portanto, Mateus Moreira e sua declaração foram apresentados ao público, em um texto com forte teor literário, narrativo, uma mídia de

[39] Era ainda sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

[40] Para uma reflexão e análise a respeito do contexto específico de produção da obra do padre Paulo Herôncio de Melo, *vide* PEIXOTO, Renato Amado. Duas Palavras: Os Holandeses no Rio Grande e a invenção da identidade católica norte-rio-grandense na década de 1930. **Revista de História Regional**, v. 19, p. 35-57, 2014; ______. 'Verdadeira barbaria': Paulo Herôncio e a escrita de 'Os Holandeses no Rio Grande' [prefácio]. In: Herôncio, Paulo. **Os Holandeses no Rio Grande**. Natal: Jovens Escribas, 2015. 124 p. p. 7-21. (Coleção A Invenção da Terra Potiguar).

memória, em um capítulo que evocava a ideia mitológica de heróis, tecendo essa personagem como tal, o que levou o monsenhor Pereira a afirmar:

> Um fator que muito contribuiu para a divulgação da memória dos mártires foi a publicação, em 1937, do livro do Mons. Paulo Herôncio de Melo, intitulado *Os holandeses no Rio Grande*. Numa linguagem simples e popular eram lembrados os fatos e os personagens que marcaram esta gloriosa página de nossa história religiosa. (PEREIRA, 1999, p. 114-115).

É para nós, então, sintomático que em um texto considerado muito importante para a "divulgação da memória dos mártires", que marcaram "gloriosa página de nossa história religiosa", nele a personagem Mateus Moreira fora tecida no rol de heróis, como alguém que incorporou virtudes que serviriam como referência, como base e, ao mesmo tempo, inspiração para os fiéis vinculados à Igreja agirem no mundo.

A declaração de fé de Mateus Moreira era, portanto, enfaticamente louvada[41] e se segue que, muito por causa disso, os eventos conflituosos em Uruaçu (e também em Cunhaú, mas por outras razões) são propositalmente conectados ao ensinamento e dogma do sacramento da Eucaristia, o chamado Santíssimo Sacramento, assim designado em razão de a Igreja crer na "presença real de Cristo na Eucaristia", como afirmou o papa em citação supramencionada. Tal ponto foi construído como um forte argumento em favor de que os episódios, desde o momento mesmo em que aconteceram, já estavam mais fortemente vinculados a um clima e a uma dimensão religiosa (do que política e/ou econômica), o que justificaria as mortes ocorridas nas localidades como em razão da defesa da fé cristã, na sua vertente católica apostólica romana.

Essas referências demonstram a forma pela qual o leigo Mateus Moreira, ao ser postulado como um elo entre eucaristia e martírio, podendo ser apresentado também como um mártir representante do Rio Grande do Norte, foi elevado a um patamar diferenciado em relação aos outros sujeitos. Ele foi alçado a uma posição na qual representa, atualmente, todas as outras pessoas consideradas martirizadas pela Arquidiocese de Natal (referente aos episódios de Cunhaú e Uruaçu), inclusive os dois oficiais da igreja, o padre André de Soveral, em Cunhaú, e o padre Ambrósio Francisco Ferro, em Uruaçu. Isso pode ser percebido mais claramente após a decisão de tornar o beato (tanto por ser considerado

[41] Na missa matutina que ocorre no dia 3 de outubro, na capela do complexo religioso de Uruaçu, ao lado do santuário, missa que é composta pelo Terço de São Mateus Moreira e pela ministração do sacramento da Eucaristia, um dos momentos mais importantes é quando todos os fiéis participam da celebração diretamente, proferindo a declaração de Mateus Moreira na hora de sua morte. Após o dirigente da missa rezar o Pai Nosso, ele diz a frase: "Na ora de sua morte, Mateus Moreira exclamou", ao que os fiéis respondem: "Louvado seja o Santíssimo Sacramento". Durante toda a missa, isso se repete cinco vezes. O momento mais importante da missa parece ser quando o ministrante celebra a Eucaristia e faz uma pequena peregrinação pelo complexo religioso de Uruaçu com a hóstia que, segundo a doutrina católica, se transforma no corpo de Cristo (doutrina da transubstanciação). Na ocasião da pequena peregrinação, os fiéis podem, inclusive, tocar no ostensório que transporta a hóstia, carregado pelo padre ministrante da missa.

bem-aventurado como por ter sido beatificado e canonizado) Mateus Moreira patrono dos ministros extraordinários da comunhão (ou Eucaristia) no Brasil, sendo eleito pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e oficialmente aprovado pela Santa Sé em 2005. Esse fato foi considerado pelo arcebispo metropolitano de Natal, dom Jaime Vieira Rocha, como um dos quatro argumentos em favor do decreto[42] que chancelou os Mártires como padroeiros do estado do Rio Grande do Norte, dignos, a partir de então, de serem celebrados como solenidade em todas as igrejas e capelas católicas do estado no dia 3 de outubro, feriado estadual no Rio Grande do Norte dedicado à memória dos Protomártires do Brasil.

O tratamento que Mateus Moreira recebe, tanto nos documentos analisados quanto no próprio Santuário de Uruaçu, parecem ser uma demonstração de uma abordagem e elaboração da história como mito, um uso mitológico, simbólico e heroico do passado perpetrado no presente e sintetizado na ideia de martírio através dessa personagem histórica. Pois, ao se verem diante de uma imagem de Mateus Moreira no Santuário de Uruaçu, os fiéis realizam gestos reverentes de culto, de adoração e liturgia, de modo que é possível perceber que para os fiéis a coisa em si (a imagem ou a escultura material, física de Mateus Moreira) não é o que mais importa, mas sim o que ela representa. O símbolo da personagem representa uma força que transcende o material, mas que se manifesta imediatamente por meios materiais. Portanto, a imagem (pintada ou esculpida) é um símbolo, uma mediadora, uma mídia, um dispositivo que conecta o fiel com uma história, com um mito no qual ele se insere, reconhece-se, identifica-se, pois, essa história sugere certo leque de virtudes e traz um determinado sentido à própria vida, povoando-a, ao mesmo tempo em que o fiel pode habitá-la.

Dessa maneira, lá está, então, São Mateus Moreira, empedernido, petrificado, concretado, traçado e retraçado, pincelado com as tintas do sofrimento e da entrega, “não com a pena do tormento, senão com a tinta do triunfo”, (JESUS *apud* PEREIRA, 1999, 108) alvo da confluência de tempos. De fato, um sujeito simples, como sugeriu o papa João Paulo II, mas não porque humilde ou exíguo, necessariamente, mas porque distante da complexidade da vida, abstraído dela. Paralisado ao vento, à “voragem do tempo”, (ABREU, 1998, p. 61) ao sol e à chuva, ao frio e calor, mas não o mesmo. Leigo quanto à vida, mas ainda interferindo nela.

Portanto, fixo, mas em movimento, recebendo as preces dos devotos, os triunfos dos ex-votos, as memórias e lembranças presente de um passado ausente, as cinzas do passado aos ventos do presente, imagens do ontem às tintas e mãos do hoje.

---

[42] Livro de decretos nº 3. Decreto 07/2013, fls. 55v, In: ARQUIDIOCESE DE NATAL. **Terço de São Mateus Moreira/ informativo de São Mateus Moreira/**. Natal/RN: Arquidiocese de Natal, 2019. Folder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: CINZAS E TINTAS DO PASSADO AOS VENTOS E ÀS MÃOS DO PRESENTE

Histórias, quaisquer histórias, mesmo as acadêmicas, parecem ser portadoras de um mundo simbólico no qual qualquer pessoa que porventura se identifique com elas, pode habitar e encontrar um lar cognitivo e afetivo seguro para fazer, ali, morada. A mente e os pensamentos, mas primariamente o coração, os afetos, a imaginação humana parecem ser profundamente cativados por essas histórias. Histórias que formam imagens, grandes quadros cheios de cores, tintas e cinzas revolvidas as mãos de cada instante do presente, do tempo agora. Assim como o contrário: imagens que iniciam histórias, uma vez que a fímbria entre histórias e imagens parece ser muito tênue para se delimitar onde exatamente começa e termina cada uma delas. Mas são histórias que satisfazem os que são chamados e atraídos por elas; que preenchem os que com elas se identificam; que modificam os que com elas estabelecem relações písticas e místicas; que são capazes de sugerir novos caminhos, trajetórias e horizontes para se viver, desejar e sonhar; que oferecem e estabelecem um contexto para o crente viver e até mesmo morrer e declarar: “Minha morte nasceu quando eu nasci / Despertou, balbuciou, cresceu comigo... / E dançamos de roda ao luar amigo / Na pequenina rua em que vivi”. (QUINTANA, 2012).

Parecemos gostar de viver e contar histórias, o que, supomos, é favorecido pela qualidade narrativa da experiência, pois está passível de ser narrada. Podemos “experimentar” uma versão do passado que é proporcionada pela experiência da narrativa. Parece que também somos *homo narrator*, e não somente *sapiens*, *faber* ou *religio*. Parece que vivemos fazendo e administrando sinais para falar de nossas experiências, para criar os mundos semioticamente constituídos nos quais habitamos. Constituímos “sinais narrativos” com vista a oferecer “uma interpretação da realidade e estabelece[r] uma estrutura abrangente para a vida”. (NAUGLE, 2017, p. 369). Com as nossas experiências criamos nossos mitos, narrativas organizadoras nas quais nos inserimos nelas. Por sua vez, dramatizamos, teatralizamos e explicamos nossas experiências por meio de histórias. “A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores”, (BENJAMIN, 1987, p. 198) sobretudo, dentro daquilo que o postulador monsenhor Francisco de Assis Pereira designou como fama dos Mártires perpetrada pelos séculos até os nossos dias. É o passado norteando nossa vida presente. São as cinzas e as tintas do pretérito aos ventos e às mãos do agora.

Nos santuários consagrados aos Mártires, mito e história, passado e presente, personagens fictícios e atores e sujeitos históricos se retroalimentam, sem se excluírem mutuamente. Pensamos que há indícios dos dois sendo irradiados na narrativa e nos

espaços. Parece haver vestígios de um conflito que ocorreu por razões econômicas, políticas e religiosas, uma vez que à época essas eram dimensões da vida que não eram compreendidas separadamente, nem assim atuavam, mas funcionavam como esteios de uma mesma força intrínseca, impossível de se separar. Por outro lado, parece haver também indícios da criação de uma história de martírio a partir dos episódios de conflito. Uma história mitificada, que visava oferecer um objeto permanente de veneração e contemplação; um numinoso que devia inspirar reverência, lidando com o fantástico, o impossível e o sobrenatural; às vezes triste, às vezes alegre, mas sempre elaborado de maneira grave e profunda. (LEWIS, 2019, p. 53-55). Cronistas, letrados, intelectuais, historiadores, religiosos e os espaços irradiam esses indícios e vestígios, alguns mais outros menos. Assim, tanto as cinzas do passado, bem como recursos mitificadores do presente foram cooptados e revolvidos pela Arquidiocese de Natal, entre 1988 e 2017, na elaboração da narrativa e dos espaços consagrados aos Protomártires do Brasil.

REFERÊNCIAS

Fontes

ANDRADE, Rosa Lúcia. Fé e sacrifício no Engenho Cunhaú. In: EDITORIAL A REPÚBLICA. Nós, do RN. **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte**. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, ano 2, n. 20, p. 3, jun. 2006. (Suplemento). Disponível em: <https://docplayer.com.br/1230967-Nos-dorn-suplemento-o-massacre-de-cunhau-os-114-anos-do-judiciario-editorial-diario-oficial-do-estado-do-rio-grande-do-norte.html>. Acesso em: 8 nov. 2018. p. 3.

ARQUIDIOCESE DE NATAL. **Terço de São Mateus Moreira**. Natal/RN: Arquidiocese de Natal, 2019. Folder.

ARQUIDIOCESE DE NATAL. **Terço de São Mateus Moreira/Informativo de São Mateus Moreira**. Natal/RN: Arquidiocese de Natal, 2019. Folder.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Natal: Fundação José Augusto, 1984 [original 1955]. 524 p.

______. **Os holandeses no Rio Grande do Norte**. Natal/RN: Departamento de Imprensa, 1949. 72 p.

EDITORIAL A REPÚBLICA. Nós, do RN. **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte**. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, ano 2, n. 20, p. 1-8, jun. 2006. (Suplemento). Disponível em: <https://docplayer.com.br/1230967-Nos-dorn-suplemento-o-massacre-de-cunhau-os-114-anos-do-judiciario-editorial-diario-oficial-do-estado-do-rio-grande-do-norte.html>. Acesso em: 8 nov. 2018.

GALANTI, Raphael Maria. **História do Brasil**. 2. ed. Tomo II. São Paulo: Duprat, 1911.

GARRO, Lopo Curado. Breve, verdadeira e autêntica relação das últimas tiranias e crueldades, que os pérfidos holandeses usaram com os moradores do Rio Grande. In: SALVADOR, Frei Manuel Calado do. **O valeroso lucideno e o triunfo da liberdade**.

ISSN - 2176-1116

Lisboa: Officina de Domingos Carneiro, 1668. 356 p. p. 277-280. Disponível em: <http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/18144>. Acesso em: 21 nov. 2018.

JESUS, Frei Rafael de. **Castrioto lusitano**. Paris: J. P. Aillaud, 1844 (original 1679). 608 p. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/179485>. Acesso em: 21 nov. 2018.

LYRA, Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. 3. ed. Natal: EDUFURN, 2008 [original 1920]. 440 p. (Coleção História Potiguar).

______. **Domínio holandês no Brasil**: especialmente no Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Commercio de Rodrigues & C, 1915.

MELO, Paulo Herôncio de. **Os Holandeses no Rio Grande**. 1. ed. Rio de Janeiro: Empresa Editora ABC Limitada, 1937. 106 p.

PEREIRA, Francisco de Assis. **Protomártires do Brasil**: Cunhaú e Uruaçu – RN. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1999. 135 p.

POMBO, José Francisco da Rocha. **História do Estado do Rio Grande do Norte**. 1. ed. Rio de Janeiro: Annuário do Brasil; Porto: Renascença Portuguesa, 1922. 494 p.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei nº 8.913, de 6 de Dezembro de 2006. (Declara feriado estadual o dia 03 de outubro, dia estadual à memória dos Protomártires de Uruaçu e Cunhaú). Disponível em: <http://www.al.rn.gov.br/portal/_ups/legislacao//arq5064574f632ec.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2018.

SALVADOR, Frei Manuel Calado do. **O valeroso lucideno e o triunfo da liberdade**. Lisboa: Officina de Domingos Carneiro, 1668. 356 p. (Livro primeiro). Disponível em: <http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/18144>. Acesso em: 21 nov. 2018.

SANTIAGO, Diogo Lopes. **História da guerra de Pernambuco**. Recife: FUNDARPE, 1984 [original 1675]. 596 p. (Coleção Pernambucana).

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Capistrano de. Guerras flamengas. In:______. **Capítulos de história colonial (1500-1800)**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. 226 p. p. 83-106.

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Tradução Maria Luiza Jardim Amarante. 1.ed. São Paulo: Paulus, 1997 [original 397-400]. 464 p. (Coleção Patrística).

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2013 [original 1999]. 374 p.

ANDRADE, Manuel Correia de et al. (Orgs.). **Tempo dos flamengos e outros tempos**. 1.ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1999.

ASSMAN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. 1.ed. Tradução Paulo Soethe. Campinas: Unicamp, 2011 [original 2006]. 456p.

BENJAMIN. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BEZERRA, Miquéias de Medeiros. **“Revolvendo as cinzas do passado”:** a construção do espaço sacroprofânico nos santuários aos Protomártires do Brasil, pela Arquidiocese de Natal/RN (1988-2017). 2021. 151 f. Dissertação (Mestrado em História & Espaço) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2021.

BOOGAART, Ernst van Den et al. Marcos Galindo (Org.). **Viver e morrer no Brasil holandês**. 1.ed. Recife: Massangana, 2005.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, jan./abr. 2002.

BRÜSEKE, Franz. O sagrado na modernidade técnica. **Cadernos de pesquisa interdisciplinar em Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 70, p. 16, maio, 2005.

CARR, Edward Hallet. **Que é história?** Tradução Lúcia Maria de Alverga. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982 [original 1962].

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Tradução Maria de Lourdes Menezes. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013 [original 1975]. 388 p.

DOOYEWEERD, Herman. **No crepúsculo do pensamento ocidental**: estudos sobre a pretensa autonomia do pensamento filosófico. Tradução Guilherme de Carvalho e Rodolfo Amorim de Souza. 1.ed. Brasília, DF: Monergismo, 2018 [original 1960]. 276 p.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o profano**: a essência das religiões. Tradução Rogério Fernandes. 1. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 1992 [original 1957]. 109 p.

FERREIRA, Franklin; MYATT, Alan. **Teologia sistemática**: uma análise histórica, bíblica e apologética para o contexto atual. 1. ed. São Paulo: Vida Nova, 2007. 1218 p.

FREUD, Sigmund. **O futuro de uma ilusão**. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 5-27.

HESÍODO. **Teogonia e Trabalhos e dias**. Tradução de Sueli Maria de Regino. São Paulo: Martin Claret, 2010. 144 p. (Coleção a obra-prima de cada autor, 307).

LEWIS, C. S. **Um experimento em crítica literária**. Tradução Carlos Caldas. Rio de Janeiro: Thomas Nelson, 2019 [original 1961]. 160 p.

______. **Sobre histórias**. Tradução Francisco Nunes. 1.ed. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2018 [original 1966]. 256 p.

LIMA, Douglas Albert de Souza. Luís Soares Correia de Araújo: traços de uma biografia. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, jul., 2011.

MARCHI, Euclides. O sagrado e a religiosidade: vivências e mutualidades. **História: Questões & Debates**, Curutiba, n. 43, p. 33-53, 2005.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Tradução Rubens Enderle e Leonardo de Deus. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010 [original 1843].

MATOS, Alderi Souza de. **A caminhada cristã na história:** a Bíblia, a igreja e a sociedade ontem e hoje. 1.ed. Viçosa/MG: Ultimato, 2005. 256 p.

MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos**: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. 4. ed. Recife: Instituto Ricardo Brennand; Topbooks, 2001.

MUSEU DA PESSOA. **Tecnologia social da memória**: para comunidades, movimentos sociais e instituições registrarem suas histórias. [s.l.]: Abravídeo; Fundação Banco do Brasil, 2009.

NAUGLE, David K. **Cosmovisão**: a história de um conceito. Tradução Marcelo Herberts. 1. ed. Brasília: Monergismo, 2017 [original 2002]. 487 p.

NIETZSCHE, Friedrich W. **A gaia ciência**. Tradução Paulo César de Souza. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

OLIVEIRA, Luiz Antônio de. **O martírio encenado**: memória, narrativa e teatralização do passado no litoral sul do Rio Grande do Norte. 2003. 153f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/727>. Acesso em: 8 nov. 2018.

PEIXOTO, Renato Amado. Duas Palavras: Os Holandeses no Rio Grande e a invenção da identidade católica norte-rio-grandense na década de 1930. **Revista de História Regional**, v. 19, p. 35-57, 2014.

______. 'Verdadeira barbaria': Paulo Herôncio e a escrita de 'Os Holandeses no Rio Grande' [prefácio]. In: Herôncio, Paulo. **Os Holandeses no Rio Grande**. Natal: Jovens Escribas, 2015. 124 p. p. 7-21. (Coleção A Invenção da Terra Potiguar).

______. PEIXOTO, Renato Amado. Abismo – o Collège de Sociologie, Walter Benjamin, e a aproximação entre socialismo e esoterismo na França (1935-1948). **Revista História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 13, n. 32, p. 221-260, jan.-abr. 2020.

______. **Cartografias imaginárias**: estudos sobre a construção da história do espaço nacional brasileiro e a relação História & Espaço. 2. ed. rev. ampl. Natal/RN: Ed. do autor, 2019. 203 p.

______. Zona de confluxo: a investigação da historicidade do espaço por meio do exame do afastamento da História em relação à Geografia. **Revista Porto**, v. 1, n. 1, p. 111-126, 2011.

PINCHEMEL, Philippe & Geneviève. **La face de la terre, èlements de géographie**. 3.ed. Paris: Armand Colin, 1994 [original 1988].

PINTO, Amanda Thaise Emerenciano. **A presença do professor Luiz Correia Soares de Araújo no Grupo Escolar Frei Miguelinho (1912-1967)**. 2015. 92f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. 288 p. (Coleção história e historiografia).

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros**: povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec, 2002. (Estudos históricos, 44).

QUINTANA, Mario. **Canções seguido de Sapato florido e A rua dos cataventos**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. 238 p. (Coleção Mario Quintana).

ROSENDAHL, Zeny. **Hierópolis**: o sagrado e o urbano. 1.ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. 112 p. (Série Geografia Cultural).

______. **Espaço e religião**: uma abordagem geográfica. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2002 [original 1996]. 92 p. (Série Geografia Cultural).

______. **Primeiro a obrigação, depois a devoção**: estratégias espaciais da Igreja Católica no Brasil de 1500 a 2005. 1.ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. 196 p.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. "Perto do céu... numa nave espacial": reforma devocional e turismo religioso no Santuário do Lima (Patu-RN, 1936-1979). **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 16, n. 49, p. 107-135, jan./abr. 2018.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus; NUNES, Verônica Maria Meneses. Na Trilha dos Passos do Senhor: A devoção ao Senhor dos Passos de São Cristóvão/SE. **Revista da Fapese de Pesquisa e Extensão**, v.2, p. 97-110, jul./dez. 2005.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

SCHALKWIJK, Frans Leonard. **Igreja e Estado no Brasil Holandês (1630-1654)**. São Paulo: Cultura Cristã, 2004. 448 p.

TAYLOR, Charles. **Uma era secular**. Tradução Nélio Schneider e Luiza Araújo. São Leopoldo: Unisinos, 2010. 930 p.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. Os nomes da cidade no Brasil colonial: considerações a partir da capitania do Rio Grande do Norte. **Mercator**, ano 2, n. 3, p. 53-60, 2003.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654**. Lisboa: Typografhia de Castro Irmão, 1872. 420 p.

WALTON, John H. **O mundo perdido de Adão e Eva**: o debate sobre a origem da humanidade e a leitura de Gênesis. Tradução Rodolfo Amorim Carlos de Souza. 1. ed. Viçosa, MG: Ultimato, 2016 [original 2015]. 256 p. (Série Ciência e Fé Cristã).

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução Mário Moraes. São Paulo: Martin Claret, 2013 [original 1904/1905]. 300 p. (Coleção a obra-prima de cada autor; 49).

I MOTI DEL 1820 IN ITALIA: 200 ANOS DOS MOVIMENTOS REVOLUCIONÁRIOS DE 1820 NA PENÍNSULA ITÁLICA

Luiz Felipe Narciso[1]

RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar os movimentos representantes da onda liberal ocorrida em 1820, com destaque para aqueles ocorridos na Península Itálica, como os eventos de Nápoles e Palermo, buscando compreender as suas características principais, as suas especificidades e a relação com o liberalismo e com o despertar do nacionalismo, que seriam fundamentais para a Unificação Italiana.

Palavras-chave: Moti del 1820; Nápoles; Palermo.

ABSTRACT

This article has as its objective to analyse the representing movements of the liberal wave occurred in 1820, especially those occurred in the Italian peninsula in Naples and Palermo, trying to understand its main features, its specificities and its relationship with liberalism and with the nationalism that would have been fundamental to the Unity of Italy.

Keywords: Moti del 1820; Naples; Palermo.

A PENÍNSULA ITÁLICA NAPOLEÔNICA (1796-1814)

A Península Itálica foi submetida ao domínio napoleônico desde as campanhas vitoriosas de 1796 até 1814, ano do colapso do Império após a Batalha de Leipzig, quando Napoleão foi forçado a abdicar em 6 de abril de 1814 (HOBSBAWM, 1977, p. 105) e, cinco dias depois, a assinar o Tratado de Fontainebleau que definiu o seu exílio na Ilha de Elba. Durante estes 18 anos, a expansão das ideias francesas pelas tropas napoleônicas levou à formação de pequenas repúblicas aliadas à França, as chamadas *repúblicas irmãs*, que em sua característica mais geral eram norteadas pelas ideias do jacobinismo francês

[1] Graduando do curso de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)/ e-mail para contato: lfelipesnarciso@gmail.com/ Disciplina Motivadora: História Contemporânea I/ Professores Orientadores: Alessandra Seixlack e Fabiano Vilaça.

(HOBSBAWM, 1977, p.100) podendo citar como exemplo a República Romana (1798-1799), a República *Partenopea* ou Napolitana (1799) e as Repúblicas Cispadana e Transpadana (1796-1797) fundidas posteriormente sob o nome de República Cisalpina (1797-1802).

A partir de 1801, sobretudo em consequência das derrotas ocorridas no biênio anterior 1799-1800, as ações napoleônicas em relação às áreas ocupadas na Europa sofreram uma mudança, não bastava apenas criar repúblicas movidas pelos princípios revolucionários franceses, mas sim, incorporá-las diretamente à República Francesa (1792-1804) e posteriormente ao Império Francês. De acordo com Hobsbawm:

> Ao final do reinado de Napoleão, o elemento conquista e exploração imperial prevalecia sobre o elemento libertação sempre que as tropas francesas derrotavam, ocupavam ou anexavam algum país, e assim a guerra internacional ficava muito menos mesclada com a guerra civil internacional (e, em cada caso, doméstica). (HOBSBAWM, 1977, p. 96)

Esses interesses pela conquista e exploração imperial expostos acima explicam as anexações do Piemonte, da Ligúria, da maior parte do Ducado de Parma, da Toscana e, posteriormente, dos Estados Pontifícios à Primeira República e ao Império Francês. As demais partes conquistadas e não anexadas deram origem a reinos governados por membros da família Bonaparte ou por generais da confiança de Napoleão, como pode ser verificado no caso do Reino da Itália (Lombardia, Emília-Romanha e partes do Vêneto) governado diretamente por Napoleão e o Reino de Nápoles ao sul controlado primeiramente por José Bonaparte, seu irmão e, posteriormente por Joaquim Murat, general de confiança e cunhado de Napoleão.

O PERÍODO DA RESTAURAÇÃO

"A Itália é apenas uma expressão geográfica" (BERTONHA, 2008, p. 47): essa foi a frase de ordem usada pelo ministro plenipotenciário austríaco Metternich para referir-se à Península Itálica durante as reuniões do Congresso de Viena, demonstrando claramente o intuito de neutralizar possíveis sentimentos revolucionários, nacionalistas e liberais, o que foi seguido à risca pelos representantes das grandes potências durante as reuniões. Com base nos princípios da legitimidade, das compensações e do equilíbrio, o mapa da Europa foi redesenhado conforme as decisões arbitrárias das potências vencedoras, a saber, Inglaterra, Áustria, Rússia e Prússia.

As determinações do Congresso não destoaram das demais ao serem aplicadas na Península Itálica, já que a legitimidade ficou evidente no retorno ao poder das dinastias destronadas por Napoleão bem como as compensações foram notórias favorecendo destacadamente os austríacos. A Península Itálica tornou-se basicamente um protetorado

ISSN - 2176-1116

austríaco (HOBSBAWM, 1977, p. 120), já que sua influência fazia-se sentir em maior ou menor grau em todo o território. O Império Austríaco obteve o controle direto do recém-formado Reino da Lombardia-Venécia ou Reino Lombardo-Vêneto, criado pela união forçada de dois Estados plurisseculares na história italiana: o Ducado de Milão e a República de Veneza. Tal reino obedecia diretamente às ordens do imperador austríaco representado por um vice-rei que alternava suas sedes ora em Milão ora em Veneza.

Na região central da Itália, logo abaixo do Reino do Piemonte-Sardenha e do já citado Reino Lombardo-Vêneto, existiam três ducados: o Ducado de Módena, o Ducado de Parma e o Grão-ducado da Toscana. Todos, em algum momento entre 1815 e 1861 foram governados por duques ou duquesas da Casa de Habsburgo.[2] O Ducado de Módena, após 18 anos sob dominação napoleônica, foi restaurado sob o comando de Francesco IV de Habsburgo-Este; o Ducado de Parma, anexado à República Francesa por Napoleão em 1801, foi restaurado sob o controle de Maria Luísa de Habsburgo e seria governado posteriormente pelo seu filho com Napoleão conforme previa o Tratado de Fontainebleau de 1814. No entanto, os temores de que o filho seguisse o exemplo do pai levaram à redação de um novo decreto pelas atas do Congresso de Viena, estabelecendo que, após a morte de Maria Luísa, o ducado seria devolvido aos Bourbon de Parma, que permaneceram no controle do ducado de 1847 até 1859.

O Grão-ducado da Toscana seguiu a mesma lógica, sendo confiado a Fernando III de Habsburgo-Lorena, duque que permaneceu no poder até 1824. Os Estados Pontifícios foram restaurados e confiados ao Papa Pio VII, reconquistando as possessões milenares da Igreja Católica no centro da Península Itálica, que compreendiam além de Roma, todo o Lácio, as Marcas, a Úmbria e as Legações da Romanha formadas destacadamente por Bolonha e Ferrara. Mesmo não sendo dominados pelos austríacos, a influência deles também fazia-se sentir através de ações voltadas sobretudo à pacificação de movimentos revolucionários que poderiam ocorrer ou não nos Estados Pontifícios, valendo destacar a declaração de Metternich que alegava a necessidade de uma intervenção preventiva austríaca nos Estados Papais refutada posteriormente pelo Cardeal Consalvi[3], além, é claro das repressões austríacas realizadas em março de 1831 em Ancona, Módena e Parma.

O Reino de Nápoles, pacificado após 10 longos anos de dominação napoleônica, foi restaurado sob a figura do rei Fernando IV, trazendo consigo uma novidade estabelecida

[2] As duas datas tomadas como referência indicam a divisão da Península Itálica pelo Congresso de Viena e a proclamação do Reino da Itália, com a coroação de Vítor Emanuel II em 17 de março de 1861.
[3] Cardeal representante dos Estados Pontifícios durante as reuniões do Congresso de Viena, durante os movimentos de 1820, rejeitou uma proposta de intervenção austríaca nos Estados Pontifícios temendo uma retaliação dos napolitanos e as desavenças entre católicos.

pelas atas do Congresso de Viena: a necessidade da unificação dos dois reinos em um só, ou seja, o Reino de Nápoles e o Reino da Sicília deveriam ser unificados para formar o Reino das Duas Sicílias, tendo como rei Fernando I, o mesmo Fernando IV de Nápoles que por sua vez era Fernando III da Sicília. A promoção de tal unificação seria o cerne dos movimentos ocorridos em Nápoles e Palermo no início da década de 1820, como será desenvolvido mais adiante. Ainda que não estivesse sob dominação austríaca, a influência da potência restauradora fazia-se sentir também nas porções meridionais da Itália, com destaques para os acordos estabelecidos entre o final de maio de 1815 e o início de junho, responsáveis por facilitar o retorno de Fernando IV para Nápoles além de tornar a questão napolitana um assunto austríaco.

Para concluir a análise das consequências geopolíticas do Congresso de Viena na Península Itálica, chega-se finalmente ao Reino do Piemonte-Sardenha, o único Estado realmente independente da península e não submisso a nenhuma potência estrangeira ou secular conforme os demais Estados. No entanto, é importante pontuar que este panorama não o tornava menos reacionário; o rei Vítor Emanuel I, ao ser recolocado no poder, empreendeu uma série de medidas como o afastamento de funcionários jacobinos, o retorno do compromisso dos jesuítas em promover uma educação católica, além da retomada das perseguições e das segregações impostas aos judeus (DUGGAN, 2016, p. 124). Outra importante mudança geopolítica envolvendo o Reino do Piemonte-Sardenha foi a ampliação de seus domínios em virtude da anexação dos territórios que faziam parte da República de Gênova, outra unidade republicana multissecular existente na Península Itálica, dada a necessidade de se estabelecer uma espécie de "para-choque" (HOBSBAWM, 1977, p. 120) entre a França e a Áustria, de modo a impedir uma nova expansão francesa visto que os traumas da expansão napoleônica permaneciam latentes.

As medidas reacionárias implementadas pelo rei Vítor Emanuel I teriam consequências futuras que ficariam evidentes durante os movimentos de 1821 no Piemonte, uma vez que os liberais revolucionários não poderiam ser respaldados por funcionários da administração, já que estes haviam sido expulsos, fazendo com que os liberais tivessem de buscar aproximações diretas com um membro da Casa de Savoia. Isto acabou acontecendo futuramente graças à aproximação de Carlos Alberto, o príncipe de Carignano, com os liberais chefiados por Santorre di Santarosa.

Para além das consequências geopolíticas, era necessário inibir o legado deixado pelos quase 20 anos de presença napoleônica na península, que poderia se expressar através de um inovador sistema de iluminação pública, mas também de outras medidas com maiores efeitos nas estruturas sociais, como a adoção do Código Napoleônico e a abolição dos resquícios de feudalidade ainda muito presentes. O intuito de anular ao máximo as

heranças de quase duas décadas de dominação francesa não foi totalmente frustrado, já que a iluminação pública, por exemplo, foi suprimida nos Estados Pontifícios após a Restauração (BURNS, 1977, p. 636), mas o segundo objetivo mostrou-se mais complexo, pois os valores liberais já haviam penetrado nas mentalidades.

A restauração da velha ordem brevemente tornou-se uma tarefa trabalhosa, visto que algumas medidas tomadas durante o período de dominação francesa permaneceram, a saber: a manutenção do Código Napoleônico, a organização administrativa, a abolição dos resquícios do sistema feudal etc., mudanças que se mostraram menos reversíveis (HOBSBAWM, 1977, p. 108). No que concerne ao corpo administrativo, muitos funcionários civis e militares puderam ser reintegrados aos seus cargos e conservaram seus títulos ou propriedades, desde que jurassem lealdade ao rei ou ao duque reempossado. As reações puderam ser vistas posteriormente nos movimentos de 1820 em Nápoles e Palermo, já que muitos dos funcionários e militares mencionados estiveram envolvidos ativamente na liderança desses movimentos.

Outro ponto mais irreversível do que as leis e as reformas napoleônicas foi a consolidação dos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, típicos da Revolução Francesa, nas mentalidades através de princípios como a soberania popular, a participação política, o parlamentarismo, a liberdade de imprensa etc., enraizados em constituições ou projetos constitucionais que nunca chegaram a ser concluídos, valendo citar: a Constituição de Cádiz, a Constituição de Palermo e o Projeto Constitucional de Murat para o Reino de Nápoles. Para além do já mencionado enraizamento, o período imediatamente posterior à Restauração foi marcado pelo desenvolvimento do Romantismo, este em sua forma mais geral foi marcado pelo apego à juventude e pelo chamamento à rebelião. No caso mais específico do Romantismo italiano, houve um grande apego ao catolicismo, à História, além da oposição à dominação estrangeira, demonstrando um nítido passo para a construção da identidade italiana.

Este enraizamento dos ideais revolucionários, somados aos imediatos efeitos da Restauração e ao desenvolvimento do Romantismo, propiciaram um clima que fomentava novos movimentos revolucionários, que poderiam ser mais ou menos radicais dadas as características e interesses específicos de cada localidade. Assim se originaram os movimentos revolucionários de 1820. Ao analisar os primeiros movimentos do ciclo de 1820 na Península Itálica, a saber, Nápoles e Palermo, é necessário relacioná-los aos efeitos que o processo de Restauração teve sobre o sul da Península Itálica, conforme será desenvolvido abaixo.

O CASO NAPOLITANO

> De fato, pode-se dizer com um pouco de exagero que nenhum Estado continental a oeste da Rússia e da Turquia e ao sul da Escandinávia emergiu dessas duas décadas de guerra com suas instituições inteiramente inalteradas pela expansão ou imitação da Revolução Francesa. Até mesmo o ultra-reacionário Reino de Nápoles não restabeleceu efetivamente o feudalismo legal depois que foi abolido pelos franceses. (HOBSBAWM, 1977, p. 109)

O trecho extraído da obra de Hobsbawm denota o quão reacionária era a mentalidade política do Reino de Nápoles no alvorecer do século XIX, embora tenha vivenciado as influências irreversíveis dos 10 anos de dominação francesa e de suas consequências, que mesmo tendo sido bruscas não romperam totalmente com o caráter fortemente reacionário do reino.

Os impactos da Revolução Francesa fizeram-se irradiar na cidade de Nápoles bem antes de Napoleão ser coroado imperador e colocar o reino sob tutela direta do Império Francês, uma vez que em 1799 a cidade presenciou a proclamação da República *Partenopea*[4] ou Napolitana, provavelmente a experiência mais emblemática do Triênio Republicano na Península Itálica, em razão de seu fim trágico e da efemeridade da experiência. O avanço das tropas francesas rumo ao sul fez com que a corte fugisse para a parte insular, ou seja, a Sicília, em dezembro de 1798 e, um mês depois, diante do vazio de poder foi proclamada pela nata da intelectualidade a República Napolitana.

Conforme as demais repúblicas implantadas na península durante o já mencionado Triênio Republicano, ela buscou adotar uma constituição no modelo da Constituição Francesa de 1795 e sua redação foi incumbida a um corpo de intelectuais filo-jacobinos, como Mario Pagano, Vincenzo Russo, Vincenzo Cuoco, Eleonora Pimentel et al. No entanto, o processo de instauração da república falhou em um ponto fundamental: o envolvimento das massas. Os intelectuais falharam ao tentar aproximar as massas do processo e quando o fizeram já era tarde demais, pois o cardeal Fabrizio Ruffo organizou uma espécie de exército formado por militares e camponeses filobourbônicos, os chamados *lazzari* ou *lazzaroni*. Tal exército ficou conhecido como *Armata di Santa Fede*[5]e os seus membros como *sanfedisti*.

O deslocamento das tropas francesas para as campanhas no norte da Península Itálica acabou por deixar a república desguarnecida, uma das razões para a vitória dos

---

[4] O nome da república faz referência ao mito de Parténope, a sereia cuja morte teria dado origem à cidade de Nápoles. Tal cidade é conhecida também como a cidade *Partenopea* em referência ao mito de origem.
[5] A tradução para o português equivale a algo similar à *Armada da Santa Fé.*

bandoleiros e o consequente fim da breve experiência da República Partenopea, um fim que posteriormente revelar-se-ia trágico, uma vez que grande parte dos intelectuais envolvidos acabaram executados, como foi o caso de Vincenzo Russo, Eleonora Pimentel e Mario Pagano. A breve experiência republicana em Nápoles gerou uma série de textos com o intuito de compreender o porquê de não ter sido bem-sucedida e, duas razões apontadas por Vincenzo Cuoco foram o fracasso em envolver as massas e os problemas relacionados à adaptação da Constituição Francesa a uma realidade diversa.

Com as novas vitórias de Napoleão e a consequente assinatura de outros tratados, o soberano pôde retornar a Nápoles em 1802, no entanto, poucos anos depois precisaria afastar-se novamente da porção continental do reino em decorrência de uma nova invasão napoleônica. Desta vez, o reino foi comandado por representantes napoleônicos durante um período de praticamente dez anos, os representantes foram: José Bonaparte e Joaquim Murat. Estes governantes novamente esforçaram-se em transportar os decretos e instituições francesas típicas do período napoleônico para as áreas ocupadas, demonstrando claramente o interesse imperial de Napoleão.

Em 1806, durante o governo de José Bonaparte, foi oficialmente abolida a servidão através do decreto de 2 de agosto de 1806 (GRIMALDI, 2017, p. 233), além é claro de declarar formalmente a derrubada da dinastia bourbônica através de outro decreto, assinado em 14 de fevereiro (GRIMALDI, 2018, p. 220). Em 1808, a conquista da Espanha e a designação do irmão de Napoleão para assumir a coroa gerou a necessidade de se colocar outro nome à altura em seu lugar e, Joaquim Murat, cunhado de Napoleão, foi designado para essa empreitada.

Com Murat, o reino presenciou um processo de modernização mais eficiente graças à introdução da faculdade de Engenharia, às intervenções na educação pública e, mais destacadamente, à implementação do código napoleônico que entre outras prerrogativas permitia o matrimônio civil e, posteriormente, a obrigação de os estrangeiros residentes no reino se naturalizarem napolitanos. Mesmo com as modernizações, Murat precisou enfrentar novamente a organização de bandoleiros com destaque para o *brigantaggio* atuante na Calábria e patrocinado pela corte, que mais uma vez abrigara-se na Sicília e de lá restou-lhes apenas presenciar a dura repressão do exército murattiano.

A sorte de Joaquim Murat foi seriamente abalada pelas derrotas de Napoleão na campanha da Rússia e na Batalha de Leipzig. Mesmo tendo buscado uma aproximação com austríacos e ingleses, o Reino de Nápoles também foi submetido às atas da Restauração e, Murat foi derrotado e, posteriormente fuzilado, em sua última tentativa de manter-se no trono napolitano. Com a derrota final de Murat, as forças austríacas e muratianas assinaram as Convenções de Casalanza ou Acordos de Casalanza, em 20 de maio de 1815, responsáveis

por estabelecer o fim do decênio francês em Nápoles, além de possibilitar o retorno do rei Fernando IV. As principais consequências da assinatura destes acordos foram o retorno do rei para as possessões continentais do reino e a sua entrada na esfera de influência austríaca, expressada pelos acordos assinados em 12 de junho de 1815, concedendo aos austríacos a possibilidade de intervirem em Nápoles quando julgassem necessário.

Para além das consequências políticas e geopolíticas, é importante analisar as consequências destes acordos sob a ótica da administração, pois possibilitaram que os funcionários do período francês permanecessem na administração bem como os militares que jurassem lealdade ao rei conservassem suas honras, patentes, títulos de nobreza e propriedades. Observando atentamente os movimentos de 1820, sobretudo em Nápoles, é possível perceber o quanto estes funcionários reais e militares de influência jacobina estariam envolvidos diretamente nos movimentos, ou seja, o próprio rei manteve junto a si na condução do Estado um corpo de funcionários que lhe fazia oposição, e que viria a promover o mais importante movimento que limitou o seu poder.

As atas do Congresso de Viena não puseram o reino sob dominação direta da Áustria, ou de qualquer outra potência vencedora, além de terem mantido sua unidade e integridade. Graças ao artigo 104, ficara estabelecido que as duas partes do reino, a continental e a insular, unir-se-iam sob a figura do mesmo rei, Fernando I das Duas Sicílias, suprimindo a autonomia das duas partes do reino e fazendo com que a Sicília perdesse a sua importância política, uma vez que a capital ficou estabelecida em Nápoles, esta perda de importância brevemente resultaria nos movimentos de 1820 em Palermo, conforme será analisado mais adiante.

Ainda que não estivesse sob dominação direta de uma potência estrangeira, a situação no recém criado Reino das Duas Sicílias não era menos calamitosa do que no restante da península; os anos de guerras napoleônicas envolveram o reino em uma profunda crise econômica agravada ainda mais pelos tratados desiguais assinados pelo rei com potências estrangeiras como França, Inglaterra e Espanha, que ofereciam dentre outras vantagens a diminuição de 10% nas taxas para acessar os portos do reino. Além das situações econômicas e políticas adversas, o reino também presenciou a forte reorganização do aparato repressivo, típica do período da Restauração, tendo como consequências o cerceamento de liberdades individuais, e acima de tudo, o direito de defender os valores liberais e de soberania popular.

No entanto, como fora mencionado anteriormente, as ideias liberais enraizaram-se de modo que nem mesmo o enorme aparato repressivo poderia contê-las e a forma encontrada para continuarem professando-as foi através da expansão de sociedades secretas, sendo a Carbonária a principal delas. A Sociedade Carbonária teve uma enorme

difusão no período após a Restauração, com destaque para a expansão apresentada entre os anos 1815 e 1820. Tal sociedade apresentava-se como uma defensora de valores liberais e constitucionais congregando todos aqueles que faziam oposição a um denominador comum: o absolutismo, sendo este, de longe o único ponto em comum entre os diferentes membros carbonários, que poderiam ser monarquistas ou republicanos, liberais moderados ou democratas radicais.

Importante destacar que são muitos os estudos que frisam a imprecisão da organização e dos objetivos institucionais que a Carbonária visava para a Itália (DUGGAN, 2016; PARISI, 2015-16), mas é quase consenso atualmente a ideia de que a defesa da Unificação da Itália não era a principal delas. São muitos os argumentos que sustentam esta hipótese, o principal deles reside no ponto de que a ideia de nacionalismo para os carbonários era ainda muito imatura como pode ser percebido nos movimentos que contaram com a sua atuação, como o próprio movimento de Nápoles e, posteriormente, os movimentos de 1831 em Módena e na Romanha, ainda que estes dois últimos contassem com uma nuance do nacionalismo um pouco mais madura em relação àquela de 1820.

Logo no início de 1820, os militares insurgem-se na Espanha iniciando a Revolta de Cádiz, que brevemente obrigou o rei Fernando VII a restaurar a Constituição de Cádiz, que fora anulada pelo mesmo em 1814, abolindo provisoriamente o absolutismo. Não tardaria para que os napolitanos seguissem o mesmo exemplo. Após algumas imprecisões acerca da data de início ou do epicentro do movimento[6], o movimento napolitano teve início na província de Nola na madrugada do dia 1 para o dia 2 de julho sob a liderança do abade Luigi Minichini e de dois subtenentes, Morelli e Silvati, com os gritos *"Viva la libertà e la Costituzione!"*[7]. Posteriormente, o movimento expandiu-se para Avellino, chegando a Nápoles no dia 5 de julho, quando o general Guglielmo Pepe decide rumar para Avellino a fim de receber o controle de todas as tropas.

Sob pressão dos exércitos e dos carbonários, o rei Fernando I decide aceitar a Constituição de Cádiz jurando-lhe lealdade e alertando posteriormente para as necessidades de que se promovessem pequenas alterações no texto constitucional de modo a adaptá-lo às realidades napolitanas, visto que a Constituição de Cádiz fora elaborada pensando no contexto específico da Espanha ocupada por Napoleão e, que via seu império ultramarino em pleno desmonte. Ao adotar a constituição, o Reino das Duas Sicílias passaria a contar com uma monarquia constitucional e parlamentar que teria as seguintes características: defesa do catolicismo como única religião a ser professada,

---

[6] Desde 1817 planejavam-se insurreições no sul da Península Itálica e, em 1820, entre março e junho ocorreram três novos planos, que fracassaram por divergências acerca da data e do local ou por terem sido descobertos pelas autoridades repressoras.
[7] Tradução do italiano: Viva a liberdade e a Constituição!

sacralidade e inviolabilidade da pessoa do rei, estabelecimento da liberdade de imprensa, fim da pena morte, ideal de soberania popular e de representação, sufrágio universal etc.

O Parlamento foi aberto no início de outubro contando com 98 assentos, sendo 74 deles destinados aos parlamentares da parte continental do reino e, os outros 24 reservados aos deputados provenientes da Sicília. No entanto, apenas as províncias orientais da Sicília enviaram seus representantes, como Messina, Catania, Siracusa etc, conforme será analisado mais adiante, já que é necessário compreender este baixo quórum levando em consideração o movimento acontecido em Palermo no mesmo período. Tal parlamento foi marcado pela presença de discussões que tenderam à imprecisão e inexperiência. Uma delas dizia respeito ao nome da assembleia, se deveria ser constituinte ou constitutiva e, outras raras que visavam modificar aspectos administrativos do reino ou sanear os efeitos da crise econômica, as duas principais trataram da necessidade de recuperação econômica e a outra sobre a anulação da convenção concedida por Florestano Pepe aos palermitanos, que também será retomada mais adiante.

Certamente, as movimentações constitucionais no reino não seriam bem vistas pelas potências pertencentes ao Concerto Europeu[8], sobretudo a Áustria. Do ponto de vista diplomático, a experiência constitucional em Nápoles recebeu o reconhecimento de apenas quatro Estados: Espanha, Confederação Helvética, Reino dos Países Baixos e o Reino da Suécia, graças à habilidade do duque de Campochiaro. No entanto, este sabia da importância de se construir uma proximidade com a Áustria, uma empreitada que revelar-se-ia impossível. Os duques de Campochiaro e de Gallo noticiaram ao imperador austríaco a natureza pacífica do que acontecera no reino, a transição de uma monarquia absolutista para uma monarquia constitucional de modo pacífico, no entanto, a notícia foi interceptada pelo ministro plenipotenciário Metternich e pelo Príncipe Ruffo, representante do reino na Áustria. Ambos impediram que a notícia chegasse até o imperador, eliminando assim a possibilidade de qualquer relação amistosa entre as partes.

Não tardou para que Metternich demonstrasse seu posicionamento contrário ao movimento em Nápoles, valendo destacar especificamente três posicionamentos. No primeiro deles, alegava que o movimento constitucional fora obra de rebeldes carbonários e sectários; tal posicionamento foi rebatido pelos membros parlamentares, alegando que apenas 17 carbonários ocupavam os assentos no Parlamento. Os outros dois, por sua vez, foram dirigidos aos demais Estados na Península Itálica, afirmando que se qualquer um deles permitisse ou incentivasse insurreições em seus domínios, a Áustria deveria intervir para manter a ordem e, alegando para a necessidade de duas intervenções austríacas na

[8] Nome pelo qual ficou conhecido o grupo das potências europeias formado após o Congresso de Aix-La-Chapelle quando a França foi admitida ao grupo que já contava com Áustria, Rússia, Prússia e Inglaterra.

ISSN - 2176-1116

península, nos Estados Pontifícios e no Grão-ducado da Toscana. No entanto, nenhuma das intervenções foi permitida já que o grão-duque alegou como defesa a lealdade do povo ao soberano e, o Cardeal Consalvi afirmou que uma intervenção nos Estados Pontifícios poderia significar uma ruptura entre católicos, além de temer uma possível retaliação dos napolitanos.

Brevemente, as potências do Concerto Europeu reuniram-se com o intuito de analisar a questão napolitana. Conforme o sistema de congressos, implementado anos após o Congresso de Viena, as potências organizaram o Congresso de Troppau onde analisaram a questão napolitana e chegaram à conclusão de que deveriam intervir de modo a evitar que o movimento de Nápoles inspirasse outros movimentos pela Europa. Foi durante este congresso que se estabeleceu o chamado *princípio da intervenção*, que previa justamente a intervenção em qualquer área que presenciasse algum movimento que fugisse dos ideais propagados pela restauração. Após o encerramento das reuniões deste congresso, ficara estabelecido que brevemente outro congresso deveria ser feito, contando desta vez com o rei das Duas Sicílias e com ministros plenipotenciários italianos.

Ao receber o convite, o rei Fernando I precisaria da autorização do Parlamento para que pudesse se retirar do reino conforme previa a recém-instaurada constituição, tal autorização foi concedida em troca da garantia de que o rei juraria defender a constituição mantendo-lhe lealdade, o que brevemente mostrou-se uma falácia. Posteriormente, os demais Estados da península mandaram seus representantes, com exceção do Ducado de Parma e, logo em janeiro de 1821 teve início um segundo congresso, o Congresso de Laybac. Neste segundo congresso, o rei demonstrou seu posicionamento contrário à transição constitucional verificada no reino além de colocar-se favorável à intervenção austríaca, aprovada com unanimidade pelas potências europeias e pelos ministros plenipotenciários, com exceção do Cardeal Spina, representante dos Estados Pontifícios, que se manteve neutro temendo uma retaliação dos napolitanos.

A intervenção austríaca no reino foi decisiva para o fim da experiência constitucional, sobretudo, após a derrota das forças militares napolitanas comandadas pelos generais Pepe e Carrascosa. Tampouco a oposição parlamentar foi suficiente, muitos dos parlamentares rumaram ao exílio à medida que os austríacos avançavam sobre o reino; mesmo com a fragilidade parlamentar, vale destacar neste contexto o protesto encabeçado por Giuseppe Poerio e aderido por outros 26 deputados, contrários à traição do rei perante o Parlamento.

Para que se desmontassem os resquícios do governo constitucional, era necessário retomar o aparato repressivo, uma incumbência que foi dada ao Príncipe de Canosa, o ministro de Polícia do reino, e para levar adiante tal incumbência aproximou-se de uma seita

fortemente reacionária denominada *Calderai* ou *Calderari*[9] para que efetuasse a perseguição aos Carbonários. Para além das perseguições e da censura imposta aos manifestos carbonários, a repressão foi marcada pela anulação das medidas implementadas durante o governo constitucional e pelas condenações à morte do General Pepe e dos subtenentes Morelli e Silvati, no entanto, o primeiro escapou da punição ao fugir para a Inglaterra. Com o retorno da repressão, Fernando I pôde governar de modo absolutista até sua morte em 1825.

O CASO PALERMITANO

Nas duas ocasiões em que o Reino de Nápoles foi envolvido nas guerras napoleônicas e, consequentemente invadido pelas tropas francesas, a corte bourbônica buscou refúgio nas possessões insulares do reino, ou seja, na Sicília, embora não demonstrassem o mínimo interesse em voltar a estabelecer-se na ilha. Em ambas as ocasiões, a corte foi bem recebida pelos palermitanos já que estes estavam interessados na possível retomada do prestígio com o retorno do estabelecimento da corte em Palermo.

Em 1806, a corte bourbônica buscou refúgio em Palermo, quase oito anos após a primeira experiência[10], renovando as expectativas da nobreza e, sobretudo, da classe dos barões palermitanos. No entanto, tais expectativas brevemente mostraram-se ilusórias, uma vez que os recursos da ilha, não apenas de Palermo, mas de toda a Sicília, foram empregados na manutenção da corte e, sobretudo nas empreitadas referentes à tentativa de reconquistar Nápoles, a saber o estímulo do *brigantaggio* contra Joaquim Murat e, a defesa das fortalezas do reino, com destaque para aquela de Gaeta. Ainda no mesmo ano, a corte passaria a conviver com os ingleses, uma vez que estes precisavam de um posto destacado no Mediterrâneo para conter um possível projeto francês de dominação do mar, além do interesse na exploração das minas de enxofre da ilha. Brevemente, o convívio entre os ingleses e a corte mostrar-se-ia complicado.

Assim que os ingleses ocuparam a ilha, o rei afastou-se parcialmente de suas incumbências, o que fez com que sua esposa, a rainha Maria Carolina, tomasse as rédeas da situação e formasse o chamado Partido da Corte ou Partido da Rainha. Tal partido agrupava os principais membros da corte, com destaque para nomes como Luigi de Medicis[11] e o Príncipe de Canosa que brevemente retornariam ao cenário político durante a

[9] Tradução do Italiano: Caldeira. O nome desta seita também fazia clara referência ao objetivo de perseguir e eliminar os expoentes carbonários já que a função da caldeira é queimar o carvão, este último um dos símbolos da Carbonária.

[10] Em dezembro de 1798, a corte fugiu para a Sicília e, lá permaneceu até 1802, quando das tratativas de paz entre a República Francesa e os Estados membros da Segunda Coligação.

[11] Representante dos reinos de Nápoles e da Sicília durante as reuniões do Congresso de Viena.

Restauração, com o intuito de promoverem simultaneamente a reconquista de Nápoles e a expulsão dos ingleses. Em resposta a esta organização, os ingleses criaram o Partido da Oposição reunindo os sicilianos descontentes com o uso dos seus recursos para financiar empreitadas danosas aos interesses da ilha, conforme estava sendo feito.

No entanto, a ruptura definitiva entre a corte e a oposição veio apenas cinco anos mais tarde, em 1811, graças ao decreto expedido pelo rei em 14 de fevereiro. Tal decreto era formado por três pontos principais: o confisco de 300 propriedades das comunas, a loteria de 50 destas e a aplicação de uma taxa de 1% sobre arrecadações e pagamentos; pontos totalmente danosos aos interesses e, sobretudo às propriedades dos sicilianos. A oposição, expressada na figura dos Príncipes de Belmonte e de Castelnuovo, endereçou um protesto às deputações do reino contrário às medidas do decreto, no entanto, o parecer das deputações invalidou o protesto alegando que ele não feria nenhuma prerrogativa do reino. Após a anulação do parecer pelas deputações do reino, a rainha ordenou a prisão de ambos os príncipes.

Ainda em 1811, as relações entre os sicilianos, a corte e os ingleses seriam profundamente alteradas graças à chegada do Lord Bentinck, já que este demonstrava o seu claro interesse em fazer oposição às demandas da corte de modo a defender as prerrogativas dos sicilianos e, sobretudo, os interesses ingleses. Após retornar da Inglaterra com prerrogativas que o tornavam um plenipotenciário, Bentinck aboliu a taxa de 1%, instituiu um novo ministério que contava com os libertados Príncipes de Belmonte e de Castelnuovo, além de exonerar da administração funcionários napolitanos e deportar os exilados opositores de Murat. A empreitada mais audaciosa do ministro inglês viria apenas no ano seguinte, quando foi convocada uma Assembleia Constituinte, com o intuito de conceder uma constituição e um parlamento próprios para a ilha.

Um dos principais argumentos a respeito do favorecimento inglês à organização de uma monarquia constitucional parlamentar na ilha residia no fato de os ingleses visarem exportar o seu modelo de organização política liberal e anglo-saxão de modo a combater a expansão de ideais democráticos e burgueses (GRIMALDI, 2017, p. 210), o que corrobora a análise de Angelo Grimaldi acerca do intuito inglês na elaboração da constituição siciliana, definido pelo autor como um interesse na organização de um "laboratório constitucional mediterrâneo" (GRIMALDI, 2017, p. 210). Logo, pode-se concluir que além do interesse na ocupação estratégica do território siciliano, era necessário exportar o modelo constitucional e a organização institucional tipicamente inglesa de modo a garantir a não adesão ao já bastante expandido modelo francês.

A medida mais efetiva veio, sem dúvidas, no ano seguinte com a convocação da Assembleia Constituinte e a consequente promulgação da Constituição Siciliana de 1812,

baseada no modelo inglês. Dentre os principais artigos da constituição, destacam-se: a sacralidade e a inviolabilidade da pessoa do rei; a divisão em três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário, sendo o primeiro residente no rei, o segundo residente no Parlamento e o terceiro em um corpo de juízes e magistrados; a defesa do catolicismo como religião oficial e a proibição da prática de outras religiões; a formação de um Parlamento bicameral, formado pelas Câmaras dos Pares e dos Comuns; a necessidade de convocação parlamentar regular pelo rei além da concessão de prerrogativas como as de dissolver ou suspender e a abolição das relações de feudalidade na ilha.

Duas das características mencionadas acima merecem uma atenção um pouco maior, são elas: a estruturação do Parlamento e a abolição da feudalidade. O Parlamento estabelecido graças à constituição definia a divisão em duas câmaras, adotando consequentemente o modelo bicameral tipicamente inglês, contribuindo para reforçar a ideia de uma forte influência inglesa na formação da monarquia constitucional parlamentar. Ambas as câmaras eram chefiadas por um presidente, sendo o da Câmara dos Pares indicado pelo rei na presença dos deputados, enquanto o da Câmara dos Comuns era escolhido pelos deputados na presença do rei (GRIMALDI, 2017, p. 225). A eleição dos deputados era feita através de um voto censitário, público e oral, que acabava por corroborar inegavelmente com a representação mais efetiva e, quase exclusiva, de um único estrato social, os barões sicilianos.

Tal consideração acaba por romper um pouco com a ideia de que o parlamento siciliano funcionava como um órgão de representação da inteira nação siciliana, uma vez que apenas uma classe privilegiada garantia a sua representação e, consequentemente, a confirmação de seus interesses (GRIMALDI, 2017, p. 209). A outra medida escolhida para ser analisada, a abolição da feudalidade, também privilegiara diretamente os barões, uma vez que, ao abolir os laços de servidão, a classe baronal passava a ter os direitos totais de propriedade, passando a formar as propriedades conhecidas como *proprietà allodiale*[12] (GRIMALDI, 2017, p. 227). Tal medida ilustra também o interesse inglês em manter-se próximo da classe baronal, que vinha sendo verificada desde os primórdios quando da criação do Partido de Oposição.

Em virtude da proximidade de datas e do fato de terem sido publicadas no mesmo ano, são praticamente inevitáveis os paralelos entre a Constituição de Cádiz e a Constituição Siciliana, ambas de 1812. Entretanto, vale situar as principais diferenças entre elas; certamente a principal é o fato de a primeira ter sido inspirada no modelo das constituições francesas e a segunda no modelo inglês, embora a segunda tivesse apropriado ainda que de forma sutil determinados princípios, como a liberdade de imprensa

[12] Descreve uma propriedade totalmente livre de foros, pensões e ônus.

ISSN - 2176-1116

e a ideia de definir os direitos e deveres dos cidadãos (GRIMALDI, 2017, p. 210). Outra diferença marcante foi o fato de o rei não ter seus poderes completamente esvaziados pelo Parlamento, como ocorrera na Inglaterra, na França revolucionária, na Espanha e em Nápoles durante os movimentos de 1820, sendo conveniente lembrar que o rei tinha as prerrogativas de convocar, dissolver e suspender o Parlamento, além de este nunca ter se considerado órgão supremo durante o seu curto período de existência.

Após a aprovação da Constituição de 1812 e a consequente limitação do poder real, as pressões inglesas dirigiram-para a rainha e para o filho do rei à medida que Lord Bentinck defendia a transferência dos poderes do rei para seu filho, estando este na condição de vigário e o exílio da rainha Maria Carolina, restando-lhe apenas retornar para a Áustria. Em 1814, diante dos rumores de que os ingleses estivessem planejando transformar a Sicília em uma possessão britânica, o rei retoma seus plenos poderes, permanecendo desta forma até 1815. Convém pontuar também que outra consequência da retomada dos plenos poderes pelo rei foi a consequente desocupação inglesa da ilha, visto que o Lord Bentinck opunha-se tacitamente a este retorno.

Em maio de 1815, como consequência dos Acordos de Casalanza, o rei anulou a constituição e decretou o fechamento do parlamento, além de revogar a liberdade de imprensa e proibir a circulação da bandeira siciliana; após nove anos, o rei Fernando I abandonou a Sicília em 17 de junho de 1815.

Como consequência das atas do Congresso de Viena, o rei tomou uma de suas decisões que mais afetaram a vida política siciliana, a unificação dos dois reinos com a criação do Reino das Duas Sicílias em 8 de dezembro de 1816, com o Decreto de Caserta. Dentre as principais consequências desta unificação, têm-se a perda da autonomia e a da importância política de Palermo, uma vez que o centro do reino ficara todo estabelecido em Nápoles, além é claro de agravar a situação econômica da ilha, já bastante abalada pelas medidas tomadas durante a presença da corte e, posteriormente, pelos decretos desiguais assinados pelo rei com as potências estrangeiras, responsáveis por expandir a diminuição das taxações de acesso aos portos para a ilha.

Como tentativa de acalmar os ânimos sicilianos, o rei emitiu um decreto em 11 de dezembro de 1816, que dentre outras medidas estabeleceu que os cargos civis e eclesiásticos na ilha seriam ocupados apenas por sicilianos, e da mesma forma ocorreria na porção continental do reino, impedindo assim de os continentais ocuparem cargos na Sicília e, vice-versa. Outro artigo que merece destaque, dizia respeito à manutenção da abolição da feudalidade tanto na ilha quanto no continente, corroborando para a análise mencionada anteriormente, a respeito dos impactos irreversíveis dos anos de presença napoleônica nos domínios do atual Reino das Duas Sicílias.

No início de julho de 1820, as notícias dos eventos de Nápoles chegam até Messina, gerando tumultos que foram rapidamente reprimidos marcados pelo interesse na adoção da Constituição Espanhola, a exemplo do que ocorrera no continente. No dia 14 de julho, as notícias acerca do juramento de lealdade do rei chegaram a Palermo, sendo posteriormente confirmadas pelo general local o qual havia sido incumbido também de conceder a Constituição Espanhola. Os ânimos locais foram exaltados também pelos preparativos da festa de Santa Rosalia, em Palermo, o que brevemente fez com que os clamores pelo retorno da autonomia siciliana se tornassem presentes através das bandeiras de cor amarela[13], que se somavam às cores símbolo da Carbonária: o azul, o preto e o vermelho.

No entanto, o êxtase inicial deu lugar à rebelião por conta das ações impertinentes do general Church, motivando uma série de saques, assassinatos e depredações pelas ruas de Palermo. Neste contexto, o general Naselli buscou aproximar-se dos barões ao formar uma junta, composta pelos principais nomes da política da ilha, valendo destacar os príncipes de Villafranca, de Castelnuovo, de Aci, Ruggero Settimo etc, além de aceitar que bandos de cidadãos armados pudessem guarnecer o Forte de Castellamare; tal forte foi ocupado por dois grupos: um chefiado pelo príncipe de Aci e outro pelo conde de Aceto, embora defendessem projetos constitucionais diversos, já que o primeiro defendia a constituição siciliana e o segundo o modelo espanhol (GRIMALDI, 2018, p. 215).

Convém pontuar que inicialmente dois movimentos coexistiam: um elitista e aristocrático defensor de valores independentistas e da Constituição Siciliana e, outro popular defensor da Constituição Espanhola, mas que em partes também aspirava à independência e, em diversos momentos, as divergências entre eles causaram episódios de violência e rebelião, como por exemplo, quando do assassinato dos príncipes de Aci e da Cattolica, defensores da Constituição Siciliana (GRIMALDI, 2018, p. 215). O avanço dos episódios de rebelião, agravados pela soltura de prisioneiros, fez com que os dois generais Church e Naselli fugissem de Palermo rumo a Nápoles; pela primeira vez a ilha estava livre de autoridades defensoras de interesses do continente.

Após a fuga das autoridades napolitanas, foi formada uma nova junta de governo acrescida agora do Príncipe de Paternò e do Cardeal Gravina, que inicialmente era presidente da junta, passou o cargo para o Príncipe de Villafranca o qual decidiu que as palavras de ordem a serem levadas adiante foram: Constituição Espanhola e autonomia. Para o Príncipe de Villafranca, as duas prioridades que diziam respeito ao destino do movimento eram: a pacificação interna e o envio de uma delegação de oito membros para Nápoles com o intuito de negociar a independência da ilha. O primeiro objetivo foi alcançado

[13] Desde 1282, quando das Vésperas Sicilianas, o povo palermitano começou a usar a cor amarela como símbolo do desejo de busca pela autonomia na Sicília.

graças às ações do coronel Requesens, o último, no entanto mostrou-se trabalhoso graças às barreiras impostas pelo ministro Zurlo.

Zurlo alegava que uma possível independência da ilha poderia comprometer o princípio de inviolabilidade e unidade do reino, garantidos pela constituição implementada. Conforme previa o artigo 167: *"il regno delle due Sicilie è indivisibile, ed in esso la successione sarà perpetua, dalla promulgazione della costituzione, nell'ordine qui appresso stabilito."* (GRIMALDI, 2018, p. 232)

No entanto, aceitou-se posteriormente que a autonomia fosse concedida desde que ela fosse um consenso entre os vários *comune* da Sicília e, também, garantindo que a autonomia consistiria apenas em possuir um Parlamento próprio embora continuassem compartilhando o rei, a constituição, o corpo diplomático, as forças armadas etc. (GRIMALDI, 2018, p. 224). No plano interno, iniciou-se uma campanha com o intuito de fazer com que as diferentes cidades aderissem ao projeto palermitano, que encontrou resistência em cidades do oriente siciliano, a saber Messina, Catania e Siracusa locais onde fervilhavam apoios aos napolitanos.

O Parlamento designou Florestano Pepe para reprimir o movimento. Ele estabeleceu com o Príncipe di Paternò Castello uma convenção que estabelecia como cláusulas principais a anistia geral a todos os envolvidos, a adoção imediata da Constituição Espanhola e a eleição de representantes para uma assembleia que decidiria sobre a autonomia da ilha. Os napolitanos, no entanto, recusaram a convenção sob a alegação de que feria a integridade do reino defendida pelo já mencionado artigo 167 da constituição. Após a anulação, o general Pietro Colletta foi enviado para reprimir o movimento suprimindo a liberdade de imprensa, a autonomia siciliana, além de obrigar os palermitanos a indicarem seus representantes para o Parlamento comum ao reino, situado em Nápoles e mantido até março de 1821.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos movimentos ocorridos em 1820 na Península Itálica, sobretudo em Nápoles e Palermo, evidencia o caráter inicial dos movimentos na península, que não era propriamente o unificador. Conforme Duggan evidencia:

> Nenhuma das duas revoluções mostrou qualquer preocupação com a unidade da Itália. Na verdade, os rebeldes sicilianos inspiraram-se principalmente na sua hostilidade a Nápoles; e, por sua vez, os napolitanos foram oponentes quase unânimes em relação às demandas da ilha por um governo independente. (DUGGAN, 2016, p. 128)

Pode-se concluir então que nenhum dos movimentos visava estabelecer uma Itália unificada, ainda que tivessem ocorrido logo após as decisões arbitrárias do Congresso de Viena e, em meio às agitações culturais e sociais do período, sobretudo em relação ao desenvolvimento das sociedades secretas e do Romantismo Italiano. As demandas internas de cada uma destas localidades, Nápoles e Palermo, suplantaram o interesse longínquo pela unidade italiana que foi ignorada perante o objetivo constitucional parlamentar de Nápoles e o autonomista de Palermo.

Em segundo lugar, convém pontuar que outro elemento que corrobora para a presença de um objetivo unificador ainda imaturo foi justamente a organização destes movimentos pelas sociedades secretas, destacadamente a Carbonária. Tal sociedade foi a mais difundida e expandida no período, no entanto, a incerteza de seus programas e a disparidade de seus objetivos de região para região acabavam atuando como obstáculos a um projeto unificador. Tomando a Carbonária como exemplo convém destacar que seus interesses e objetivos mudavam substancialmente de região para região, como pode ser verificado com o interesse constitucional em Nápoles e, o autonomista em Palermo; é conveniente também pontuar que na Sicília a atuação da Carbonária diferia dentro de um mesmo território, já que as províncias orientais como Messina, Catania e Siracusa possuíam interesses que convergiam para os mesmos de Nápoles, enquanto em Palermo predominava o já mencionado interesse autonomista (GRIMALDI, 2018; PARISI, 2015-16).

O último ponto que explica essa debilidade e, provavelmente, o mais complexo é a própria evolução da noção de nacionalismo ao longo do século XIX. A ideia de nacionalismo concebida especificamente após a Revolução Francesa era baseada na soberania, na resistência à opressão e, na capacidade de um corpo de indivíduos dirigir o seu Estado (BERTONHA, 2008, p. 44), enquanto aquela que norteou os acontecimentos que levaram à Unificação da Itália entre 1848 e 1870 era baseada em uma unidade cultural concebida quando um povo advogava em prol da construção de um único Estado Nacional que abarcasse todos aqueles que compartilhavam de uma mesma história, de uma mesma língua e, de uma mesma cultura.

Convencionalmente, os movimentos situados entre 1815 e 1848 são caracterizados como liberais e, aqueles ocorridos após 1848 são considerados nacionalistas (AQUINO, 2006, p. 223). No entanto, sabe-se que é problemático temporalizar uma ideologia já que pode aumentar a tendência aos anacronismos, às análises superficiais, além é claro de suscitar diversas divergências. Hobsbawm situa o despertar do nacionalismo como um fenômeno ocorrido na década de 1830 (HOBSBAWM, 1977, p. 129), a reboque da segunda onda de revoluções e do surgimento de organizações a exemplo da Jovem Itália e da Jovem Europa, ambas criadas por Giuseppe Mazzini em 1831 e, 1834 respectivamente.

A onda de 1820 pode ser considerada parte do espectro dos protonacionalismos ou dos princípios das nacionalidades, ou seja, era um momento em que a noção de nacionalismo era muito vinculada ainda ao discurso de resistência à opressão e, não propriamente à ideia de unidade cultural característica de segunda metade do século XIX. Ainda que seja necessário pontuar que esta segunda ideia já vinha sendo pensada, esta, no entanto, encontrava-se restrita a um pequeno grupo de intelectuais e letrados, sobretudo escritores e poetas românticos, os mesmos que defenderão posteriormente a criação de um vernáculo como aquele que originou o idioma italiano, por exemplo. (BERTONHA, 2008, p. 44).

Em suma, os movimentos revolucionários de 1820 na Península Itálica não devem ser analisados, pelo menos não ainda, sob uma perspectiva nacionalista ou que visasse à unificação nacional, já que as bandeiras defendidas ainda eram muito mais específicas das realidades dos reinos do que propriamente nacionais. Todavia, tais movimentos deixaram como legado a necessidade de se promover conexões entre os mesmos ramos de uma mesma sociedade secreta difundidos na península, a exemplo do que ocorrerá em 1831 com os movimentos de Módena, Parma e dos Estados Pontifícios. O legado carbonário também será utilizado posteriormente por Giuseppe Mazzini ao reconhecer a sua importância na luta em prol de valores liberais e constitucionais. Futuramente, ele atentaria para a necessidade da inclusão do nacionalismo, originando os debates acerca das estruturas ideais do futuro Estado Italiano Unificado, conforme será verificado entre 1831 e 1848, quando do aprimoramento do nacionalismo.

REFERÊNCIAS

ACTON, Lord. Nacionalismo. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um Mapa da Questão Nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto: 2000.

AQUINO, Rubim Santos Leão De et al**. História das Sociedades: Das Sociedades Modernas às Sociedades Atuais**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2006.

BERTONHA, João Fábio. **Os Italianos**. São Paulo: Contexto, 2008.

BURNS, Edward McNall**. História da Civilização Ocidental: Do Homem das Cavernas até a Bomba Atômica**. Porto Alegre: Editora Globo, 1977.

DUGGAN, Christopher. **História Concisa da Itália**. São Paulo: Edipro, 2016.

FALBEL, Nachman. Os Fundamentos Históricos do Romantismo. In: GINSBURG, J (org.). **O Romantismo**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

GRIMALDI, Angelo. La Costituzione Siciliana del 1812. **Revista de Derecho**, Universidad del Norte, 2017, 48, pp.209-233.

_________________. L'Insurrezione Siciliana del 1820. Aspetti Politico-Costituzionali. **Revista de Estudios Histórico-Jurídicos**, 2018, XL, pp.213-235.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PARISI, Roberta**. I "Buoni Cugini" in Sicilia nelle carte dela direzione generale di polizia degli archivi di stato di Napoli e Palermo (1820-27)**. 2015-16. 412f. Tese (Doutorado em História e Comparação das Instituições Políticas e Jurídicas Europeias) – Università degli Studi di Messina, Messina, 2015-16.

SAVELLI, Franco. **Il Meridione d'Italia nel periodo Restaurazione e Insurrezione**. Disponível em: <https://www.storiologia.it/suditalia/cap109m.htm>. Acesso em: 24 jun. 2021.

Restaurazione de' Borboni- Concordato- I Moti Napoletani- La Costituzione data e giurata. Disponível em: <https://www.storiologia.it/apricrono/storia/a1816a.htm>. Acesso em: 18 abr. 2021.

La Rivoluzione Palermitana – Stragi. Disponível em: <https://www.storiologia.it/apricrono/storia/a1816a.htm> . Acesso em: 21 abr. 2021.

Il Regime Costituzionale nelle Due Sicilie. Disponível em: <https://www.storiologia.it/apricrono/storia/a1820c.htm> . Acesso: em 25 abr. 2021.